

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL 2

PRESIDÊNCIA 11

- Coordenadoria de Magistrados 16
- CEPEVID 28
- Assessoria de Imprensa 42
- Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial 48
- Assessoria de Planejamento 58
- Auditoria Interna 65
- Casa Militar 69
- Ouvidoria dos Servidores 73
- Ouvidoria Judicial 80

1ª VICE-PRESIDÊNCIA 85

2ª VICE-PRESIDÊNCIA 98

3ª VICE-PRESIDÊNCIA 99

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA 100

ACADEMIA JUDICIAL 199

DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA 211

- Secretaria Estatística das Instâncias Recursais 223
- Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual 223
- Diretoria de Recursos e Incidentes 258
- Diretoria de Documentação e Informações 263

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA 273

- Diretoria de Engenharia e Arquitetura 279
- Diretoria de Tecnologia da Informação 289
- Diretoria de Infraestrutura 307
- Diretoria de Material e Patrimônio 331
- Diretoria de Orçamento e Finanças 342
- Diretoria de Recursos Humanos 358
- Diretoria de Saúde 366

www.tjsc.jus.br | tjcenai@tjsc.jus.br

Produção: Assessoria de Planejamento - TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3287-1000 - fax.: (48) 3287-1967
Copyright© TJSC. Janeiro de 2013 - Florianópolis - Santa Catarina

DESEMBARGADORES

Carlos Prudêncio

José Gaspar Rubick

Pedro Manoel Abreu

José Trindade dos Santos

Cláudio Barreto Dutra – **Presidente**

Newton Trisotto

Sérgio Torres Paladino – **1º Vice-Presidente**

Luiz Cézar Medeiros

Vanderlei Romer – **Corregedor-Geral da Justiça**

Eládio Torret Rocha

Nelson J. Schaefer Martins

José Volpato de Souza

Sérgio Roberto Baasch Luz – **2º Vice-Presidente**

Antonio do Rêgo Monteiro Rocha

Fernando Carioni

José Antônio Torres Marques

Luiz Carlos Freyesleben

Rui Francisco Barreiros Fortes – **3º Vice-Presidente**

Marcus Túlio Sartorato

César Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Salete Silva Sommariva – **Vice-Corregedora-Geral da Justiça**

Ricardo Orofino da Luz Fontes

Salim Schead dos Santos

Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Cid José Goulart Júnior

Jaime Ramos

Alexandre d'Ivanenko

Lédio Rosa de Andrade

Moacyr de Moraes Lima Filho

Jorge Henrique Schaefer Martins

Marli Mosimann Vargas

Sérgio Izidoro Heil

José Carlos Carstens Köhler

João Henrique Blasi

Jorge Luiz de Borba

Victor José Sebem Ferreira

Rejane Andersen

Joel Dias Figueira Júnior

Cláudio Valdyr Helfenstein

Rodrigo Antônio da Cunha

Jânio de Souza Machado

Soraya Nunes Lins

Sônia Maria Schmitz

Paulo Roberto Camargo Costa

Henry Goy Petry Júnior

Raulino Jacó Brüning

Roberto Lucas Pacheco

Jairo Fernandes Gonçalves

Jaime Luiz Vicari

José Inácio Schaefer

João Batista Góes Ulysséa

Ronei Danielli

Luiz Fernando Boller

Reservado por Decisão do CNJ

Paulo Roberto Sartorato

Túlio José Moura Pinheiro

Carlos Alberto Civinski

Ronaldo Moritz Martins da Silva

Ricardo José Roesler

Robson Luz Varella

Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Domingos Paludo

Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Denise Volpato

Carlos Adilson Silva

Stanley da Silva Braga

Newton Varella Júnior

Altamiro de Oliveira

Saul Steil

Gilberto Gomes de Oliveira

Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli

Odson Cardoso Filho

José Everaldo Silva

Volnei Celso Tomazini

Leopoldo Augusto Brüggemann

Júlio César Knoll

Janice Goulart Garcia Ubialli

Cláudia Lambert de Faria

Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

Cínthia Beatriz da Silva Bittencourt

Jorge Luis Costa Beber

Guilherme Nunes Born

Eduardo Mattos Gallo Júnior

Luiz Zanelato

Dinart Francisco Machado

Gerson Cherem II

Rosane Portella Wolff

Denise de Souza Luiz Francoski

Artur Jenichen Filho

Paulo Ricardo Bruschi

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Des. Cláudio Barreto Dutra – **Presidente**

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha – **Presidente do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça**

Des. Jaime Luiz Vicari – **Presidente do Conselho de Administração do Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos sob Aviso à Disposição do Poder Judiciário**

Des. Luiz Cézar Medeiros

Des. Eládio Torret Rocha

Des. Nelson Schaefer Martins

Des. Fernando Carioni

Des. Jaime Ramos

Des. Moacyr de Moraes Lima Filho

Des. João Henrique Blasi

Des. Jânio de Souza Machado

Juiz Hélio do Valle Pereira

Juíza Ana Cristina Borba Alves

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Des. Cláudio Barreto Dutra – **Presidente**

Des. Sérgio Torres Paladino – **1º Vice-Presidente**

Des. Vanderlei Romer – **Corregedor-Geral da Justiça**

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz – **2º Vice-Presidente**

Des. Rui Francisco Barreiros Fortes – **3º Vice-Presidente**

Desª. Salete Silva Sommariva – **Vice-Corregedora-Geral da Justiça**

Des. José Volpato de Souza

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins

Desª. Soraya Nunes Lins

Des. Henry Goy Petry Júnior

Des. Roberto Lucas Pacheco

Des. João Batista Góes Ulysséa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO CENTRALIZADA DE DEPÓSITOS SOB AVISO À DISPOSIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Desembargador Jaime Luiz Vicari – **Presidente**

Desembargadora Rejane Andersen

Juiz Marcelo Pizolati – **Coordenador de Magistrados**

Cleverson Oliveira

Ricardo Lentz

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha – **Presidente**

Des. Carlos Alberto Civinski – **Vice-Presidente**

Procurador Antenor Chinato Ribeiro – **Representante do MPSC**

Dr. Paulo Marcondes Brincas – **Representante da OAB/SC**

Ricardo Lentz

CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO

Des. José Antônio Torres Marques – **Presidente**

Juiz de Direito de Segundo Grau Dinart Francisco Machado – **Coordenador**

Juiz André Alexandre Happke

Juiz Antônio Zoldan da Veiga

Juiz Fernando Rodrigo Busarello

Juiz João Alexandre Dobrowolski Neto

CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Des. Cláudio Barreto Dutra – **Presidente**

Des. Sérgio Torres Paladino – **1º Vice-Presidente**

Des. Vanderlei Romer – **Corregedor-Geral da Justiça**

Des. Luiz Fernando Boller – **Presidente do Núcleo de Conciliação do 2º Grau**

Des. Victor José Sebem Ferreira – **Coordenador Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Conflitos**

Juiz de Direito de Segundo Grau Odson Cardoso Filho – **Coordenador Pedagógico da Escola dos Serviços Judiciários da Academia Judicial**

Juiz Marcelo Pizolati – **Coordenador de Magistrados**

Juiz Selso de Oliveira – **Presidente da 3ª Turma de Recursos**

Juiz Jefferson Zanini – **Juiz Agrário**

Juiz Otávio José Minatto

Juiz Antônio Augusto Baggio e Ubaldo

COMITÊ GESTOR DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS – CGDA

Des. Eládio Torret Rocha – **Presidente**

Des. Fernando Carioni

Des. Jaime Luiz Vicari

Juiz João Alexandre Dobrowolski Neto

COORDENADOR DE MAGISTRADOS

Juiz de Direito Marcelo Pizolati

ASSESSOR ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Juiz André Alexandre Happke

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ricardo Albino França

COORDENADORA DE EXECUÇÃO PENAL E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Desembargadora Salete Silva Sommariva

CHEFE DA CASA MILITAR

Coronel PM Walmir Moreira Francisco

COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

João Anfilóquio Machado Júnior

ASSESSOR DE IMPRENSA

Ângelo Lima Medeiros

ASSESSORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

Izabel Costa Ungaretti

OUVIDOR JUDICIAL

Des. Salim Schead dos Santos

Marlon José Müller

OUVIDORA DOS SERVIDORES

Iara Klock Campos

COORDENADOR DA AUDITORIA INTERNA

Ivan Bertoldi

DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRATIVA

Cleverson Oliveira

DIREÇÃO-GERAL JUDICIÁRIA

Maurício Walendowsky Sprícigo

DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL

João Batista dos Santos

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Alberto Pizzolatti Remor

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Herlei José Cantú

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Rafael Giorgio Ferri

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Micheline Binotto

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ricardo Lentz

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES

Suzie Bello Araújo

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

Raphael Jaques de Souza

DIRETORIA DE SAÚDE

Renato Grillo Flach

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Luiz Carlos de Espíndola

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Em cumprimento à missão de superintender, na qualidade de Chefe do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, todo o serviço da Justiça Estadual, além da necessidade de observância ao disposto no artigo 90, inciso XXIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias, venho por meio deste apresentar o *Relatório Anual* de atividades deste Poder, com o objetivo de conferir publicidade às ações desenvolvidas no exercício de 2012.

Ressalto, por oportuno, que os órgãos diretamente vinculados ao Gabinete da Presidência, bem como as Diretorias-Gerais Administrativa e Judiciária também apresentarão a exposição detalhada de suas atividades.

Segue, a partir disso, as principais medidas implementadas após minha assunção ao cargo de Presidente:

- Investimento de R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) no programa de aprimoramento de magistrados (Resolução GP n. 1/2012), por meio da participação em cursos de pós-graduação, nos níveis de especialização, mestrado e doutorado;

- Investimento de R$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais) no programa de bolsas de estudo para cursos de pós-graduação dos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina (Resoluções GP n. 2/2012 e 14/2012), em um incremento de quase 100% em relação ao ano anterior, o que mostra a preocupação da Administração com a qualificação e capacitação dos servidores;

- Elevação do piso salarial da Tabela de Vencimento do Pessoal do Poder Judiciário em 5,1% (Resolução TJ n. 4/2012), e reajustamento do auxílio-alimentação no mesmo percentual (Resolução GP n. 7/2012);

- Encaminhamento à Assembleia Legislativa de projeto que resultou na edição da Lei Complementar n. 581/2012, a qual criou mais dois cargos de Desembargador e quatorze cargos de assessoramento em gabinete;

- Encaminhamento à Assembleia Legislativa de projetos que resultaram na edição das Leis Complementares n. 568/2012, que aprimorou o Regimento de Custas, e 572/2012, que criou cargos na estrutura do Tribunal. Também foi encaminhado o Projeto de Lei Complementar n. 026/2012, que visa alterar o Código de Divisão e Organização Judiciárias para adequar o mandato dos juízes componentes das Turmas Recursais;

- Assinatura de convênio para capacitação profissional de presos, egressos do sistema prisional, cumpridores de penas e de medidas alternativas e adolescentes em conflito com a lei (Convênio n. 060/2012);

- Instituição do mutirão de sentenças de 2012, realizado em duas etapas (março a julho e agosto a novembro) (Resolução Conjunta n. 1/2012);

- Criação do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) no âmbito do Poder Judiciário (Resolução GP n. 9/2012), órgão vinculado à Ouvidoria Judicial e com vistas a atender aos pleitos formulados com fulcro na Lei n. 12.527/2011;

- Criação de procedimento para racionalizar e otimizar a autuação e o trâmite, com urgência, das solicitações, determinações e recomendações do Conselho Nacional de Justiça, a fim de permitir o atendimento tempestivo desses pleitos e ordens (Resolução n. 8/2012);

- Instituição do Núcleo de Cooperação Judiciária (Resolução GP n. 10/2012), composto pelo Juiz Assessor Especial da Presidência e por um Juiz-Corregedor;

- Instituição de regime de cooperação entre os Oficiais da Infância e Juventude (Resolução GP n. 11/2012);

- Edição de norma que regulamenta o procedimento das cessões de precatórios (Resolução GP n. 16/2012);

- Instalação da Casa da Cidadania nos municípios de Morro da Fumaça e de Nova Veneza, ambas em 22 de julho;

- Transformação da Coordenadoria de Execução Penal, Infância e Juventude (Cepij) em Coordenadoria de Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Cepevid), com redefinição da estrutura e competência do órgão (Resolução TJ n. 3/2012);

- Criação do Juizado Especial da Fazenda Pública na comarca da Capital (Resolução TJ n. 8/2012);

- Criação do Fórum de Direito Bancário na comarca da Capital (Resolução TJ n. 11/2012);

- Criação do Fórum Universitário na comarca de Blumenau, congregando o Juizado Especial Cível, o Juizado Especial Penal, a Unidade Judiciária Avançada de Cooperação da Universidade Regional de Blumenau e a Unidade Judiciária de Cooperação das Execuções Fiscais (Resolução TJ n. 12/2012);

- Implementação do Juizado Especial de Trânsito da comarca de Criciúma (Convênio n. 017/2012);

- Instalação da Unidade Judiciária Avançada de Cooperação, em regime de exceção, na comarca de Biguaçu, no campus da Univali (Convênio n. 082/2012);

- Instalação da Unidade Judiciária de Cooperação – Juizado Especial Cível e Criminal do Centro Universitário Católica de Santa Catarina – UNERJ, na comarca de Jaraguá do Sul (Convênio n. 090/2012);

- Instalação do Serviço de Mediação Familiar na Faculdade Guilherme Guinbala, na comarca de Joinville (Convênio n. 150/2012);

- Instalação de Posto de Atendimento e Conciliação na Fameg, na comarca de Guaramirim (Convênio n. 119/2012);

- Aquisição e início das obras de construção da sala cofre anexa ao Tribunal de Justiça;

- Ampliação do número de vagas no estacionamento para a Ordem dos Advogados do Brasil e para a Procuradoria-Geral de Justiça, e aprimoramento da norma que trata da ocupação do estacionamento do prédio do Tribunal de Justiça (Resolução GP n. 3/2012), bem como do prédio Centro Executivo ACCR – Unidade Presidente Coutinho (Resolução GP n. 18/2012);

- Racionalização da forma de acesso ao restaurante do Tribunal de Justiça, a fim de diminuir as filas e o tempo de espera para atendimento (Resolução GP n. 15/2012, alterada pela Resolução GP n. 19/2012);

- Reestruturação da Secretaria do Programa de Implantação de Serviços Judiciários (Resolução GP n. 12/2012), que ficou vinculada à Diretoria-Geral Administrativa;

- Edição de regulamento acerca da participação e certificação nos cursos ou eventos realizados pela Academia Judicial (Resolução GP n. 13/2012);

- Assinatura de contratos de reforma parcial ou global em doze unidades jurisdicionais de onze comarcas de primeiro grau; e

- Reestruturação do Centro de Estudos Jurídicos e da Academia Judicial (Resolução TJ n. 17/2012).

Diante dos dados disponibilizados é possível concluir que a Justiça Estadual, no exercício de 2012, deu prosseguimento à estratégia de aprimoramento de suas ações na busca pela excelência dos serviços prestados à sociedade, contribuindo para a eficácia da utilização dos recursos públicos e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, consoante os objetivos e metas estabelecidos pelo Plano Plurianual, as prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e consignadas na Lei Orçamentária Anual e, ainda, em atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aproveito o ensejo para agradecer aos Senhores Desembargadores, Magistrados e Servidores pelo empenho em prol do Poder Judiciário Catarinense que, malgrado as conhecidas dificuldades enfrentadas, inclusive sob o aspecto orçamentário, certamente vem empreendendo esforços em aperfeiçoar os serviços judiciários visando à maior agilidade na entrega da prestação jurisdicional.

:

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados constitui órgão auxiliar da Presidência, disciplinado pelas Resoluções n. 22/2009-TJ e 23/2009-TJ.

Dentre suas atribuições, destacam-se: 1) o acompanhamento dos processos administrativos de interesse dos Magistrados e da Presidência; 2) a supervisão das atividades administrativas do Gabinete da Presidência; 3) a delegação de competência para a prática de atos administrativos de interesse da magistratura catarinense afetos ao Presidente do Tribunal; 4) confecção da folha de pagamento dos Magistrados; 5) elaboração da pauta administrativa do Tribunal Pleno, com todos os atos pertinentes à movimentação na carreira da Magistratura.

Além disso, o Juiz Coordenador de Magistrados, em relação ao primeiro grau, tem competência para proferir decisões acerca das seguintes matérias: a) licenças para tratamento de saúde própria, por motivo de doença em pessoa da família, para repouso à gestante, paternidade, gala, nojo, prêmio; b) lotação e relotação dos juízes substitutos, designações de substituição, composição das Turmas de Recursos e Direção do Foro; c) concessão de isenção do imposto de renda, de abono de permanência, de ajuda de custo aos empossados, de averbação de tempo de serviço e inclusão de dependentes para fins de imposto de renda e previdenciários; d) marcação, suspensão e autorização de gozo de férias, licença-prêmio e trânsito; e) pagamento de auxílio funeral, gratificação dos instrutores e antecipação de 1/3 (um terço) constitucional de férias; f) elaborar certidões e declarações de interesse dos magistrados; g) questões administrativas relativas aos seus servidores.

As atividades da Coordenadoria englobam, ainda, processamento e decisões sobre pedidos de afastamento de magistrados, requerimentos para participação em cursos de aperfeiçoamento no país e no exterior, compensação por folgas decorrentes de plantão, consultas a respeito de substituição legal nas Comarcas, elaboração de escala de férias, prestação de informações e dados de produtividade dos magistrados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Magistratura, recuperação de valores pagos a maior, encaminhamento de pleitos de criação e instalação de novas varas/comarcas, atendimento a familiares de magistrados falecidos, bem assim confecção de escala de plantão no âmbito do Tribunal.

Também devem ser mencionados o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de marcação de férias, declaração de imposto de renda, de movimentação na carreira da magistratura e de rodízio nas cumulações de unidades no primeiro grau.

Oportuno destacar, no decorrer deste ano, dentre outros números: a) 15.300 ligações recebidas e 10.000 ligações efetuadas, totalizando 25.3000 atendimentos via telefone; b) 13.522 correspondências eletrônicas enviadas e respondidas; c) 7002 portarias de designações, férias, licença-prêmio e demais licenças de Magistrados; d) 186 atos de movimentação (promoções, remoções, permutas, opções e aposentadorias).

O Juiz Coordenador de Magistrados participou, ainda, como membro efetivo no Conselho da Conta Única e Conselho Gestor dos Juizados Especiais, e membro convidado do Conselho de Gestão e Modernização do Poder Judiciário, colaborando na elaboração de anteprojetos de lei e atos normativos voltados ao aperfeiçoamento do Judiciário catarinense.

Destarte, a Coordenadoria de Magistrados não mediu esforços para administrar a escassez de juízes substitutos no atual quadro da carreira da magistratura, sobretudo por meio de cumulação de unidades, nos termos da Resolução n. 34/2011-TJ.

No mais, quanto aos processos administrativos analisados por esta Coordenadoria, relacionam-se a seguir os de interesses pessoais de Magistrados ativos, inativos e pensionistas.

PROCESSOS:

1. Academia Judicial/Gratificação de Instrutor..... 47
2. Abono de permanência..... 11
3. Aposentadoria..... 3
4. Auxílio funeral..... 6
5. Autorização para freqüência de curso no exterior/congresso..... 7
6. Averbação de tempo de serviço..... 14
7. Bolsa de estudos pós-graduação..... 9
8. Consulta..... 1
9. Designação/Substituição de Magistrados..... 2
10. Devolução de valores..... 3
11. Diligência do Tribunal de Contas do Estado..... 2
12. Inclusão de dependente..... 1
13. Indenização férias/licença-prêmio..... 13
14. Isenção do IR..... 7
15. Férias..... 5
16. Licença associação de classe..... 1
17. Licenças de saúde/em pessoa da família..... 146
18. Licença gala..... 6
19. Licença maternidade..... 8
20. Licença nojo..... 6
21. Licença paternidade..... 12
22. Licença prêmio..... 77
23. Pedido de Providências/Informações ao CNJ..... 2
24. Pensão Alimentícia..... 1
25. Processos associações de classe/ órgãos do Poder Judiciário/outros..... 1
26. Ressarcimento despesas/diárias/celular/combustível..... 6
27. Trânsito..... 1

- Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo além da atualização e elaboração do Quadro de Antiguidade, a alimentação dos sistemas (Scua/Mumpsb), folhas de pagamento dos magistrados, e a confecção, encaminhamento e publicação de diversos atos, tais como:

1. Atos (promoção/remoção/opção/permuta/aposentadoria)..... 186
2. Apostila de proventos 3
3. Certidões para ativos/inativos/pensionistas..... 32
4. Declarações para magistrados/dependentes..... 16
5. Despachos e Pareceres..... 1037
6. Estudos de aposentadoria/abono de permanência..... 38
7. Expedição de carteira funcional magistrados(ativos/inativos)..... 45

8. Informações ao IPREV
   Formulários..... 07
   Informações via e-mail/comunicados 512
9. Ligações telefônicas
   Formulários..... 07
   Recebidas..... 15.300
   Efetuadas..... 10.000
10. Ofícios..... 279
11. Plantão Judicial de 2º Grau..... 18
12. Portarias expedidas
   Concessão de saldo para compensação de plantão..... 2.302
   Gozo de compensação de Plantão..... 845
   Designações de magistrados..... 600
   Férias (marcação/suspensão/transferência)..... 377
   Licença gala..... 6
   Licença maternidade..... 8
   Licença nojo..... 6
   Licença paternidade..... 12
   Licença-prêmio (concessão/marcação/gozo/transferência)..... 398
   Licença de saúde própria/em pessoa da família..... 146
13. Processos enviados ao Tribunal de Contas do Estado..... 03
14. Relatórios
   Atrasado das viúvas e herdeiros..... 02
   Saldo de férias magistrados ativos..... 02
   Concessão de licença-prêmio..... 01
   Auditoria/DOF..... 02

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

I – MAGISTRADO PROMOVIDO PARA O CARGO DE DESEMBARGADOR:

1. Paulo Roberto Sartorato
2. Túlio José Moura Pinheiro
3. Carlos Alberto Civinski
4. Ronaldo Moritz Martins da Silva
5. Ricardo Roesler
6. Robson Luz Varella
7. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

II - MAGISTRADO REMOVIDO PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:

1. Luiz Zanelato
2. Dinart Francisco Machado
3. Gerson Cherem II

4. Rosane Portela Wolff
5. Denise de Souza Luiz Francoski
6. Artur Jenichen Filho
7. Paulo Ricardo Bruschi

III – MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

- POR MERECIMENTO:

01. Gustavo Santos Mottola, da 2ª Vara Cível da comarca de Braço do Norte para o cargo de Juiz de Direito a 2ª Vara Cível da comarca de Araranguá.

02. Marlon Negri, da comarca de Herval D'Oeste para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de São Joaquim.

03. Orlando Luiz Zanon Júnior, da comarca de Presidente Getúlio para a 2ª Vara Cível da comarca de Porto União.

04. Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, da Vara Criminal da comarca de Mafra, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Chapecó.

05. Rafael Sandi, da 1ª Vara Cível da comarca de Curitibanos para o cargo de Juiz de Direito a 2ª Vara Cível da comarca de Chapecó.

06. André Milani, da comarca de Campo Belo do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Caçador.

07. Tanit Adrian Perozzo Daltoé, da 2ª Vara da comarca de Orleans, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Porto União.

08. Fabiano Antunes da Silva, da comarca de Santa Rosa do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Curitibanos.

09. Júlio César Bernardes, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Trombudo Central.

10. Marcelo Trevisan Tambosi, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Balneário Piçarras.

11. Murilo Leirião Consalter, da comarca de Dionísio Cerqueira, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Campos Novos.

12. Bruno Makowiecky Salles, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Rio do Campo.

13. Sancler Adilson Alves, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Catanduvas.

14. Karen Francis Schubert Reiner, da 1ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Joiinville.

15. Denise Nadir Enke, da 1ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville.

16. Ezequiel Schlemper, da comarca de Papanduva, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul.

17. Rafael Germer Condé, da comarca de Seara para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Mafra.

18. Frederico Andrade Siegel, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São Lourenço do Oeste.

19. Angélica Fassini, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Ponte Serrada.

20. Luciana Pelisser Gottardi Trentini, da comarca de Coronel Freitas, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Caçador.

21. Taynara Goessel, da comarca de Meleiro para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Inf. e Juventude da comarca de Curitibanos.

22. Gustavo Emelau Machiori, da Vara Criminal da comarca de Campos Novos, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó.

23. Renato Mastella, da comarca de Correia Pinto, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Curitibanos.

24. Crystian Krautchychyn, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Descanso.

25. Lenoar Bendini Madalena, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Trombudo Central.

26. Marcelo Volpato de Souza, da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Inf. e Juventude da comarca de Brusque, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó.

27. Heloisa Beirith, do Cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Pinhalzinho.

28. Sandro Pierri, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São Domingos.

29. Miriam Regina Garcia Cavalcanti, da Vara da Família, Órfãos, Inf. e Juventude da comarca de Tubarão, para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Criciúma.

30. Laerte Roque Silva, da comarca de Urubici, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de São Joaquim.

31. Samuel Andreis, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Cunha Porã.

32. Kledson Gewehr, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Quilombo.

33. Ruy Fernando Falk, da 1ª Vara da comarca de Rio Negrinho, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Campos Novos.

34. Paulo Eduardo Huergo Farah, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Santa Rosa do Sul.

35. Celso Henrique de Castro Vallim, da 1ª Vara Cível da comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Inf. e Juventude da comarca de Chapecó.

36. Yannick Caubet, da 2ª Vara da comarca de Sombrio, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Caçador.

37. Vanessa Bonetti Haupenthal, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Dionísio Cerqueira.

38. Clarice Ana Lanzarini, da 1ª Vara Cível da comarca de Navegantes, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Canoinhas.

39. Maria de Lourdes Simas Porto Vieira, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Imaruí.

40. Lizandra Pinto de Souza, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de São Carlos.

41. Gisele Ribeiro, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Quilombo.

42. Marlon Jesus Soares de Souza, da 1ª Vara Criminal da comarca de Araranguá, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma.

43. Lírio Hoffmann Júnior, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Orleans.

44. Vera Regina Bedin, da 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Itajaí.

45. Cássio José Lebarbenchon Angulski, da 2ª Vara da comarca de Gaspar para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Blumenau.

46. Marivone Koncikoski Abreu, da Vara Criminal da comarca de Itapema para o cargo de Juiz de Direito da comarca de 1ª Vara Cível da comarca de Videira.

47. Rafael Maas dos Anjos, da comarca de Santa Cecíia, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Caçador.

48. Fernando Seara Hickel¸ da 2ª Vara da comarca de Imbituba, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul.

49. Luís Paulo Dal Pont Lodetti, da 2ª Vara da comarca de Sombrio, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de São Bento do Sul.

50. Reny Baptista Neto, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Modelo.

51. Rafael Goulart Sardá, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Coronel Freitas.

- POR ANTIGUIDADE:

01. Ederson Tortelli, da comarca de Pinhalzinho, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Concórdia.

02. Guilherme Mattei Borsoi, da 1ª Vara da comarca de Rio Negrinho, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá.

03. Giuliano Ziembowicz, da 2ª Vara Cível da comarca de Tubarão, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó.

04. Paulo da Silva Filho, da Vara Criminal da comarca de Braço do Norte, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Laguna.

05. Márcio Umberto Bragaglia, da 1ª Vara da comarca de Fraiburgo, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Joaçaba.

06. Uziel Nunes de OIiveira, da Vara da Família, Inf. e Juventude da comarca de Concórdia, para o Cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Joinville.

07. Paulo Afonso Sandri, da 2ª Vara Cível da comarca de Camboriú, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Miguel do Oeste.

08. Bernardo Augusto Ern, da comarca de Abelardo Luz, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Canoinhas.

09. Felippi Ambrósio, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Forquilhinha.

10. Karina Mulller Queiroz de Souza, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Taió.

11. Sônia Eunice Odwazny, da 2ª Vara da comarca de Barra Velha, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Itapema.

12. Clóvis Marcelino dos Santos, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Santo Amaro da Imperatriz.

13. Alessandra Mayra da Silva de Oliveira, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Ituporanga.

14. Rafael Fleck Arnt, da Vara de Direito Bancário da comarca de São José, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Blumenau.

15. Alessandra Meneghetti, da 1ª Vara da comarca de Sombrio, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Videira.

16. Daniela Fernandes Dias Morelli, da comarca de São José do Cedro, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Videira.

17. Karina Maliska, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Capinzal.

18. Horacy Benta de Souza Baby, do cargo de Juiz Substituto para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Ascurra.

19. Ezequiel Rodrigo Garcia, da 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da comarca de Joinville.

20. Fernando Orestes Rigoni, da comarca de Itá, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Mafra.

21. Paulo Roberto Fróes Toniazzo, da Vara da Fazenda Pública da comarca de São José, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Inf. e Juventude da comarca de Chapecó.

22. Rodrigo Tavares Martins, da 1ª Vara da comarca de Ibirama, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família, Inf. e Juventude da comarca de Concórdia.

23. Anna Finke Suszek, da 2ª Vara da comarca de Guaramirim, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de Jaraguá do Sul.

24. Juliano Schneider de Souza, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Anita Garibaldi.

25. Gustavo Marcos de Farias, da Vara Criminal da comarca de Caçador, para o cargo de Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Joinville.

26. Pablo Vinicius Araldi, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Braço do Norte.

27. Tiago Fachin, do cago de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Herval do Oeste.

28. Surami Juliana dos Santos Heerdt, da 2ª Vara da comarca de Xaxim, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste.

29. Fernando Rodrigo Busarello, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Presidente Getúlio.

30. Raphael Mendes Barbosa, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Campo Belo do Sul.

31. Fabiane Alice Müller Heinzen, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Orleaes.

32. Rafael Stefen da Luz Fontes, do cargo de Juiz Substituto não Vitalício, para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Abelardo Luz.

33. Marcelo Elias Naschenweng, da 2ª Vara da comarca de Palhoça, para o cargo de 4º Juiz Especial da comarca da Capital.

34. Rafael Milanese Spillere, da 2ª Vara Cível da Comarca de Videira, para o cargo de Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da comarca de Criciúma.

35. Iolmar Alves Baltazar, do cargo de Juiz Substituto, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Barra Velha.

36. Cláudia Margarida Ribas Marinho, da comarca de Garopaba, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Brusque.

37. Maximiliano Losso Bunn, da 1ª Vara da comarca de Porto Belo, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Palhoça.

38. Ana Paula Amaro da Silveira, da 1ª Vara da comarca de Gaspar, para o cargo de 8º Juiz Especial da comarca da Capital.

IV - MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

- POR MERECIMENTO

01. Marco Aurélio Ghisi Machado, da 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau, para o cargo de 3º Juiz Especial da comarca da Capital.

02. Joana Ribeiro Zimmer, da 1ª Vara da comarca de Balneário Piçarras, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Barra Velha.

03. Raphael de Oliveira e Silva Borges, da comarca de Catanduvas, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de São João Batista.

04. Janiara Maldaner Corbetta, da comarca de Ponte Serrada para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Imbituba

05. Mônica Bonelli Paulo, do cargo de Juiz Substituto da 24ª Circunscrição Judiciária com sede em Balneário Camboriú, para o cago de 2º Juiz Substituto da 3ª Circunscrição, com sede na comarca de Palhoça.

06. Juliano Rafael Bogo, da 2ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Camboriú.

07. Rafael Maas dos Anjos, da 2ª Vara Cível da comarca de Caçador, para o cargo de Juiz de Direito da vara da Família, Inf. e Juventude da comarca de Jaraguá do Sul.

08. Ruy Fernando Falk, da comarca de São Domingos, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Rio Negrinho.

09. Gisele Ribeiro, da comarca de Quilombo, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Fraiburgo.

10. Marlon Negri, da 2ª Vara da comarca de São Joaquim, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul.

11. Luiz Henrique Bonatelli, da 4ª Vara Cível da comarca de Criciúma para o cargo de 4º Juiz Especial da comarca da Capital.

12. Lígia Boettger Mottola, da 1ª Vara Cível da comarca de Braço do Norte, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Meleiro.

13. Júlio Cesar Bernardes, da 1ª Vara da comarca de Trombudo Central, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Urubici.

14. Eliane Alfredo Cardoso Luiz, da 4ª Vara Cível da comarca de Joinville para o cargo de 7º Juiz Especial da comarca da Capital.

15. Laudenir Fernando Petroncini, do Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica da comarca de Chapecó, para o cargo de 6º Juiz Especial da comarca da Capital.

16. Iolanda Volkmann, da 2ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul, para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Brusque.

17. Cristina Paul Cunha Bogo, da 26ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Tijucas, para a 24ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Balneário Camboriú.

- POR ANTIGUIDADE

1. Andréa Cristina Rodrigues Studer, do cargo de 2º Juiz Especial da comarca de Joinville, para o de 7º da comarca da Capital.

2. Maximiliano Losso Bunn, do cargo de Juiz de Direito da 1ª vara da comarca de Trombudo Central, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Porto Belo.

3. Mônani Menine Pereira, da comarca de Rio do Campo, para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Porto Belo.

4. André Luiz Anrain Trentini, da comarca de São Lourenço do Oeste, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Santa Cecília.

5. Elaine Cristina de Souza Freitas, do cargo de Juiz Substituto da 9ª Circunscrição Judiciária, com sede em Orleans, para a 6ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Tubarão.

6. Yannick Caubet, da comarca de Descanso para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca de Sombrio.

7. Clayton Cesar Wandscheer, da 1ª Vara Cível da comarca de Mafra para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da comarca de Gaspar.

8. Humberto Goulart da Silveira, da 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Regional de Execuções Penais da comarca de São José.

9. Klaus Corrrêa de Souza, da comarca de Cunha Porã, para o cargo de Juiz de Direito da vara Criminal da comarca de Braço do Norte.

10. Marcos Bigolin, da Vara Criminal da comarca de Curitibanos, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Miguel do Oeste.

11. Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, da 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Blumenau.

12. Reny Baptista Neto, da comarca de Modelo, para o cargo de Juiz de Direito da comarca de Papanduva.

13. André Alexandre Happke, do cargo de 1º Juiz Especial, para a 6ª Vara Cível da comarca da Capital.

14. Bruno Makowiecky Salles, da comarca de Rio do Campo para a 1ª Vara da comarca de Rio Negrinho.

15. Davdson Jahn Mello, da 3ª Vara da Família da comarca de Joinville para o cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Foro do Norte da Ilha, comarca da Capital.

16. Mônica Bonelli Paulo, da 3ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca de Palhoça para a 1ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca da Capital.

V – FORAM APRECIADOS E DEFERIDOS OS PEDIDOS DE OPÇÃO DOS SEGUINTES MAGISTRADOS:

1. Ricardo Rafael do Santos, da 3ª Vara Criminal para a 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau.

2. Décio Menna Barreto de Araújo Filho, da 6ª Vara Cível para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca de Joinville.

3. Jorge Luiz Costa Beber, do Cargo de Juiz de Direito de 2º Grau da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça.

4. Guilherme Nunes Born, do Cargo de Juiz de Direito de 2º Grau da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça.

5. Viviane Isabel Daniel Speck de Souza, do 3º Juizado Especial Cível para a 6ª Vara Cível da comarca de Joinville.

6. Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben, da 3ª Vara Criminal para o 3º Juizado Especial Cível da comarca de Joinville.

7. João Marcos Buch, da 2ª Vara Criminal para a 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville.

8. Gustavo Henrique Aracheski, da 1ª Vara Criminal para a 2ª Vara Criminal da comarca de Joinville.

9. Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, da Vara da Família, Inf. e Juventude, para a 3ª Vara Cível da comarca de Chapecó.

10. Elton Vitor Zuquelo, da Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Inf. e Juventude para a 1ª Vara Cível da comarca de Curitibanos.

11. André Luiz Lopes de Souza , da 2ª Vara Cível para a Vara Criminal da comarca de Mafra.

12. Fernando Zimermann Gerber, da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Fraiburgo.

13. Vânia Petermann, do cargo de 4º Juiz Especial da comarca da Capital, Foro Central, para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro do Continente.

14. Maurício Cavallazzi Póvoas, da 5ª Vara Cível para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara da Família da comarca de Joinville.

15. Leandro Katscharowski Aguiar, da Vara Criminal para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul.

16. Haidée Denise Grin, da 1ª Vara Cível para o cargo de Juiz de Direito da Vara de Sucessões e Registros Públicos da comarca da Capital.

17. Ronaldo Denardi, da 1ª Vara para a 2ª Vara da comarca de São Joaquim.

18. Luiz Zanelato, da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça.

19. Dinart Francisco Machado, da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça.

20. Gerson Cherem II, da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça.

21. Cyd Carlos da Silveira, da Vara da Precatórias, Recuperações Judiciais e Falência para a 1ª Vara Cível da comarca da Capital.

22. Gustavo Schwingel, da 1ª Vara para a 2ª Vara da comarca de Guaramirim.

23. Gilberto Gomes de Oliveira Júnior, da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Ibirama.

24. Luiz Henrique Bonatelli, do cargo de 4º Juiz Especial para a Vara de Precatória, Recuperações Judiciais e Falência da comarca da Capital.

25. Rafael Rabaldo Bottan, da Vara Cível para a Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Inf. e Juventude da comarca de Brusque.

26. Rosane Portella Wolff, da Câmara Especial Regional de Chapecó para o Tribunal de Justiça.

27. Luiz Henrique Martins Portelinha, da Vara da Família para o Juizado Especial Criminal do Foro do Continente, comarca da Capital.

28. Jaime Pedro Bunn, do cargo de 8º Juiz Especial para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da comarca da Capital.

29. Andréa Cristina Rodrigues Studer, do cargo de 7º Juiz Especial para o cargo de Juiz de Direito da Vara da Família do Foro do Continente, comarca da Capital.

30. Gustavo Marcos de Farias, da 5ª Vara Cível para o cargo de 1º Juiz Especial da comarca de Joinville.

31. Guilherme Mattei Borsoi, da 3ª Vara Cível para a 1ª Vara Cível da comarca de Araranguá.

32. Lenoar Bendini Madalena, da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Trombudo Central.

33. Fernando Vieira Luiz, do cargo de 6º Juiz Especial para o cargo de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca da Capital.

34. Rudson Marcos, da 3ª Vara Cível para a 4ª Vara Cível da comarca de Joinville.

35. Augusto César Allet Aguiar, da 2ª Vara de Direito Bancário para a 3ª Vara da Família da comarca de Joinville.

36. Marcelo Volpato de Souza, da 3ª Vara Cível para o Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica da comarca de Chapecó.

37. Fernando Seara Hickel, da Vara Criminal para a 2ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul.

VI – PERMUTA

Foram apreciados e deferidos 04 (quatro) Processos de PERMUTA entre magistrados.

VII - DIREÇÃO DO FORO

Foram apreciadas e deferidas 55 (cinquenta e cinco) indicações para as funções de Diretor do Foro das comarcas com mais de uma Vara.

XIII – APOSENTADORIA

Foram apreciados e deferidos os Processos de aposentadoria dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Mazoni Ferreira e Newton Janke e da Juíza de Direito de Segundo Grau Maria Terezinha Mendonça de Oliveira.

IX – CERTIDÕES REFERENTES À MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA CATARINENSE

Foram providenciadas 39 (trinta e nove) certidões referentes à movimentação na carreira da magistratura catarinense.

X - CERTIDÕES E DECLARAÇÕES FUNCIONAIS FORNECIDAS

Foram fornecidas 54 (cinquenta e quatro) certidões e 5 (cinco) declarações funcionais de interesse dos magistrados.

XI - EDITAIS

Foram abertos 83 (oitenta e três) editais para provimento de cargos na Justiça de Primeiro e Segundo Grau do Estado.

XII - PAUTAS ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO

Foram elaboradas 21 (vinte e uma) pautas administrativas do Tribunal Pleno.

CEPEVID - COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Ato de criação: Resolução n. 3/2012-TJ.

Coordenadora dos Núcleos: Desembargadora Salete Silva Sommariva.

Juiz Assessor Especial da Presidência (até 29/10): Juiz Júlio César Machado Ferreira de Melo

Juiz Assessor Especial da Presidência: Juiz André Alexandre Happke.

Juiz Subcoordenador (a partir de 26/11): Juiz Vilmar Cardozo.

Secretária: Thania Mara Luz.

Assessores: Maria da Graça V. da Silva, Wânia Kamienski, Jussara Aparecida Barboza, Michelle de Souza Gomes Hugill e Cibelene Piazza.

Estagiários: Ana Clara Graciosa Seibel e Bruna Martins Costa.

Grupo Operacional de Execução Penal: Juiz João Marcos Buch, Juiz Humberto Goulart da Silveira, Juiz Rubens Sérgio Salfer, Juiz Pedro W. Carvalho, Juiz Vilmar Cardozo, Juiz Rodrigo Coelho Rodrigues, Juiz Flávio Luis Dell Antônio, Juiz Gustavo Emelau Marchiori.

Grupo Operacional da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Juíza Sônia Maria Moroso Terres, Juiz Maurício Fabiano Mortari, Juíza Ana Luisa Schmidt Ramos, Juiz Cesar Otávio S. Tesseroli, Juiz Ricardo Alexandre Fiuza.

1. Mutirões Carcerários:

MUTIRÃO CARCERÁRIO - 2012				
Comarca	Datas	Presos ouvidos	Solturas	Benefícios concedidos
São Francisco do Sul	25/06 a 29/06	72	1	13
Araranguá	30/07 a 03/08 08/08 a 10/08	179	52	54
Tijucas	27/08 a 31/08	144	5	65
Blumenau	24/09 a 28/09 01/10 a 05/09	300	98	308
Lages	26/11 a 30/11	148	40	85

1.1 Registros fotográficos de alguns mutirões carcerários:



Mutirão Carcerário de São Francisco do Sul – Jun/2012



Mutirão Carcerário de Araranguá – Jul/2012



Mutirão Carcerário de Tijucas - Ago/2012



Mutirão Carcerário de Blumenau - Set/2012

2. Reuniões e compromissos da Cepevid:

MÊS DE FEVEREIRO		
DATA	LOCAL	MOTIVO
24/02/12	Florianópolis	Definição da minuta de Resolução da CEPEVID (CGJ)
28/02/12	Florianópolis	Visita ao Presídio Feminino da Capital

MÊS DE MARÇO		
DATA	LOCAL	MOTIVO
01/03/12	Itajaí	Visita ao Presídio Regional de Itajaí
02/03/12	Florianópolis	Definição da minuta de Resolução da CEPEVID (CGJ)
05/03/12	Florianópolis	Visita à Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca da Capital
12 a 14/03/2012	Florianópolis	Curso de Atualização em Execução Penal – Academia Judicial
15/03/12	Brasília	Reunião do Grupo do ENASP – Persecução Penal.
27/03/12	Florianópolis	Reunião com a Pastoral Carcerária, Juiz da Vara de Execuções Penais da Capital e Cepevid. Assunto: APAC.
29/03/12	Florianópolis	Nomeação do Conselho da Comunidade da Capital pelo Juiz da Vara de Execuções Penais da Capital.

MÊS DE ABRIL		
DATA	LOCAL	MOTIVO
02/04/12	Florianópolis	Reunião com a Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Assunto: APAC.
09/04/12	Florianópolis	Reunião com o Diretor do DEAP, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.
11/04/12	Florianópolis	Reunião com a Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e UFSC. Projeto Universidade sem Muros

19/04/12	Florianópolis	Firmado convênio com o SENAI, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e TJSC - Visando a capacitação profissional de reeducandos da Penitenciária da Capital.

MÊS DE MAIO		
DATA	LOCAL	MOTIVO
02/05/12	Florianópolis	Reunião com o Inspetor-Chefe da Receita Federal. Assunto: Doação de bens ao Projeto APAC.
03/05/12	Florianópolis	Reunião com o DEAP, UFSC e Juiz da Vara de Execuções Penais da Capital acerca do Projeto Universidade sem Muros.
04/05/12	Florianópolis	Participação na audiência pública realizada na ALESC acerca da CPMI da Lei Maria da Penha.
15/05/12	Florianópolis	Participação na audiência pública realizada na ALESC acerca da APAC.
22/05/12	Florianópolis	Reunião com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
24/05/12	Florianópolis	Reunião com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania acerca da estruturação das Centrais de Penas e Medidas Alternativas

MÊS DE JUNHO		
DATA	LOCAL	MOTIVO
04/06/12	Florianópolis	Primeira Reunião do Núcleo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
11/06/12	Florianópolis	Primeira Reunião do Núcleo de Execução Penal.
11/06/12	Florianópolis	Reunião com o Secretário de Estado da Segurança Pública e Delegado-Geral acerca da especialização das Delegacias de Polícias – Violência Doméstica.
12/06/12	Florianópolis	Visita ao HCTP
14/06/12	Itajaí	Visita ao Presídio Regional de Itajaí
15/06/12	Balneário Camboriú	Visita às instalações desativadas do Presídio Regional de Balneário Camboriú.
25 a 29/06/12	São Francisco do Sul	Mutirão Carcerário de São Francisco do Sul

MÊS DE JULHO		
DATA	LOCAL	MOTIVO
04/07/12	Florianópolis	Segunda Reunião do Núcleo da Violência Doméstica
04/07/12	Florianópolis	Segunda Reunião do Núcleo de Execução Penal
05/07/12	Florianópolis	Reunião com o Conselho da Comunidade de Laguna, acerca do Projeto ACUSTRA.
14 a 12/07/12	Minas Gerais	Visita aos Projetos PAI PJ e APAC. Modelo Minas Gerais.
25/07/12	Florianópolis	Reunião com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Ministério Público acerca das Centrais de Penas e Medidas Alternativas
30 a 03/08/12	Araranguá	Mutirão Carcerário do Comarca de Araranguá.

MÊS DE AGOSTO		
DATA	LOCAL	MOTIVO

08 a 10/08/12	Araranguá	Prorrogação do Mutirão Carcerário de Araranguá
14/08/12	Brasília	Audiência Pública do Indulto Natalino
15/08/12	Florianópolis	Terceira Reunião do Núcleo da Violência Doméstica.
15/08/12	Florianópolis	Terceira Reunião do Núcleo de Execução Penal
17/08/12	Florianópolis	Reunião com a Academia Judicial e CGJ acerca do II FEMEPE.
20/08/12	Florianópolis	Reunião com o Ministério Público acerca do Curso de Capacitação de Persecução Penal (ENASP)
21/08/12	Blumenau	Reunião Preparatória do Mutirão Carcerário de Blumenau
22/08/12	Florianópolis	Seminário da Violência contra a Mulher (ALESC)
27 a 31/08/12	Tijucas	Mutirão Carcerário de Tijucas

MÊS DE SETEMBRO		
DATA	LOCAL	MOTIVO
04/09/12	Rio de Janeiro	Seminário Saúde Mental - CNJ
05/09/12	Florianópolis	Quarta Reunião do Núcleo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
11/09/12	Florianópolis	Reunião com os Diretores dos Foros da Capital e São José acerca da Central de Penas e Medidas Alternativas.
12/09/12	Florianópolis	Reunião com o DEAP. Situação prisional do Estado.
13/09/12	Joinville	Reunião acerca das Centrais de Penas e Medidas Alternativas com Direção do Foro.
14/09/12	Florianópolis	Reunião acerca do Projeto ACUSTRA – Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Juiz Vara Criminal de Laguna.
20/09/12	Florianópolis	Reunião na Secretaria de Estado da Segurança Pública acerca do convênio FUNAD.
24 a 28/09/12	Blumenau	Mutirão Carcerário de Blumenau
25/09/12	Blumenau	Reunião com a Direção do Foro acerca das Centrais de Penas e Medidas Alternativas.
26/09/12	Florianópolis	Reunião acerca do Projeto APAC.
27/09/12	Blumenau	Reunião com as autoridades locais acerca da situação do Presídio Regional de Blumenau

MÊS DE OUTUBRO		
DATA	LOCAL	MOTIVO
01 a 05/09/12	Blumenau	Mutirão Carcerário de Blumenau.
03/09/12	Florianópolis	Reunião acerca do Projeto APAC.
10/09/12	Florianópolis	Quarta Reunião do Núcleo de Execução Penal.
10/09/12	Florianópolis	Reunião com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, DEAP, Corregedoria da Polícia Militar (Comissão de Prevenção à Tortura).
26/09/12	Criciúma	Reunião com a Direção do Foro acerca das Centrais de Penas e Medidas Alternativas.

MÊS DE NOVEMBRO		
DATA	LOCAL	MOTIVO
06/11/12	Blumenau	Entrega dos atestados de pena a cumprir aos reeducandos do Presídio Regional de Blumenau.
07 a 09/12	Porto Velho	IV FONAVID
23/11/12	Lages	Reunião Preparatória do Mutirão Carcerário de Lages.
26 a 30/11/12	Lages	Mutirão Carcerário de Lages

MÊS DE DEZEMBRO		
DATA	LOCAL	MOTIVO
06 a 07/12/12	Florianópolis	1º FEVID – Fórum Estadual da Violência Doméstica.
10/12/12	Florianópolis	Reunião com a Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Pastoral Carcerária. Assunto: APAC.
11/12/12	Florianópolis	Reunião com a Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania acerca do Projeto Começar de Novo.
11/12/12	Florianópolis	Reunião com o Comando da Polícia Militar acerca de fiscalização do regime aberto.

3. Eventos realizados em parceria com a Academia Judicial

- 6 e 7 de dezembro de 2012.

1º FEVID – Fórum Estadual de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com o objetivo de reunir magistrados catarinenses com competência em violência doméstica e familiar contra a mulher, visando o aperfeiçoamento na aplicação da Lei Maria da Penha.

3.1. Lançamento da Cartilha "Dê um basta na violência", no 1º FEVID – Fórum Estadual da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

4. Projeto lançado:

- 25/10 – PROAPI - Programa de Assistência ao Paciente Infrator

Esse projeto busca atender a política antimanicomial prevista na Lei 10.216/01, bem como as orientações apontadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ no I Seminário de Saúde Mental e Lei na execução das medidas de segurança nos pacientes judiciários.

O projeto tem previsão de duração de um ano, com início previsto para novembro de 2012 e término previsto para novembro de 2013. Contará com equipe técnica da CEPEVID e servidores do Tribunal de Justiça.

4. Processos Administrativos Relacionados à Cepevid: 236 processos.

NÚMERO	ASSUNTO
413266-2011.1	Acesso ao Sistema do IPEN – Requerente: Juiz de Direito Edson Marcos de Mendonça – Comarca de Blumenau
424652-2011.7	Levantamento junto às Comarcas do quantitativo de Armas de Fogo, Armas Brancas, Acessórios e Munições.
415481-2011.9	1º Mutirão Carcerário do CNJ em SC e Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados e Servidores de Vara de Execução Penal, nos dias 18 a 20/05/11 na Região Sul
437123-2011.2	Presidio Regional de Blumenau – Denúncia de Rebelião. Comunicante: Larissa Zeferino

NÚMERO	ASSUNTO
413266-2011.1	Acesso ao Sistema do IPEN – Requerente: Juiz de Direito Edson Marcos de Mendonça – Comarca de Blumenau
441779-2011.8	Comissão de Segurança dos Magistrados – Ameaça de Magistrados – requerentes: juízes Romano Enzweiler (Comarca de São Bento do Sul) e Rodrigo Tavares Martins (Comarca Ibirama)
428519-2011.0	Sindicato dos Oficiais de Justiça – Cumprimento de Atos Audiciais de cunho Coercitivo - Reivindicações quanto aos Procedimentos para Cumprimento.
415907-2011.1	Cardápio Diário para Alimentação dos Presos – Proposta
443817-2011.5	Preso Provisório Almir Theiss Junior - Alegada Transferência de Estabelecimento Prisional sem Concordância Magistrado – Requerente Nina da Costa
439411-2011.9	Escolta de Presos para Audiências – Competência
400486-2011.8	Convênio – Ministério da Justiça e Estado de SC - Projeto "Capacitação para Operadores da Execução Penal".
434531-2011.2	Frequência ao CAPS Necessidade de Apresentação de Cópia de Laudo de Cessação de Periculosidade. Direção do HCTP
433978-2011.9	Inexistência de Cadeia Pública na Comarca de Rio Negrinho para Manter a Custódia de Presos - Comunicante: juiz Guilherme Mattei Borsoi
399445-2010.7	V Encontro Estadual de Conselhos da Comunidade – dias 26 e 27 de Maio em Blumenau/SC
428124-2011.1	Reforma das Celas da Carceragem junto ao Fórum da Capital (Item 13 do Relatório Final do Mutirão Carcerário do CNJ)
443829-2011.9	Projeto de Intervenção Pedagógica – Requerente André Luiz Alves do Presídio de Xanxerê
441956-2011.1	Inspeção no Presídio de Joinville
455240-2012.7	UPA de Videira - Pedido para Transferência de 15 Presos – Requerente Magistrado Cláudio Brabosa Filho – juiz de direito da Comarca de Videira
373117-2010.0	Ato Normativo n. 0002273-30.2010.2.00.000 - Alteração de Dispositivos da Resolução 66/ CNJ
385283-2010.0	Defensoria Pública em Atuação na Força Nacional em Execução Penal - Instauração de Procedimento Judicial Especial - Penitenciária de São Pedro de Alcântara
413852-2011.0	Denúncia de Irregularidades no Presídio de São Pedro de Alcântara - Denunciantes: Sidnei Benitz, Célia Arlete Duarte, Angela Maria de Oliveira e Adolfo Vaz da Silva (Pais de Detentos)
385346-2010.2	Mutirão Carcerário de São Pedro de Alcântara - Processo CGJ 0354 (016202) - Atuação no Programa de Implantação de Serviços Judiciários.
389504-2010.1	Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de SC – AACRIMESC – e CGJ
397884-2010.2	Mutirão Carcerário no Presídio de Mafra: dias 11 a 16 de Abril de 2011
409063-2011.2	Mutirão Carcerário na Comarca de Caçador: Abril de 2011
408033-2011.5	Mutirão Carcerário na Comarca de Porto União
397886-2010.9	Mutirão Carcerário na UPA de Canoinhas: dias 11 a 16 de abril de 2011
376852-2010.0	Projeto Começar de Novo (RES. 96/2009 do CNJ) – Identificação dos Projetos Correlatos nas Comarcas
373979-2010.1	Apresentação do Instituto da Terra
375210-2010.0	Proposta de Convênio com a Associação Cultural Social e Terapêutica (ACUSTRA) da Região da AMUREL para atuar no Programa Começar de Novo em Benefício dos Sentenciados.
376381-2010.1	Projeto Âncora – Trabalho Prisional na Comarca de Jaraguá do Sul
434848-2011.6	Participação no evento IIV CONEPA- Congresso Nacional de Alternativas Penais, da Assessora Maria da Graça V. da Silva e do Juiz Flávio Del'antonio a Realizar-se nos dias 19 a 21/10/2011
374170-2010.2	Fluxograma de Atendimento Previdência para Detentos
436975-2011.0	Projeto Começar de Novo (RES 96/06 do CNJ) - Acompanhamento dos Convênios firmados entre Secretaria de Justiça e Cidadania e Empresas Privadas disponibilizando Vaga de Emprego a Presos e Egressos
432710-2011.1	Projeto Módulo de Registro do TJGO – Visita da Equipe da CEPIJ nos dias 21 a 23/09/2011
403366-2011.3	Segurança dos Fóruns

NÚMERO	ASSUNTO
413266-2011.1	Acesso ao Sistema do IPEN – Requerente: Juiz de Direito Edson Marcos de Mendonça – Comarca de Blumenau
290389-2007.0	Ofício n. 414/2007 – encaminha Moção n. 13/2007 de autoria da Vereadora Mariluci Deschamps Rosa
388683-2010.2	Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP – Indicação de Representantes dos Grupos Temáticos
406599-2011.9	Mutirões Carcerários – Proposta de Minuta para Institucionalização do Mutirão Carcerário no Estado
434532-2011.0	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) – Calendário das Reuniões Ordinárias
372935-2010.4	Convênio para Instalação de Centrais de Penas Alternativas nas Comarcas da Capital e São José
377055-2010.9	Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas (CONAPA)
401737-2011.4	Lei nº 12.313/2010 – Prevê Assistência Jurídica ao Preso dentro do Presídio e atribui Competências à Defensoria Pública
377056-2010.7	Projeto de Revitalização da Execução Penal no Estado de Santa Catarina
409067-2011.5	Segurança Institucional dos Magistrados.
377057-2010.5	Fórum Estadual de Magistrados de Execução Penal
405104-2011.1	Projeto para Cumprimento de Pena Restritiva de Direito e Medida Socieducativa na Modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade. Autor: Juiz Flávio Luiz Dell'Antonio
443830-2011.2	Inspeção no Presídio Regional de Lages
444707-2011.7	HC n. 2011.075632-1, da Comarca de Joinville – Paciente Fernando Ezequiel Menezes de Oliveira – Acompanhamento da Ordem
381560-2010.9	Orientação n. 33 (Execução Penal) – Análise com base na Resolução n. 113/2010 do CNJ
416067-2011.3	Inspeção nos Estabelecimentos Prisionais da Grande Florianópolis
422328-2011.4	Encontro Nacional do Encarceramento Feminino – CNJ - Dia 29 de Junho de 2011
421929-2011.5	Apresentação do projeto APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado
407924-2011.8	Regras da ONU com relação as Mulheres Presas
437919-2011.5	Doação de Computadores para a Escola do Complexo Penitenciário de Florianópolis
401754-2011.4	Projeto sobre Medidas de Segurança
437126-2011.7	Projeto Educativo na UPA de São Joaquim – Centro de Direitos Humanos de São Joaquim
3835596-2010.0	Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário de Santa Catarina
449305-2012.2	Pedido de Informações da Advogada Daisy Cristine Neitzke Heuer acerca do Reeducando Daniel Rosa
449306-2012.0	Ofício oriundo da 4ª Vara Criminal da Capital referente a situação do Reeducando Thiago Pfaender de Lima
449329-2012.0	Transferência do Reeducando Ricardo Cristino Brito
429661-2011.3	Denúncia contra o Presídio Regional de Joinville em que é Denunciante o Conselho da Comunidade
414638-2011.7	Comissão de Segurança dos Magistrados em situação de Risco – Sequestro de Servidora do Fórum de Ibirama – Comunicante: Cláudio Márcio Areco Júnior.
444708-2011.5	Recomendação nº 09/2011 em face das Violações dos Direitos Constitucionais Humanos da População Carcerária Brasileira.
391002-2010.4	Monitoramento Eletrônico de Presos
454525-2012.7	Pedido de Providências. Complexo Penitenciário de São Pedro. Irregularidades.
449385-2012.0	Comissão de Segurança dos Magistrados – Ameaça ao Juiz de Direito Marlon Negri da Comarca de Joaçaba.
449384-2012.2	Padronização dos Procedimentos de Visita dos Advogados aos Reeducandos pelo DEAP
449383-2012.2	Denúncia de Violação de Direitos Humanos

NÚMERO	ASSUNTO
413266-2011.1	Acesso ao Sistema do IPEN – Requerente: Juiz de Direito Edson Marcos de Mendonça – Comarca de Blumenau
449382-2012.6	Comunicação Interna nº 023/2012 do DEAP
449803-2012.8	Diretrizes Básicas para a Arquitetura Penal
4438030-2011.2	Inspeção no Presídio Regional de Lages
421442-2011.0	Ofício n. 15/2011. Proposta de resolução para Cisão da CEPIJ com a Criação de Coordenadorias Específicas para cada uma das Áreas de Atuação
411325-2011.0	Denúncia de Supostas Agressões a Presos nas Dependências da Penitenciária Sul, em Criciúma
404505-2011.0	Prestação de Serviço à Comunidade – Prestador do Serviço Vitimado durante a Prestação do serviço – Responsabilidade – Consulta formulada pelo Magistrado Cláudio Barbosa Fontes Filho
449383-2012.4	Denúncia de violação de Direitos Humanos
450889-2012.0	Atualização do Número de Vagas Especializadas e Centrais de Penas e Medidas Alternativas
389505-2010.0	Ata da Reunião Realizada na Comarca de Fraiburgo, referente a Interdição parcial do Presídio Regional daquela Comarca
437917-2011.9	Adv. Marlon solicita seja Deferido Prisão Domiciliar para seu Cliente que é Portador de HIV e Tuberculose (autos 023.11.024040-8) - Pleito indeferido pela Magistrada da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
451285-2012.5	Suposta Greve de Fome no Presídio de Mafra
431018-2011.7	CGJ 0097/2011 – Requer Cooperação de Assistente Social na VEP Capital.
374786-2010.7	Minuta de Convênio entre o TJSC. Começar de Novo (SENAI)
451788-2012.1	Inspeção na Penitenciária de São Pedro de Alcântara
452311-2012.3	Tumulto e Morte no Presídio Regional de Itajai
452312-2012.1	Transporte de Réus Presos
446767-2012.1	Ofício Circular n. 127/GAB/NJF – VI Jornada da Lei Maria da Penha
453174-2012.4	Projeto Universidade sem Muros
375308-2010.5	Mutirão Regional Carcerário no Presídio de Araranguá
453549-2012.9	Aquisição de Testes Psicológicos
424487-2011.7	Institui o Grupo de Trabalho para Levantamento e Apuração de Abuso de Autoridade, Tortura e qualquer tipo de Violência contra Presos no Estado de SC
271190-2007.7	Convênio Curso de Formação Profissional para Apenados do PR Araranguá
454398-2012.0	Vara de Execuções Penais de Criciúma – Direito a Vistas e Banho de Sol no Sistema Carcerário Barriga Verde
454544-2012.3	CGJ 0142/2011 - Vara Criminal da Comarca de Videira – Auxílio para Internação de Réu em Hospital Psiquiátrico
454542-2012.7	CGJ 1379/2010 – Comarca de Criciúma – Reclamação contra Agressões Sofridas Contra Sentenciado
454958-2012.9	Ofício nº 114/CPMIVCM – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Pedido de Informações acerca das Denuncias de Omissão com Relação a Aplicação da Lei de Violência contra a Mulher
4555240-2012.7	Ofício nº 453/2012 – Gerência de Execução Penal – Informações de Transferências
455110-2012.9	0012564-31.2011.8.24.0600 – Pedido de Providências – Conselhos de Comunidade – Denúncia – Presídio de Tubarão
455101-2012.0	0010326-05.2012 – Pedido de Providências – Execuções Penais – CNJ – Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Medidas Socioeducativas
455099-2012.4	0010310-51.2012.8.24.0600 - Pedido de Providências – Execuções Penais – Denúncia de Maus Tratos à Preso no Presídio de Mafra
455105-2012.2	0010333-94.2012.8.24.0600 - Pedido de Providências – Execuções Penais – Condições Precárias do Presídio de Joinville
455106-2012.0	0010309-66.2012.8.24.0600 - Pedido de Providências – Execuções Penais – Condições Precárias do Presídio de Itajaí

NÚMERO	ASSUNTO
413266-2011.1	Acesso ao Sistema do IPEN – Requerente: Juiz de Direito Edson Marcos de Mendonça – Comarca de Blumenau
455107-2012.9	0010139-31.2012.8.24.0600 - Pedido de Providências – Transferência de Presos
455103-2012.6	0010072-66.2012.8.24.0600 - Pedido de providências – Execuções Penais – Vara Criminal de Indaial – Não Apresentação de Presos à Audiência
455102-2012.8	0012063-77.2012.8.24.0600 - Pedido de Providências – Execuções Penais – 1ª Vara Criminal da Comarca de Balneário Camboriú
455111-2012.7	0015058-20.2012.8.24.0600 - Pedido de Providências – CNJ e outros - Transferência de Presos – Penitenciária de São Pedro de Alcântara
455108-2012.7	0011945-04.2012.8.24.0600 - Pedido de Providências – Transferência de Presos – Comarca de Chapecó
455104-2012.4	0010317-43.2012.8.24.0600 - Pedido de Providências – Execuções Penais – Requerente: Alessandra
455113-2012.3	0011354-42.2012.8.24.0600 - Pedido de providências – Mapas Estatísticos - Inquéritos e Ações Penais sobre Abuso de Autoridade e Tortura contra Apenados e Presos
455109-2012.5	0012545-25.2012.8.24.0600 - Pedido de Providências – Requerente: Interdição do Presídio Regional de Balneário Camboriú
455312-2012.8	0012371-16.2001 - Pedido de Providências – Transferência de Presos – Rqte: CNJ e outros. Requerido: Juizo de Direito da Vara Criminal de Brusque e outro
423566-2011.5	Projeto de Rotina Cartorária para VEP da Capital
455329-2012.2	UPA de Capinzal
455596-2012.1	Ciência – Relatório Referente ao Mutirão Carcerário realizado no Estado de Santa Catarina
368284-2010.1	Processo CGJ 0188/2010 -m Ata da 1ª Reunião do Núcleo de Execuções Penais – Mutirão Carcerário em Curitibanos
457378-2012.1	Projeto APAC – Pastoral Carcerária
457307-2012.2	Acompanhamento da ordem de Habeas Corpus Nº 2011.092848-9, em que é paciente Flávio Carlos de Meira
421929-2011.5	Apresentação do projeto APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) do TJMG pela Desembargadora Jane da Silva.
455106-2012.0	Pedido de Providências – Denúncia de Maus Tratos - Presídio Regional de Itajaí
376101-2010.0	Ofício n. 585/GP Resolução n. 96/CNJ – Informações sobre o Começar de Novo
397874-2010.5	Mutirão Carcerário da Comarca de Jaraguá do Sul
458395-2012.7	Formalização de convênio – Central de Medidas e Penas Alternativas da Comarca de Blumenau
458941-2012.6	Auxílio para Internação no HCTP
454730-2012.6	Pedido de Providências – Execuções Penais – Requerentes: Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Curitibanos e outros
371741-2010	Programa Execução Penal de Ofício
459941-2012.1	Abertura do Sistema de Gestão de Convênios (DEPEN) para Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas Alternativas
460062-2012.2	Visita ao Centro de Triagem do Estreito
460039-2012.8	Visita ao Presídio Feminino
460040-2012.1	Visita a Penitenciária de Florianópolis
460038-2012.0	Visita ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
460037-2012.1	Inspeção nos Estabelecimentos Prisionais da Grande Florianópolis
460036-2012.3	Inspeção nos Estabelecimentos Prisionais da Grande Florianópolis
414634-2011.4	Oficio Circular Nº 220/GP – ENASP – Execução de Metas
460980-2012.8	Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

NÚMERO	ASSUNTO
413266-2011.1	Acesso ao Sistema do IPEN – Requerente: Juiz de Direito Edson Marcos de Mendonça – Comarca de Blumenau
461892-2012.0	Estudo e Dados Estatísticos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
461893-2012.9	Estudo e Dados Estatísticos relativos à Execução Penal e Mutirão Carcerário
461336-2012.8	Consulta sobre funcionamento do Projeto Começar de Novo - CNJ
439410-2011.0	Criação de Cargos de Assistente Social e Psicólogo para as Unidades Especializadas em Violência Domestica e Familiar
449307-2012.9	Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação da Lei Maria da Penha
397875-2010.3	Mutirão Carcerário na Unidade Prisional Avançada (UPA) de São Francisco do Sul: 21 a 25/02/2011
368279-2010.0	Ata da 1ª Reunião do Núcleo de Execuções Penais – Mutirão Carcerário em Chapecó.
368029-2010.0	Ata da 1ª reunião do Núcleo de Execuções Penais – Mutirão Carcerário em Joinville
372877-2010.3	Mutirão Carcerário de Itajaí
368280-2010.3	Processo n° CGJ 0187 - Ata da 1ª reunião do Núcleo de Execuções Penais – Mutirão Carcerário em Lages.
372932-2010.0	Mutirão Carcerário de Balneário Camboriú
375309-2010.3	Mutirão Carcerário de Tubarão
368282-2010.0	Processo n° CGJ 0189 - Ata da 1ª Reunião do Núcleo de Execuções Penais – Mutirão Carcerário em Blumenau
370923-2010.0	CGJ 1350/2009 – Mutirão/Execuções Penais – OAB/SC Subseção de Criciúma – Advogados a Disposição
462884-2012.5	Ausência de Vaga no HCTP
461891-2012.2	Indicação de um Membro do Poder Judiciário para compor o CONSEM – Conselho de Segurança Municipal de Florianópolis
463092-2012.0	Projeto para Monitoramento de Pedófilos em todas as fases da Execução Penal e após o Cumprimento da Pena
463635-2012.0	Reunião do Núcleo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – dia 04/06, às 14 h
463636-2012.8	Proposta de Institucionalização de Centrais de Penas Alternativas pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
383596-2010.0	Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário de Santa Catarina
404506-2011.8	Programa de Atenção ao Paciente Judiciário PAI-PJ
464497-2012.2	Mutirão Carcerário da Comarca de São Francisco do Sul, no período de 25 a 29 de junho de 2012.
463900-2012.6	Ofício-Circular n. 1560/DMF – Resolução n. 96 CNJ – Informações acerca do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
464904-2012.4	Indicação de Representante para Equipe Intersetorial – PGJ – Problemas no HCTP
463633-2012.3	Visita às Unidades Prisionais de Itajaí e Balneário Camboriú – nos dias 14 e 15 de Junho do corrente
463634-2012.1	Reunião do Núcleo de Execução Penal
464497-2012.2	Mutirão Carcerário da Comarca de São Francisco do Sul
465411-2012.0	Solicitação de Dados sobre Penas e Medidas Alternativas aplicadas em 2011
466476-2012.0	Autorização para Participar do 2° workshop "Alternativas penais"
466477-2012.9	Cartilha Maria da Penha
373826-2010.4	TJGO/TJSC Calculadora de Pena. Convênio
416372-2011.9	Criação de Vara de Inquéritos para a Região Metropolitana da Capital
466794-2012.8	Provimento de Cargos de TJA para 3ª Vara Criminal de Joinville – CEMPA a ser criada.

NÚMERO	ASSUNTO
413266-2011.1	Acesso ao Sistema do IPEN – Requerente: Juiz de Direito Edson Marcos de Mendonça – Comarca de Blumenau
467515-2012.0	Mutirão Carcerário da Comarca de Araranguá – 30 de junho de a 03 de Agosto
467923-2012.7	Apresentação do Projeto da ACUSTRA para Central de Penas e Medidas Alternativas
468411-2012.7	Projeto Caminhos da Cidadania
468165-2012.7	Aparelhamento do Conselho Penitenciário
406393-2011.7	Planejamento Estratégico do Núcleo de Execução Penal da CEPIJ
469767-2012.7	Convite Oficial. Audiência Pública do Indulto Natalino de 2012, que ocorrerá dia 14/08/2012, em Brasília
470576-2012.9	Informações Pronasci – Solicitação de Informações da Ação Estrutural nº 5 – Lei Maria da Penha
413891-2012.8	Custeio para participação do Magistrado Vilmar Cardoso e da Servidora Wânia Kamienski, no Seminário de Saúde Mental e Lei promovido pelo CNJ
477545-2012.5	Consulta acerca da Destinação das Verbas Pecuniárias
470443-2012.6	Metas 3 e 4 do ENASP
480840-2012.1	Processo nº 0012969-33.2012.8.24.0600 – Ausência de Vaga para Internação de Mulheres – Comarca de Palmitos
376851-2010.1	Projeto Começar de Novo (Res. 96/2009 do CNJ) – Instalação dos Conselhos da Comunidade
482105-2012.0	Ofício n. 0303/2012/GAB/DEAP – solicita que não sejam realizadas Audiências com Reeducandos quando da Aplicação do ENEM
469610-2012.7	Ofício nº 50/CNPCP – Número de Presos Indultados no Ano de 2011
469225-2012.0	Acompanhamento da Ordem- Habeas Corpus nº 2012.026312-8, na Comarca de Balneário Camboriú
468808-2012.2	Pagamento de Gratificação – Mutirão Carcerário da Comarca de Araranguá/2012
468411-2012.7	Projeto Caminhos da Cidadania - SIE e SJC
468165-2012.7	Aparelhamento do Conselho Penitenciário
468164-2012.9	Reanálise da Competência nos Crimes de Homicídios no Âmbito da Violência Doméstica
467923-2012.7	Apresentação do Projeto da ACUSTRA para a Central de Penas e Medidas Alternativas
467515-2012.0	Mutirão Carcerário da Comarca de Araranguá – 30 de Junho a 03 de Agosto de 2012
466794-2012.8	Provimento de Cargos de TJA para a 3ª Vara Criminal de Joinville
466477-2012.9	Cartilha Maria da Penha
466476-2012.0	Autorização para Participação do 2º Workshop "Alternativas Penais"
464905-2012.2	Solicitação de Dados Estatísticos no que concerne à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Coord. da Bancada Feminina da ALESC
464904-2012.4	Indicação de Representante para a Equipe Intersetorial – PGJ – Problemas do HCTP
464686-2012.0	Estruturação das Delegacias de Polícia especializadas para atendimento às Vítimas de Violência Doméstica
464685-2012.1	Fórum Estadual da Violência Doméstica e Familiar
463900-2012.6	Ofício-circular 1560/DMF – Resolução nº 96/CNJ – Informações acerca do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário
463636-2012.8	Proposta de Institucionalização de Centrais de Penas Alternativas pela Secretaria de Secretaria de Justiça e Cidadania
463635-2012.0	Reunião do Núcleo da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
463634-2012.1	Reunião do Núcleo de Execução Penal
463633-2012.3	Visita às Unidades Prisionais de Itajaí e Balneário Camboriú nos dias 14 e 15 de Maio
463092-2012.0	Projeto para Monitoramento de Pedófilos em todas as fases da Execução Penal e após o Cumprimento da Pena

NÚMERO	ASSUNTO
413266-2011.1	Acesso ao Sistema do IPEN – Requerente: Juiz de Direito Edson Marcos de Mendonça – Comarca de Blumenau
462884-2012.5	Ausência de Vaga no HCTP
461893-2012.9	Estudo e Dados Estatísticos relativos a Execução Penal e Mutirão Carcerário
461892-2012.0	Estudo e Dados Estatísticos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
461891-2012.2	Indicação de um Membro do Poder Judiciário para compor o CONSEM – Conselho de Segurança Municipal de Florianópolis
460685-2012.0	Ameaça de Morte a Magistrado - Requerente Ricardo Rafael dos Santos
460062-2012.2	Visita ao Centro de Triagem do Estreito
460040-2012.1	Visita a Penitenciária de Florianópolis
460039-2012.8	Visita ao Presídio Feminino
460038-2012.0	Visita ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
460037-2012.1	Visita a Colônia Penal Agrícola
460036-2012.3	Visita ao Presídio Masculino de Florianópolis
482721-2012.0	Projeto PROAPI – Programa de Assistência ao Paciente Infrator
479461-2012.3	Ofício nº 279/2012 – Departamento de Administração Prisional – informações acerca do egresso Josias Gonçalves de Jesus
479266-2012.1	Doação de Veículos pelo Ministério da Justiça aos Conselhos Comunitários
477366-2012.7	Alteração de Competência da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Lages
477197-2012.4	Gratificação à Servidora Dajana Doener pela Atuação como Secretária do Mutirão Carcerário de Blumenau
473103-2012.4	Seminário de Políticas Públicas na Defesa dos Direitos e no Combatea Violência contra as Mulheres nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2012
472470-2012.4	Mutirão Carcerário da Comarca de Tijucas
471078-2012.9	Requisição de Compra nº 002 – Coletes para o Mutirão Carcerário
481457-2012.6	Denúncias de maus tratos do Reeducando Paulo Alexandre de Oliveira
480988-2012.2	Regulamentação da Visita Íntima
480837-2012.1	Processo 0012970-18.8.24.0600 – Denúncias de Agressões Físicas e Morte de um Incluso no Presídio Regional de Chapecó
480526-2012.7	Situação da Presa Edicleia da Silva – Comarca de Blumenau
478439-2012.1	Doação de Veículos pelo DEPEN aos Conselhos de Comunidade
478438-2012.3	Transferência do Apenado Jonas Kurt Schreiner
477546-2012.5	Consulta acerca da Destinação das Verbas das Penas Pecuniárias
477174-2012.5	Lei nº 12.714/2012 – Dispõe sobre o sitema de Acompanhamento da Execução das Penas, da Prisão Cautelar e da Medida de Segurança
476904-2012.0	Evento - FEMEPE - II Fórum Estadual de Magistrados de Execução Penal
475394-2012.1	Denúncia de Maus Tratos relativo a Réu Preso
475178-2012.7	Morte no Presídio de Rio do Sul
473891-2012.8	Custeio para participação do Magistrado Wilmas Cardozo e da Servidora Wânia Kamienski, no Seminário de Saúde Mental e Lei promovido do CNJ, que será realizado no dia 04 de Setembro de 2012 na cidade do Rio de Janeiro/RJ
472310-2012.4	Mutirão Carcerário na Comarca de Blumenau
471698-2012.1	Curso de Capacitação em Persecução Penal nos Crimes de Homicídio - MPSC E ENASP
439410-2010.0	Criação de cargos de Assistente Social e Psicólogo para a s Unidades Especializadas em violência domésticas e familiar – Requerente Juiz de Direito Mauricio Fabiano Mortari da comarca de Tubarão

NÚMERO	ASSUNTO
413266-2011.1	Acesso ao Sistema do IPEN – Requerente: Juiz de Direito Edson Marcos de Mendonça – Comarca de Blumenau
479185-2012.1	IV FONAVID – Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa do TJ, durante o ano de 2012, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 2.188 informes oficiais, assim divididos: 1.850 *releases* (matérias jornalísticas) e 338 notas enviadas a colunas nas páginas dedicadas ao Judiciário nas mídias estadual e nacional. Neste ano, em média, registraram-se 8,75 informes produzidos em cada dia útil trabalhado, e um aproveitamento estimado em 90% de todo o material enviado às redações.

A média de acessos diários em nosso campo de notícias na internet/intranet alcançou a marca de 5 mil/dia, o que no total ultrapassa 1 milhão de acessos no ano, números obtidos principalmente após as alterações promovidas em nosso site, com a crescente valorização da informação em área de destaque, aliadas ao comprometimento e profissionalismo de nossa enxuta equipe de trabalho.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – tanto ao público interno como aos jornalistas interessados em obter informações do Judiciário estadual. Por conta desta interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens com o presidente do TJ e demais integrantes desta Corte a emissoras de rádio e televisão, inclusive representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados de 1º e 2º grau para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e a suas diversas interpretações pelos órgãos de comunicação do Estado e do país, disponibilizando essas informações via computador para toda a rede do Judiciário estadual, com alcance de 3 mil terminais em todas as 111 comarcas de Santa Catarina. A assessoria manteve e administrou espaço nas páginas da intranet e internet, oferecendo aos públicos interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário, na seção "Notícias do TJ".

Tivemos ainda, ao longo do ano, a publicação do boletim eletrônico Veredicto, com 20 edições lançadas durante o período. Todas as edições foram disponibilizadas na página do TJ - intranet/internet. É um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na Assessoria de Imprensa, com base em projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ. Neste ano, a partir de abril, iniciamos também a elaboração do boletim eletrônico Magistral, meio de comunicação da Corregedoria-Geral de Justiça do TJ para dar divulgação aos seus projetos e trabalhos cotidianos. Foram oito edições neste período.

Em 2012, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve – pelo sétimo ano consecutivo - seu espaço na disputada grade da TV Justiça, emissora de TV a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, em que veiculou 46 programas inéditos e 92 reprises do Justiça Legal (JL), num total de 4.140 minutos de exibição. No Estado, através de convênios, o JL foi veiculado também pela TV Câmara de Florianópolis, TV Câmara de São José e TV Legislativa de Blumenau.

Com supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da DV-3 Produções – contratada por meio do devido processo licitatório -, o Justiça Legal ocupou espaço na mídia por 16.710 minutos ao longo de 2012. Ainda neste meio, a assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio à Rádio Justiça, mediante a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses para veiculação naquela emissora e aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo STF, pode ser sintonizada no Estado através da internet.

Em conjunto com esse importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura dos eventos do TJ (Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc.) e de instituições afins (universidades, PGJ, OAB/SC, etc.), na Capital e no interior do Estado; também no trabalho de acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; e de atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º grau) e a servidores (notadamente diretores) na divulgação de realizações e projetos localizados.

Em 2012, em conjunto com a Academia Judicial, a Assessoria de Imprensa viabilizou a realização do primeiro Curso de Midia Training para magistrados, com a abertura de duas turmas aos juízes interessados. O curso ocorreu em agosto. Já em outubro, novamente com a colaboração da Academia Judicial, ocorreu o 1º Seminário Judiciário e Imprensa, em que foram ministradas palestras por juízes a um público integrado por profissionais e acadêmicos da área da comunicação social.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão nos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído para a divulgação dos principais atos do Poder Judiciário, aproximando-o da população e, assim, cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidos com o apoio do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS (RELEASES E NOTAS) – EVOLUÇÃO ANUAL

1998
261 informes oficiais = 196 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 1,04

1999
175 informes oficiais = 110 notas + 65 releases.
Média produção/dia útil* = 0,70

2000
333 informes oficiais = 151 notas + 182 releases.
Média produção/dia útil* = 1,33

2001
141 informes oficiais = 51 notas + 90 releases.
Média produção/dia útil* = 0,56

2002
345 informes oficiais = 102 notas + 243 releases.
Média produção/dia útil* = 1,38

2003
611 informes oficiais = 325 notas + 286 releases.
Média produção/dia útil* = 2,44

2004
775 informes oficiais = 492 notas + 283 releases.
Média produção/dia útil* = 3,10

2005
768 informes oficiais = 479 notas + 289 releases.
Média produção/dia útil* = 3,07

2006
1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases.
Média produção/dia útil* = 6,34

2007
1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases.
Média produção/dia útil* = 7,80

2008
2067 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases.
Média produção/dia útil*= 8,26

2009
1905 informes oficiais = 1.002 notas + 903 releases.
Média produção/dia útil*= 7,62

2010
2605 informes oficiais= 505 notas + 2.100 releases.
Média produção/dia útil*= 10,42

2011
2.435 informes oficiais = 350 notas + 2.085 releases.
Média produção/dia útil*= 9,74

2012
2.188 informes oficiais = 338 notas + 1.850 releases.
Média produção/dia útil*= 8,75

**250 dias/ano*

Programa de TV Justiça Legal

2001
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: agosto, setembro, outubro, novembro
Número de programas: 16
Tempo de exposição: 240 minutos

2002
Contrato de prestação de serviço
Programa semanal de 15 minutos
Veiculação em sistema a cabo
Convênio com a TV Assembleia Legislativa
Duração: outubro, novembro, dezembro
Número de programas: 12
Tempo de exposição: 180 minutos

2003
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Convênio com o SBT-SC
Duração: abril/dezembro
Número de programas: 39
Tempo de exposição: 1.170 minutos

2004
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: junho/dezembro
Número de programas: 27
Tempo de exposição: 710 minutos

2005
Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto
Contrato com o SBT-SC
Duração: março/dezembro
Número de programas: 44
Tempo de exposição: 1.320 minutos

2006

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 135 (76 inéditos + 59 reprises)
Tempo de exposição: 4.050 minutos

2007

Licitação – modalidade carta-convite
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 416 (208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de exposição: 12.480 minutos

2008

Licitação - modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara
Número de programas: 328 (148 inéditos + 180 reprises)
Tempo de exposição: 6.660 minutos

2009

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 391 (163 inéditos + 228 reprises)
Tempo de exposição: 11.700 minutos

2010

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação apenas em TV a cabo
Convênios com TV Justiça/TV Câmara Fpolis/TV Câmara São José
Número de programas: 354 (118 inéditos + 236 reprises)
Tempo de Exposição: 10.620 minutos

2011

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado
Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 564 (228 inéditos + 336 reprises)
Tempo de exposição: 16.920 minutos

2012

Licitação – modalidade Pregão
Programa semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e fechado

Contrato com SBT/TV Justiça/ TV Câmara Fpolis/São José/Blumenau/TV Floripa
Número de programas: 557 (189 inéditos + 368 reprises)
Tempo de exposição: 16.710 minutos

* O contrato para exibição em TV aberta, celebrado com o SBT, foi suspenso por decisão liminar da Justiça. Cinco programas foram veiculados até então. Não há decisão final sobre o assunto.

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial, regulamentada pela Resolução nº.12/2004-GP, está vinculada ao Gabinete da Presidência e integra o Núcleo de Comunicação Institucional.

É o órgão competente para a preparação, supervisão e coordenação dos eventos para os públicos interno e externo; expedição de correspondências da Presidência que lhe sejam afetas; contato com órgãos congêneres, visando intercâmbio de informações; acompanhamento de cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário, sob a responsabilidade da Presidência desta Corte; representação da Presidência em eventos organizados por outros órgãos públicos e instituições; realização de campanhas de cunha filantrópico; recepção a autoridades em visita protocolar e estudantes de direito; assessoramento a outros setores deste Tribunal na organização de eventos; organização dos eventos no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça; coordenação e acompanhamento de embarque e desembarque de autoridades em visita oficial ao Tribunal; e assessoramento ao Presidente, ou ao seu representante, em solenidades oficiais e em visitas a outras autoridades.

Os eventos institucionais organizados são inauguração de Fóruns e Casas da Cidadania; abertura dos mutirões de conciliação; instalação de novas varas; posse de Desembargadores, Juízes de 2º Grau e Juízes Substitutos; transmissão do cargo de Presidente e demais cargos Diretivos do TJSC; entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário; lançamento de livros de magistrados; assinatura de convênios; almoços e jantares oficiais; e solenidades alusivas ao aniversário de instalação do Tribunal de Justiça e demais unidades judiciárias.

Um dos trabalhos inovadores realizado pela Assessoria de Relações Públicas foi o desenvolvimento de um projeto básico com vistas à abertura de licitação para contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços e infraestrutura necessários para a realização de eventos.

A medida teve como objetivo tornar as contratações mais eficazes, concentradas e viáveis economicamente.

Em maio do corrente ano, a equipe da ARP assumiu as funções de agendamento das visitas dos alunos do curso de Direito que visitam este Tribunal de Justiça. A atividade, antes desenvolvida pela Direção-Geral Judiciária, inclui contato com as universidades e repasse das orientações para formalizar a visita.

Em relação a esta atividade, a ARP continuou responsável pelos trabalhos de recepção e condução dos alunos pelo prédio, com orientações sobre a pauta de julgamento. Ainda, a ARP é responsável por gerenciar o material didático distribuído e as alterações do vídeo institucional, tarefa desenvolvida juntamente com a Assessoria de Imprensa.

As visitas dos alunos são realizadas às terças e quintas-feiras, e consistem em uma palestra ministrada por assessores da Direção-Geral Judiciária e acompanhar seções de julgamento. Abaixo, dados relativos ao número de alunos que visitaram este Tribunal de Justiça no decorrer do ano.

QUADRO ESTATÍSTICO

UNIVERSIDADE	Nº DE ACADÊMICOS
ACE – Joinville	137
CESUSC – Florianópolis	200
Escola de Educação Básica – Concórdia	246
Estácio de Sá – Florianópolis	100
Faculdade Cenecista de Joinville	80
Faculdades Sinergia – Navegantes	40
FURB – Blumenau	391
IBES SOCIESC – Blumenau	85
UFSC – Florianópolis	150
UNC – Curitibanos	173
UNESC – Criciúma	52
UNIARP – Caçador	55
UNIASSELVI – Guaramirim	18
UNIASSELVI – Indaial	88
UNIASSELVI – Joinville	23
UNIASSELVI/FAMEBLU – Blumenau	69
UNIDAVI – Rio do Sul	35
UNIFEBE – Brusque	40
UNIPLAC – Lages	97
UNIBAVI – Orleans	55
UNIVALI – Balneário Camboriú	44
UNIVALI – Itajaí	50
UNIVALI – Tijucas	25
Universidade Católica de Santa Catarina – Jaraguá do Sul	15
UNIVILLE – Joinville	25

UNIVILLE – São Bento do Sul	42
UNOESC – Joaçaba	17
UNOESC – São Miguel do Oeste	20
TOTAL DE UNIVERSIDADES VISITANTES - 28	**TOTAL DE ALUNOS - 2372**

A seguir, a relação das solenidades e eventos realizados no ano de 2012.

MÊS DE JANEIRO

EVENTO	DIA
Instalação da 2ª Vara da comarca de Trombudo Central	26
Instalação da Vara Regional de Execuções Penais da comarca de São José	30
Instalação da 8ª Turma de Recursos da comarca da Capital	30



Instalação da 2ª Vara da comarca de Trombudo Central

MÊS DE FEVEREIRO

EVENTO	DIA
Solenidade de posse da nova mesa diretora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – Biênio 2012/2014	1º



Solenidade de posse da nova mesa diretora – entrada dos Novos Diretores



Solenidade de posse da nova mesa diretora – entrada dos Novos Diretores

MÊS DE MARÇO	
EVENTO	**DIA**
Homenagem ao Dia Internacional da Mulher	8
Posse dos Juízes de Direito de Segundo Grau Tulio José Moura Pinheiro, Paulo Roberto Sartorato e Carlos Alberto Civinski no cargo de Desembargador	16



Homenagem ao Dia Internacional da Mulher – entrega de flores



Posse dos Novos Desembargadores (da esquerda para direita): Tulio José Moura Pinheiro, Carlos Alberto Civinski e Paulo Roberto Sartorato

MÊS DE ABRIL	
EVENTO	**DIA**
Posse dos Juízes de Direito Dinart Francisco Machado e Luiz Zanelato no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau	27

MÊS DE MAIO	
EVENTO	**DIA**
Posse do Juiz de Direito Gerson Cheren II no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau	28
Abertura Semana do Meio Ambiente	de 28/5 a 6/6

MÊS DE JUNHO	
EVENTO	**DIA**
Semana do Meio Ambiente	de 28/5 a 6/6

Posse dos Juízes de Direito de Segundo Grau Ronaldo Moritz Martins da Silva, Ricardo José Roesler e Robson Luz Varella no cargo de Desembargador	22



Semana do Meio Ambiente – Exposição do Museu do Lixo da Comcap



Posse dos Novos Desembargadores (da esquerda para direita): Robson Luz Varella, Ricardo José Roesler e Ronaldo Moritz Martins da Silva

MÊS DE JULHO	
EVENTO	**DIA**
Posse da Juíza de Direito Rosane Portela Wolff no cargo de Juíza de Direito de Segundo Grau	11
Instalação das Casas da Cidadania de Morro da Fumaça e Nova Veneza	27



Instalação da Casa da Cidadania de Morro da Fumaça – decerramento da placa



Instalação da Casa da Cidadania de Nova Veneza – corte da fita inaugural

MÊS DE AGOSTO	
EVENTO	**DIA**
Posse dos Juízes de Direito Artur Jenichen Filho e Denise de Souza Luiz Francoski no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau	8

MÊS DE SETEMBRO	
EVENTO	**DIA**
Posse do Juiz de Direito Paulo Ricardo Bruschi no cargo de Juiz de Direito de Segundo Grau	20

MÊS DE OUTUBRO	
EVENTO	**DIA**
Palestra Movimento Outubro Rosa	9



Palestra Movimento Outubro Rosa

MÊS DE NOVEMBRO	
EVENTO	**DIA**
Solenidade de abertura da Semana Nacional de Conciliação	8
Ofício Cívico-Religioso em comemoração ao Dia de Santa Catarina	26



Solenidade de abertura da Semana Nacional de Conciliação



Ofício Cívico-Religioso em comemoração ao Dia de Santa Catarina



Ofício Cívico-Religioso em comemoração ao Dia de Santa Catarina

MÊS DE DEZEMBRO	
EVENTO	**DIA**
Campanha do Natal Solidário para a Creche Irmão Celso	12
Campanha do Natal Solidário para a Creche Rosa Maria Pires	13
Solenidade de posse do Juiz de Direito de Segundo Grau Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço	19



Campanha do Natal Solidário para a Creche Irmão Celso



Campanha do Natal Solidário para a Creche Rosa Maria Pires

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1 – ESTUDO DAS DEMANDAS JUDICIAIS EM SANTA CATARINA

Em 2011 o Tribunal firmou novo contrato com a Universidade Federal de Santa Catarina – Contrato Nº 077/2011 – cujo objetivo é o estudo e previsão do comportamento e aumento das demandas judiciais no Estado de Santa Catarina, até o ano de 2020.

A proposta do estudo em questão é subsidiar a Administração do Poder Judiciário ao planejamento de instalação, classificação, funcionamento, elevação, rebaixamento, desdobramento, agregação, alteração e até extinção de unidades de divisão judiciária, nos termos da Resolução 28/2010/TJ.

2 – PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS METAS DO CNJ

Em cumprimento às determinações do Conselho Nacional de Justiça, realizou-se o acompanhamento das Metas Nacionais de 2012, bem como daquelas pendentes dos anos de 2009 (Meta 2) e 2010 (Metas 2, 3, 4 e 10), sob a supervisão dos Magistrados Antônio Zoldan da Veiga e Julio Cesar Ferreira de Mello, até outubro de 2012 e, a partir de novembro, André Alexandre Happke.

METAS 2012	STATUS
Meta 1. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.	ACOMPANHAMENTO
Meta 2. Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, em 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.	ACOMPANHAMENTO

Meta 3. Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado do segredo de justiça.	CUMPRIDA
Meta 4. Construir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.	CUMPRIDA
Meta 5. Instalar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.	ACOMPANHAMENTO

No que tange às metas que não foram totalmente atingidas, estão sendo desenvolvidas ações para o seu integral cumprimento, devidamente monitoradas pela Corregedoria-Geral da Justiça.

3 - COLETA E CADASTRAMENTO DE DADOS RELATIVOS AO PROJETO "JUSTIÇA EM NÚMEROS", DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ

A Assessoria de Planejamento é responsável pela compilação e pelo encaminhamento semestral, ao Conselho Nacional de Justiça, pelo sistema informatizado, dos dados relativos ao Projeto "Justiça em Números".

Nos termos da Resolução nº 76/2009, do Conselho Nacional de Justiça, o Projeto "Justiça em Números" envolve informações sobre:

- Orçamento e finanças;
- Quadro de pessoal;
- Parque de informática
- Área (espaço físico dos imóveis);
- Informações processuais; e
- Mecanismos de acesso à justiça.

Já foram iniciados os trâmites para a geração dos dados do segundo semestre de 2012, cujo prazo de informação ao Conselho Nacional de Justiça irá até o dia 28/2/2013 (Projeto nº 211).

4 – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Em conformidade com os artigos 5º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988, o acesso à informação tornou-se um dos insumos básicos ao exercício da cidadania. Dessa premissa extrai-se o direito do cidadão em conhecer, opinar e acompanhar as decisões governamentais para certificar-se de que os recursos postos à disposição do Estado produziram resultados

positivos em prol da coletividade – a atuação popular no sentido de defender direitos e interesses coletivos perante a administração pública é intitulado de controle social.

Já o artigo 216 determina que a Administração Pública, na forma da lei, deve assegurar a consulta às informações a quantos dela necessitem.

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução n. 79, de 9 de julho de 2009, dispôs sobre a transparência na divulgação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro, bem como a Resolução n. 102, de 15 de dezembro de 2009, regulamentou a publicação das informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos.

Atendendo as determinações do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina disponibilizou em sua homepage, no ícone Transparência, as informações das suas atividades, na forma prevista na referida Resolução.

No entanto, no dia 18/11/2011, foi sancionada a Lei Federal n. 12.527 a qual:

- Consolidou e definiu o marco regulatório sobre o acesso à informação pública sob a guarda do Estado;
- Estabeleceu procedimentos para que a Administração responda a pedidos de informação do cidadão;
- Estabeleceu que o acesso à informação pública é regra, e o sigilo, a exceção.

No mês de outubro de 2012, a Assessoria de Planejamento iniciou as tratativas com representantes da Diretoria de Tecnologia da Informação e Auditoria Interna visando melhorar o Portal da Transparência, no sentido oferecer ao cidadão amplo acesso às informações referentes à gestão pública e à aplicação dos recursos públicos do Poder Judiciário de Santa Catarina, cujo objetivo é:

- Normatizar e definir o tipo de informação;
- O tratamento e a forma como a informação será disseminada;
- Os responsáveis pelo conjunto de informações, em quanto e a que tempo ela deve ser atualizada.

5 – AUXILIAR CHEFES DE SECRETARIAS NA GESTÃO DOS FÓRUNS

Em 2010, o Tribunal de Justiça editou a Resolução nº 44/2010-GP, que estabeleceu critérios e disciplinou a emissão de requisições de pequenos serviços e compras para todas as unidades administrativas do Poder Judiciário. Com a sua implantação, verificou-se, a partir de 2011, a necessidade de se disponibilizar as secretarias de foros orientações de modo a estabelecer um padrão mínimo de qualidade, principalmente no que se refere à manutenção predial, limpeza e conservação.

As Secretarias dos Fóruns necessitam de alinhamento contínuo de suas atividades com todos os órgãos da Secretaria do Tribunal, razão pela qual há a necessidade de implantação de um check-list de procedimentos e orientações de rotinas padronizadas no que tange à gestão dos fóruns. Visando o efetivo desenvolvimento de suas atividades, aponta-se no sentido da capacitação dos chefes de secretaria para melhorar a manutenção predial em geral, evitando, com isso, custos elevados com reformas e outros serviços relacionados.

Verificou-se a necessidade de que as atividades exercidas sejam efetuadas de modo planejado, preventivo e padronizado, evitando-se desperdícios e retrabalhos, proporcionando a melhoria da comunicação e do fluxo de trabalho em relação aos procedimentos de acompanhamento e execução de serviços necessários à manutenção do fórum.

A Assessoria de Planejamento elaborou projeto para estruturar e dar suporte às secretarias dos fóruns, no sentido de dotá-las de um check-list de procedimento e orientações que auxiliem na gestão, envolvendo o funcionamento e manutenção preventiva para que as atividades desenvolvidas sejam praticadas deforma proativa e planejada, de modo que os serviços prestados pelos fóruns não sofram solução de continuidade, permitindo o monitoramento por todas as áreas envolvidas do Tribunal de Justiça.

No tocante à execução do Projeto, foram realizadas no mês de abril de 2012 reuniões com a equipe de implantação de serviços judiciários e com os responsáveis pelas diretorias de Engenharia e Arquitetura, Infraestrutura, Material e Patrimônio, Orçamento e Finanças e Recursos Humanos, para a elaboração do check-llist.

Para apresentação dos tópicos do check-list de procedimento foi realizado um wokshop no mês de junho de 2012, com a participação de seis chefes de secretarias, convidados pela Assessoria de Planejamento – Barra Velha, Chapecó, Concórdia, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul.

Na sequência foi disponibilizado aos seis chefes de secretarias e às Diretorias de Engenharia e Arquitetura, Material e Patrimônio e Infraestrutura, um hotsite para avaliação e sugestão de melhoria do check-list, culminando com a criação do site Portal do Servidor.

A disponibilização do Portal do Servidor a todas as comarcas do Estado está prevista para março de 2013.

6 – GESTÃO POR PROCESSOS

O Poder Judiciário catarinense frequentemente se depara com crescente volume de demandas judiciais, o que poderia motivar o aumento proporcional da força de trabalho e a aplicação de novas ferramentas e formas de trabalho para o atendimento das necessidades geradas na área judicial e, na mesma proporção, na área administrativa.

Como é sabido, o aumento da força de trabalho é algo que não é possível buscar, ao menos na mesma intensidade do aumento na demanda processual. Desse modo, entende-se que o Poder Judiciário catarinense necessita melhorar o desempenho e a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes internos e externos e, para isso, deve adotar novo modelo de gestão de processos que, necessariamente, passa pelo mapeamento, a racionalização e o redesenho de seus fluxos de trabalho.

Essa redefinição dará suporte para o desenvolvimento de sistemas administrativos e judiciais, o desenvolvimento da educação corporativa, a análise contínua e revisão dos processos de trabalho. Atualmente existem iniciativas isoladas no tocante a mapeamento de processos, com resultados comprovados, porém, não há padronização ou normatização que assegure a institucionalização desta prática de gestão.

A Assessoria de Planejamento, com vistas a implementar uma estratégia abrangente, sistemática, estruturada, para auxiliar a identificação e o aprimoramento dos processos e que garanta a participação maciça das pessoas envolvidas, iniciou estudos com objetivo de estabelecer parâmetros para a institucionalização da gestão de processos no âmbito do Poder Judiciário visando elevar a performance produtiva do Poder Judiciário e qualidade nos serviços prestados, além de:

- Disseminar os conceitos relacionados ao mapeamento e gestão de processos;
- Fortalecer a cultura de melhoria contínua dos processos entre os colaboradores;
- Promover o trabalho colaborativo;
- Formalizar uma metodologia para a gestão de processos de trabalho;
- Documentar o conhecimento institucional contido nas rotinas de trabalho;
- Identificar uma estrutura para dar suporte à institucionalização da gestão de processos;
- Desenvolver uma “prova de conceito” ou “projeto piloto” com emprego da metodologia aprovada;

O Projeto Piloto foi desenvolvido em parceria com a Diretoria de Material e Patrimônio, no âmbito do processo de gerenciamento da ata de registro de preços.

Visando realizar a análise do projeto-piloto, a Assessoria de Planejamento a iniciou, em novembro de 2012, tratativas com a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e a Fundação Getúlio Vargas – FGV, com o objetivo buscar orientação na implantação da gestão por processos no Tribunal de Justiça.

7 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 431054-2011.3 - SAÚDE DOS SERVIDORES

Em 2011 o Presidente do Tribunal de Justiça designou servidores para compor uma equipe multidisciplinar, sob a Presidência da Assessoria de Planejamento, com o objetivo de iniciar estudo acerca da saúde dos servidores e magistrados do Poder Judiciário Catarinense, que

desenvolvem suas atividades com o uso do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ 5 – módulo virtual), utilizando-se como piloto os cartórios remotos dos processos eletrônicos (CREPES).

Inicialmente foi feito um amplo diagnóstico sobre todos os problemas existentes nas unidades que utilizam somente o SAJ 5 – módulo virtual (fls. 51), quais sejam:

- Cartório Remoto de Execuções Fiscais
- Cartório Remoto de Execuções Penais
- Juizado Especial da Fazenda Pública da comarca da Capital
- Juizado Especial de Santo Antônio de Lisboa da comarca da Capital
- Unidade Regional de Execução Fiscal da comarca de Lages
- Vara de Execuções Penais da comarca de Criciúma

O diagnóstico feito in loco por profissionais das Diretorias de Saúde e de Recursos Humanos nas unidades foram ouvidos todos os colaboradores, incluídos os magistrados, servidores, estagiários, servidores à disposição e terceirizados, alguns destes com participação ativa nas reuniões da equipe, e constatou-se:

- Monotonia das atividades
- Problemas no software e atendimento ineficiente
- Equipamentos inadequados
- Velocidade da rede e instabilidade na conexão
- Carga de trabalho excessiva
- Treinamento insuficiente
- Despreparo dos advogados
- Mobiliário parcialmente adequado e ausência de orientação dos usuários: Relacionamento saudável do grupo e falta de atenção
- Problemas físicos de saúde

Após a realização do diagnóstico, a equipe indicou onze sugestões para prevenir os problemas causados pelo trabalho, relacionadas na sequência:

1) Pausas na jornada de trabalho

2) Tempo efetivo de trabalho

3) Cartórios remotos que

4) Campanhas de sensibilização e conscientização

5) Usabilidade do sistema.

6) Equipamentos adequados

7) Mobiliários adequados.

8) Link de acesso de velocidade da rede

9) Equipe de suporte técnico

10) Capacitação

11) Técnico de Suporte em Ergonomia

O relatório final do Processo Administrativo n. 431054-2011.3 seguiu para apreciação e aprovação da Presidência.

8 – ANÁLISE DE CUSTOS DE PROCESSOS NO SEGUNDO GRAU - TJSC

Atendendo determinação da Presidência no Processo Administrativo n. 370323-2012.5, motivada por um pedido do Desembargador Raulino Jacó Brüning, no qual solicitou esforços necessários para se chegar ao custo de cada processo concluso no seu gabinete, a Assessoria de Planejamento, por meio do Assessor Wanderley Horn Hülse, elaborou estudo sobre o custo aproximado de um processo judicial no 2º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário de Santa Catarina – PJSC.

A priorização na implementação de uma ferramenta desta natureza no Poder Judiciário de Santa Catarina daria totais condições para melhor mensurar, controlar, avaliar e gerenciar os gastos da administração pública, disponibilizando aos gestores informações e dados de apoio no processo de tomada de decisão, além de atender o disposto no § 3º do art. 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O relatório final do referido estudo será divulgado pelo Desembargador Raulino Jacó Brüning no início de 2013.

9 – RENOVAÇÃO DO CONTRATO DO SISTEMA SAJ

A Assessoria de Planejamento atenta ao fato de que o avanço tecnológico introduz-se de maneira decisiva no universo jurídico coordenou a equipe multidisciplinar de análise do projeto básico de renovação do contrato do Sistema SAJ, cujo objetivo é a contratação de:

- Serviços de suporte técnico e manutenção corretiva;
- Manutenção tecnológica adaptativa e evolutiva continuada da solução;
- Desenvolvimento de funcionalidades e prestação de serviços sob demanda.

Os estudos das inovações tecnológicas, as quais devem ser inseridas no referido projeto básico, foram realizados no período de julho a dezembro e devem adentrar o mês de janeiro de 2013.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2012, dentre outros trabalhos:

- 154 relatórios, com manifestação quanto à regularidade e, quando for o caso, com as devidas recomendações;

- 2.467 pareceres, com ou sem ressalva, nos mais diversos processos administrativos;

Assim, os trabalhos de auditoria voltados à verificação das despesas, geração de receitas, análise de procedimentos e aperfeiçoamento dos controles internos, com emissão de relatórios e pareceres, foram divididos, por assunto, nas seguintes áreas:

1 – Auditoria de Recursos Humanos

- Processos de aposentadoria de servidores;
- Processos de aposentadoria de magistrados;
- Processos de nomeação e de exoneração de servidores;
- Inconsistências na ordem cronológica dos movimentos no sistema SHF (rotina CO/LM);
- Auditoria conjunta com o CNJ na folha de pagamento – Hora Extra;
- Auditoria conjunta com o CNJ na folha de pagamento – Gratificação Diligência e Gratificação de Ronda;
- Auditoria conjunta com o CNJ na folha de pagamento – Teto Remuneratório;
- Auditoria conjunta com o CNJ na folha de pagamento – Cessão – requisição de servidores;
- Análise nos processos de recolhimento do INSS e informação na GFIP;
- Pagamento de Diferença de Promoção – VPNI;
- Pagamento de Opção pelo vencimento do cargo efetivo – VPNI;

- Análise em processos de revisão de aposentadoria, por invalidez, EC nº 70/2012;
- Processos de recuperação de valores pagos indevidamente.

2 – Auditoria de Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos editais;
- Análise dos processos de licitação;
- Análise dos Termos Aditivos de contratos;
- Auditoria nos pagamentos de contratos;
- Análise nos processos de valores a serem contingenciados;
- Análise nos processos de liberação de valores contingenciados;
- Análise de pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro;
- Análise de pedido de repactuação contratual;
- Análise de processo sobre Pregão eletrônico;
- Análise em Pedido de ressarcimento de descontos de faltas – proc. de terceirização;
- Análise de aplicação de multa por descumprimento contratual – proc. de terceirização;
- Análise de entrega de equipamento em desacordo com especificações do edital.

3 – Auditoria de Obras

- Análise nos pagamentos de parcelas contratuais, referente a serviços de engenharia;
- Acompanhamento do cronograma físico-financeiro das obras em andamento;
- Análise dos aditivos de contrato de obras;
- Análise dos editais e dos processos de licitação relativos a obras.

4 – Auditoria Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e dos balanços anuais;
- Análise dos relatórios de gestão fiscal com emissão de pareceres;
- Elaboração dos relatórios, bimestrais, de controle interno encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado;
- Auditoria no Sidejud MP567 – Nova Poupança;

- Análise das Demonstrações Financeiras do Fundo de Investimento Caixa FTJ de Renda Fixa, referente ao exercício financeiro findo em 31/03/2012;
- Procedimentos para implantação da depreciação e avaliação de bens permanentes do TJSC que resultou na resolução nº 34/2011-GP;
- Análise nos recolhimentos de INSS, patronal, referente a autônomos e a comissionados;
- Acompanhamento na regularização do Inventário de bens móveis;
- Acompanhamento da regularidade Jurídica e Fiscal do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos Estadual e Municipal e demais Órgãos de Proteção ao Crédito;
- Atualização das Informações no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional – SISTN.

5 – Auditoria de Sistemas e de Bens de Informática

- Auditoria conjunta com o CNJ – Contratos de TI;
- Acompanhamento nos processos de doação do CNJ;
- Participação, como integrante do grupo de trabalho para elaboração do Projeto Básico do edital de licitação para contratação da manutenção dos Sistemas de Automação do Judiciário – SAJ-PG e SAJ 2º Grau;
- Orientação e apoio técnico ao cadastro de informações do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão – e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado;
- Conferência e ajuste, importação de arquivos e transmissão, bimestral, dos dados do Sistema e-Sfinge para o Tribunal de Contas do Estado;
- Análise dos editais e processos de licitação da área de TI.

6 – Auditoria em Cartórios Extrajudiciais – FRJ

- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, valor das notificações = **R$ 1.305.525,74** (hum milhão, trezentos e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos), conforme demonstrativo anexo;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;
- Reanálise dos processos referente à quitação de valores;
- Notificação e acompanhamento dos pagamentos e quitações provenientes das auditorias realizadas, durante o exercício, bem como de exercícios anteriores;

· Encaminhamento dos valores a serem inscritos em Dívida Ativa.

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2012

PERÍODO DA AUDITORIA	COMARCAS	VALOR NOTIFICADO (R$)
11 à 20 de janeiro	SÃO JOSÉ	22.509,28
16 à 20 de abril	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	15.214,68
7 a 18 de maio	ABELARDO LUZ, SÃO DOMINGOS, SÃO LOURENÇO DO OESTE, DIONÍSIO CERQUEIRA	79.817,95
4 à 15 de junho	ITAPEMA E BALNEÁRIO CAMBORIU	183.758,35
25 de junho à 06 de julho	PALHOÇA E BRUSQUE	138.503,32
17 e 25 de julho	ITAJAÍ	36.484,88
30 de julho a 17 agosto	CAPITAL	234.746,23
20 a 31 de agosto	SÃO BENTO DO SUL E SÃO FRANCISCO DO SUL	55.311,50
17 a 28 de setembro	ITAPIRANGA, CHAPECÓ E SÃO JOSÉ DO CEDRO	176.940,49
5 e 11 de outubro	ITAPEMA	6.850,19
5 a 9 de novembro	CAPITAL E SÃO JOSÉ	29.186,66
19 a 30 de novembro	ITAJAÍ E NAVEGANTES	326.202,21
TOTAL NOTIFICADO EM 2012		1.305.525,74

CASA MILITAR

Embora a Casa Militar esteja ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete. Age de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores.

As atividades desenvolvidas foram relacionadas abaixo e sofrem aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender a comunidade judiciária, especialmente os magistrados e os funcionários.

Ações que visam promover a segurança, são cada vez mais nossa prioridade. Investimentos e aplicações de ferramentas tecnológicas buscam atender a crescente demanda e, principalmente, através da prevenção, proteger a vida humana e o bem público.

1. Guarda dos seguintes estabelecimentos judiciais na Grande Florianópolis

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Fórum Eduardo Luz
- Fórum do Continente (Estreito)
- Vara da Infância e Juventude
- Almoxarifado e Gráfica
- Fórum de Santo Antônio de Lisboa

2. Guarda em Fóruns do interior

Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007. Com esta atuação, pode-se oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do Estado, área especialmente carente de policiais militares do corpo ativo. Hoje, 87 (oitenta e sete) Fóruns contam com este serviço.

3. Aquisição de armamento e munição aos Magistrados

Além da instrução específica ministrada aos Magistrados, a Casa Militar orienta a aquisição de armas, providência a documentação e acompanha sua tramitação na Policia Federal (SINARM) ou no Exército Brasileiro (SIGMA), nos casos de armas de calibre permitido e restrito respectivamente. Propicia ainda, informação técnica quanto à arma e a munição ideal, conforme as características pessoais do adquirente.

4. Gerenciamento e recolhimento de armas dos fóruns

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado é uma das atividades imprescindíveis à segurança, gerando efeitos positivos no ambiente de trabalho e, por consequência, nas atividades jurisdicionais.

Além do armamento recolhido, há também o envio para destruição de munições e produtos congêneres, tais como cartuchos, chumbo e pólvora.

A atuação da Casa Militar neste evento, além de repassar orientações específicas referentes às armas em geral, estimula a ligação entre os Diretores de Fórum e Chefes de Secretarias com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades, que é o órgão receptor e destruidor dessas armas.

O translado das armas e produtos, além da sua conferência nos Fóruns e no Exército, é realizado por intermédio de escolta, com segurança armada da Casa Militar.

Neste ano de 2012 foram recolhidas armas de 89 Fóruns no Estado (contadas as repetições de recolhimento foram 143 unidades visitadas) conforme o quadro abaixo. Desde a implantação deste serviço em 2006, já foram recolhidas um número superior a 20 mil armas.

ARMAS RECOLHIDAS	REVÓLVER	PISTOLA	ESPINGARDA	GARRUCHA	CARABINA	OUTROS	TOTAL
SOMA	2.269	382	1.177	194	52	50	**4.124**

MUNIÇÕES E PRODUTOS CONGÊNERES	TOTAL
SOMA	**34.133**

5. Acompanhamento e orientação na elaboração dos projetos de segurança

A Casa Militar promove e acompanha, através de técnicos especializados e parceria com outras diretorias, a elaboração de Projetos de CFTV, controles de acesso aos prédios e outros meios de proteção física nos Fóruns do Estado.

Participa da avaliação final dos projetos de construção e reforma dos Fóruns, auxiliando na percepção de melhorias ainda possíveis de serem executadas e que terão reflexo na segurança do ambiente.

Integra, ainda, o grupo de trabalho responsável em elaborar e implantar um modelo piloto de Fórum, com todos os recursos de acessibilidade e segurança.

6. Serviço de proteção a Magistrados

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a proteção pessoal do Excelentíssimo Presidente do TJSC, Desembargadores e Magistrados de Santa catarina. Em 2010 esta atividade foi ainda mais intensificada com a criação da Comissão Permanente de Segurança e Assistência dos Juízes Colocados em Situação de Risco, por intermédio da Resolução n. 33/2010. Composta por integrantes da Corregedoria-Geral da Justiça e Casa Militar, tem o mister de avaliar e deliberar as medidas necessárias de proteção.

Ainda no mesmo ano, criou-se o Núcleo de Proteção Institucional, orgão composto por um grupo especial de policiais militares da Casa Militar com o fito específico de proteger e resguardar à vida dos Magistrados sob ameaça.

Da sua gênese até hoje, foram desenvolvidos diversos trabalhos de proteção e apoio operacional à segurança pessoal de Magistrados e familiares.

Deixamos de constar o número de atuações por ano neste relatório, por considerar essa informação de caráter sigiloso.

Em 2012, estabelecemos a aproximação e troca de informações com diversos órgãos de segurança e inteligência do Estado, bem como iniciamos os primeiros trabalhos para a efetivação de Termos de Cooperação na área de segurança e inteligência, buscando ampliar a rede de proteção às autoridades do Poder Judiciário.

Doze policiais desta Casa também frequentaram o Curso SWAT Dignitary Protection Training, em Fpolis, ministrado pelo Sr Richard Hill, ex-combatente e Mariner americano, especialista em armamento e segurança de autoridades.

Eventos de grande porte, que tiveram participação de autoridades do Poder Judiciário Brasileiro, contaram com esquema de segurança planejado e executado pela Casa Militar.

7. Participação nos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça

A Casa Militar planeja e executa a segurança dos eventos da Corregedoria-Geral da Justiça, quando em diligências nos estabelecimentos penais.

8. Implementação sistema de CFTV no Tribunal de Justiça

Manutenção da aplicação do sistema do CFTV na Torre II e estacionamento como ferramenta fundamental do sistema de segurança aplicado à área física do TJ.

O projeto de ampliação do equipamento à Torre I já está em fase de projeto.

9. Elaboração e divulgação impressa de orientações relacionadas à segurança

Dois manuais de segurança produzidos e entregues em 2011 foram atualizados e ampliados. O primeiro tratou das condutas a serem seguidas pelos vigilantes e policiais militares que prestam serviço nos Fóruns catarinenses; e o segundo, direcionado aos Magistrados, apresentou orientações e posturas preventivas a serem tomadas frente a diversas situações do dia-a-dia.

10. Controle de acesso a pessoas portando arma de fogo

Em 2011, com a participação da Casa Militar e outros órgãos do TJ, foi elaborada a minuta da Resolução nº 26/2011-GP que trata da proibição do acesso de pessoas armadas aos Fóruns catarinenses. Para efetivar o controle, além da resolução, meios materiais foram criados e padronizados: um armário para armazenamento das armas, um totem informando a proibição e prestando as informações básicas de como proceder e um recibo comprovador da entrega.

Hoje, todas as unidades do Poder Judiciário possuem os meios e empregam o controle de acesso de pessoas armadas.

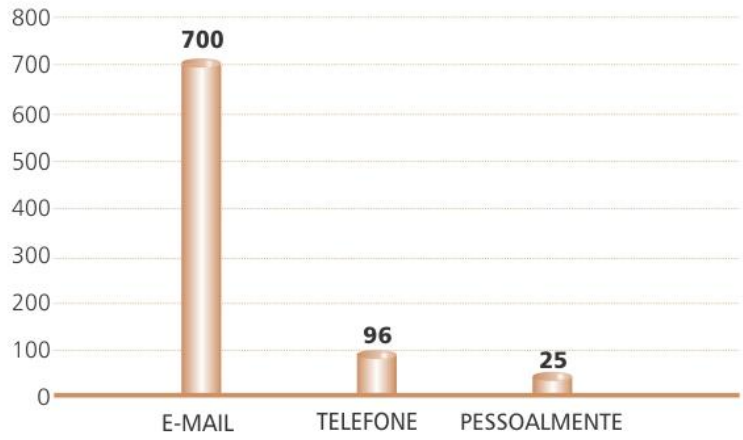
OUVIDORIA DOS SERVIDORES

I – ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTO ANUAL:

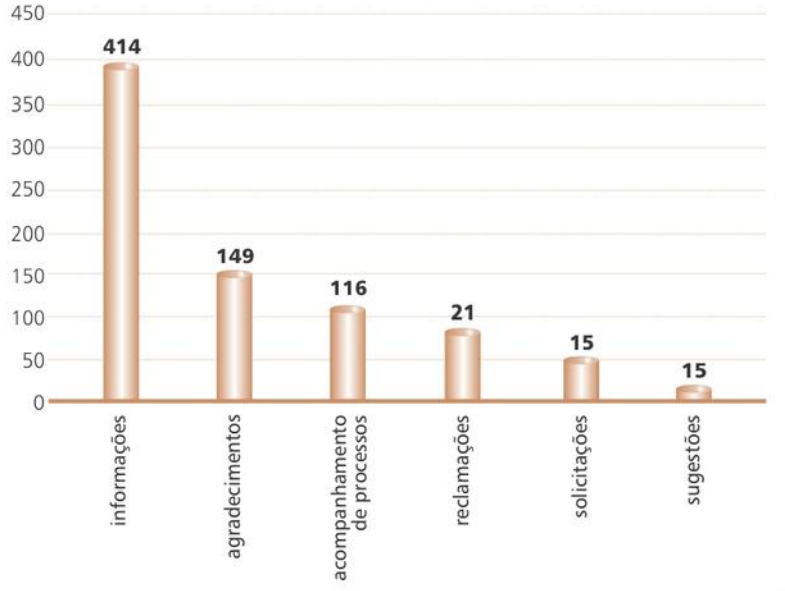
No ano de 2012 foram solucionadas 821 manifestações.



1 - Formas de comunicação dos servidores com a Ouvidoria:



2 – Tipos de manifestação:



3 – Assuntos abordados pelos servidores:

N.º ACESSOS	ASSUNTOS
149	Agradecimentos/Atendimentos
45	SC Saúde
44	Informações Diversas
38	Progressão Funcional
34	VPNI
32	13º Salário
30	Vencimentos
26	Fiscal de Concurso
21	Abono
20	Remoção
19	Gratificação
18	Provimento de Cargos
17	Concurso Público
15	Jornada de Trabalho
15	Solicitações Diversas
13	Expediente Feriado
13	Resolução 24/2010-GP
12	Licença Prêmio
11	Reclamações Diversas
11	Vacina Gripe

10	Aposentadoria
10	Férias
10	Plantão Judicial
9	Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição
8	Conta Salário/Banco do Brasil
8	Curso
8	Imposto de Renda
8	LC 406/08
8	Pedido de Certidão
8	Restaurante
7	Acompanhamento de Processos/Diversos
7	Bolsa de Estudo
7	Data Base
7	Licença Saúde
7	Relotação
6	Equipamentos de Informática
6	TJ Consig
5	Acesso à Informação/Portal Transparência
5	Atendimento/Servidor/Reclamação
5	Estágio Probatório
5	Internet/Intranet
5	Oficial de Justiça/Infância e Juventude
5	Valores IPREV
4	Biblioteca
4	Estrutura Física Prédios
4	Sindicato
4	Sugestões Diversas
4	Utilização de Veículo Oficial
3	Abono de Permanência
3	Atestado Médico
3	Caixa Eletrônico
3	Carteira Funcional
3	Disfunção
3	Estacionamento
3	Precatórios
3	Ressarcimento Diária/Combustível
2	Apoio de Pé

2	Calendário
2	Contribuição Sindical
2	Doação de Sangue
2	Exoneração
2	Falta de Água
2	Imprensa
2	Licença Nojo
2	PCS
2	Substituição
2	Terceirizados
1	Casa Militar
1	Devolução de Valores
1	Diligências
1	Força Tarefa
1	Jogos Forense
1	LC 501/2010
1	Licença Gala
1	Unimed

4 - Comarcas que se comunicaram com a Ouvidoria:

N.º ACESSOS	COMARCAS
161	Tribunal de Justiça
45	Joinville
44	Blumenau
33	Balneário Camboriú
32	Braço do Norte
29	Itapema
26	Capital/Rid Silva
24	Rio Negrinho
22	Chapecó
20	Araranguá

20	Criciúma
20	Itajaí
17	Concórdia
17	Lages
15	São José
14	Tubarão
13	Caçador
13	Capital/Norte da Ilha
11	Brusque
11	Herval d'Oeste
10	Bom Retiro
10	Canoinhas
9	Sombrio
8	Cunha Porã
8	Jaguaruna
8	Palhoça
8	Timbó
7	Meleiro
7	Papanduva
7	Rio do Sul
7	São Bento do Sul
6	Capital/Eduardo Luz
6	Capital/Estreito
6	Taió
5	Imbituba
5	Jaraguá do Sul
5	Joaçaba
5	Mafra
5	Pomerode
5	Turvo
4	Balneário Piçarras
4	Barra Velha
4	Descanso
4	Otacílio Costa
4	Porto União
4	Santa Rosa do Sul
4	Urussanga

3	Campos Novos
3	Coronel Freitas
3	Gaspar
3	Imaruí
3	Itapoá
3	Lebon Régis
3	Navegantes
3	Quilombo
2	Campo Belo do Sul
2	Campo Erê
2	Curitibanos
2	Guaramirim
2	Ibirama
2	Içara
2	Laguna
2	Maravilha
2	Orleans
2	Ponte Serrada
2	Santo Amaro da Imperatriz
2	São Carlos
2	São Francisco do Sul
2	Seara
2	Videira
2	Xaxim
1	Anita Garibaldi
1	Ascurra
1	Camboriú
1	Correia Pinto
1	Fraiburgo
1	Garuva
1	Itá
1	Ituporanga
1	Mondaí
1	São Domingos
1	São João Batista
1	São Joaquim
1	Tijucas

O inteiro teor das manifestações está em relatório próprio arquivado na Ouvidoria dos Servidores para consulta.

OUVIDORIA JUDICIAL

ESPÉCIES DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	
Reclamações	**840**
Morosidade Judicial	574
Outros problemas processuais	104
Natureza extraprocessual	94
Tratamento recebido no Poder Judiciário	68
Sugestões	**10**
Elogios ou agradecimentos	**28**
Informações	**894**
Andamento Processual	388
Serviços ou Funcionamento do Poder Judiciário	387
Outras informações	59
Não afetos à Ouvidoria Judicial	41
Pedido de Informações com base na Lei do Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011)	19
Denúncias	**30**
Outros	**84**
TOTAL	**1.886**

FORMAS DE RECEBIMENTO	
Pessoalmente	35
Correio Eletrônico	1.356
Telefone	398

Carta ou Fax	11
Formulário eletrônico	86

RESULTADOS	
Encerradas	1.873
Pendentes	13

COMARCAS IDENTIFICADAS	
Araquari	6
Araranguá	12
Ascurra	2
Balneário Camboriú	47
Balneário Piçarras	5
Barra Velha	2
Biguaçu	11
Blumenau	57
Braço do Norte	4
Brusque	24
Caçador	5
Camboriú	3
Campos Novos	4
Canoinhas	2
Capinzal	1
Capital	323
Capital – Estreito	40

Capital – Norte da Ilha	41
Catanduvas	1
Chapecó	30
Concórdia	2
Criciúma	23
Cunha Porã	2
Curitibanos	5
Dionísio Cerqueira	3
Fraiburgo	3
Garopaba	6
Gaspar	7
Guaramirim	3
Ibirama	1
Imbituba	5
Indaial	10
Itá	1
Itaiópolis	1
Itajaí	34
Itapema	18
Itapiranga	2
Itapoá	2
Ituporanga	5
Jaguaruna	1
Jaraguá do Sul	22
Joaçaba	4
Joinville	93

Lages	23
Laguna	6
Lauro Müller	10
Mafra	22
Maravilha	3
Meleiro	1
Navegantes	7
Orleans	1
Otacílio Costa	5
Outros Estados	134
Palhoça	25
Palmitos	1
Papanduva	1
Pinhalzinho	1
Pomerode	2
Porto Belo	4
Porto União	3
Presidente Getúlio	2
Rio do Oeste	1
Rio do Sul	4
Rio Negrinho	3
Santa Rosa do Sul	5
Santo Amaro da Imperatriz	15
São Bento do Sul	4
São Carlos	1
São Domingos	3

São Francisco o Sul	17
São João Batista	4
São Joaquim	6
São José	95
São José do Cedro	2
São Miguel do Oeste	5
Seara	1
Sombrio	4
Tijucas	11
Timbó	3
Tribunal de Justiça	171
Tubarão	28
Turvo	2
Urussanga	8
Videira	5
Xanxerê	18
Xaxim	4

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça e pelo Ato Regimental nº 48/01 - TJ, alterado pelo Ato Regimental nº 54/02 - TJ, possui incumbência, dentre outras, de despachar os pedidos de suspensão de liminares e de sentenças em mandados de segurança, ação popular e ação civil pública, resolvendo os incidentes que se suscitarem. O 1º Vice-Presidente também integra o Conselho da Magistratura e o Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, competindo-lhe, ainda, a presidência das seguintes Comissões Permanentes: Divisão e Organização Judiciárias; Regimento Interno; Jurisprudência; Concurso para Ingresso na Magistratura, inclusive Juiz Auditor da Justiça Militar; Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro; Concurso para Advogado de Ofício do Judiciário e da Justiça Militar, bem como os demais concursos para ingresso nos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário.

Informações relativas ao período compreendido entre 9/1/2012 e 19/12/2012.

1. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINARES E DE SENTENÇAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

1.1 Total de Feitos: 15

2. AGRAVOS E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NOS PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

2.1 Total de Feitos: 07

3. JULGAMENTOS DE MÉRITO NO CONSELHO DA MAGISTRATURA

3.1 Total de Feitos: 08

4. IMPUGNAÇÕES

4.1 Total de Feitos: 55

4.1.1 Edital 346/2011: 31

4.1.2 Edital 176/2012: 24

5. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

5.1 Total de Feitos: 2.529

6. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1 Total de Feitos: 1.079

7. PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

7.1 Total de Feitos: 04

8. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

8.1 Total de Feitos: 70

8.1.1 Informações à Presidência: 04

8.1.2 Informações ao CNJ: 25

8.1.3 Informações ao STF: 01

8.1.4 Informações Mandado de Segurança: 36

8.1.5 Informações ao Conselho da Magistratura: 03

8.1.6 Informações à Comissão de Concurso: 01

9. DESPACHOS DE MERO EXPEDIENTE

9.1 Total de Feitos: 16

10. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS – Portaria nº 88/12-GP – 27/2/2012 – DJE Nº 1339

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Des. Luiz Cézar Medeiros – Titular
- Des. Ricardo Fontes – Titular
- Des. Nelson Schaefer Martins – Titular
- Des. Ronei Danielli – Titular
- Des. Jaime Luiz Vicari – Titular

Representantes da Associação dos Magistrados Catarinenses:

- Juiz Marlon Negri – Titular
- Juiz Rafael Maas dos Anjos – Suplente

10.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 36

10.1.1 Conclusos à Presidência: 25

10.1.2 Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 01

10.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPDOJESC: 07

10.1.4 Diligências a outros órgãos administrativos: 03

10.2 Reuniões: 08

10.2.1 Processo nº 389889-2010.0 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Proposta de Criação das Novas Câmaras no Tribunal de Justiça – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Aprovação de proposta de criação de dois cargos de desembargador, com extinção de dois cargos de juiz de direito de segundo grau quando da respectiva vacância.

10.2.2 Processo nº 457703-2012.5 – Requerente: CGJ/Juiz de Direito e Diretor do Foro da comarca de São Joaquim e Outros – Assunto: Alteração de competência da 1ª e 2ª Varas – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Aprovação adotando o padrão de competências firmado no Processo Administrativo nº 363015-2010.3 e concretizado na Resolução nº 32/2010. O atendimento dos ajustes necessários, ainda em conformidade com a Corregedoria Geral da Justiça, poderá e deverá ser realizado após a implementação da padronização, com a avaliação dos efeitos das alterações levadas a efeito, procedendo-se às necessárias adequações ditadas pelas peculiaridades da Comarca.

10.2.3 Processo nº 421442-2011.2 – Requerente: Coordenadoria de Execução Penal da Infância e Juventude – CEPIJ – Assunto: Proposta de resolução para cisão da Coordenadoria de Execução Penal e Infância e Juventude – CEPIJ, com a criação de coordenadorias específicas para cada uma das áreas de atuação – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Criação de órgãos de natureza estritamente administrativa que implique na criação de cargos independentemente de análise ou aprovação da Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias.

10.2.4 Processo nº 305304-2008.0 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Atualização do texto do art. 322 do CDOJESC – Relator: Des. Ricardo Fontes – Decisão: Aprovação de proposta com o fim de estabelecer a paridade de índices, especificamente no tocante ao importe da multa, aplicando-se a URE e não a URC.

10.2.5 Processo nº 371741-2010.0 – Requerente: Coordenadoria de Execução Penal da Infância e Juventude – CEPIJ – Assunto: Programa de execução penal – Relator: Des. Ricardo Fontes – Decisão: Matéria estranha às atribuições da CPDOJESC.

10.2.6 Processo nº 444282-2011.2 – Requerente: CGJ/Juízo de Direito da Comarca de Blumenau – Assunto: Alteração de competência das unidades judiciárias – Relator: Des. Ronei Danielli – Decisão: Aprovação pela alteração de competência das unidades judiciárias.

10.2.7 Processo nº 453100-2012.0 – Requerente: Conselho da Magistratura/Associação Catarinense dos Tradutores Públicos do Estado de Santa Catarina – Assunto: Utilização da tabela de emolumentos estabelecida pela JUCESC – Relator: Des. Ronei Danielli – Decisão: Alteração da remuneração dos tradutores e intérpretes nestes termos: 1) manter os valores do Regimento de Custas do Estado para os serviços de tradução, ou seja, 20 URC's para a primeira e 05 URC's para as páginas subsequentes; 2) definir o padrão de trinta e cinco (35) linhas por lauda de tradução, sendo que cada linha deverá conter, pelo menos, setenta (70) toques; 3) fixar o critério de "hora trabalhada" para o serviço de intérprete no valor de 20 URC's a primeira hora e 10 URC's as demais.

10.2.8 Processo nº 430767-2011.4 – Requerente: Associação dos Magistrados Catarinenses – Assunto: Modificação nos sistemas de preenchimento dos cargos das turmas recursais – Relator: Dr. Marlon Negri – Decisão: "alteração do caput do art. 47 da Lei Complementar Estadual, para reduzir o mandato dos juízes de Turma de Recursos para 02 (dois) anos, estabelecer que a designação destes obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento e recairá, preferencialmente, em juízes do Sistema dos Juizados Especiais, fixando regra de transição para os ocupantes dos cargos na data da publicação da Resolução nº 01/2012-CGSJEPASC, consoante esboço de Projeto de Lei Complementar anexo".

10.2.9 Processo nº 305304-2008.0 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Atualização do texto do art. 322 do CPDOJESC – Relator: Des. Ricardo Fontes – Decisão: "Ratificar a decisão de fls. 62-65, ou seja, pelo 'estabelecimento de uma paridade entre os índices das penalidades nos serviços extrajudiciais', com a inserção da multa de 72 (setenta e duas) Unidades de Referência de Emolumentos – URE".

10.2.10 Processo nº 414296-2011.9 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Regularização da Vara da Justiça Militar – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Oficialização, acrescentando, porém, à proposta de resolução a possibilidade de ser mantida a atual estrutura, à exceção do Chefe de Cartório, cuja designação deverá obedecer ao prescrito no art. 3º da Lei Complementar nº 512/2010, ou seja, cargo comissionado que exige do indicado a habilitação profissional de portador de diploma de curso superior em Direito, ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário.

10.2.11 Processo nº 376276-2010.9 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Criação de Juizado Especial da Fazenda Pública na Comarca da Capital – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Encaminhamento à ASPLAN para verificar a viabilidade ou não da criação de Juizado Especial da Fazenda Pública na Comarca da Capital.

10.2.12 Processo nº 468521-2012.0 – Requerente: DCDP/DSOJ – Grupo de Câmaras de Direito Público – Assunto: Encaminhamento de cópia do acórdão dos Embargos Infringentes nº 2012.031343-0, que trata da gratificação de diligência aos Oficiais de Justiça nos mandados judiciais provenientes de processos em que litiguem beneficiários da justiça gratuita ou assistência judiciária – Relator: Des. Ronei Danielli – Decisão: Remessa integral dos autos à douta Corregedoria Geral da Justiça, determinando-se o arquivamento do feito.

10.2.13 Processo nº 464052-2012.7 – Requerente: OAB/Seção de Santa Catarina – Assunto: Sugestões para melhor aproveitamento dos trabalhos desenvolvidos pelos advogados, magistrados e servidores da justiça – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Definir as competências funcionais exclusivas de cada unidade jurisdicional afeta ao Direito de Família após a instalação da 3ª Vara da Família da Comarca da Capital.

10.2.14 Processo nº 305304-2008.0 – Requerente: Gabinete da Presidência – Assunto: Atualização do texto do artigo 322 do CPDOJESC – Relator: Des. Ricardo Fontes – Decisão:

A expressão "serventuários da justiça" compreende tão-somente os Escrivães remunerados com custas, Escrivães de Paz, Tabeliães e Oficiais de Registro Público.

10.2.15 Processo nº 418435-2011.1 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Canoinhas – Assunto: Redefinição de competência – Relator: Des. Ricardo Fontes – Decisão: Manutenção da distribuição dos processos como ocorre atualmente, na forma estabelecida pela Resolução nº 57/2011-TJ, porquanto não se vislumbram efeitos práticos que justifiquem tal modificação.

10.2.16 Processo nº 364209-2010.7 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Xanxerê – Assunto: Distribuição de competências – padrão de competência para as comarcas de 3 Varas – Relator: Des. Nelson Schaefer Martins – Decisão: Aprovação pela redistribuição de competências atentando para uma hegemonia na distribuição, de modo a preservar uma uniformização que melhor atenda aos interesses dos jurisdicionados e de acordo com as necessidades peculiares da Comarca.

10.2.17 Processo nº 446506-2012.7 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Ituporanga – Assunto: Redistribuição de competência – Relator: Des. Ronei Danielli – Decisão: Aprovação da proposta de Resolução de redistribuição de competência.

10.2.18 Processo nº 367187-2010.9 – Requerente: CGJ/Sônia Regina Rupp/Escrivania de Paz do Distrito de São José/SC – Assunto: Pedido de Providências formulado pela titular da Escrivania de Paz do Distrito de São José/SC para regularização da situação decorrente da mudança de sede do município – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Des. Ronei Danielli solicitou pedido de vista dos autos.

10.2.19 Processo nº 446507-2012.5 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Ituporanga – Assunto: Criação de um cartório para cada uma das varas da comarca – Relator: Des. Ronei Danielli – Decisão: Arquivamento do feito.

10.2.20 Processo nº 465205-2012.3 – Requerente: Juízo de Direito da Comarca de Tubarão – Assunto: Correção da distribuição de competências nas Varas da Fazenda da comarca – Relator: Des. Ronei Danielli – Decisão: Aprovação da proposta de redefinição da competência das Varas da Fazenda Pública e Família da comarca de Tubarão.

10.2.21 Processo nº 426524-2011.6 – Requerente: Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas da 4ª Região – CONRERP4 – Assunto: Regularização dos profissionais das assessorias de relações públicas, protocolo e cerimonial e de imprensa – Relator: Des. Jaime Luiz Vicari – Decisão: Aprovação 1) modificação da nomenclatura para Assessoria de Cerimonial e Assessor de Cerimonial; 2) não alteração do padrão de vencimento do cargo de Assessor de Cerimonial.

10.2.22 Processo nº 367187-2010.9 – Requerente: CGJ/Sônia Regina Rupp/Escrivania de Paz do Distrito de São José/SC – Assunto: Pedido de Providências formulado pela titular da Escrivania de Paz do Distrito de São José/SC para regularização da situação decorrente da mudança de sede do município – Relator: Des. Luiz Cézar Medeiros – Decisão: Aprovação no sentido do não provimento do pedido, remetendo-se os autos à Comissão de Desdobro.

10.2.23 Processo nº 468164-2012.9 – Requerente: CEPEVID – Coordenadoria da Execução Penal e Violência Doméstica – Assunto: Reanálise da competência nos crimes de homicídio no âmbito da violência doméstica – Relator: Dr. Marlon Negri – Decisão: "À unanimidade de votos, acolher o parecer relatado pelo Exmo. Sr. Dr. Marlon Negri, ou seja, pela alteração das Resoluções nº 24/2011-TJ (fls, 95/07), 31/2010-TJ (fls. 08/10), 21/2011-TJ (fls. 11/13) e 40/2010 (fls. 14/17), que disciplina a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familar contra a Mulher nas Comarcas de São José, Capital, Tubarão e Chapecó, para que passe a constar que a competência para o processamento e julgamento das causas dos mencionados Juizados (Lei nº 11.340/06), na hipótese de crimes doloso contra a vida, estender-se-á até o trânsito em julgado de eventual decisão de pronúncia, inclusive no tocante às medidas protetivas de urgência".

10.2.24 Processo nº 478217-2012.8 – Requerente: CGJ/Processo nº 0011468-44.2012.8.24.0600 – Assunto: Minuta de Projeto de Lei Complementar – Alteração do artigo 35 da Lei Complementar nº 156/1996 – Relator: Des. Ricardo Fontes – Decisão: Elaboração do projeto de Lei Complementar com a inclusão da alínea "o" ao art. 35 do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado de Santa Catarina (LC nº 156/1996).

10.2.25 Processo nº 200915-2004.3 – GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA – Ofício nº 164/2004-1ª VP – Lei de Organização, Classificação e Disciplina dos serviços auxiliares do Foro Extrajudicial, que compõe a 3ª fase do projeto do Novo Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado – Processos relacionados: 142778-2001.4 (26), 166215-2002.5 (107) e 276705-2007.8 (288) – Distribuição dos autos ao Des. Jaime Luiz Vicari.

10.2.26 Processo nº 375307-2010.7 – COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEPIJ – Vara competente para realizar inspeções no Centro de Internação Provisória – CIP nas ações da Infância e Juventude.

10.2.27 Processo nº 433293-2011.8 – ESCRIVÃO DE PAZ DE SÃO LUDGERO – Alteração dos arts. 70, 128, 129 e 342 do CPDOJESC – Distribuição dos autos ao Des. Nelson Schaefer Martins.

10.2.28 Processo nº 407941-2011.8 – COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CEPIJ – Atribuição de competência em vara respectiva quanto aos crimes de violência contra criança e adolescente – Distribuição dos autos ao Des. Luiz Cézar Medeiros.

10.2.29 Processo nº 448043-2012.0 – CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA – Cópia do Pedido de Providências nº 0012592-96.2011.8.24.0600, em que é requerente: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA e OUTROS – Criação de cartório extrajudicial na região da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó – EPAFI – Remessa à Desa. Salete Silva Sommariva, Vice-Corregedora Geral da Justiça.

10.2.30 Processo nº 448052-2012-0 – CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA – Encaminha Moção de Apelo nº 18/2011 da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul onde solicita implantação de mais um cartório de registro de imóveis – Remessa à Desa. Salete Silva Sommariva, Vice-Corregedora Geral da Justiça.

10.2.31 Processo nº 438426-2011.1 – GABINETE DA PRESIDÊNCIA – Ofício nº 736/2011-GP – Criação de Turma de Recursos na comarca de Tubarão – Remessa à Presidência.

10.2.32 Processo nº 476109-2012.0 – JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DA CAPITAL – Minuta de Resolução para regulamentação nas Varas da Fazenda Pública – Remessa à Corregedoria Geral da Justiça.

10.2.33 Processo nº 477366-2012.7 – GP – CEPEVID/NÚCLEO OPER. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – Alteração de competência da Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages – Distribuição dos autos ao Des. Nelson Schaefer Martins.

10.2.34 Processo nº 425882-2011.7 – GABINETE DA PRESIDÊNCIA – Estudo acerca da padronização das Unidades Judiciárias Avançadas – Distribuição dos autos ao Des. Jaime Luiz Vicari.

10.2.35 Processo nº 485828-2012.0 – CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA – Ofício nº 001053-90.2011.8.24.0600-003 – Encaminha fotocópia de autos em que é requerente Guilherme Gaya e outro para conhecimento e providências – Distribuição dos autos ao Dr. Marlon Negri.

10.2.36 Processo nº 322443-2008.0 – JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAPINZAL – Revisão de competência das duas unidades da comarca, inclusive com a criação do cartório da 2ª Vara – Distribuição dos autos ao Des. Jaime Luiz Vicari.

11. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO – Portaria nº 90/2012-GP

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Des. Luiz Cézar Medeiros – Titular
- Des. João Henrique Blasi – Titular
- Des. Salim Schead dos Santos – Titular
- Des. Roberto Lucas Pacheco – Titular

Secretária da comissão:

- Rita Marleide Ziembowicz Dorneles de Moura

11.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência: 02

11.1.1 Conclusos à Presidência: 00

11.1.2 Feitos em tramitação na 1ª Vice-Presidência: 02

11.1.3 Feitos distribuídos aos integrantes da CPRI: 07

11.2 Reuniões: 2

11.2.1 Processo nº 418.709-2011.1 – Pedido de providências visando à padronização quanto à competência para solução de questões suscitadas após publicação de decisões monocráticas deste Tribunal.

11.2.2 Processo nº 430767-2011.4 – Modificação no sistema de preenchimento dos cargos das Turmas Recursais.

11.2.3 Processo nº 449361-2012.3 – Proposta de Ato Regimental para regulamentar a transferência de acervos no Órgão Especial.

11.2.4 Processo nº 467430-2012.8 – Oriundo do CNJ, visando a que este Tribunal de Justiça adeque, via edição de Ato Regimental, a Res. 151/2012 CNJ.

11.2.5 Processo nº 473073-2012.9 – Trata de aspecto atinente a Res. 71/2009 do CNJ acerca do plantão judiciário de primeiro grau. Regulamentação para adequar as normas deste Tribunal de modo a atender a aludida norma. Resolução nº 12/2010 – CM. Proposta de Ato Regimental que estabelece o plantão judiciário no âmbito do Tribunal de Justiça.

11.2.6 Processo nº 476756-2012.0 – Trata da alteração do art. 10 do Ato Regimental nº 41/2000.

11.2.7 Processo nº 478783-2012.8 – Oriundo do Pedido de Providências nº 2011.900003-7, referente a plantão judiciário de 1º e 2º Graus.

12. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA — Portaria nº 89/2012-GP

27/2/2012 – DJE Nº 1339

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Des. Jaime Ramos
- Des. Sérgio Izidoro Heil

Secretário da Comissão:

- Alessandro Rosseto Vieira

12.1 Total de processos para exame: 01

12.2 Reuniões: 04

12.2.1 Manutenção da versão impressa da Revista Jurisprudência Catarinense, com redução no número de exemplares.

12.2.2 Alteração do leiaute da Revista Jurisprudência Catarinense.

12.2.3 Criação da versão eletrônica da Revista Jurisprudência Catarinense, com ISSN próprio, procedendo-se a estudos, também, no sentido da utilização da jurisprudência eletrônica como repositório oficial do Tribunal.

12.2.4 Criação do Informativo de Jurisprudência do Tribunal de Justiça Catarinense, e melhoria na pesquisa de julgados da Corte na página da internet.

12.3 Processo nº 453870-2012.6 – Proposta de extinção da versão impressa da Revista Jurisprudência Catarinense. Decisão: julgado prejudicado o pedido, com o arquivamento dos autos.

13. COMISSÃO DE CONCURSOS

13.1 Comissão para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Resolução nº 10/2010-TJ

Comissão Central

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Des. Cid José Goulart Júnior – titular
- Des. Tulio José Moura Pinheiro – suplente

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Dr. Márcio Luiz Fogaça Vicari – OAB/SC – Titular
- Dr. Joel de Menezes Niebuhr – OAB/SC – Suplente

Comissão Examinadora da Prova Objetiva Seletiva

- Des. Nelson Juliano Schaefer Martins – Presidente
- Des. Jorge Luiz de Borba – Titular

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de Santa Catarina:

- Dr. Oscar Juvêncio Borges Neto – OAB/SC – Titular
- Dr. Francisco Emmanuel Campos Ferreira – OAB/SC – Suplente

Revisão Língua Portuguesa

- Profª. Maria Tereza de Queiroz Piacentini – Gramática

Comissão Examinadora da Prova Discursiva Teórica

- Des. Cid José Goulart Júnior – Presidente
- Des. Nelson Juliano Schaefer Martins – Titular
- Desª. Sônia Maria Schmitz – Suplente
- Juiz de Direito de 2º Grau Carlos Adilson Silva – Suplente

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Santa Catarina:

- Dr. Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga – OAB/SC – Titular

Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Penal

- Desª. Salete Silva Sommariva – Titular
- Juiz de Direito de 2º Grau Roberto Lucas Pacheco – Suplente

- Dr. Hélio Rubens Brasil – OAB/SC – Titular

Comissão Examinadora da Prova Técnica de Direito Civil

- Des. Cid José Goulart Júnior
- Des. Ronei Danielli
- Dr. André Opilhar – OAB/SC – Titular

Comissão Multiprofissional

- Des. Cid José Goulart Júnior - Presidente
- Desª. Sônia Maria Schmitz
- Dr. José Carlos Nascimento - CRM 3.119
- Dra. Graciela de Oliveira Richter Schmidt - CRM 10.3921
- Dr. Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga - OAB/SC

Comissão Examinadora da Prova Oral

- Des. José Trindade dos Santos - Presidente
- Desª. Salete Silva Sommariva
- Des. João Henrique Blasi
- Des. Roberto Lucas Pacheco
- Dra. Janice Goulart Garcia Ubiali
- Dr. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva
- Dr. Carlos Roberto da Silva
- Dr. Jorge Luís Costa Beber
- Dr. César Luiz Pasold – OAB/SC

13.1.1 Edital 408/2010 – Edital de concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina

13.1.1.1 Edital 105/2012 – Identificação de provas de Direito Penal e Direito Civil

13.1.1.2 Edital 108/2012 – Candidatos aprovados - Sentença Penal

13.1.1.3 Edital 107/2012 – Candidatos aprovados - Sentença Civil

13.1.1.4 Edital 177/2012 – Julgamento de recursos interpostos

13.1.1.5 Edital 180/2012 – Inclusões - Recurso Civil

13.1.1.6 Edital 179/2012 – Inclusões - Recurso Penal

13.1.1.7 Edital 183/2012 – Sorteio dos grupos de candidatos para a Prova Oral

13.1.1.8 Edital 182/2012 – Datas da Prova Oral

13.1.1.9 Edital 181/2012 – Candidatos aptos à Prova Oral

13.1.1.10 Portaria 01/2012 – Composição da Comissão Examinadora da Prova Oral

13.1.1.11 Edital 185/2012 – Candidatos sorteados para integrarem os grupos

13.1.1.12 Edital 184/2012 – Pontos para a Prova Oral

13.1.1.13 Edital 186/2012 – Decisão - Processo Administrativo nº 461332-2012.5

13.1.1.14 Edital 187/2012 – Suspensão da Prova Oral

13.1.1.15 Edital 206/2012 – Novo prazo para recurso

13.1.1.16 Edital 207/2012 – Julgamento de recursos interpostos

13.1.1.17 Edital 211/2012 – Julgamento de recursos interpostos

13.1.1.18 Edital 212/2012 – Pontos da Prova Oral

13.1.1.19 Edital 215/2012 – Candidatos aptos à Prova Oral

13.1.1.20 Edital 214/2012 – Candidatos aprovados - Sentença Civil

13.1.1.21 Edital 213/2012 – Candidatos aprovados - Sentença Penal

13.1.1.22 Edital 216/2012 – Sorteio dos grupos de candidatos para a Prova Oral

13.1.1.23 Portaria 02/2012 – Composição da Comissão Examinadora da Prova Oral

13.1.1.24 Edital 218/2012 – Sorteio dos grupos de candidatos para a Prova Oral

13.1.1.25 Portaria nº 4/2012 – Inclusão de membro na Prova na Oral

13.1.1.26 Portaria nº 3/2012 – Dispensa por impedimento

13.1.1.27 Edital 222/2012 – Desistência do certame

13.1.1.28 Edital 226/2012 – Data de cálculo das notas da Prova Oral

13.1.1.29 Edital 225/2012 – Homologação de desistência de candidatos

13.1.1.30 Edital 228/2012 – Candidatos habilitados para as próximas etapas

13.1.1.31 Formulário para comprovação da atividade jurídica

13.1.1.32 Portaria 006/2012 – Credencia psicólogas para comporem a Comissão do Exame Psicotécnico

13.1.1.33 Edital 229/2012 – Data da apreciação da admissibilidade de recurso à Prova Oral

13.1.1.34 Edital 230/2012 – Candidatos com inscrições definitivas deferidas

13.1.1.35 Edital 331/2012 – Julgamento dos recursos interpostos à Prova Oral e abertura do prazo para a juntada dos documentos para a inscrição definitiva

13.1.1.36 Edital 339/2012 – Relação dos candidatos aprovados nas etapas anteriores e convocação para participação no Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura

13.1.2 Projeto de Resolução – Regulamento do Concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Estado de Santa Catarina

13.2 Concurso de Ingresso, por Provimento ou Remoção, na Atividade Notarial e de Registro no Estado de Santa Catarina

13.2.1 Comunicado – O Desembargador José Gaspar Rubick, Presidente da Comissão do Concurso, no âmbito de suas atribuições regimentais, FAZ SABER a quem interessar possa que todos os atos relativos ao Concurso Público de Provas e Títulos para ambos os critérios de Ingresso (provimento e remoção) para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Santa Catarina estão suspensos, nos termos e pelas razões expostas na decisão concessiva de liminar proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0000004-47.2012.2.00.0000 pelo Conselheiro Ney José de Freitas do Conselho Nacional de

Justiça, em que é requerente Hugo Henrique Veloso Varejão. Tão logo efetuado o levantamento e a respectiva declaração de vacância de outras serventias pelos órgãos competentes desta Corte, esta 1ª Vice-Presidência procederá à republicação do referido edital do concurso público, com a reabertura do prazo de inscrições, tudo de acordo com a mencionada decisão. Faz saber, outrossim, que as inscrições já efetivadas (art. 8º do Edital nº 346/2011) serão convalidadas automaticamente com a republicação do edital.

13.2.2 Resolução nº 1/2012-TJ – Dispõe - Regulamento do concurso para Ingresso na Atividade Notarial e de Registro

13.2.3 Edital 176/2012 – Inscrições abertas para o concurso de provas e títulos (provimento e remoção)

13.2.4 Edital 178/2012 – Serventias reservadas - Portadores de necessidades especiais.

13.2.5 Edital 189/2012 – Edital de impugnações

13.2.6 Edital 188/2012 – Edital de impugnações

13.2.7 Edital 198/2012 – Hipossuficientes - Pedidos de isenção de taxa indeferidos

13.2.8 Edital 197/2012 – Doadores - Pedidos de isenção de taxa indeferidos

13.2.9 Edital 196/2012 – Portadores de necessidades especiais - Inscrições indeferidas

13.2.10 Edital 195/2012 – Portadores de necessidades especiais - Inscrições deferidas

13.2.11 Edital 194/2012 – Remoção - Inscrições indeferidas

13.2.12 Edital 193/2012 – Remoção - Inscrições deferidas

13.2.13 Edital 192/2012 – Provimento - Inscrições indeferidas

13.2.14 Edital 191/2012 – Provimento - Inscrições deferidas

13.2.15 Edital 200/2012 – Inclusões de candidatos na relação publicada pelo Edital 191/2012

13.2.16 Edital 199/2012 – Candidatos com condições especiais de prova - Pedidos deferidos

13.2.17 Edital 201/2012 – Exclusões nos itens 153 e 154 do Anexo I do Edital nº 176/2012

13.2.18 Portaria 01/2012 – Substituição na comissão do concurso

13.2.19 Comunicado – Datas das provas

13.2.20 Edital 202/2012 – Inclusões de candidatos nas relações publicadas pelos

13.2.21 Editais 191/2012 e 195/2012

13.2.22 Edital 203/2012 – Convocação para prova objetiva de seleção

13.2.23 Edital 204/2012 – Homologação de desistência

13.2.24 Prova Final – Objetiva de Seleção e Gabarito – Provimento

13.2.25 Edital 208/2012 – Anulação de questão da Prova Objetiva

13.2.26 Prova e Gabarito - Remoção

13.2.27 Edital 210/2012 – Recursos interpostos - Distribuição aos membros da Comissão

13.2.28 Edital 217/2012 – Edital nº 217/2012

13.2.29 Edital 221/2012 – Convocação para a prova escrita e prática

13.2.30 Edital 220/2012 – Aprovados na prova objetiva de seleção

13.2.31 Edital 219/2012 – Julgamento dos Recursos

13.2.32 Documentos para Remoção – Área para reimpressão do comprovante de inscrição e acesso aos rendimentos das serventias

13.2.33 Documentos para Provimento – Área para reimpressão do comprovante de inscrição e acesso aos rendimentos das serventias

13.2.34 Edital 223/2012 – Edital nº 223/2012

13.2.35 Portaria 05/2012 – Composição da Comissão do Concurso

13.2.36 Comunicado – Suspensão da Prova Escrita e Prática

13.2.37 Edital 224/2012 – Edital nº 224/2012

13.2.38 Edital 227/2012 – Edital nº 227/2012

13.2.39 Retificação Edital nº 227/2012

13.2.39 Edital 337/2012 – Listagem dos candidatos aprovados na prova objetiva de seleção

13.2.39 Edital 338/2012 – Convocação para a prova escrita e prática

13.3 Concurso para Provimento de Cargos de Servidores do Quadro do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina:

13.3.1 Edital 173/2011 – Técnico Judiciário Auxiliar

- Mario José Simone Ramos – Presidente
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Marcelo Meira Cúrcio – Titular
- Michele Copetti – Titular
- Rosângela e Silva Pamplona – Secretária

13.3.1.1 Gabarito Definitivo.

13.3.1.2 Edital 36/2012 a 55/2012 – Relação dos candidatos aprovados por comarca.

13.3.1.3 Edital 56/2012 a 61/2011 – Relação dos candidatos aprovados por região.

13.3.1.4 Edital 106/2012 – Candidatos aprovados na condição de Portadores de Necessidades Especiais. – PNE.

13.3.1.5 Homologação

13.3.2 Edital 192/2011 – Analista Administrativo

- Des. Sérgio Torres Paladino – Presidente
- Mario José Simone Ramos – Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Raphael Jaques de Souza – Titular
- Lúcia Helena Gonçalves – Secretária

13.3.2.1 Edital 01/2012 a 34/2012 – Relação dos candidatos aprovados por comarca.

13.3.2.2 Edital 62/2012 – Inscrições deferidas – Candidatos Portadores de Necessidades Especiais.

13.3.2.3 Edital 63/2012 – Inscrições indeferidas – Candidatos Portadores de Necessidades Especiais.

13.3.2.4 Edital 142/2012 a 175/2012 – Nota na Prova de Títulos.

13.3.2.5 Edital 188/2012 – Apreciação dos recursos interpostos contra a Prova de Títulos.

13.3.2.6 Edital 189/2012 – Relação dos candidatos aprovados e classificados por comarca.

13.3.2.7 Edital 190/2012 – Relação dos candidatos aprovados e classificados por região.

13.3.2.8 Edital de Homologação.

13.3.2.9 Edital 196/2012 – Relação dos candidatos aprovados por comarca na condição de Portadores de Necessidades Especiais.

13.3.3 Edital 195/2011 – Técnico Judiciário Auxiliar, Secretaria do Tribunal de Justiça

- Mario José Simone Ramos – Presidente
- Marilande Fátima Manfrin Leida – Titular
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Michele Copetti – Titular
- Rosângela e Silva Pamplona – Secretária

13.3.3.1 Homologação – Homologação

13.3.3.2 Edital 64/2012 – Inclusão de candidatos na nominata publicada pelo Edital 328/2011.

13.3.3.3 Edital 65/2012 – Inscrições deferidas – Portadores de Necessidades Especiais – Republicado por incorreção.

13.3.4 Edital 193/2011 – Analista Jurídico

- Mario José Simone Ramos – Presidente
- Alfredo José Ribeiro Júnior – Titular
- Cassiano Reis – Titular
- Marcelo Meira Cúrcio – Titular
- Michele Copetti – Titular

13.3.4.1 Edital de Publicação do Gabarito Definitivo.

13.3.4.2 Edital 67/2012 a 95/2012 – Relação de candidatos aprovados por comarca.

13.3.4.3 Edital 111/2012 – Inclusão de candidatos habilitados

13.3.4.4 Edital 112/2012 a 140/2012 – Nominata dos candidatos aprovados na Prova Escrita, após a inclusão dos candidatos contemplados com a decisão da Comissão de Concurso, exarada no Edital nº 111/2012.

13.3.4.5 Edital 213/2012 – Notas da Prova de Títulos.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

RESUMO ESTATÍSTICO DOS PROCESSOS DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA											
MÊS	PENDENTES (1)	SUSPENSOS (2)	RECEBIDOS	RESP ENTRADOS	RE ENTRADOS	RESP ADMITIDOS	RESP NEGADO	RE ADMITIDO	RE NEGADO	DECISÕES DIVERSAS	TOTAL DECISÕES (3)
JAN(4)	2.947	2.736	560	198	65	14	30	9	29	63	145
FEV	2.873	2.223	655	285	115	44	191	5	67	597	904
MAR	2.391	2.226	545	208	96	141	436	28	180	237	1.022
ABRIL	2.018	2.254	639	242	76	90	309	25	137	367	928
MAIO	1.585	2.300	736	413	155	111	521	38	159	465	1.294
JUN	1.417	2.382	517	337	129	113	300	13	126	297	849
JUL	1.461	2.429	799	515	192	109	371	19	105	317	921
AGO	1.241	2.424	787	381	119	128	530	23	142	424	1.247
SET	1.101	2.575	733	310	116	133	524	15	84	306	1.062
OUT	1.049	2.682	747	488	155	116	419	17	120	419	1.091
NOV	957	2.742	583	348	118	144	240	27	90	333	834
DEZ	1.011	2.779	241	214	88	39	141	6	44	189	419
TOTAL	**1.011**	**2.779**	**7.542**	**3.939**	**1.424**	**1.182**	**4.012**	**225**	**1.283**	**4.014**	**10.716**

RE – Recursos Extraordinários
RESP – Recursos Especiais

[1] Números que correspondem à quantidade de recursos pendentes
2 Números que correspondem à quantidade de recursos que permanecem sobrestados no período
3 Soma das colunas correspondentes a recursos especiais e extraordinários negados e admitidos e decisões diversas
4 Mês de janeiro de 2012 – 2ª Vice-Presidência ainda sob a gestão 2010/2012

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

RESUMO DOS DADOS ENCAMINHADOS À CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA											
MÊS	PENDENTES	SUSPENSOS	RECEBIDOS	RESP ENTRADOS	REXT ENTRADOS	RESP ADMITIDO	RESP NEGADO	REXT ADMITIDO	REXT NEGADO	OUTROS DESPACHOS	DESPACHOS DO MÊS
FEVEREIRO/2012	4.293	3.194	3.564	929	407	80	252	0	253	379	964
MARÇO/2012	4.975	3.222	6.048	1.340	697	153	791	0	562	503	2.009
ABRIL/2012	5.329	3.257	2.854	947	393	81	630	1	317	909	1.938
MAIO/2012	6.212	3.437	2.848	1.331	682	104	602	1	345	1.630	2.682
JUNHO/2012	6.874	3.514	2.409	1.625	687	110	903	0	500	1.015	2.528
JULHO/2012	7.017	3.645	3.350	2.189	961	96	1.322	0	1061	1.217	3.696
AGOSTO/2012	7.079	4.049	3.414	2.191	933	142	1.252	1	687	1.727	3.809
SETEMBRO/2012	7.925	4.241	2.576	1.387	513	86	548	0	424	1.134	2.192
OUTUBRO/2012	9.166	5.980	4.978	2.615	1.050	179	1.373	3	821	1.398	3.774
NOVEMBRO/2012	8.268	6.378	2.761	1.156	343	115	601	1	351	3.009	4.077
DEZEMBRO/2012	8.056	6.809	1.460	6.56	181	101	549	0	251	953	1.854
TOTAIS	**8.056**	**6.809**	**36.262**	**16.366**	**6.847**	**1.247**	**8.823**	**7**	**5.572**	**13.874**	**29.523**

Acervo recebido de terceiros: 0 + Recebidos ao longo da gestão

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 383, XIX, da Lei nº 5.624/1979 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e também aos princípios da eficiência e da transparência, apresento ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desta Corregedoria-Geral da Justiça, no foro judicial e extrajudicial, relativo ao exercício de 2012.

Como todos os elementos necessários foram fornecidos pelos respectivos núcleos, divisões e outros setores da Corregedoria e acompanham a presente introdução, despicienda é a sua repetição exaustiva, podendo qualquer dúvida ou omissão ser suprida a tempo e modo.

Antes de tudo, é imperioso registrar o pronto e valioso apoio que este Corregedor sempre recebeu do Excelentíssimo Desembargador Cláudio Barreto Dutra, Presidente do Tribunal de Justiça, sensível aos pleitos que lhe foram dirigidos, nada obstante a reconhecida carência de magistrados e servidores, característica do ano findo, que se espera possa ser normalizada em breve.

Notável também o auxílio importante e permanente da Excelentíssima Desembargadora Salete Silva Sommariva, Vice-Corregedora-Geral da Justiça, e Coordenadora da Cepevid – Coordenadoria da Execução Penal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, possibilitando uma atuação conjunta e harmoniosa nas mais diversas ações deste Órgão.

De inegável relevo tem sido, ainda, a colaboração do Excelentíssimo Desembargador Sérgio Izidoro Heil, Coordenador da CEIJ – Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, em especial para o Núcleo V – Direitos Humanos.

Quanto aos resultados obtidos, que penso serem expressivos, são fruto da dedicação e do trabalho sério, competente, muito bem planejado e executado pelos Excelentíssimos Juízes-Corregedores Vitoraldo Bridi – Núcleo I: Orientação Institucional; Antônio Carlos Zoldan da Veiga – Núcleo II: Planejamento, Projetos e Revisão do Código de Normas; Luiz Cesar Schweitzer, Núcleo III: Correicional e Instrução Disciplinar; Davidson Jahn de Mello, Núcleo IV: Serventias Extrajudiciais; e Alexandre Karazawa Takaschima, Núcleo V: Direitos Humanos, este instalado em maio de 2012.

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção – Ceja, que tem à frente a Senhora Mery-Ann G. Furtado e Silva, igualmente merece registro positivo, bem como todos os demais setores, sem exceção. Deixa-se de nomeá-los um a um, para evitar o risco de eventual omissão. O mérito é de todos, sem exceção, mas pela afinidade com as funções do gabinete, cito Christiano Oliveira Carioni, Secretário-Geral da Corregedoria-Geral da Justiça; Giselle Volpato Faria, Oficial de Gabinete; Tatiana Melissa Mattos, Secretária Jurídica; Antônio Carlos Michelin, Chefe da Divisão Judiciária; e Sônia Maria Schmitt Pasini, Chefe da Divisão Administrativa.

Mesmo antes de assumir o cargo de Corregedor, conhecia a necessidade de um relacionamento mais próximo e informal de alguns magistrados com a Corregedoria. Isso por razões das mais diversas.

Meu objetivo sempre foi - e continua sendo - o encurtamento da distância entre o primeiro grau de jurisdição e o Tribunal, através do diálogo franco, direto e sincero com juízes e desembargadores, mesmo que, em casos isolados, se fizer necessário certo rigor, obrigação ínsita ao cargo.

Visitei várias comarcas e pretendo intensificar esta prática em 2013, já que os resultados foram extremamente animadores.

Focados no interesse dos juízes, foram criadas e estão em andamento, com a participação da Associação dos Magistrados, a Comissão para a elaboração de estudos e a propositura de critérios objetivos na promoção pelo critério de merecimento, a Comissão de Saúde e a Comissão Permanente de Segurança e Assistência dos Juízes colocados em Situação de Risco (Resolução nº 33/2010-GP, de 26 de julho de 2010). Houve atuação destacada em algumas dessas questões que, pela sua própria natureza, não recomendam sua divulgação.

Está em curso avançado de elaboração o novo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, trabalho hercúleo, extenuante, meticuloso e de grande utilidade para os magistrados de primeiro grau, sobretudo os mais novos, e que, espera-se, possa ser aprovado e implementado no início do segundo semestre.

Foi criado, ainda, o Núcleo V: Direitos Humanos, cujas atividades iniciaram em maio de 2012, com atuação decisiva, principalmente nas unidades prisionais, no combate à violência doméstica, nas políticas públicas voltadas à infância e juventude, notadamente no atendimento socioeducativo e no recente projeto "Direito de Ser Idoso".

Em parceria com a Escola Superior de Administração e Gerência – Esag –, retomaram-se os trabalhos da reestruturação organizacional da Corregedoria, os quais tiveram início na gestão do Excelentíssimo Desembargador Trindade dos Santos e continuidade na gestão do saudoso Desembargador Solon d'Eça Neves.

O projeto contempla o plano físico, pessoal e estratégico, a fim de buscar a otimização dos recursos públicos, a eficiência do serviço e a celeridade da atividade-fim do Poder Judiciário, que é a de solucionar os conflitos que lhe são postos à mesa. Essa reestruturação terá como meta a autonomia administrativa e orçamentária da Corregedoria, em conformidade com o que tem sido ditado reiteradamente pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

No âmbito externo, destaca-se a criação, no sítio da Corregedoria-Geral, da página "transparência institucional", e o lançamento do boletim eletrônico "Magistral", ferramentas que possibilitam à sociedade maior acesso a informações sobre a atuação deste Órgão.

De ressaltar, ainda, a quantidade de inspeções correicionais no foro judicial e nas serventias extrajudiciais, que supera com folga as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

E, finalmente, mas não de somenos importância, tem-se o lançamento, em 30 de novembro de 2012, da versão 2.0 do Selo Digital de Fiscalização, desenvolvida pela Assessoria de Informática deste Órgão. Cuida-se de versão que, além de consolidar os formatos de atos extrajudiciais, de

modo a adaptá-los às novas exigências normativas, também aprimorou tais modelos e propiciou o desenvolvimento de novos serviços informatizados, o que aniquilou qualquer possibilidade de fraude.

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.1. Julgamentos

No decorrer do ano de 2012, o Corregedor-Geral da Justiça julgou os processos que seguem indicados.

2.1.1. Tribunal Pleno

- Apresentação de 3 (três) Relatórios Conclusivos

1. Sindicância nº 0011974-54.2011.8.24.0600

2. Sindicância nº 0010174-54.2012.8.24.0600

3. Pedidos de Providências nº 0012249-03.2011.8.24.0600, 0012293-22.2011.8.24.0600, 0012249-03.2011.8.24.0600, 0011467-59.2012.8.24.0600, 0011084-81.2012.8.24.0600, 0010871-12.2011.8.24.0600, 0010688-41.2011.8.24.0600, 0011350-68.2012.8.24.0600, 0011299-57.2012.8.24.060, 0012727-74.2012.8.24.0600, 0012602-09.2012.8.24.0600, 0011804-48.2012.8.24.0600 e Reclamação Disciplinar nº 0010590-22.2012.8.24.0600 - Apresentação de Relatório Conclusivo único

2.1.2. Conselho da Magistratura

- Recurso de Decisão nº 2012.900048-0
- Processo CGJ-E nº 1446/2009
- Pedido de Providências nº 2012.900050-1
- Pedido de Providências nº 2008.900006-9
- Pedido de Providências nº 0011017-19.2012.8.240600
- Pedido de Providências nº 2012.900068-4

2.1.3. Conselho Gestor dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

- Processos nº 152903-2010-0 e 362189-2010.8
- Processo nº 452820-2012.4
- Processo nº 451776-2012.9
- Processo nº 462767-2012.9
- Processo nº 465616-2012.4

- Processo nº 397001-2010-9

2.2. Participação em eventos realizados fora do município de Florianópolis

- 59º ENCOGE, Foz do Iguaçu/PR (19 a 21 de março)
- 60º ENCOGE, Maceió/AL (22 a 25 de agosto)
- 61º ENCOGE, Gramado/RS (8 a 10 de novembro)
- Encontro da Associação dos Magistrados Catarinenses, Balneário Camboriú/SC (1º de dezembro)

2.3. Participação em Mutirão Carcerário

- São Francisco do Sul, Blumenau e Lages

2.4. Reuniões com membros dos Poderes Judiciário e Executivo e Advogados

COMARCA	PARTICIPANTES
Balneário Camboriú	Magistrados e advogados
Blumenau	Magistrados e advogados
Brusque	Magistrados e advogados
Chapecó	Magistrados e advogados
Criciúma	Magistrados e advogados
Gaspar	Magistrado e Prefeito Municipal
Indaial	Magistrado, Prefeito Municipal e autoridades
Joinville	Magistrados e advogados
Lages	Magistrados, advogados e Promotores de Justiça
Rio do Sul	Magistrados e advogados
São Francisco do Sul	Magistrados e advogados
São João Batista	Magistrados e advogados
Xanxerê	Magistrados, advogados e Promotores de Justiça

3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1. Núcleo I: Orientação Institucional

- No período de janeiro a 12 de dezembro de 2012, a Corregedoria-Geral da Justiça autuou 882 procedimentos administrativos vinculados ao Núcleo I. Desse universo,

todos tramitaram em formato digital. Atualmente, 237 feitos continuam em curso;

- Quanto aos atendimentos prestados pela assessoria do Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados, contabilizam-se os seguintes dados:

1. Atendimento prestado por telefone: 4.720
2. Atendimento prestado por correspondência eletrônica: 5.560
3. Atendimento prestado pessoalmente: 585

3.2. Núcleo II: Planejamento, Projeto e Revisão do Código de Normas

3.2.1. Atividades desenvolvidas durante o ano de 2012:

- Editadas 2 (duas) Resoluções Conjuntas: nº 1/2012-GP/CGJ (Institui o Mutirão de Sentenças de 2012) e nº 2/2012-GP/CGJ (Altera a redação de dispositivos da RC nº 6/2008-GP/CGJ, que dispõe sobre a racionalização dos arquivos das Comarcas, sua remessa à Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário do TJSC).
- Editados 11 (onze) Provimentos.
- Editadas 9 (nove) Circulares.
- Editados 59 (cinquenta e nove) Ofícios-Circulares.
- Editadas 3 (três) Orientações e atualizadas 8 (oito).
- Exarados 553 (quinhentos e cinquenta e três) pareceres.
- Participação em 288 (duzentos e oitenta e oito) reuniões, sendo 226 (duzentos e vinte e seis) do Núcleo, que contou em grande parte com a presença do Juiz Corregedor, e 62 (sessenta e duas) exclusivas do Juiz Corregedor.
- Participação em 2 (dois) ENCOGE – Encontro do Colégio dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça.
- Respondidas 2.622 (duas mil e seiscentas e vinte e duas) mensagens, via correio eletrônico, sendo:

PROJETO/SISTEMA	QUANTIDADE DE E-MAILS
Bacenjud e CCS	980
SAT	475
Prodnasc	350
Projetos Diversos	340
Sistemas CNJ	305

Jurisdição Delegada	246
Infojud	146
TOTAL	2.622

- Atendimentos via telefone, com orientações ou informações relacionadas aos Sistemas Auxiliares: Bacenjud, CCS, SAT, Prodnasc, Sistemas CNJ, Jurisdição Delegada, Infojud, Renajud etc.
- Realizados 5 (cinco) cursos, em parceria com a Academia Judicial, para a capacitação de servidores acerca de assuntos diversos.
- Realizada Videoconferência sobre o sistema PRODNASC, em parceria com a Academia Judicial, para a capacitação de servidores das Varas com competência relacionada à investigação de paternidade.
- Remetidos 1.700 (um mil e setecentos) kits do Projeto Prodnasc para as Varas com competência para a realização de audiência com coleta de material genético.
- Criada a página no sítio da CGJ atinente à "Transparência Institucional" e publicação do cumprimento das Metas de Nivelamento do CNJ-CORR.
- Atualizadas as informações do sítio da CGJ concernentes aos Sistemas Auxiliares: Bacenjud, CCS, SAT, Prodnasc, Sistemas CNJ, Jurisdição Delegada, Infojud, Renajud etc.
- Elaborado o Plano de Gestão da Corregedoria-Geral de Justiça de 2012, para acompanhamento das Metas de Nivelamento da Corregedoria-Nacional de Justiça.
- Elaborada a Minuta de Resolução sobre a tramitação do Processo Eletrônico, em parceria com a Diretoria Geral-Judiciária, que foi entregue diretamente ao CGINFO para deliberação.
- Elaborada a Minuta de Resolução sobre o Sistema Malote Digital – Hermes, que aguarda a validação dos demais setores envolvidos.

3.2.2. Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça

Foi iniciado o Projeto de Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, que contou, neste ano, com a disponibilização de formulário eletrônico no sítio desta CGJ para sugestões da Comunidade Jurídica em Geral e com a realização de 52 (cinquenta e duas) reuniões. Já foi concluído o súmario do aludido Código e está em desenvolvimento a redação das disposições deste.

3.2.3. Reestruturação da Corregedoria-Geral de Justiça

Este Núcleo iniciou, em parceria com os demais setores desta CGJ e sob a coordenação da Secretaria, o Projeto de Reestruturação deste Órgão Correicional. Foi deliberado, em reunião, pela realização de contato com a UDESC-ESAG, para verificar a possibilidade de assessoria externa, com a apresentação de proposta de trabalho.

3.2.4. Projeto Programa de Julgamento Prioritário

A equipe do Programa de Julgamento Prioritário – PJP realizou acompanhamento in loco em 95 (noventa e cinco) unidades judiciárias de 17 (dezessete) Comarcas.

No final do mês de novembro/2012, registrou-se a baixa de 19.795 (dezenove mil e setecentos e noventa e cinco) processos, o que representa 30,61% do acervo existente em 01/01/2012, de processos distribuídos até 31/12/2007.

Ainda estão pendentes de julgamento aproximadamente 44.867 (quarenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e sete) processos. Necessário considerar, no entanto, que grande parte deste acervo restante dependem única e exclusivamente da iniciativa das partes (inventário, arrolamento, sobrepartilha, usucapião, divórcio litigioso etc), enquanto outro número considerável aguarda a realização de perícias.

3.2.5. Projeto Mutirão de Sentenças

O Mutirão de Sentenças foi mantido por este Núcleo e atingiu a quantidade de 1.986 (um mil e novecentos e oitenta e seis) processos julgados. O aludido Projeto contou com a participação de 26 Juízes sentenciantes e 54 cedentes e auxiliou ao total 55 Unidades Judiciárias em todo o Estado.

3.2.6. Projeto Mutirão do Júri

Este Núcleo, em parceria com o Núcleo V desta CGJ, instituiu e coordenou o Projeto Mutirão do Júri que visava ao atendimento das Metas 3 e 4 da ENASP – Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública de 2012. O projeto abrangeu três fases dos processos de competência do Tribunal de Júri: a) fase de instrução; b) fase de pronúncia e c) fase do júri.

No tocante à fase de instrução, foi solicitado aos Magistrados de 15 Unidades Judiciárias a concentração da realização da instrução, no período de 26/11/2012 a 07/12/2012, dos processos que se enquadravam na Meta 3 da ENASP.

Concernente à fase de pronúncia, foram selecionados 40 (quarenta) processos conclusos para pronúncia, relacionados também à Meta 3, provenientes de 8 Unidades Judiciárias, e que foram sentenciados em regime de mutirão.

Por fim, no que tange à fase do júri, promoveu-se mutirão de sessões do júri englobando processos, dentro dos parâmetros da Meta 4 da ENASP.

3.2.7. Projetos Diversos

TÍTULO	ENVOLVIDOS	INICIATIVA	SITUAÇÃO

Certidão Negativa na Web	CGJ e DTI	DTI	Iniciado o Piloto na Capital. O projeto está em acompanhamento.
Sistema Malote Digital – Hermes	CGJ, Presidência e DTI	CGJ e DTI	Iniciado o Piloto na Comarca Integrada da Capital. O projeto está em acompanhamento.
Casan – Consulta de dados de consumidores	CGJ	CGJ	Concluído e em pleno funcionamento.
BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão	CGJ e DTI	CNJ	Concluído e em pleno funcionamento.
Convênio com a PGE para pagamentos dos peritos	CGJ, Presidência e PGE	CGJ	O Convênio foi firmado sob nº 81/2012 e está aguardando apenas os ajustes nos sistemas para ser implementado integralmente.
Medicamentos fornecidos pelo Poder Público	CGJ, Presidência e PGE	CNJ	Criado o Projeto de Portal de Assistência à Saúde, que será disponibilizado a partir da celebração de Convênio/Termo de Cooperação Técnica com a Secretária da Saúde.
Promoção por merecimento dos Magistrados	CGJ	CGJ	Foram realizadas várias reuniões, estando o projeto em desenvolvimento.
Saúde dos Magistrados	CGJ	CGJ	Foram realizadas várias reuniões, estando o projeto em desenvolvimento.
Sistema Intimafone	CGJ	CGJ	Implantado nas comarcas que possuem VOIP. A conclusão em 100% de todas as Comarcas do Estado está prevista para 2015, pela DTI.
SPO – Sistema de Pagamento dos Oficiais	CGJ e DTI	CGJ	Sistema de requisição eletrônica para pagamento das conduções dos oficiais de justiça, com base centralizada que gerencia todo o Estado. Mantido pela Assessoria de Informática desta CGJ.
Fundo de Ressarcimento de Conduções	CGJ, Presidência, ASPLAN, DTI e DOF	CGJ	Aguarda manifestação do Conselho da Magistratura.
Custas na Web	DTI e CGJ	DTI	Em desenvolvimento.
Novo sítio da CGJ	CGJ	CGJ	Iniciada a criação do novo sítio da CGJ, com o leiaute já concluído.
SAJ-5 no âmbito da CGJ	CGJ	CGJ	Criado o Grupo de Trabalho para tratar do assuntos relacionados ao SAJ-5 no âmbito desta CGJ.

Fonte: CGJ – Núcleo II

3.3. Núcleo III: Correicional e Instrução Disciplinar

Cumpre informar que no início do ano de 2012, com o objetivo de atender à determinação do Conselho Nacional de Justiça de que pelo menos 30% das unidades jurisdicionais fossem inspecionadas, foi implementada a Inspeção Correicional Remota. Para tanto, foi utilizado um modelo de relatório de fiscalização previamente padronizado, por meio do qual se buscou aferir um diagnóstico mais preciso da gestão dos trabalhos em nossas comarcas. Foi dada ênfase, principalmente, na utilização e obediência dos padrões estabelecidos no Código de Normas desta Corregedoria-Geral da Justiça, assim como na uniformização dos procedimentos por parte das secretarias e cartórios.

Da mesma maneira, no decorrer do ano, ainda foram realizadas as Inspeções Presenciais e Mistas, conforme cronograma publicado por meio do ofício-circular 28/2012. Nestas, com a utilização de parâmetros específicos, buscou-se aprimorar e corrigir os pontos que afetam o bom andamento das atividades forenses.

Assim sendo, dando publicidade aos trabalhos correicionais realizados neste ano, cumpre destacar o seguinte:

3.3.1. Inspeções Presenciais realizadas em 2012

1	Sombrio, 1ª Vara	05/03/2012
2	Sombrio, 2ª Vara	05/03/2012
3	Sombrio, Setores Adm	05/03/2012
4	Rio Negrinho, 1ª Vara	12/03/2012
5	Rio Negrinho, 2ª Vara	12/03/2012
6	Rio Negrinho, Setores Adm	12/03/2012
7	Xaxim, 1ª Vara	26/03/2012
8	Xaxim, 2ª Vara	26/03/2012
9	Xaxim, Setores Adm	26/03/2012
10	Ituporanga, 1ª Vara	06/08/2012
11	Ituporanga, 2ª Vara	06/08/2012
12	Ituporanga, Setores Adm	06/08/2012

3.3.2. Inspeções Mistas realizadas em 2012

1	Eduardo Luz, Sucessões	10/04/2012
2	Eduardo Luz, 1º Juiz. Esp. Cível	11/04/2012
3	Eduardo Luz, 2º Juiz. Esp. Cível	12/04/2012
4	Eduardo Luz, Setores Adm	10/04/2012
5	São José, Fazenda Pública	17/04/2012
6	São José, Direito Bancário	18/04/2012
7	São José, Juiz. Especial Cível	19/04/2012
8	São José, Setores Adm	17/04/2012
9	São Bento do Sul, 1ª Vara	24/04/2012
10	São Bento do Sul, 2ª Vara	25/04/2012
11	São Bento do Sul, 3ª Vara	26/04/2012
12	São Bento do Sul, Setores Adm	24/04/2012
13	Itapema, 1ª Vara Cível	08/05/2012
14	Itapema, 2ª Vara Cível	09/05/2012
15	Itapema, Vara Criminal	10/05/2012
16	Itapema, Setores Adm	08/05/2012
17	Navegantes, 1ª Vara Cível	22/05/2012
18	Navegantes, 2ª Vara Cível	23/05/2012
19	Navegantes, Vara Criminal	24/05/2012
20	Navegantes, Setores Adm	22/05/2012
21	Pomerode, Vara Única	12/06/2012
22	Ascurra, Vara Única	13/06/2012
23	Presidente Getúlio, Vara Única	14/06/2012
24	Garopaba, Vara Única	25/06/2012
25	Imbituba, 1ª Vara	26/06/2012

26	Imbituba, 2ª Vara	27/06/2012
27	Imbituba, Setores Adm	26/06/2012
28	Imaruí, Vara Única	28/06/2012
29	Balneário Piçarras, 1ª Vara	09/07/2012
30	Balneário Piçarras, 2ª Vara	10/07/2012
31	Balneário Piçarras, Setores Adm	09/07/2012
32	Porto Belo, 1ª Vara	11/07/2012
33	Porto Belo, 2ª Vara	12/07/2012
34	Porto Belo, Setores Adm	11/07/2012
35	Braço do Norte, 1ª Vara Cível	24/07/2012
36	Braço do Norte, 2ª Vara Cível	25/07/2012
37	Braço do Norte, Vara Criminal	26/07/2012
38	Braço do Norte, Setores Adm	24/07/2012
39	Bom Retiro, Vara Única	21/08/2012
40	Correia Pinto, Vara Única	22/08/2012
41	Santa Cecília, Vara Única	23/08/2012
42	Biguaçu, 1ª Vara Cível	03/09/2012
43	Biguaçu, 2ª Vara Cível	04/09/2012
44	Biguaçu, Vara Criminal	05/09/2012
45	Biguaçu, Setores Adm	03/09/2012
46	Dionísio Cerqueira, Vara Única	25/09/2012
47	São José do Cedro, Vara Única	26/09/2012
48	Anchieta, Vara Única	27/09/2012
49	S. Lourenço do Oeste, V. Única	02/10/2012
50	Quilombo, Vara Única	03/10/2012
51	Coronel Freitas, Vara Única	04/10/2012
52	Abelardo Luz, Vara Única	16/10/2012
53	Ponte Serrada, Vara Única	17/10/2012
54	Seara, Vara Única	18/10/2012
55	Modelo, Vara Única	23/10/2012
56	Pinhalzinho, Vara Única	24/10/2012
57	São Carlos, Vara Única	25/10/2012
58	Palhoça, Setores Adm.	05/11/2012
59	Palhoça, 1ª Vara Cível	05/11/2012
60	Palhoça, 2ª Vara Cível	06/11/2012
61	Palhoça, 3ª Vara Cível	07/11/2012
62	Palhoça, Família	08/11/2012
63	Palhoça, 1ª Vara Criminal	12/11/2012
64	Palhoça, 2ª Vara Criminal	13/11/2012
65	Santo Amaro da Imp. - Vara Única e setores	20/11/2012
66	Biguaçu - Unidade judiciária de cooperação	21/11/2012
67	São Joaquim, 1ª Vara	27/11/2012
68	São Joaquim, Setores Adm.	27/11/2012

69	São Joaquim, 2ª Vara	28/11/2012
70	Urubici, Vara Única	29/11/2012

3.3.3. Inspeções Remotas realizadas em 2012

1	São José, 1ª Vara Cível	14/08/2012
2	São José, 2ª Vara Cível	15/08/2012
3	São José, 3ª Vara Cível	16/08/2012
4	Balneário Camboriú, vara da família e or.	25/07/2012
5	Balneário Camboriú, juizado especial cível	26/07/2012
6	Balneário Camboriú, 1ª vara cível	27/07/2012
7	Balneário Camboriú, 2ª vara cível	28/07/2012
8	Balneário Camboriú, 3ª vara cível	29/07/2012
9	Balneário Camboriú, 4ª vara cível	01/08/2012
10	Blumenau, 2ª vara da família	02/08/2012
11	Blumenau, 1ª vara da família	03/08/2012
12	Blumenau, vara de direito bancário	04/08/2012
13	Blumenau, 1ª vara cível	05/08/2012
14	Blumenau, 2ª vara cível	08/08/2012
15	Blumenau, 3ª vara cível	09/08/2012
16	Blumenau, 4ª vara cível	10/08/2012
17	Blumenau, 5ª vara cível	11/08/2012
18	Blumenau, juizado especial cível	12/08/2012
19	Chapecó, 1ª vara cível	15/08/2012
20	Chapecó, 2ª vara cível	16/08/2012
21	Chapecó, 3ª vara cível	17/08/2012
22	Chapecó, 4ª vara cível	29/08/2012
23	Chapecó, juizado espcial cível	30/08/2012
24	Chapecó, vara da família e órfãos	31/08/2012
25	Chapecó, vara da família e infância	01/09/2012
26	Joinville, 1ª vara cível	02/09/2012
27	Joinville, 2ª vara cível	05/09/2012
28	Joinville, 3ª vara cível	06/09/2012
29	Joinville, 4ª vara cível	07/09/2012
30	Joinville, 5ª vara cível	08/09/2012
31	Joinville, 6ª vara cível	26/09/2012
32	Joinville, 7ª vara cível	27/09/2012

33	Joinville, 1ª vara direito bancário	28/09/2012
34	Joinville, 2ª vara direito bancário	29/09/2012
35	Joinville, 1º juizado especial cível	10/10/2012
36	Joinville, 2º juizado especial cível	11/10/2012
37	Joinville, 3º juizado especial cível	12/10/2012
38	Joinville, 1ª vara da família	13/10/2012
39	Joinville, 2ª vara da família	14/10/2012
40	Joinville, 3ª vara da família	17/10/2012
41	Itajaí, 3ª vara cível	18/10/2012
42	Itajaí, 4ª vara cível	19/10/2012
43	Itajaí, Juizado Especial Cível	31/10/2012
44	Lages, Vara da Infância e Juventude	01/11/2012
45	Lages, Juizado Especial Cível	02/11/2012
46	Lages, Vara da Família	03/11/2012
47	Lages, 1ª vara cível	04/11/2012
48	Lages, 2ª vara cível	07/11/2012
49	Lages, 3ª vara cível	08/11/2012
50	Lages, 4ª vara cível	09/11/2012
51	Rio do Sul, 1ª vara cível	10/11/2012
52	Rio do Sul, 2ª vara cível	21/11/2012
53	Rio do Sul, 3ª vara cível	22/11/2012
54	Tubarão, 1ª vara cível	23/11/2012
55	Tubarão, 2ª vara cível	24/11/2012
56	Tubarão, 3ª vara cível	25/11/2012

Totalizando 138 (cento e trinta e oito) inspeções correicionais.

3.3.4. Despachos, Pareceres, Ofícios, Informações, Relatórios de Verificação Final e expedientes

Documentos realizados em processos de Inspeção no ano de 2012

PROCESSO N.	UNIDADE	EXPEDIENTE
CGJ 0288/2010	3ª Vara Criminal de Lages	Parecer
CGJ 0444/2010	Vara Criminal de Araranguá	Relatório
CGJ 0799/2010	1ª Vara Cível de Xanxerê	Relatório
CGJ 1224/2010	1ª Vara de Gaspar	Despacho
CGJ 0484/2010	1ª Vara Criminal de Joinville	Despacho
CGJ 1224/2010	1ª Vara de Gaspar	Relatório

CGJ 0484/2010	1ª Vara Criminal de Joinville	Relatório
CGJ 1080/2010	Vara Criminal de Timbó	Ofício
CGJ 1227/2009	2ª Vara Cível de Canoinhas	Relatório
CGJ 1080/2010	Vara Criminal de Timbó	Relatório
CGJ 0286/2010	1ª Vara Criminal de Lages	Ofício
CGJ 1401/2009	1ª Vara da Família da Capital	Relatório
CGJ 0873/2009	1ª Vara Cível de Laguna	Relatório
CGJ 0445/2010	1ª V. Crime de Criciúma	Despacho
CGJ 1014/2010	Jaraguá do Sul (UNERJ)	Relatório
CGJ 1225/2010	2ª Vara de Gaspar	Parecer
CGJ 1225/2010	2ªVara de Gaspar	Relatório
CGJ 1013/2010	2ª Vara Cível de Jaraguá do Sul	Relatório
CGJ 0713/2009	2ª Vara de Guaramirim	Relatório
CGJ 0445/2010	1ª Vara Crime de Criciúma	Relatório
CGJ 1125/2007	Maravilha	Informação
CGJ 0486/2010	3ª Vara criminal de Joinville	Ofício
CGJ 0945/2010	3ª vara Cível de Araranguá	Parecer
CGJ 0873/2009	1ª Vara Cível de Laguna	Despacho
CGJ 1226/2010	3ª Vara de Gaspar	Despacho
CGJ 0665/2010	1ª Vara Cível de Itajaí	Despacho
CGJ 1226/2010	3ª Vara de Gaspar	Relatório
CGJ 0665/2010	1ª Vara cível de Itajaí	Relatório
CGJ 1011/2009	J.E. Criminal de Blumenau	Despacho
CGJ 1010/2010	V. Fam. Inf. e Juv. Jaraguá do Sul	Informação
CGJ 1078/2010	1ª Vara Cível de Timbó	Despacho
CGJ 1180/2010	Vara Criminal de Campos Novos	Parecer
CGJ 1012/2010	1ª Vara Cível de Jaraguá do Sul	Relatório
CGJ 1010/2010	V. Fam. Inf. e Juv. Jaraguá do Sul	Relatório
CGJ 0288/2010	3ª Vara Criminal de Lages	Relatório
CGJ 1078/2010	1ª Vara Cível de Timbó	Relatório
CGJ 0946/2010	2ª Vara Cível de Araranguá	Relatório
CGJ 0713/2009	2ª Vara de Guaramirim	Relatório
CGJ 0801/2010	Vara Criminal de Xanxerê	Ofício
CGJ 0945/2010	3ª Vara Cível de Araranguá	Relatório
CGJ 1402/2009	2ª Vara da Família da Capital	Relatório
CGJ 1226/2009	1ª Vara Cível de Canoinhas	Relatório
CGJ 0598/2010	Vara Criminal de Caçador	Relatório

CGJ 0929/2009	2ª Vara Cível de Laguna	Relatório
CGJ 0812/2009	2ª V. Crim. Balneário Camboriú	Relatório
CGJ 0713/2009	2ª Vara de Guaramirim	Despacho
CGJ 0741/2010	V. Crim. de São Francisco do Sul	Despacho
CGJ 1178/2010	2ª Vara cível de Campos Novos	Despacho
CGJ 0801/2010	Vara Criminal de Xanxerê	Despacho
CGJ 0486/2010	3ª Vara Criminal de Joinville	Relatório
CGJ 1009/2010	Vara Criminal de Jaraguá do Sul	Despacho
CGJ 1013/2010	2ª Vara Cível de Jaraguá do Sul	Despacho
CGJ 0286/2010	1ª Vara Criminal de Lages	Relatório
CGJ 0487/2010	4ª Vara Criminal de Joinville	Relatório
CGJ 1226/2010	3ª Vara de Gaspar	Relatório
CGJ 1179/2010	1ª Vara Cível de Campos Novos	Relatório
CGJ 1012/2010	1ª Vara Cível de Jaraguá do Sul	Parecer
CGJ 0596/2010	1ª Vara Cível de Caçador	Parecer
CGJ 0666/2010	2ª Vara Cível de Itajaí	Parecer
CGJ 0598/2010	Vara Criminal de Caçador	Relatório
CGJ 0741/2010	V. Crim. de São Francisco do Sul	Despacho
CGJ 1079/2010	2ª Vara Cível de Timbó	Relatório
CGJ 0227/2009	3ª V. Crime de Chapecó	Relatório
CGJ 0446/2010	2ª Vara Criminal de Criciúma	Despacho
CGJ 0132/2009	2ª Vara Criminal de Itajaí	Relatório
CGJ 0812/2009	2ª V. Crim. Balneário Camboriú	Relatório
CGJ 1181/2010	Vara Criminal de Joaçaba	Relatório
CGJ 0227/2009	3ª Vara Criminal de Chapecó	Ofício
CGJ 0132/2009	2ª Vara Criminal de Itajaí	Relatório
CGJ 0741/2010	São Francisco do sul	Relatório
CGJ 0286/2010	1ª V Criminal de Lages	Despacho
CGJ 1180/2010	Vara Criminal de Campos Novos	Informação
CGJ 0597/2010	2ª Vara Cível de Caçador	Informação
CGJ 0740/2010	2ª Cível de São Francisco do Sul	Informação
CGJ 1226/2009	Vara Cível - Canoinhas	Parecer
0010781-04.2011	1ª Vara de Ibirama	Despacho
0010780-19.2011	Vara da Família de Itajaí	Relatório
0010824-38.2011	Cunha Porã	Parecer
0011094-62.2011	Itaiópolis	Parecer

0010824-38.2011	Cunha Porã	Relatório
0011094-62.2011	Itaiópolis	Relatório
0010781-04.2011	1ª Vara de Ibirama	Relatório
0010895-40.2011	São Lourenço do Oeste	Despacho
0010408-36.2012	Sombrio	Parecer
0010154-97.2011	Capital (Pedido de Providências).	Parecer
0010270-69.2012	São José (Pedido de Providências)	Parecer
0010781-67.2012	Capital (Correição Ordinária)	Despacho
0010487-49.2011	Criciúma (JEC)	Parecer
0011068-64.2011	Itajaí (Pedido de Providências)	Parecer
0010781-04.2011	1ª Vara de Ibirama	Parecer
0010780-19.2011	2ª Vara de Ibirama	Parecer
0010796-70.2011	Capital (1ª Vara da Fazenda)	Despacho
0010842-25.2012	1ª Vara Cível de Navegantes	Despacho

3.3.5. Instruções em Processos Administrativos com inquirições em 2012

CGJ 0856/2010	São Lourenço do Oeste	Audiência

3.3.6. Demais atividades realizadas

No decorrer deste ano foram respondidas diversas consultas via canal de e-mail deste núcleo (inspecao@tjsc.jus.br). Essa atuação diária e específica, além de diminuir a distância e estreitar relações com as demais unidades judiciais, efetivamente, auxilia e orienta prontamente os servidores do judiciário no decorrer das funções afetas à organização forense, ora respondendo aos questionamentos, ora esclarecendo dúvidas sobre a correta aplicação do Código de Normas desta Corregedoria-Geral da Justiça. Como resultado, obteve-se significativa melhora no que toca à uniformização dos procedimentos realizados nos cartórios judiciais.

3.4. Núcleo IV: Serventias Extrajudiciais

3.4.1. Considerações iniciais

O início de uma gestão, sob a supervisão de um novo Juiz-Corregedor, é fator preponderante para o surgimento de uma nova linha administrativa, com a proposição de novas medidas e um enfoque diferenciado na forma de condução do trabalho.

Em 2012 essa situação se repetiu, alicerçada em uma plena sintonia de divisão de responsabilidades entre o Corregedor-Geral e a Vice-Corregedora-Geral da Justiça.

Algumas inovações foram experimentadas logo no início do ano, destacando-se das demais a elaboração de um projeto anual de inspeções correicionais e a definição de 28 (vinte e oito) metas de atuação para o Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça.

Tais inovações mantiveram como norte a continuidade de ações preventivas junto aos serviços de notas e registros, com o objetivo de disseminar conhecimentos técnicos e gerenciais como forma de qualificação e melhoria para a posterior prestação dos serviços de orientação e fiscalização.

O modelo de gestão adotado prossegue com a escolha de métodos, ferramentas e estratégias para dinamizar as atividades desempenhadas pelo Núcleo, ancoradas na busca incessante de melhoria tecnológica e qualificação técnica da equipe de trabalho.

O ano de 2012 foi marcado pela busca de maior aproximação com os delegatários dos serviços de notas e registros e por um constante aperfeiçoamento técnico dos componentes da equipe de trabalho do Núcleo IV. A qualificação foi a palavra de ordem durante este ano, isso porque, em conjunto com a academia judicial, os servidores do Núcleo IV participaram de 8 (oito) cursos de aperfeiçoamento no ano de 2012.

No âmbito interno, o Núcleo IV conseguiu reforçar sua estrutura e, com o apoio unânime do Tribunal Pleno, ampliou sua equipe de trabalho com 10 (dez) novos cargos de assessores correicionais, cargos esses que foram criados com o advento da Lei Complementar Estadual no. 572, de 19 de junho de 2012.

3.4.2. Atividades Desenvolvidas

3.4.2.1. Adequação e constante atualização, em parceria com setores técnicos, do sítio virtual "Portal do Extrajudicial – extrajudicial.tjsc.jus.br";

3.4.2.2. Disseminação, aperfeiçoamento e incentivo para a utilização do S@E - Sistema de Atendimento do Extrajudicial (ofício-circular 118/2010);

3.4.2.3. Redução para o prazo de uma semana no tempo de resposta das consultas formuladas via S@E;

3.4.2.4. Ampliação das orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, junto ao portal do extrajudicial (http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html);

3.4.2.5. Prestação de auxílio e orientação aos Juízes Diretores de Foro e magistrados responsáveis pelos registros públicos por meio de contatos telefônicos, correspondências eletrônicas e deslocamento de equipe correicional;

3.4.2.6. Participação e incentivo à realização de eventos de estudos acerca do Direito Notarial e Registral;

3.4.2.7. Estreitamento da relação com a Presidência e a 1ª. Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para a adoção das providências necessárias à preparação de concurso

para a atividade extrajudicial do Estado de Santa Catarina e para as atividades relativas a eventuais declarações de vacâncias das serventias;

3.4.2.8. Atividades iniciais de atualização, revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais);

3.4.2.9. Planejamento inicial para a criação do Setor V do Núcleo IV, com responsabilidade de tratar de questões relativas ao concurso para ingresso na atividade registral e notarial, naquilo que compete a Corregedoria-Geral da Justiça, elaborar estudos, pareceres e critérios nos casos de vacâncias nas serventias, criação, extinção, desanexação e desacumulação dos serviços delegados;

3.4.2.10. Acompanhamento, aprimoramento e desenvolvimento do uso do Sistema Hermes – Malote Digital;

3.4.2.11. O cumprimento e a ampliação da meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça para realizar inspeções correicionais em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das 583 (quinhentos e oitenta e três) serventias de notas e registros do Estado de Santa Catarina;

3.4.2.12. Participação em cursos para aprimoramento do conhecimento técnico de toda a equipe;

3.4.2.13. Aprimoramento do Sistema do Selo Digital, com a expedição de relatórios que promovem cruzamento de dados;

3.4.2.14. Início da elaboração do Manual de Ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz;

3.4.2.15. Ampliação e desenvolvimento de estudos para a liberação do ressarcimento dos atos gratuitos eventualmente bloqueados em virtude do cadastramento errôneo pelas serventias extrajudiciais;

3.4.2.16. Implantação da nova versão do Selo Digital de Fiscalização;

3.4.2.17. Início das tratativas para o compartilhamento das informações enviadas ao Sistema do Selo Digital com entes externos: IBGE, TRE, FECAM, Secretarias Fazendárias Estadual e Municipais;

3.4.2.18. Formatação do Sistema de Registro Real Eletrônico, que possibilitará a obtenção de certidões dos registros imobiliários de forma *online* e a protocolização de títulos para registro, além de facilitar o cumprimento das ordens judiciais de indisponibilidade;

3.4.2.19. Implantação da Central de Distribuição de Títulos levados a protesto em decorrência da parceria firmada entre a Corregedoria-Geral da Justiça e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, sucursal Santa Catarina;

3.4.2.20. Criação e desenvolvimento do Sistema de Auditoria do Selo Digital, que possibilitará a geração de relatórios baseados em críticas preestabelecidas e, com isso, viabilizar as inspeções virtuais;

3.4.2.21. Criação de ferramenta e método eletrônico para a realização das inspeções virtuais;

3.4.2.22. Criação, modernização e utilização do Módulo I do novo sistema de cadastro de notários, registradores e serventias;

3.4.2.23. Atualização do banco de sinais públicos das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina;

3.4.2.24. Controle, acompanhamento e prestação de orientações ao correto preenchimento do espaço Justiça Aberta junto ao Conselho Nacional de Justiça;

3.4.2.25. Elaboração do projeto para a criação de cargos de Analista Jurídico/Especialidade Extrajudicial, com lotação na secretaria do foro da comarca, para auxiliar o juiz-corregedor permanente;

3.4.2.26. Atuação em parceria com os demais núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça e com a Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça do jornal eletrônico magistral;

3.4.2.27. Ampliação da divulgação eletrônica (notícias publicadas no sítio do Tribunal de Justiça) das atividades relevantes realizadas pelo Núcleo IV no ano de 2012;

3.4.2.28. Pedido de aquisição de novas obras para a Biblioteca setorial do Núcleo IV;

3.4.2.29. Elaboração da orientação 6, de 23/08/2012, que trata do preenchimento do sistema de cadastro das serventias;

3.4.2.30. Elaboração da orientação 7, de 25/09/2012, que trata do pedido virtual do ressarcimento dos atos gratuitos;

3.4.2.31. Elaboração da orientação 8, de 13/11/2012, que repassa informações acerca das prestações de contas dos interinos;

3.4.2.32. Criação de link, no Portal do Extrajudicial, com o planejamento estrutural do Núcleo IV e com orientações acerca da utilização do papel de segurança para os Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais;

3.4.2.33. Atuação correicional disciplinar com a edição de Portarias que instauram processos administrativos disciplinares;

3.4.2.34. Elaboração de minuta de projeto de resolução para regulamentar os processos administrativos disciplinares em desfavor de notários e registradores;

3.4.2.35. Elaboração de pareceres, decisões e despachos que reduziram em mais de 80% (oitenta por cento) o número de procedimentos virtuais de competência do Núcleo IV;

3.4.2.36. Transmissões de Acervo praticadas pela equipe da Assessoria Correicional do Extrajudicial:

PROCESSO	ATIVIDADE	COMARCA MUNICÍPIO	SERVENTIA	PERÍODO
CGJ-E	Transmissão de acervo	Itapema	Registro de Imóveis	10 a 14/09/2012
CGJ-E	Transmissão de acervo	Capital	Escrivania de Paz do Distrito do Campeche	05/12/2012

3.4.2.37. Cumprimento prioritário de procedimentos oriundos do Conselho Nacional de Justiça;

3.4.2.38. Fornecimento de informação sobre usuário e senha de acesso ao Sistema Justiça Aberta, por meio de telefone e e-mail, a todos os delegatários para a atualização dos dados e dos atos realizados pelos ofícios extrajudiciais;

3.4.2.39. Informação mensal da produtividade do Corregedor e da Vice-Corregedora para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;

3.4.2.40. Elaboração de 15 (quinze) comunicações internas para o desenvolvimento de estudos e projetos relativos as atividades do Núcleo;

3.4.2.41. Continuidade na participação da Campanha Pai Legal;

3.4.2.42. Recepção das delegações de servidores do Tribunal de Justiça do Piauí e de Rondônia para apresentação do modelo de gestão do Núcleo IV, sua forma de trabalho e organização;

3.4.2.43 Elaboração e remessa para a 1° Vice-Presidência das informações relativas aos rendimentos das serventias, com o objetivo de divulgação para os candidatos habilitados no concurso para ingresso e remoção na atividade registral e notarial do Estado de Santa Catarina;

3.4.2.44. Prestação de atendimento e orientação aos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, com um total aproximado de 5.000 (cinco mil) ligações;

3.4.2.45 Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

DESTINATARIO	TOTAL	DESTINATARIO	TOTAL
Abelardo Luz	8	Jaraguá do Sul	29
Anchieta	1	Joaçaba	3
Ararangua	7	Joinville	59
Armazem	2	Lages	8
Ascurra	6	Laguna	1
Balneário Camboriú	4	Mafra	3
Barra Velha	13	Modelo	1
Biguaçu	3	Navegantes	6
Blumenau	42	Orleans	1
Bom Retiro	4	Otacilio Costa	3
Braço do Norte	3	Palhoça	17
Brusque	14	Palmitos	3

Camboriu	5	Porto Belo	1
Campo Ere	1	Balneário Piçarras	2
Campos Novos	2	Pinhalzinho	4
Canoinhas	2	Pomerode	2
Capinzal	1	Porto Belo	3
Capital	89	Porto União	2
Capivari de Baixo	2	Presidente Getúlio	1
Coronel Freitas	1	Rio do Campo	5
Assessoria de Custas	27	Rio do Oeste	1
Chapecó	9	Rio do Sul	3
Concórdia	4	Rio Negrinho	3
Correia Pinto	7	Santo Amaro	6
Criciúma	16	São Bento do Sul	3
Curitibanos	14	São Francisco do Sul	12
Dionísio Cerqueira	2	São João	2
Assessoria Extrajudicial	1.294	São Joaquim	3
Forquilhinhas	3	São José	21
Assessoria FRJ	27	São Miguel do Oeste	1
Garopaba	1	São Domingos	1
Gaspar	3	Seara	2
Guaramirim	13	São Lourenço do Oeste	1
Ibirama	2	Sombrio	9
Içara	6	Taió	5
Imbituba	3	Tangará	4
Indaial	1	Trombudo Central	3
Itaiopolis	3	Tijucas	4
Itajai	29	Tubarão	18
Itapema	23	Turvo	2
Itapiranga	5	Urussanga	4
Itapoa	3	Videira	5
Ituporanga	7	Xanxere	4
		Total	**1.983**

Fonte: Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça.

1.4.2.46. Participação dos servidores e Vice-Corregedora-Geral nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
10 a 14 de setembro	Maceió – Alagoas	39° Encontro dos Registradores de Imóveis do Brasil

1.4.2.47 - Inspeções correicionais presencias realizadas nas serventias extrajudiciais do estao:

COMARCA	MUNICÍPIO / DISTRITO	SERVENTIA	PERÍODO
Brusque	Brusque	Registro de Imóveis	27 a 29/2/2012
Capital	Capital	Escrivania de Paz Distr. Canasvieiras	12 a 13/3/2012
Capital	Capital	Escrivania de Paz 2º Subdistrito Estreito	14 a 15/3/2012
Itaiópolis	Itaiópolis	Registro de Imóveis	19 a 20/3/2012
Itaiópolis	Itaiópolis	Registro Civil PNPJTD	21/3/2012
Itaiópolis	Itaiópolis	Tabelionato de Notas	22 a 23/3/2012
Xanxerê	Xanxerê	1º Tabelionato de Notas	26 a 27/3/2012
Xanxerê	Xanxerê	2º Tabelionato de Notas	28 a 29/3/2012
Ibirama	Ibirama	1º Tabelionato de Notas	09 a 10/4/2012
Ibirama	Ibirama	2º Tabelionato de Notas	11 a 12/4/2012
Rio do Sul	Ibirama	2º Tabelionato de Notas	11/4/2012
Joaçaba	Joaçaba	1º Registro de Imóveis	16 a 19/4/2012
Joaçaba	Joaçaba	2º Registro de Imóveis	18 a 19/4/2012
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Registro Civil PNPJTD	23 a 24/4/2012
São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	Tabelionato de Notas	24 a 26/4/2012
São João Batista	Nova Trento	Escrivania de Paz Distrito de Aguti	26/4/2012
Camboriú	Camboriú	Registro Civil PNPJTD	09 a 10/5/2012
Camboriú	Camboriú	Tabelionato de Notas	07 a 08/5/2012
Camboriú	Camboriú	Registro de Imóveis	10 a 11/5/2012
Concórdia	Irani	Escrivania de Paz Irani	14 a 15/5/2012
Concórdia	Concórdia	Tabelionato de Notas	16 a 17/5/2012
Criciúma	Criciúma	Registro Civil PNPJTD	21 a 22/5/2012

Criciúma	Criciúma	Registro de Imóveis	23 a 24/5/2012
Videira	Videira	Registro Civil PNPJTD	28 a 29/5/2012
Videira	Videira	Tabelionato de Notas	29 a 31/5/2012
Itapema	Itapema	Registro de Imóveis	04 a 06/6/2012
Itapiranga	Itapiranga	Tabelionato de Notas	12/6/2012
Itapiranga	Itapiranga	Registro de Imóveis	11 a 12/6/2012
Itapiranga	Itapiranga	Registro Civil PNPJTD	13 a 14/6/2012
Pomerode	Pomerode	Registro de Imóveis	18 a 19/6/2012
Pomerode	Pomerode	Registro Civil PNPJTD	20 a 21/6/2012
Pomerode	Pomerode	Tabelionato de Notas	20 a 21/6/2012
Barra Velha	Barra Velha	Registro de Imóveis	25 a 28/6/ 2012
Itapema	Itapema	Registro de Imóveis	02 a 06/7/2012
Legon Régis	Legon Régis	Tabelionato de Notas	02 a 03/7/2012
Legon Régis	Legon Régis	Registro de Imóveis	04 a 05/7/2012
Joinville	Joinville	2º Tabelionato de Notas e 3º OP	09 a 12/7/2012
Araranguá	Balneário Arroio do Silva	Escrivania de Paz Bal. Arroio do Silva	11 a 13/7/2012
Sombrio	Balneário Gaivotas	Escrivania de Paz Bal. Gaivotas	10 a 11/7/2012
Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira	Registro de Imóveis	23 a 24/7/2012
Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira	Tabelionato de Notas	25 a 26/7/2012
Tijucas	Tijucas	Registro Civil PNPJTD	27 a 28/7/2012
Araranguá	Araranguá	Registro Civil PNPJTD	30/7/2012
Tijucas	Canelinha	Escrivania de Paz Canelinha	30 a 31/7/2012
Ituporanga	Ituporanga	Tabelionato de Notas	30/7 a 01/8/2012
Ituporanga	Ituporanga	Registro de Imóveis	30/7 a 01/8/2012
Turvo	Ermo	Escrivania de Paz Ermo	31/7/2012
Meleiro	Morro Grande	Escrivania de Paz Morro Grande	01/8/2012
Meleiro	Meleiro	Registro Civil PNPJTD	01/8/2012
Meleiro	Meleiro	Tabelionato de Notas	01/8/2012
Ituporanga	Leoberto Leal	Escrivania de Paz Leoberto Leal	01 a 02/8/2012
Campos Novos	Campos Novos	2º Tabelionato de Notas	06 a 08/8/2012
Campos Novos	Campos Novos	Registro Civil PNPJTD	08 a 09/8/2012
São João Batista	Nova Trento	Escrivania de Paz Nova Trento	09/8/2012

Chapecó	Chapecó	1 Registro de Imóveis	20 a 22/8/2012
Quilombo	Quilombo	Registro Civil PNPJTD	23/8/2012
Quilombo	Quilombo	Registro de Imóveis	22 a 23/8/2012
Quilombo	Quilombo	Tabelionato de Notas	22 a 23/8/2012
Rio do Campo	Rio do Campo	Registro de Imóveis	27 a 29/8/2012
Rio do Campo	Rio do Campo	Registro Civil PNPJTD	27 a 29/8/2012
Rio do Campo	Rio do Campo	Tabelionato de Notas	29 a 30/8/2012
Itapema	Itapema	Registro de Imóveis	10 a 14/9/2012
Capital	Distrito Cachoeira do Bom Jesus	Escrivania de Paz Cachoeira do Bom Jesus	19 a 21/9/2012
São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	Registro Civil PNPJTD	01 a 02/10/2012
São Francisco do Sul	São Francisco do Sul	Escrivania de Paz Ubatuba	03 a 04/10/2012
Jaraguá do Sul	Jaraguá do Sul	Tabelionato de Notas	08 a 11/10/2012
São João Batista	São João Batista	Tabelionato de Notas	15 a 16/10/2012
São João Batista	São João Batista	Registro de Imóveis	17 a 18/10/2012
Campo Erê	Campo Erê	Registro de Imóveis e Registro Civil PNPJTD	23 a 24/10/2012
Campo Erê	Campo Erê	Tabelionato de Notas	25/10/2012
São Joaquim	Bom Jardim da Serra	Escrivania de Paz Bom Jardim da Serra	29 a 30/10/2012
São Joaquim	São Joaquim	Registro Civil PNPJTD	31/10 a 01/11/2012
Garuva	Garuva	Tabelionato de Notas	07 a 08/11/2012
Itajaí	Itajaí	Registro de Imóveis	12 a 14/11/2012
Santa Rosa do Sul	Santa Rosa do Sul	Registro de Imóveis	10 a 12/12/2012
Armazém	Armazém	Tabelionato de Notas	13 a 14/12/2012
Armazém	Armazém	Registro Civil PNPJTD	13 a 14/12/2012

3.4.2.48. Inspeções correicionais virtuais realizadas nas Serventias Extrajudiciais do Estado:

COMARCA	SERVENTIA	PERÍODO
Abelardo Luz	Registro de Imóveis	Junho
Anchieta	Registro de Imóveis	Junho
Concórdia	1º Registro de Imóveis	Junho
Concórdia	2º Registro de Imóveis e 2º Protesto de Títulos	Junho

Cunha Porã	Registro de Imóveis	Junho
Capital	3º Registro de Imóveis	Abril
Canoinhas	Registro de Imóveis	Junho
Capinzal	Registro de Imóveis	Junho
Catanduvas	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Ascurra	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Blumenau	2º Registro de Imóveis	Junho
Descanso	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Itá	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Maravilha	Registro de Imóveis	Junho
Modelo	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Mondaí	Registro de Imóveis	Julho
Pinhalzinho	Registro de Imóveis	Julho
Ponte Serrada	Registro de Imóveis	Julho
São Domingos	Registro de Imóveis	Julho
São José do Cedro	Registro de Imóveis	Julho
São Miguel do Oeste	Registro de Imóveis	Julho
Xanxerê	Registro de Imóveis	Julho
Xaxim	Registro de Imóveis	Julho
Itapoá	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Jaraguá do Sul	Registro de Imóveis	Julho
Braço do Norte	Registro de Imóveis	Julho
Forquilhinha	Registro de Imóveis e Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Turvo	Registro de Imóveis	Julho
Papanduva	Registro de Imóveis	Julho
Lages	2º Registro de Imóveis	Julho
Lages	3º Registro de Imóveis	Julho
Fraiburgo	Registro de Imóveis	Julho
Tangará	Registro de Imóveis	Julho
Ibirama	Registro de Imóveis	Julho
Indaial	Registro de Imóveis	Julho
Timbó	1º Registro de Imóveis	Julho
Timbó	2º Registro de Imóveis	Julho
Trombudo Central	Registro de Imóveis	Julho
Abelardo Luz	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Anchieta	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Anita Garibaldi	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro

Balneário de Piçarras	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Biguaçú	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Canoinhas	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro
Capinzal	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro
Capital	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro
Concórdia	Registro Civil, PN, PJ eTD	Setembro
Cunha Porã	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Dionísio Cerqueira	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Fraiburgo	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Ibirama	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Içara	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Imaruí	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Itajaí	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Itapiranga	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Joaçaba	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Lebon Régis	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Maravilha	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Mondaí	Registro Civil, PN, PJ eTD	Julho
Pomerode	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Ponte Serrada	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Presidente Getúlio	Registro Civil, PN, PJ eTD e Registro de Imóveis	Julho
Quilombo	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
São Bento do Sul	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
São Domingos	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
São José do Cedro	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
São Lourenço do Oeste	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Seara	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Tangará	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Timbó	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Trombudo Central	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Turvo	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Urubici	Registro Civil, PN, PJ eTD	Agosto
Abelardo Luz	Escrivania de Paz de Ipuaçu	Outubro
Anita Garibaldi	Escrivania de Paz de Abdon Batista	Agosto
Anita Garibaldi	Escrivania de Paz de Celso Ramos	Agosto
Araquari	Escrivania de Paz de Itapocu	Agosto
Araquari	Escrivania de Paz de Balneário Barra do Sul	Agosto

Armazém	Escrivania de Paz de Gravatal	Outubro
Caçador	Escrivania de Paz de Calmon	Agosto
Caçador	Escrivania de Paz de Macieira	Agosto
Caçador	Escrivania de Paz de Rio das Antas	Agosto
Canoinhas	Escrivania de Paz de Distr. Felipe Schmidt	Agosto
Canoinhas	Escrivania de Paz de Major Vieira	Setembro
Canoinhas	Escrivania de Paz de Três Barras	Setembro
Capinzal	Escrivania de Paz de Ipira	Agosto
Capinzal	Escrivania de Paz de Lacerdópolis	Agosto
Capinzal	Escrivania de Paz de Ouro	Agosto
Capinzal	Escrivania de Paz de Piratuba	Agosto
Chapecó	Escrivania de Paz de Planalto Alegre	Agosto
Concórdia	Escrivania de Paz de Alto Bela Vista	Setembro
Concórdia	Escrivania de Paz de Peritiba	Setembro
Concórdia	Escrivania de Paz de Pres. Castelo Branco	Setembro
Ibirama	Escrivania de Paz de Dalbérgia	Setembro
Itaiópolis	Escrivania de Paz de Iraputã	Setembro
Itapiranga	Escrivania de Paz de São João do Oeste	Setembro
Itapiranga	Escrivania de Paz de Tunápolis	Setembro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Chapadão do Lageado	Setembro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Imbuia	Setembro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Rio Bonito	Outubro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Petrolândia	Outubro
Ituporanga	Escrivania de Paz de Vidal Ramos	Outubro
Joaçaba	Escrivania de Paz de Água Doce	Novembro
Joaçaba	Escrivania de Paz de Ibicaré	Novembro
Joaçaba	Escrivania de Paz de Nova Petrópolis	Novembro
Joaçaba	Escrivania de Paz de Luzerna	Novembro
Lages	Escrivania de Paz de Bocaína do Sul	Novembro
Lages	Escrivania de Paz de São José do Cerrito	Novembro
Maravilha	Escrivania de Paz de Flor do Sertão	Novembro
Maravilha	Escrivania de Paz de Iraceminha	Novembro
Maravilha	Escrivania de Paz de São Miguel da Boa Vista	Novembro
Modelo	Escrivania de Paz de Bom Jesus do Oeste	Novembro
Modelo	Escrivania de Paz de Serra Alta	Novembro
Modelo	Escrivania de Paz de Sul Brasil	Novembro
Mondaí	Escrivania de Paz de Ipiporã do Oeste	Novembro

Mondaí	Escrivania de Paz de Riqueza	Novembro
Navegantes	Escrivania de Paz de Luis Alves	Novembro
Otacílio Costa	Escrivania de Paz de Palmeira	Outubro
Palmitos	Escrivania de Paz de Caibi	Outubro
Papanduva	Escrivania de Paz de Monte Castelo	Outubro
Ponte Serrada	Escrivania de Paz de Passos Maia	Outubro
Ponte Serrada	Escrivania de Paz de Vargeão	Outubro
Presidente Getúlio	Escrivania de Paz de Dona Emma	Outubro
Presidente Getúlio	Escrivania de Paz de Mirador	Outubro
Presidente Getúlio	Escrivania de Paz de Vitor Meireles	Outubro
Presidente Getúlio	Escrivania de Paz de Witmarsum	Outubro
Quilombo	Escrivania de Paz de Irati	Outubro
Rio do Campo	Escrivania de Paz de Santa Terezinha	Outubro
Rio do Oeste	Escrivania de Paz de Laurentino	Outubro
Rio do Oeste	Escrivania de Paz de Rio do Oeste	Outubro
Rio do Sul	Escrivania de Paz de Agronômica	Outubro
Rio do Sul	Escrivania de Paz de Aurora	Outubro
Rio do Sul	Escrivania de Paz de Lontras	Outubro
Rio do Sul	Escrivania de Paz de Presidente Nereu	Outubro
Santa Rosa do Sul	Escrivania de Paz de Passos de Torres	Outubro
Santa Rosa do Sul	Escrivania de Paz de Praia Grande	Outubro
São Domingos	Escrivania de Paz de Coronel Martins	Outubro
São Domingos	Escrivania de Paz de Galvão	Outubro
São Joaquim	Escrivania de Paz de Urupema	Outubro
São José do Cedro	Escrivania de Paz de Guarujá do Sul	Outubro
São José do Cedro	Escrivania de Paz de Princesa	Outubro
São Lourenço do Oeste	Escrivania de Paz de Jupiá	Novembro
São Lourenço do Oeste	Escrivania de Paz de Novo Horizonte	Novembro
São Miguel do Oeste	Escrivania de Paz de Bandeirante	Novembro
São Miguel do Oeste	Escrivania de Paz de Barra Bonita	Novembro
São Miguel do Oeste	Escrivania de Paz de Guaraciaba	Novembro
São Miguel do Oeste	Escrivania de Paz de Paraíso	Novembro
Seara	Escrivania de Paz de Arvoredo	Novembro
Seara	Escrivania de Paz de Xavantina	Novembro
Taió	Escrivania de Paz de Salete	Novembro
Tangará	Escrivania de Paz de Ibiam	Novembro
Tangará	Escrivania de Paz de Pinheiro Preto	Novembro

Timbó	Escrivania de Paz de Benedito Novo	Novembro
Timbó	Escrivania de Paz de Distrito de Cedro Alto	Novembro
Trombudo Central	Escrivania de Paz de Agrolândia	Novembro
Trombudo Central	Escrivania de Paz de Braço do Trombudo	Novembro
Trombudo Central	Escrivania de Paz de Pouso Redondo	Novembro
Urubici	Escrivania de Paz de Rio Rufino	Novembro
Videira	Escrivania de Paz de Salto Veloso	Novembro
Videira	Escrivania de Paz de Anta Gorda	Novembro
Videira	Escrivania de Paz de Rio das Pedras	Novembro
Xanxerê	Escrivania de Paz de Faxinal dos Guedes	Novembro
Xaxim	Escrivania de Paz de Entre Rios	Novembro
Xaxim	Escrivania de Paz de Lajeado Grande	Novembro
Xaxim	Escrivania de Paz de Marema	Outubro

3.4.2.49. Totalização de inspeções correicionais:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Transmissões de acervo	02
Inspeções presenciais	77
Inspeções virtuais	168
TOTAL	247

O número corresponde a 42,29% (quarenta e dois vírgula vinte e nove por cento) das serventias extrajudiciais de Santa Catarina.

3.4.2.50 Atualização e regulamentação do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais) e Projetos do Núcleo:

PROCESSO	ASSUNTO	SITUAÇÃO	NORMA-ORIENTAÇÃO (TIPO E NÚMERO)
CGJ-E 0101/2009	Solicita ressarcimento de registros – cadastro irregular.	Em elaboração	
CGJ-E 0260/2009	Cria a Comissão de Estudos para Implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Concluído	

CGJ 0445/2009	Penhora online – registro de imóveis. Processo que aguarda a implantação do Selo Digital para desenvolvimento de tecnologia apta a elaborar uma central de Registro Imobiliário que integre esta funcionalidade.	Em elaboração	
CGJ-E 0844/2009	Procuração. Revogação. Comunicação entre cartórios.	Em andamento	
CGJ-E 0860/2009	Lavratura de Escritura. Procuração Pública. Recusa de confirmação por parte de Tabelionato de outro Estado (RS).	Apenso ao CGJ-E 0844/2009	
CGJ-E 1482/2009	Código de Normas. Obrigatoriedade da Confirmação de instrumentos provenientes de outros Estados.	Apenso ao CGJ-E 0844/2009	
CGJ-E 0836/2010	Solicita criação de juizado de paz e cartório de registro civil no Distrito de Nossa Senhora de Caravaggio, Município de Nova Veneza.	Em andamento	
CGJ-E 1055/2010	Provimento nº 13 da Corregedoria Nacional de Justiça. Emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos. Edição de provimento e ofício-circular. Alteração do art. 594 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.	Em andamento. Desarquivado em razão de pedido formulado pela Registradora Civil da comarca de Palhoça para revisão do Provimento nº 13/2011.	
CGJ-E 1113/2010	Solicita firmar termo de cooperação técnica entre TJ/RO e TJ/SC para disponibilizar sistema de gerenciamento de selo de fiscalização. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para posterior atendimento do pleito.	Concluído	
CGJ-E 1146/2010	Reajuste das ajudas de custo das serventias.	Em andamento	
CGJ-E 1162/2010	Requer suspensão provisória do Provimento nº 36/2009 e edição de provimento específico para implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Concluído	
CGJ-E 1197/2010	Solicita revogação dos arts. 7º e 8º do Provimento nº 19/2010, que estabelece teto remuneratório para interinos dos serviços notariais e de registro, baseado em suspensão liminar do STF.	Em andamento	
CGJ-E 1320/2010	Pedido de providências visando a recuperação de receitas dos ofícios de registro civil, títulos e documentos, e pessoas naturais e jurídicas.	Em andamento. Será distribuído ao Setor V.	
CGJ 0072/2011	Estudo acerca da criação de 4 (quatro) cargos de assessor correicional para atuação na esfera extrajudicial.	Concluído	LC 572/2012
CGJ-E 0157/2011	Estudo sobre a competência para instruir e homologar processos de prestação de constas de interventores.	Em andamento	
CGJ 0194/2011	Estudo para criar ou promover adequações normativas para conceder aos Juízes-Corregedores as mesmas competências, atribuições e prerrogativas dos juízes diretores do foro nas questões disciplinares que envolvam delegatários dos serviços extrajudiciais.	Em andamento: dia 8/8/2011 - envio ao Setor I com o Projeto de Lei.	
430252-2011.4	Solicitação de fechamento da Escrivania de Paz de Nova Cultura, comarca de Papanduva.	Concluído	
2011.900040-1	Pedido de providências acerca da circunscrição da Escrivania de Paz do Distrito de anta Gorda, comarca de Videira.	Em andamento	
Alias 000.001.2011	Revisão da Circular nº 1/2007 em função dos termos do Provimento nº 1/2010.	Em andamento	
0011465-26.2011.8.24.0600	Forma de realização do ato e da cobrança dos emolumentos quando necessário atualizar mais de um dado na matrícula do imóvel.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão CN)	

0011088-55.2011.8.24.0600	Sugestão de reformulação do artigo 645 do Código de Normas - Lei nº 6.015 não prevê autorização judicial para registro tardio de óbito.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão CN)	
0011841-12.2011.8.24.0600	0011841-12.2011.8.24.0600: Cobrança de Ato Retificatório.	Concluído	Circular nº 26, de 28 de novembro de 2012
Comunicação Interna nº 20, de 25-11-2011	Estudo sobre o art. 522-A do Código de Normas.	Concluído	
0010333-31.2011.8.24.0600	Estudo sobre parcelamento do solo urbano e rural.	Em andamento	
0010375-80.2011.8.24.0600	Estudo sobre aplicação do art. 237-A da Lei nº 6.015/1973.	Em andamento. Apenso ao processo n 0010899-43.2012 (revisão CN)	
0010639-97.2011.8.24.0600	Especificação parcial de unidades autônomas.	Em andamento	
0010869-42.2011.8.24.0600	Estudo sobre questões pontuais envolvendo os serviços notariais e registro.	Em andamento	
0011088-55.2011.8.24.0600	Estudo sobre o registro/averbação do pacto antenupcial dos alienantes antes do registro da compra e venda.	Em andamento	
0011600-38.2011.8.24.0600	Estudo para regulamentar a anotação de informações funcionais no cadastro das serventias extrajudiciais mantido pelo Selo de Fiscalização.	Em andamento	
0011639-35.2011.8.24.0600	Estudo sobre a extinção de serviço notarial e registral.	Em andamento	
0011998-82.2011.8.24.0600	Especificação parcial de unidades autônomas.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010639-97.2011.	
0012112-21.2011.8.24.0600	Estudo sobre a qualificação de títulos judiciais.	Concluído	Circular nº 1/2012
0010298-71.2011.8.24.0600	Estudo sobre a qualificação de títulos judiciais.	Em andamento	
0011228-89.2011.8.24.0600	Regulamentação dos pedidos de certidão via telefone, fac-símile ou correio eletrônico.	Concluído	
0011472-18.2011.8.24.0600	Estudo acerca da utilização de CNPJ para abertura de conta ou utilização de serviços bancários pelas serventias.	Em andamento. Desarquivado em razão de pedido formulado pela Associação dos Titulares de Cartórios.	
0010122-92.2011.8.24.0600	Implantação da Central de Protestos. Vinculado ao processo CGJ 0213/2009. Projeto que conta com diversos envolvidos, como Febraban, Instituto de Protesto, fato que acaba por procrastinar o feito.	Concluído	
0010071-81.2011.8.24.0600	Criação de um cadastro de óbitos com base em informações do Selo Digital. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para desenvolvimento de ferramentas auxiliares.	Concluído	
0010415-62.2011.8.24.0600	Dúvida a respeito de autenticação de documento impresso com assinatura digital e nota fiscal eletrônica. Processo que se destina a elaboração de ofício-circular aos tabeliães de notas para uniformização do procedimento.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010639-97.2011.	
0010686-71.2011.8.24.0600	Comunica Provimento nº 186/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Amazonas a respeito de procedimento para comunicação de indisponibilidade de bens – remessa de comunicação diretamente do juízo para serventias de registro imobiliário. Confecção de comunicado e estudo de providência semelhante em Santa Catarina. Aguardando entrada em operação do Sistema Hermes.	Concluído	

0011192-47.2011.8.24.0600	Criação de um cadastro de óbitos com base em informações do Selo Digital. Projeto que aguarda a implantação do Selo Digital em todo o estado para desenvolvimento de ferramentas auxiliares.	Concluído	
0011473-03.2011.8.24.0600	Comunica adiamento da implantação do Selo Digital de Fiscalização.	Concluído	
0011730-28.2011.8.24.0600	Estudo acerca do Livro de Protocolo de Escrituras, para futura edição de provimento com o objetivo de aclarar a redação.	Concluído	
0011569-18.2011.8.24.0600	Pedido de fornecimento de kit de informática para serventia deficitária.	Concluído	
0012220-50.2011.8.24.0600	Estudo sobre o Projeto de Lei nº 0326.9/2011-ALESC a respeito da criação de estrutura para idosos e deficientes em serventias extrajudiciais em Santa Catarina.	Concluído	
0012691-66.2011.8.24.0600	Cria Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais	Processo de acompanhamento	
0010089-05.2011.8.24.0600	Pedido de equipamentos de informática – Escrivania de Paz do Município de Mirim Doce, comarca de Taió	Concluído	
0010089-05.2011.8.24.0600	Corregedoria Nacional de Justiça solicita informações sobre a existência de iniciativa de desenvolvimento de ferramenta destinada à comunicação em tempo real dos serviços de registro de imóveis com o Poder Judiciário para a efetivação de penhora "*on line*" de imóveis	Concluído	
0010627-83.2011.8.24.0600	2º RI da comarca de Criciúma informa a contratação de empresa fornecedora do sistema informatizado de automação a ser utilizado no mencionado serviço para a adoção do Selo Digital de Fiscalização (Alkasoft Informática)	Concluído	
0012160-77.2011.8.24.0600		Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0010788-59.2012.8.24.0600	Requer manifestação acerca da Necessidade de advogado em partilha extrajudicial.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).	
0010774-75.2012.24.0600	Recomendação nº 3 da Corregedoria Nacional de Justiça – Certidão de débitos perante a Justiça do Trabalho	Concluído	Ofício-Circular n.º 101/2012
0010612-80.2012.8.24.0600	Esclarecimentos sobre as prestações de contas do interino e o recolhimento dos valores excedentes em favor do Poder Judiciário	Concluído	Circular n.º 18/2012
0010903-80.2012.8.24.0600	Ampliação do sistema de cadastro das serventias notariais e de registro	Módulo I Concluído	Circular n.º 20/2012
0013435-27.2012.8.24.0600	Prestação de contas interino. Despesas passíveis de lançamento	Concluído	
0011003.35.2012.8.24.0600	Criação de cargos de Analista Jurídico/Especialidade Extrajudicial.	Concluído	
0011004.20.2012.8.240600	Planejamento estratégico do núcleo IV para o quadriênio 2012-2015	Em andamento	
0011373-14.2012.8.24.0600	Regularização de parcelamento rural	Em andamento	
0011311-71.2012.8.24.0600	Uniformização do procedimentos das serventias de registro de imóveis	Em andamento	
0011491-87.2012.8.24.0600	Orientação às serventias de registro civil das pessoas naturais no que tange aos atos lavrados no Livro E	Em andamento	
0013252-56.2012.8.24.0600	Estudo sobre a (im)possibilidade de registro de titulo de aquisição de unidade autônoma ainda não construída, com a consequente abertura de matrícula	Em andamento	
0013589-45.2012.8.24.0600	Requisitos para registro de mandado de usucapião de imóvel rural	Em andamento	

0010733-11.2012.8.24.0600	Ofício-Circular nº 182/2011. Estudo complementar.	Em andamento
0010824-04.2012.8.24.0600	Estudo acerca do art. 599, § 2º, do Código de Normas.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).
0010601-51.2012.8.24.0600	Estudo acerca do Provimento nº 16, de 17 de fevereiro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).
0011074-37.2012.8.24.0600	Estudo acerca do art. 213, II, da Lei nº 6.015/1973.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).
0013272-47.2012.8.24.0600	Juíza de Direito da comarca de Imaruí, na condição de Diretora do Foro, solicita orientação de como proceder em relação aos serviços notariais e de registro.	Em andamento
0013547-93.2012.8.24.0600	Resolução Conjunta nº 3, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de 19 de abril de 2012, que dispõe sobre o assento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).
0013414-51.2012.8.24.0600	Problema no sistema informatizado do Tabelionato de Porto União	Em andamento
0013381-61.2012.8.24.0600	Encaminha parecer em que propõe seja o art. 608 do CNCGJ seja interpretado conforme o art. 7º do Provimento 16/2012 do CNJ	Em andamento
0013672-61.2012.8.24.0600	CNJ encaminha o Provimento nº 25, que trata do uso do Sistema Hermes - Malote Digital em âmbito nacional	Em andamento – publicado Provimento nº 17, de 30 de novembro de 2012, que altera CNCGJ para adequar-se ao Provimento nº 25 do CNJ
0013675-16.2012.8.24.0600	CNJ solicita sejam os registradores civis das pessoas naturais alertados para emitir as certidões com o correto preenchimento da matrícula padronizada fornecida pelo CNJ	Em andamento
0012694-84.2012.8.24.0600	Criação de sistema automatizado para captura das informações de aquisição de imóvel rural por estrangeiro com base no Selo Digital	Em andamento
0011010-27.2012.8.24.0600	CNJ comunica o lançamento do sistema SIRC – Registro Civil das Pessoas Naturais – Dataprev	Concluído
0010111-29.2012.8.24.0600	2º Registro de Imóveis de Joinville comunica problema técnico com sistema utilizado na serventia	Concluído
0010632-71.2012.8.24.0600	Aplicação do art. 928, V, do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça – Revisão CN	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).
0010417-95.2012.8.24.0600	Estudo acerca dos artigos 595, § 2º, e 604 do CNCGJ.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).
0010293-15.2012.8.24.0600	Consulta referente ao ato de instituição ou a reserva de usufruto sobre parte ideal de um imóvel.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).
0010702-88.2012.8.24.0600	Estudo acerca do art. 928, V, do CNCGJ.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).
0011073-52.2012.8.24.0600	Estudo acerca do Provimento nº 16, de 17 de fevereiro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça.	Em andamento. Apenso ao processo nº 0010899-43.2012 (revisão do CN).

3.4.2.51. No ano de 2012 foram editados pelo Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça: 03 (três) provimentos, 11 (onze) circulares e 250 (duzentos e cinquenta) ofícios circulares.

3.4.3. Comissão dos Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais

3.4.3.1. Projeto do Selo Digital de Fiscalização e Auditoria dos atos

O Selo Digital de Fiscalização é a evolução do atual selo auto-adesivo, instituído pela Lei Complementar nº 175, de 28 de dezembro de 1998 (alterada pelas Leis Complementares nº 279, de 27 de dezembro de 2004, nº 365, de 7 de dezembro de 2006, nº 408, de 7 de maio de 2008 e nº 429, de 23 de dezembro de 2008), composto por um conjunto de soluções tecnológicas elaborado com o objetivo principal de aprimorar a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina.

Desenvolvido pela própria equipe do Poder Judiciário de Santa Catarina, trata-se de ferramenta que faz uso de um conjunto padronizado de interfaces de conexão que têm por objetivo a interoperabilidade dos sistemas informatizados usados no Tribunal de Justiça e no serviço notarial e de registro. A partir da aplicação do Selo Digital de Fiscalização aos atos notariais e registrais e da remessa obrigatória das informações dos atos pelas serventias que os praticaram para o Poder Judiciário catarinense, será possível que qualquer interessado que esteja na posse de um documento com Selo Digital proceda, em tempo real, à visualização das informações completas do ato lavrado diretamente no Portal de Consulta, disponível na internet no endereço selo.tjsc.jus.br, o que confere, assim, um alto nível de segurança e transparência aos atos.

Importante destacar que o Selo Digital de Fiscalização desenvolvido em Santa Catarina difere do utilizado em outros Estados em razão, primeiramente, da possibilidade de consulta pelos usuários do serviço notarial e de registro das informações dos atos e pela criação um grande banco de dados que será utilizado para o desenvolvimento de sistemas informatizados de auditoria, ao que se soma, ainda, a independência e liberdade que as serventias terão ao escolher o sistema com que desejem trabalhar, a agilidade e segurança no fornecimento de selos, dispensando-se o manuseio e a estocagem e eliminando-se a possibilidade de extravio, roubo ou inutilização dos mesmos.

Passado mais de um ano de utilização da ferramenta, tem-se por concluída a implantação do Selo Digital na totalidade dos serviços de notas e de registros do Estado de Santa Catarina.

A partir de 2013, com base nas informações recebidas pela Corregedoria-Geral da Justiça no bojo do projeto do Selo Digital, será possível a utilização de sistema de auditoria, que se encontra em fase de elaboração, destinado a apurar a qualidade das informações enviadas, assim também como a rotina de envio e a observância dos padrões técnicos e normativos do projeto. O resultado, consubstanciado em relatório, será encaminhado para as serventias para a devida adequação.

No dia 30 de novembro de 2012, foi lançada a versão 2.0 do Selo Digital de Fiscalização, em evento organizado pela Associação de Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC), que se trata de versão que consolida os modelos dos atos de modo a adaptá-los às novas exigências normativas.

A nova versão aprimorou os modelos dos atos e o produziu o desenvolvimento de novos serviços informatizados, com vistas a implantação dos demais projetos de tecnologia da

informação desenvolvidos pelo órgão de fiscalização estadual, como o sistema de ressarcimento eletrônico dos atos gratuitos, que permitirá às serventias extrajudiciais catarinenses solicitar, de forma rápida e automatizada, o ressarcimento dos atos a que a lei confere a gratuidade de emolumentos praticados em seus serviços, o supracitado sistema de auditoria e as centrais de informações.

3.4.3.1.1 Durante os anos de 2010, 2011 e 2012, o Projeto contou com as seguintes modificações/atividades:

- Mapeamento e desenvolvimento dos modelos de todos os atos dos Ofícios de Protesto, Tabelionatos de Notas, Ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e Títulos e Documentos e Ofícios do Registro de Imóveis;
- Lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais;
- Lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais por meio de acesso autenticado;
- Lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios de Protesto;
- Lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Tabelionatos de Notas;
- Lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro Civil;
- Lançamento da versão 0.9 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro de Imóveis;
- Lançamento da versão 0.9.1 do Websevice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação;
- Lançamento da versão 0.9.2 do Websevice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação e lançamento da primeira versão do Portal de Consulta Pública do Selo Digital;
- Lançamento da versão 0.9.3 do Websevice do Selo Digital: publicação da última versão dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação antes do Projeto Piloto;
- Lançamento da versão 0.9.4 do Webservice do Selo Digital: pubilicação da versão consolidada dos atos do Selo Digital para realização do Projeto Piloto;
- Lançamento da versão 1.0 do Webservice do Selo Digital: após a realização do Projeto Piloto, foi divulgada a versão em operação do Selo Digital de Fiscalização, para utilização

de modo oficial no Estado;

- Lançamento da versão 2.0 do Webservice do Selo Digital: após a implantação definitiva da ferramenta em todo o Estado, com base na experiência adquirida passado mais de um ano de utilização, procedeu-se à atualização dos mecanismos e padrões de integração e troca de informações entre as serventias extrajudiciais e o Poder Judiciário, de modo a adaptá-los aos demais projetos de tecnologia da informação desenvolvidos pelo órgão.

3.4.3.1.2 Realização dos Projetos-Piloto do Selo Digital;

- Capital: 1º, 2º e 3º Ofícios do Registro de Imóveis, 2º Tabelionato de Notas e 1º de Protestos e Escrivania de Paz de Santo Antônio de Lisboa;
- Araranguá: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
- Blumenau: 1º e 3º Tabelionatos de Notas e Protestos;
- Jaraguá do Sul: Escrivania de Paz de Corupá;
- Gaspar: Registro Civil;
- Indaial: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
- Joaçaba: 2º Tabelionato de Notas e Protestos;
- Joinville: Registro Civil;
- Porto Belo: Registro de Imóveis e Civil;

3.4.3.1.3 Divulgação dos padrões da leitura biométrica nos Tabelionatos de Notas e do Selo Digital;

3.4.3.1.4 Realização do 2º Censo de Informatização do Extrajudicial;

3.4.3.1.5 Divulgação e atualização do FAQ do Selo Digital (Perguntas mais frequentes);

3.4.3.1.6 Lançamento do Portal do Selo Digital, com layout definido em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação, no qual estão inseridos o mecanismo de consulta dos atos do Selo Digital, as orientações, documentos oficiais, padrões técnicos e o FAQ – Perguntas Frenquente, em sua última versão;

3.4.3.1.7 Elaboração do manual do Selo Digital de Fiscalização, disponível no Portal do Selo Digital;

3.4.3.1.8 Confecção dos cartazes do Selo Digital com a efetiva remessa às comarcas e aos serviços notariais e de registro do Estado;

3.4.3.1.9 Participação no Encontro da Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina, realizado no dia 18 de junho em Balneário Camboriú, ocasião em que foi

apresentado o modelo do Selo Digital de Fiscalização;

3.4.3.1.10 Participação no 2º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina, realizado no dia 5-11-2010, onde foi ministrada palestra sobre o andamento do Projeto do Selo Digital;

3.4.3.1.11 Participação no 3º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina, realizado nos dias 10-11-2011, onde foi ministrada palestra sobre a implantação do Projeto do Selo Digital;

3.4.3.1.12 Implantação do Selo Digital nas seguintes regiões:

- Grande Florianópolis: 29/06/2011;
- Planalto Norte: 20/07/2011;
- Litoral Norte: 09/08/2011;
- Vale do Itajaí: 20/09/2011;
- Foz do Rio Itajaí: 04/10/2011;
- Litoral Sul: 26/10/2011;
- Planalto Sul: 17/11/2011;
- Vale do Rio do Peixe: 08/12/2011;
- Extremo Oeste: 09/12/2011;

Data limite para utilização do Selo Digital - 25-01-2012;

3.4.3.1.13 Participação do 59º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais (Encoge), realizado entre 19 e 21 de abril de 2012, em Foz do Iguaçu, Paraná, ocasião em que foi demonstrado o projeto do Selo Digital e da Central de Protestos;

3.4.3.1.14 Foram realizadas 64 reuniões formais e trocados cerca de 5 mil e-mails pela Comissão de Implantação do Selo Digital e Comissão dos Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais;

3.4.3.1.15 Foram recepcionadas na sede da Corregedoria-Geral da Justiça as delegações dos Tribunais de Justiça da Bahia, do Acre e do Ceará, e realizadas videoconferências com os Tribunais de Justiça do Piauí, Ceará, Rondônia, Paraíba e Sergipe;

3.4.3.1.16 Entrega da primeira etapa do sistema de auditoria do Selo Digital em 28-11-2011;

3.4.3.1.17 Previsão de entrega da etapa final do sistema de auditoria do Selo Digital para o primeiro semestre de 2013;

3.4.3.1.18 Desde a implantação (29/06/2011), foram lavrados ao todo 30 milhões de atos notariais e de registro com o emprego do Selo Digital de Fiscalização.

3.4.3.1.19 Documentos publicados no Projeto do Selo Digital:

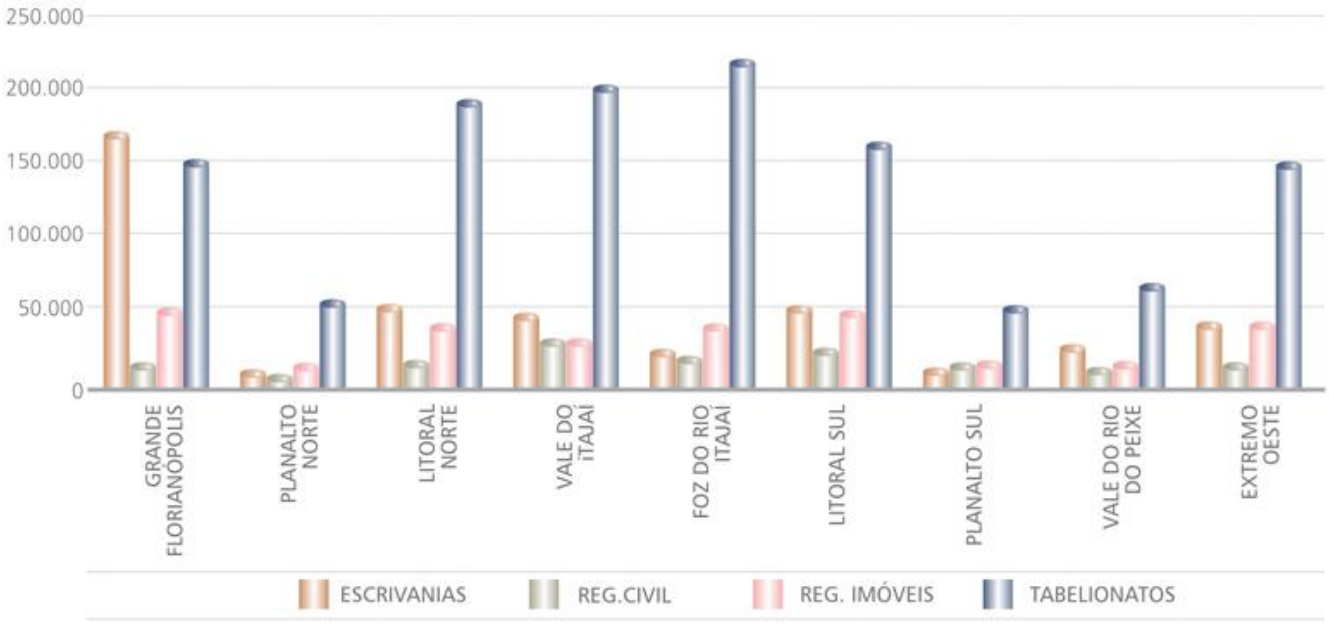
- Provimento nº 36/2009 - Informatização das serventias;
- Provimento nº 02/2010 – Dispõe sobre a informatização das serventias consideradas vagas após o encerramento do concurso do Edital nº 84/2007;
- Circular nº 23/2010 – Lança o Censo de Informatização, com prazo máximo de resposta em 10 dias a partir do dia 14/06/2010;
- Ofício Circular nº 1/2010 – lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 16/2010 – lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 24/2010 – lista das empresas cadastradas para testes com a versão 0.5;
- Ofício Circular nº 38/2010 – solicita que os Senhores Serventuários verifiquem se as empresas que desenvolvem os seus sistemas informatizados de automação já se encontram em fase de adaptação dos seus sistemas para operação com o Selo Digital;
- Ofício Circular nº 56/2010 – lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 57/2010 – dispõe sobre as características do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 69/2010 – solicita que os Senhores Serventuários verifiquem se as empresas que desenvolvem os seus sistemas informatizados de automação já adaptaram os seus sistemas para a versão 0.6 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 70/2010 – lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 81/2010 – orienta os senhores serventuários para realizarem a compra normal de selos até a entrada em vigor do selo digital;
- Ofício Circular nº 85/2010 – lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 103/2010 - fim do prazo do Censo de Informatização II;
- Ofício Circular nº 104/2010 - lançamento da versão 0.9 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 132/2010 - lançamento da versão 0.9.1 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 145/2010 - lançamento da versão 0.9.2 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 160/2010 - lançamento da versão 0.9.3 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 214/2010 - lançamento da versão 0.9.4 do Selo Digital;
- Ofício Circular nº 17/2011 - Padrão mínimo para etiquetas;
- Ofício Circular nº 29/2011 - Novo Padrão do Selo Digital;
- Provimento nº 08/2011 – Regulamento do Selo Digital – Normas administrativas;

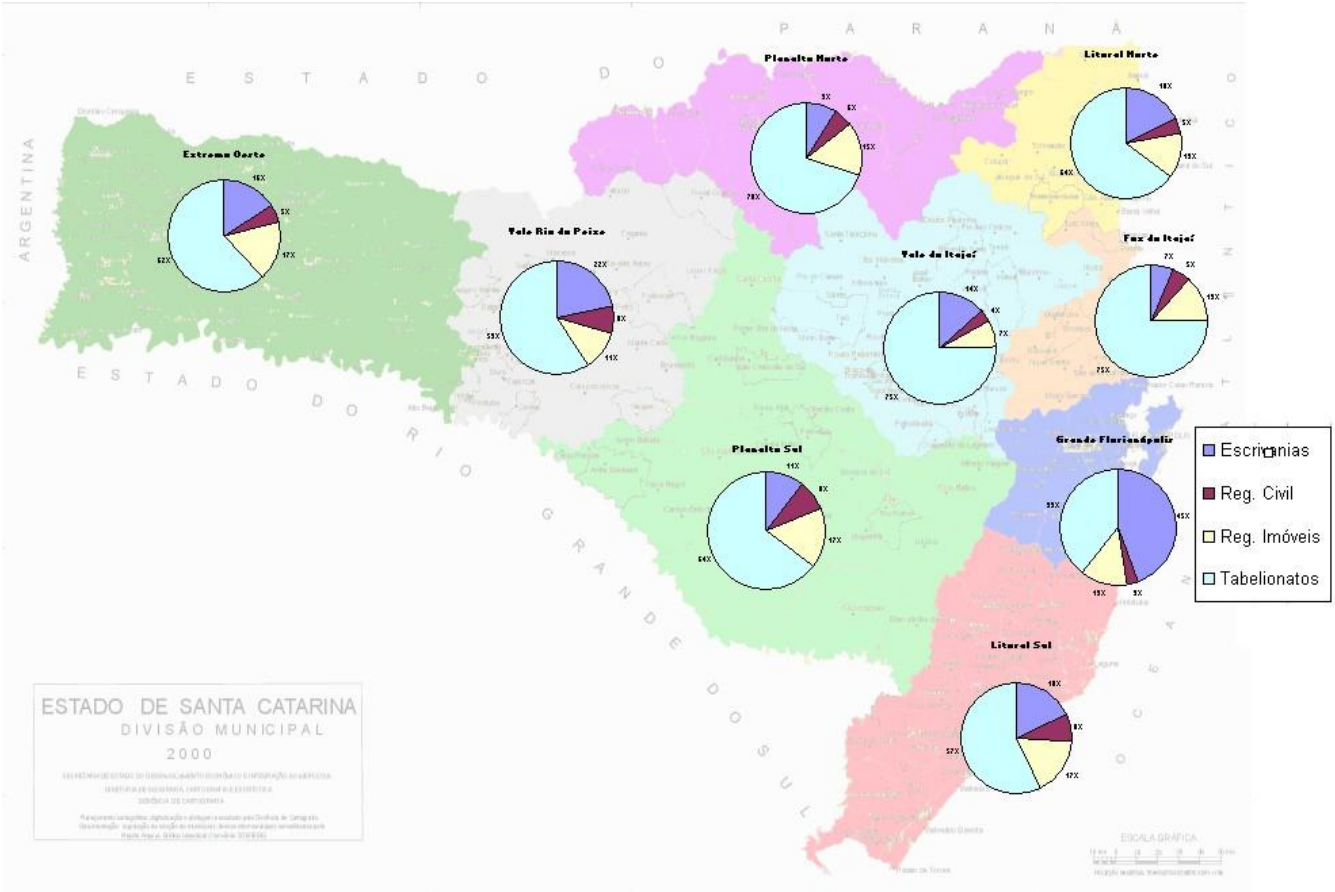
- Circular nº 09/2011 – Lançamento do Selo Digital de Fiscalização;
- Circular nº 11/2011 - torna facultivos os campos do solicitante e do tipo de documento nos atos de autenticação;
- Circular nº 24/2011 - Divulga as novas datas de implantação do Selo Digital nas regiões do Estado;
- Circular nº 26/2011 - Divulga as novas datas de implantação do Selo Digital nas regiões do Estado;
- Circular nº 31/2011 - Trata das datas para compra do selo físico e digital antes do período de recesso;
- Ofício Circular nº 119/2011 - Divulga novo endereço de consulta do Selo Digital (selo.tjsc.jus.br);
- Ofício Circular nº 115/2011 - data da compra de selos digitais na região da Grande Florianópolis;
- Ofício Circular nº 135/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região da Grande Florianópolis;
- Ofício Circular nº 140/2011 - data da compra de selos digitais na região do Planalto Norte;
- Ofício Circular nº 142/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Planalto Norte;
- Ofício Circular nº 150/2011 - data da compra de selos digitais na região do Litoral Norte;
- Ofício Circular nº 151/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Litoral Norte;
- Ofício Circular nº 169/2011 - data da compra de selos digitais na região do Vale do Itajaí;
- Ofício Circular nº 170/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Vale do Itajaí;
- Ofício Circular nº 201/2011 - data da compra de selos digitais na região da Foz do Rio Itajaí;
- Ofício Circular nº 202/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região da Foz do Rio Itajaí;
- Ofício Circular nº 234/2011 - data da compra de selos digitais na região do Litoral Sul;
- Ofício Circular nº 235/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Litoral Sul;
- Ofício Circular nº 254/2011 - data da compra de selos digitais nas regiões do Planalto Sul e Vale do Rio do Peixe;

- Ofício Circular nº 255/2011 - regras para entrega dos selos físicos nas regiões do Planalto Sul e Vale do Rio do Peixe;
- Ofício Circular nº 277/2011 - data da compra de selos digitais na região do Extremo Oeste;
- Ofício Circular nº 278/2011 - regras para entrega dos selos físicos na região do Extremo Oeste;
- Circular nº 04/2012 - Lançamento da Central de Protestos;
- Circular nº 10/2012 - Início da auditoria do Selo Digital (Inspeções Virtuais);
- Circular nº 14/2012 - aplicação de selo no ato de habilitação para o casamento;
- Circular nº 23/2012 - formação de estoque de selos em razão do recesso;
- Provimento nº 6, de 17 de março de 2012 - lançamento da Central de Protestos;
- Provimento nº 9 de 4 de junho de 2012 - Altera arts. 6º e 8º do Provimento nº 8, de 12 de maio de 2011;
- Provimento nº 17 de 30 de novembro de 2012 – modifica o Provimento nº 8, de 12 de maio de 2011 – lançamento da versão 2.0 do Selo Digital de Fiscalização;
- Circular nº 25/2012 - Lançamento da versão 2.0 do Selo Digital;
- Manual explicativo dos campos dos atos - versão 2.0;
- Padrão de Integração para a transmissão de dados dos atos e fornecimento de selos atualizado;
- Instruções Específicas e Recomendações da versão 2.0.

3.4.3.1.20 Gráficos relativos a utilização do selo digital de fiscalização:

Média mensal de atos praticados por especialidade/região





(Fonte: Comissão de Implantação do Selo Digital)

3.4.3.2. Central de Protestos

Foi lançada no dia 17 de março de 2012, em evento promovido pela Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina (Anoreg-SC), a Central de Protestos (Central de Remessa de Arquivos e Central de Distribuição de Títulos). O projeto foi desenvolvido em parceria com o

Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil, seção Santa Catarina (IEPTB-SC), que tem por escopo a distribuição centralizada dos títulos e outros documentos de dívida encaminhados eletronicamente pelas instituições financeiras que aderirem à Central de Remessa de Arquivos – CRA.

Com base em cronograma divulgado costumeiramente pela Central de Remessa de Arquivos – CRA, sistema desenvolvido e mantido pelo IEPTB-SC, os serviços de protesto do Estado devem acessar o portal de internet por ela mantido e, mediante login e senha, efetuam o download dos títulos remetidos eletronicamente pelas instituições financeiras que aderirem à CRA.

Após o regular processamento dos títulos pelo sistema informatizado de automação utilizado na serventia, os serviços de protesto transportam as ocorrências do dia novamente para o portal de internet mantido pela CRA, com as informações dos protestos e pagamentos realizados, as quais são remetidas pela CRA às instituições financeiras.

Os serviços de distribuição das comarcas da Capital, Joinville e Caçador, que são mantidas exclusivamente pela iniciativa privada, por meio de delegação, receberam da CRA *login* e senha, bem como as respectivas instruções, para acesso à interface que contém o mecanismo de recepção dos títulos e remessa da distribuição para a CRA.

Pelo sistema da Central de Distribuição de Títulos mantida pelo Poder Judiciário, que entrou em operação em 20 de agosto de 2012, já foram distribuídos 16.494 títulos encaminhados pelos bancos e instituições financeiras e 124 títulos encaminhados pela Procuradoria-Geral Federal, que totalizaram R$ 114.798,24 relativos aos emolumentos devidos pela distribuição, recolhidos junto a subconta do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário.

No âmbito da implantação do projeto, foram elaborados o Provimento nº 6, de 17 de março de 2012, que inclui o art. 978-A e altera o art. 980 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, e a Circular nº 4/2012, que divulga os pormenores do procedimento.

3.4.3.3. Central Digital de Informações Extrajudiciais

3.4.3.3.1 Definições do Projeto

Com o advento do Selo Digital de Fiscalização, projeto de elevada envergadura levado a cabo pela Corregedoria-Geral da Justiça em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação, observou-se uma série de avanços tecnológicos e de uso da tecnologia da informação pelos serviços notariais e de registro catarinenses, notadamente pelo uso compulsório de sistema informatizado de automação com padrões de qualidade minimamente estabelecidos, o que permitiu, por meio de uma interface padronizada de comunicação, o envio, pelos mencionados serviços, do conteúdo completo dos atos lavrados para o servidor informatizado do Poder Judiciário, disponibilizado para consulta pública de autenticidade para a população.

O *know-how* adquirido com a implantação do mencionado projeto ao longo de dois anos e a crescente maturidade dos sistemas informatizados de automação utilizados nas serventias extrajudiciais catarinenses, passado mais de um ano da implantação definitiva do Selo Digital, deram ensejo à criação da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, equipe multidisciplinar composta por membros da Corregedoria-Geral da Justiça e da Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça, que tem como principais atribuições o

estudo, o planejamento, o desenvolvimento, a implantação e o acompanhamento de iniciativas e projetos vinculados à tecnologia da informação voltados à automação dos serviços notariais e de registro.

Sob a responsabilidade de mencionada comissão encontram-se todas as iniciativas de tecnologia da informação vinculadas aos serviços notariais e de registro catarinenses, nelas incluídas o acompanhamento e a atualização dos mecanismos do Selo Digital de Fiscalização, os sistemas de auditoria e inspeção virtual destinados a acompanhar o regular funcionamento do Selo Digital e da qualidade dos atos oriundos dos serviços extrajudiciais, além do desenvolvimento, normatização e acompanhamento das iniciativas nacionais, desenvolvidas em âmbito local, das centrais de informação e acessibilidade de atos, divididas em plataformas específicas para cada especialidade de serviço extrajudicial.

As iniciativas de centralização de informações extrajudiciais decorrem do interesse público consubstanciado na relevância jurídica e social da disponibilização, para os interessados, neles incluídos órgãos públicos, autoridades e usuários dos serviços, de meios para a fácil localização de atos notariais e de registro, dentre os quais escrituras públicas, procurações, testamentos, matrículas e registros de imóveis, assentos de nascimento, casamento e óbitos, que objetivam a oportuna obtenção de certidões e de outras informações por meio da internet, remotamente.

A adoção de sistemas de centralização, que possibilitam a consulta da existência de atos e o pedido remoto de certidões/informações, viabilizado pela interligação entre os serviços de notas e de registros, o Poder Judiciário, órgãos da administração pública e entidades representantes da classe de notários e registradores, vem ao encontro do interesse público e representa importante passo no sentido de proporcionar a devida racionalização do sistema extrajudicial e, como consequência, a economia, a eficiência e a segurança advindas da desburocratização dos serviços.

Nesse prisma, observa-se que se encontra em estudo e desenvolvimento, em âmbito nacional, das seguintes iniciativas centralizadoras: a) Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades; b) Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec); c) Central Nacional de Protesto (CNP); e d) Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC).

A adoção da centralização de informações confere pleno cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação), e também aplicabilidade ao que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, e 216, § 2º. Além disso, o próprio Conselho Nacional de Justiça, como órgão de fiscalização e regulamentação dos serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, recentemente editou o Provimento nº 18, de 28 de agosto de 2012, por meio do qual criou, em parceria com o Colégio Notarial do Brasil (CNB-CF), a Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec), o que revela o nítido interesse do órgão em incentivar iniciativas centralizadoras nos moldes expostos.

Por fim, importante salientar que, com a adoção das mencionadas centrais de informação, será possível aos interessados a consulta às bases interligadas de dados dos Estados participantes, o que revela a grande repercussão e o notável alcance dos sistemas que serão adotados nacionalmente.

Competirá à Corregedoria-Geral da Justiça, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, atuar como órgão de regulamentação, em âmbito local, das iniciativas gestadas em caráter nacional, de forma a normatizar e definir uma agenda conjunta de implantação de cada uma das mencionadas ferramentas, de acordo com o planejamento do órgão e em atenção às peculiaridades locais, para o qual fará uso do ambiente favorável de parceria classe-órgão de firscalização existente no Estado para a viabilização de iniciativas dessa natureza.

Conforme mencionado acima, o Projeto da Central Digital de Informações Extrajudiciais (CDIE) também prevê a implantação, em Santa Catarina, das seguintes iniciativas:

- Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (Censec);
- Central Nacional de Protesto (CNP); e
- Central de Informações do Registro Civil das Pessoas Naturais (CRC).
- Sistema Integrado do Registro Civil (SIRC);

3.4.3.3.2 Central de Registro de Imóveis

No dia 30 de novembro de 2012, foi assinado termo de cooperação técnica entre a corregedoria e a Associação de Titulares de Cartórios de Santa Catarina (ATC-SC), para a implantação da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades. O termo prevê a disponibilização das informações dos registros de imóveis para consulta, via internet, por qualquer interessado. Iniciativa desenvolvida pela Associação dos Registradores de Imóveis de São Paulo (Arisp), confere maior transparência ao sistema registral estadual e é considerada modelo pelo Conselho Nacional de Justiça.

A Central de Registro de Imóveis e Penhora On-Line será baseada nas seguintes premissas:

- Serviços de registro de imóveis deverão cadastrar os seus indicadores pessoais e reais e exportá-los diariamente para o sistema mantido pela Associação de Titulares de Cartório (ATC/SC) e Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP); a exportação se dará por meio de arquivos padronizados, por meio de webservice.
- As informações dos indicadores pessoais e reais que não estiverem disponíveis em meio eletrônico, deverão ser cadastradas manualmente pelos serviços de registro de imóveis e exportadas para a Central de Registro de Imóveis consoante prazo e padrões que serão definidos;
- As informações exportadas poderão ser consultadas, mediante acesso autenticado (por meio da certificação digital do interessado), que poderá visualizar a existência de imóveis com base nos parâmetros de pesquisa informados. Poderá, ainda, solicitar a emissão da respectiva certidão da matrícula encontrada, que será fornecida em meio eletrônico com o emprego de certificação digital ou em meio físico, via correio, mediante o pagamento dos emolumentos devidos e do porte de remessa respectivo;
- Os padrões técnicos para a remessa dos arquivos e cadastramento manual dos indicadores será publicado pelas entidades mantenedoras da Central no seu website

próprio;

- Será definido, em contato com as empresas fornecedoras dos sistemas informatizados de automação e com os representantes da classe de notários e registradores, uma data limite para a exportação dos dados do acervo não informatizado das serventias;

- Os juízes, membros do Poder Judiciário de Santa Catarina, assim como os chefes de cartório/unidades jurisdicionais, serão cadastrados no sistema e por meio do emprego de certificação digital padrão A3 ou superior deverão cadastrar as determinações de constrição de bens imóveis de qualquer natureza, incluídas aí as penhoras, arrestos, sequestros e indisponibilidade de bens. As partes deverão ser alertadas pela unidade jurisdicional que o envio automático das determinações de constrição de bens não exclui a necessidade de qualificação do título judicial, com o recolhimento dos emolumentos devidos e apresentação de documentos auxiliares, quando for o caso;

- As associações mantenedoras da Central de Registro de Imóveis, Penhora On-Line e Indisponibilidades deverão confeccionar manual detalhado de uso do sistema, com um passo a passo, destinado aos registradores de imóveis, aliado a um manual técnico, destinado às empresas fornecedoras de sistemas para as serventias, com a disponibilização de uma área de "perguntas frequentes", em ambiente web;

- As bases de dados de Santa Catarina encontrar-se-ão integradas às bases congêneres mantidas pelas respectivas associações nos demais Estados da federação, para as quais também será possível o envio de determinações judiciais de constrição de bens e indisponibilidades;

- No âmbito do projeto, foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Associação de Titulares de Cartório de Santa Catarina (ATC-SC) e a Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, no 30 de novembro de 2012, que trata das normas administrativas para operacionalização da central de registro de imóveis e de penhora on-line. Para a operacionalização do procedimento, deve-se elaborar provimento e circular com as regras específicas e os prazos para adesão das serventias e unidades jurisdicionais.

3.4.4. Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo

3.4.4.1 Reajuste dos valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar nº 429/08), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E nº 1446/2009, e pagamento realizado com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2012, com a receita obtida por meio da venda dos Selos de Fiscalização (Tabela 1, abaixo);

TABELA 1 – AJUDA DE CUSTO

MÊS	VALOR R$
Janeiro	R$ 340.461,50
Fevereiro	R$ 340.461,50
Março	R$ 340.461,50

Abril	R$ 340.461,50
Maio	R$ 341.738,40
Junho	R$ 341.738,40
Julho	R$ 341.738,40
Agosto	R$ 341.738,40
Setembro	R$ 341.738,40
Outubro	R$ 340.461,50
Novembro	R$ 340.461,50
Dezembro	R$ 340.461,50
TOTAL	**R$ 4.091.922,50**

Fonte: Setor de Selos do Núcleo IV.

3.4.4.2. Pagamento a título de Ajuda de Custo no exercício de 2012 correspondente a: R$ 1.276,90 (um mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; no valor de R$ 1.044,65 (um mil, quarenta e quaro reais e sessenta e cinco centavos) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e no valor de R$ 812,55 (oitocentos e doze reais e cinqüenta e cinco centavos) para as Escrivanias de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinqüenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede;

3.4.4.3 Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício da ajuda de custo previsto no inciso III do art. 14 da Lei nº 175/1998;

3.4.4.4 Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2012 (Tabela 2);

TABELA 2 – RESSARCIMENTO DOS ATOS GRATUITOS

MÊS	VALOR
Janeiro(1)	R$ 614.982,45
Fevereiro(2)	R$ 638.285,92
Março(3)	R$ 603.047,24
Abril(4)	R$ 748.018,80
Maio(5)	R$ 712.129,04
Junho(6)	R$ 932.020,63

Julho(7)	R$ 801.656,57
Agosto(8)	R$ 816.857,66
Setembro(9)	R$ 808.680,07
Outubro(10)	R$ 681.757,10
Novembro(11)	R$ 772.460,76
Dezembro	R$ 662.282,93
TOTAL	R$ 8.792.179,17

Fonte: Setor de Selos do Núcleo IV

(1) Referente a 34.243 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/12/2011 e 10/1/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 8.034,33, correspondente a 786 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(2) Referente a 32.394 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/1/2012 e 10/2/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 7.066,99, correspondente a 403 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(3) Referente a 30.833 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/2/2012 e 10/3/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 11.014,92, correspondente a 617 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(4) Referente a 43.610 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/3/2012 e 10/4/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 11.435,24, correspondente a 1.096 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(5) Referente a 40.954 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/4/2012 e 10/5/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 10.652,38, correspondente a 1.158 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria. Nesse mês foi efetuado também o pagamento do valor de R$ 5,35, que corresponde à verba de ressarcimento, cujo pagamento se deferiu no processo nº 0010840-89.2011.8.24.0600.

(6) Referente a 41.529 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/5/2012 e 10/6/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 8.681,16, correspondente a 725 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(7) Referente a 36.694 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/6/2012 e 10/7/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 16.445,75, correspondente a 727 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(8) Referente a 36.333 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/7/2012 e 10/8/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 11.299,38, correspondente a 540 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(9) Referente a 39.162 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/8/2012 e 10/9/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 7.577,88, correspondente a 854 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(10) Referente a 34.219 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/9/2012 e 10/10/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 5.208,64, correspondente a 385 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

(11) Referente a 40.078 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11/10/2012 e 10/11/2012. Foi bloqueada a quantia de R$ 16.585,30, correspondente a 358 atos, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea no sistema, bem como em razão do alto número de atos cadastrados da mesma espécie pelo 2º Registro de Imóveis do Município e Comarca de Tubarão, devendo o pagamento aguardar a análise por esta Corregedoria.

3.4.4.5. Atualização do sistema eletrônico de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias;

3.4.4.6. Estudo e implementação do pagamento dos demais atos praticados de forma gratuita pelas serventias, previstos em lei e não ressarcidos até a presente data. Ressalta-se que a partir de 11 de junho de 2012 foram implementados 4 novos atos no sistema eletrônico de ressarcimento, quais sejam: Certidões verbo *ad verbum*, Registro de casamento lavrado à vista de certidão de habilitação expedida por outro cartório, Ata notarial e cópia xerográfica ou de microfilme;

3.4.4.7. O contrato entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a empresa VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. para a fabricação e fornecimento de selos de fiscalização teve vigência até 31 de dezembro de 2011, tendo essa entregue nesta Corregedoria, em janeiro de 2012, a quantia de 2.837.040 (dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil e quarenta) selos de fiscalização que ainda continha em estoque;

3.4.4.8. Fornecimento de 192 (cento e noventa e dois) selos de fiscalização físicos para a Escrivania de Paz do distrito de Claraíba no mês de janeiro de 2012, sendo 144 unidades do tipo normal e as outras 48 do tipo DUT, o que correspondeu ao valor de R$ 155,52 relativos aos selos do tipo normal e R$ 109,44, concernentes à unidades do tipo DUT, totalizando R$ 264,96 (duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos);

3.4.4.9. Disponibilização de 20.797.456 selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 01/01/2012 e 17/11/2012 (Tabela 3);

TABELA 3 – SELOS DIGITAIS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS ENTRE 01-01-2012 E 17-11-2012

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Normal	19.417.896
D.U.T.	980.146
Escritura com Valor	113.460
Isento	285.954
TOTAL	**20.797.456**

Fonte: Sistema do Selo Digital de Fiscalização

3.4.4.10. Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais relativas a endereço, e-mail, telefone, conta bancária, dados pessoais do titular, do substituto e dos funcionários, bem como atualização dos sinais públicos das serventias até 7 de março de 2012, conforme Ordem de Serviço nº 1/2012;

3.4.4.11. Controle de vacância das serventias e elaboração de relatórios das serventias vagas e providas para eventuais informações ao Conselho Nacional de Justiça e à Comissão de

Concurso de ingresso e remoção na atividade notarial e registral até 7 de março de 2012, conforme Ordem de Serviço nº 1/2012;

3.4.4.12. Controle das transmissões do acervo em razão de vacância, de intervenção e de novas designações nas serventias até 7 de março de 2012, conforme Ordem de Serviço nº 1/2012;

3.4.4.13. Fornecimento de certidão de serventias existentes no Estado;

3.4.4.14. Fornecimento de informações aos demais setores do Núcleo IV – Extrajudicial – da Corregedoria, referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo efetivados às serventias, bem como no que toca ao selo digital de fiscalização;

3.4.4.15. Fornecimento de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral;

3.4.4.16. Participação da Comissão de Implantação do Selo Digital;

3.4.4.17. Recebimento, conferência, cadastro, estoque e destruição por este setor de 2.766.858 selos físicos recolhidos das serventias pelas secretarias do Foro, em razão da implantação do Selo Digital, conforme processo virtual nº 0011338-54.2012.8.24.0600;

3.4.4.18. Conversão, para modalidade digital, de 355.420 selos de fiscalização físicos, no período compreendido entre 1 de janeiro e 19 de novembro de 2012;

3.4.4.19. Cancelamento de 4.442 selos digitais e devolução do mesmo montante às serventias solicitantes, entre 1º de janeiro e 19 de novembro de 2012;

3.4.4.20. Redisponibilização, em 252 oportunidades, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório, entre 1 de janeiro e 19 de novembro de 2012;

3.4.4.21. Conferência da nota-fiscal fatura – processo nº 0011428-65.2012.8.24.0600, referente ao estoque remanescente proveniente do término do contrato nº 189/2012, celebrado entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e a empresa VALID Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A;

3.4.4.22. Confecção e distribuição de cartazes dispondo sobre as características de segurança do selo de fiscalização digital;

3.4.4.23. Confecção do Manual eletrônico do Selo de Fiscalização Digital dispondo sobre as características dos selos digitais;

3.4.4.24. Destruição de selos físicos apreendidos pela Corregedoria em correições realizadas, bem como de selos defeituosos remetidos pelas serventias;

3.4.4.25. Elaboração de minutas de provimentos, circulares, ofícios-circulares e ofícios referentes às atribuições deste setor;

3.4.4.26. Elaboração de orientação sobre os atos gratuitos passíveis de ressarcimento;

3.4.4.27. Estudo para implantação de novo sistema de ressarcimento dos atos gratuitos, vinculado ao sistema do selo digital;

3.4.4.28. Estudo de Revisão do atual Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, especificamente do disposto no Capítulo I, Seção V (Selo de Fiscalização), VI (Gratuidade) e VII (Ressarcimento) - arts. 565 a 588;

3.4.4.29. Exclusão, a partir do dia 11 de junho de 2012, dos campos virtuais do sistema eletrônico destinados à solicitação de ressarcimento de ato gratuito relacionada às entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública estadual, em razão da ação direta de inconstitucionalidade nº 2010.080279-7, ajuizada pelo Coordenador-Geral do Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON) do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a qual foi julgada parcialmente procedente, tendo-se declarado a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 10.977, de 7 de dezembro de 1998. No intuito de suprir referida inconstitucionalidade, foi realizada por este setor minuta de projeto de lei, a qual restou encaminhada à Presidência deste Tribunal para as devidas providências;

3.4.4.30. Elaboração de Aviso dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados de todos os Estados da Federação, para publicação no Diário da Justiça Eletrônico;

3.4.4.31. Atualização do banco de dados dos selos físicos extraviados, inutilizados, furtados e danificados no Estado de Santa Catarina, disponível para consulta na página do Extrajudicial;

3.4.4.32. Elaboração de 10 comunicações internas envolvendo assuntos diversos do setor;

3.4.4.33. Foram produzidos no setor, entre 1º de janeiro e 19 de novembro de 2012, 241 documentos físicos, assim distribuídos:

ATO	QUANTIDADE
Projeto de Despacho	85
Projeto de parecer	31
Projeto de decisão	25
Informação	39
Circular	5
Provimento	3
Termo de destruição	2
Ofício-circular	3
Resolução	2
Ofícios	46

Fonte: Sistema Caché

3.4.4.34 Da mesma forma, foram distribuídos para o setor no decorrer do ano 757 processos virtuais (SAJ), já tendo sido analisados 733 processos entre 1º de janeiro e 19 de novembro de

2012, que resultaram em 961 atos, assim distribuídos:

ATO	QUANTIDADE
Projeto de Despacho	134
Projeto de parecer	154
Projeto de decisão	445
Informação	168
Circular	1
Aviso	47
Termo de destruição	11
Projeto de Lei	01

Fonte: Sistema SAJ/CGJ

3.4.4.35. Participação da Comissão de Implantação dos atos gratuitos praticados pelos Juízes de Paz, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 532, de 17 de janeiro de 2011;

3.4.4.36. Levantamento dos dados cadastrais de todos os Juízes de Paz do Estado (titulares, suplentes e *ad hoc*) até 7 de março de 2012, conforme Ordem de Serviço nº 1/2012;

3.4.4.37. Controle dos casamentos coletivos - aproximadamente de 1.387 - ocorridos em todo o Estado;

3.4.4.38. Atendimento e orientação dos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Setor IV, tendo-se obtido junto ao setor de telefonia deste Tribunal a quantidade de ligações entre janeiro e outubro de 2012, conforme abaixo relacionada:

Mês/Ramal	2.716 originada	2.716 recebida	2.717 originada	2.717 recebida	2.719 originada	2.719 recebida	2.720 originada	2.720 recebida	8.309 originada	8.309 recebida
Janeiro/Março	216	529	72	217	321	396	282	394	0	0
Abril/Junho	148	222	67	75	47	111	146	185	52	8
Julho/Outubro	295	585	149	230	220	262	271	312	469	98
Novembro/ Dezembro	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente
Total originadas	**2.755**									
Total recebidas	**3.624**									

3.4.4.39. Consultas e requerimentos recebidos e enviados pelo Setor IV para as devidas providências, por meio do endereço eletrônico selo@tjsc.jus.br, até 19/11/2012:

ASSUNTO	QUANTIDADE
Recebidos	3.473
Enviados	1.481

3.5. Núcleo V: Execução Penal, Infância e Juventude e Violência Doméstica

3.5.1. Funções e atividades desenvolvidas pelo do Núcleo V – Direitos Humanos

O Núcleo V teve suas atividades iniciadas em maio de 2012.

3.5.1.1. Fiscalizar e inspecionar as unidades judiciais de sua competência

Ação realizada em conjunto com o Núcleo III a partir de junho, totalizando a participação em 47 unidades judiciais inspecionadas.

3.5.1.2. Orientar, controlar e disciplinar as unidades judiciais, magistrados e servidores em matéria de sua competência.

Despachos : 146

Pareceres : 422

3.5.1.3. Inspecionar os estabelecimentos, penitenciários, prisionais, de acolhimento, socioeducativos, instituições de longa permanência e ambientes de confinamento, com o intuito de conhecer suas condições de funcionamento, instruir processos em tramitação e averiguar denúncias recebidas.

1. Instituições de Acolhimento, ação conjunta com a CEJA: 54 Instituições de acolhimento visitadas

2. Unidades Prisionais:

UNIDADE PRISIONAL	NÚMERO DE VISITAS
Blumenau	3
UPA Imbituba	1
Lages	3
UPA São Joaquim	1
Cadeia Pública de Anita Garibaldi	1
Presídio Masculino da Capital	2
Presídio Feminino da Capital	1
Penitenciária de Florianópolis	3

3.

Hospital de Custódia	2
UPA Biguaçu	1
Unidade Prisional de Ituporanga	1
Presídio Regional de Joaçaba	2
Penitenciária de São Pedro de Alcântara	5

Socioeducativo

SOCIOEDUCATIVO	NÚMERO DE VISITAS
Plantão de Atendimento Inicial – Florianópolis	3
Centro de Atendimento Socioeducativo de Lages	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de São José do Cedro	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de Rio do Sul	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de Joaçaba	1
Centro de Atendimento Socioeducativo de Joinville	1
6ª Delegacia de Polícia da Capital	1

3.5.1.4. Identificar, promover e divulgar as redes de atendimento assim como informar sobre direitos referentes as matérias de competência

Palestras proferidas:

- Fórum Estadual da Infância e Juventude - Florianópolis,
- Saúde Mental e Sistema Prisional – Lages ,
- Encontro Estadual dos Conselhos Tutelares,
- Encontro Estadual da Pastoral Carcerária,
- Idoso – Legislação e direitos,
- Seminário de Direitos Humanos – Planalto Serrano,
- Educação e Sistema Prisional,
- 9 º Encontro Estadual dos Grupos de Apoio de Adoção,
- Combate à Violência e Exploração Sexual Infantil,
- Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade,

- 8 Eventos regionais para conselheiros tutelares referente - Lei do SINASE,
- Mediação Familiar,
- Encontro de Saúde Mental, Drogas e Álcool – Joinville,
- Encontro de Saúde Mental Drogas e Álcool – Jaragua do Sul.

Participação em audiências públicas :

- Orçamento Estadual da Assistência Social,
- Orçamento da Assistência Social do Município de Florianópolis
- Violência Doméstica,
- Associação de Proteção de Assistência ao Condenado – Sistema APAC

Participação em Eventos:

- I Encontro Nacional dos Conselhos da Comunidade – Ministério da Justiça
- Oficina Nacional da Saúde Mental no Sistema Prisional – MS
- Seminário Saúde Mental e lei: os desafios da implantação da lei 10.216 no Brasil - CNJ
- Seminário – Presos Estrangeiros- CNJ

3.5.1.5. Elaborar propostas, sugestões e projetos nas áreas de sua competência, visando o aprimoramento dos serviços judiciais a ser encaminhados para a aprovação do Corregedor e/ou por ele solicitada.

Projetos:

Elaboração do Projeto **Direito de Ser Idoso** que possui como objetivo principal a Garantir à população idosa o acesso aos direitos estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso, no Código de Processo Civil e na Recomendação nº 14 do CNJ, através de ações que inibam a violência contra a pessoa idosa. As ações já foram deflagradas como:

- Parceria com o Ministério Público para a realização das inspeções de longa permanência já concretizada na inspeção realizada na Comarca Palhoça.
- Inclusão de itens de avaliação de atendimento prioritário processual através das correições,
- Encaminhamentos de solicitações de priorização através da ouvidoria judicial - 5
- Elaboração de curso de capacitação relativa ao Direito do Idoso para os assistentes sociais, a ser realizado em abril de 2013 em parceria com a Procuradoria Geral, através do

Centro de Apoio de Direitos Humanos

- Reuniões realizadas para encaminhamentos do projeto: Ministério Público, Centro de Apoio Estadual do Direitos Humanos e Terceiro Setor – 4, Conselho Estadual do Idoso – 2

3.5.1.6. Motivar a realização dos cursos de qualificação necessários para a promoção da excelência dos serviços prestados

Ação iniciada em 2012 e com parceria da Academia Judicial e finalização em 2013: Seminário Tortura e Outras Formas e Maus Tratos, Curso de Capacitação, orientação 33, para serventuários de cartório, Curso de capacitação para assistentes sociais em técnicas de entrevista em situações de abuso e violência, Curso de formação continuada para os oficiais da infância e juventude, Curso de formação continuada para assistentes sociais em direito do idoso, Curso de qualificação técnica para os Conselheiros da Comunidade e Fórum Estadual dos Magistrados da Execução Penal – FEMEP.

Reuniões realizadas : 4

3.5.1.7. Atendimento de partes e familiares e representantes de órgãos de direitos e instituições para solicitação de esclarecimentos e apresentação de denúncias:

- Denúncias: 55
- Respostas aos questionamentos de partes, familiares, servidores e representantes de órgãos e servidores: 47
- Reuniões com representantes de instituições e órgãos de classe: 23
- Reuniões com a Secretaria de Justiça e Cidadania: 9
- Reuniões com a Secretaria de Segurança Pública: 3
- Reuniões com a Ordem dos Advogados do Brasil SC: 5
- Reuniões com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos: 2
- Reuniões Representantes do Hospital de Custódia para adequação a lei 10.216: 4
- Reuniões Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA : 4

3.5.1.8. Controlar, acompanhar e orientar ações relacionadas a garantia da segurança de magistrados.

- Reuniões realizadas: 7
- Demandas atendidas: 13

3.5.1.9. Orientação dos Conselhos da Comunidade e participação no Conselho de Comunidade de Florianópolis, com o intuito de auxiliar no fortalecimento do órgão e auxiliar na definição de procedimentos. Orientação dos Conselhos das demais Comarcas, repassando informações,

recebendo denúncias e auxiliando na resolução das demandas críticas, como castigo com racionamento de comida, violência física e outras violações.

- Orientações aos Conselhos da Comunidade através de e-mail e telefone: 18

3.5.1.10. Participação no projeto Mulher no Sistema Prisional Projeto Mulheres

Ação solicitada pelo Ministério da Justiça desenvolvido pela Secretarias de Justiça e Cidadania, que contou com a colaboração da Corregedoria, através do serviço social do núcleo V na elaboração de questionário e coleta de dados.

Visita às unidades prisionais de Blumenau e Lages para coleta de dados e participação em 4 reuniões com a equipe da SJC

3.5.1.11. Resolução 154 CNJ

- Reuniões internas: 3
- Reuniões com as Diretorias de Tecnologia e Informação e Diretoria de Orçamento e Finanças para a definição de metodologia e ferramentas: 2

3.6. Atividades da Escrivania Correicional

Na Escrivania Correicional atuaram, em 2012, os escrivães correicionais Geraldo Della Giustina, Marco Túlio de Camargo Dolberth, Perla Maria Fusinatto Schappo e a assessora correicional Cátia Lucila Ricordi Crestani. Registre-se que o escrivão correicional Marco Túlio de Camargo Dolberth trabalhou na Corregedoria até o final do mês de abril do corrente ano.

As atividades da Escrivania Correicional ocorreram nos quatro núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça.

3.6.1. Núcleo I - De orientação institucional

A Escrivania Correicional prestou esclarecimentos e orientações em variados temas relacionados ao foro judicial. Também ouviu queixas de usuários, dando encaminhamento necessário a cada caso, conforme quadro detalhado a seguir:

RESPOSTA A CONSULTAS	SOMA
E-mail	753
Instant Messenger	103
Presencial	11
Telefone	1.077
Total	**1.944**

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

3.6.2. Núcleo II - De planejamento e de projetos

Em conjunto com a área técnica, a Escrivania Correicional atuou no acompanhamento dos projetos existentes e na implementação de novos, com a especificação e criação de serviços e/ou sistemas informatizados. Dentre as atividades desenvolvidas durante este ano, destacam-se:

1) Comissão de Revisão do Código de Normas: a escrivã correicional Perla Maria Fusinatto Schappo integra esta comissão, a qual possui reuniões periódicas, em alguns períodos as reuniões ocorreram diariamente das 14:00 as 17:00 horas. Atualmente as reuniões ocorrem de forma semanal. O setor está responsável por redigir as normas do cartório judicial para o novo código.

2) Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD: o escrivão correicional Geraldo Della Giustina integra esta comissão do Tribunal de Justiça que analisa a tabela de temporalidade do CNJ, bem como a tabela de temporalidade dos documentos judiciais e administrativos do Tribunal de Justiça, comissão permanente de avaliação de documentos – CPAD, também havendo reuniões aproximadamente uma por mês.

3) Projeto "conta corrente": neste projeto elaborado pela assessoria de custas e pelo núcleo II, é solicitada em todas as reuniões a presença de um escrivão correicional diante da implicação diretamente no cartório das novas funcionalidades propostas.

4) Processo eletrônico: os escrivães correicionais também participaram, no decorrer deste ano de diversas reuniões para tratar do normativo do processo eletrônico no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina.

5) Proposição e análise de alterações de funcionalidades e de modelos de documentos da instituição no Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG e SAJ/CTD – Sistema de Gerenciamento de Certidões): com participação em reuniões de validação.

6) Projeto Piloto "Certidões na Internet", na Comarca da Capital: desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça, por meio do qual, a partir do dia 19 de novembro de 2012 é possível solicitar "Certidões Online" relativas a Comarca da Capital, cuja consulta abrangerá os Foros: Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Continente, sendo possível solicitar as seguintes certidões: Certidão Criminal, Certidão Cível, Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, Certidão para Fins Eleitorais.

3.6.3. Núcleo III - De inspeção correicional e instrução disciplinar

As inspeções correicionais fazem parte das ações de controle e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários.

Sua realização não significa a existência de irregularidades. Durante os trabalhos a Escrivania Correicional capta informações sobre a realidade do foro judicial e do andamento processual nas unidades judiciárias da comarca. Além dos cartórios judiciais, também setores administrativos foram objeto de inspeção: Central de Portaria e Comunicação, Central de Mandados, Contadoria, Distribuição, Oficialato da Infância e da Juventude, Oficialato de Justiça, Secretaria do Foro e Serviço Social.

Erros, inconsistências ou eventuais irregularidades são registradas em relatório e servem como paradigma para outras unidades. Os servidores recebem orientações de como proceder corretamente. O trabalho é feito por amostragem nos processos em andamento, conforme a

competência da unidade (cível, criminal, família, infância e juventude, fazenda, juizado especial, etc.).

Além do andamento processual, são verificados problemas de infraestrutura que podem atrapalhar o desenvolvimento das atividades. As questões analisadas nas correições são repassadas às respectivas áreas envolvidas do Judiciário Estadual, requisitando a solução dos problemas encontrados.

Resumidamente, a Escrivania Correicional desenvolve suas atividades com base nos seguintes vetores:

- análise preliminar do perfil da unidade a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorária;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos processuais;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

No ano de 2012, a Escrivania Correcional acompanhou o Juiz-Corregedor do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional em 69 unidades, de forma presencial e virtual/presencial, além de 53 de forma remota, conforme quadros demonstrativos abaixo:

INSPEÇÕES PRESENCIAIS				
	Período	Comarca	Vara	Data
1	5 a 9 de Março	Sombrio	**Sombrio**, 1ª Vara	5 a 9
2			**Sombrio**, 2ª Vara	5 a 9
3	12 a 16 de Março	Rio Negrinho	**Rio Negrinho**, 1ª Vara	12 a 16
4			**Rio Negrinho**, 2ª Vara	12 a 16
5	26 a 30 de Março	Xaxim	**Xaxim**, 1ª Vara	26 a 30
6			**Xaxim**, 2ª Vara	26 a 30
7	6 a 10 de Agosto	Ituporanga	**Ituporanga**, 1ª Vara	6 a 10
8			**Ituporanga**, 2ª Vara	6 a 10

INSPEÇÕES MISTAS (VIRTUAL E PRESENCIAL)

Ord	Período	Comarca	Vara	Data
9	10 a 12 de Abril	Capital – Eduardo Luz	**Eduardo Luz**, Sucessões	10/04/12
10			**Eduardo Luz**, 1º Juizado Especial Cível	11/04/12
11			**Eduardo Luz**, 2º Juizado Especial Cível	12/04/12
12	17 a 19 de Abril	São José	**São José**, Vara da Fazenda Pública	17/04/12
13			**São José**, Vara de Direito Bancário	18/04/12
14			**São José**, Juizado Especial Cível	19/04/12
15	23 a 27 de Abril	São Bento do Sul	**São Bento do Sul**, 1ª Vara	24/04/12
16			**São Bento do Sul**, 2ª Vara	25/04/12
17			**São Bento do Sul**, 3ª Vara	26/04/12
18	7 a 11 de Maio	Itapema	**Itapema**, 1ª Vara Cível	08/05/12
19			**Itapema**, 2ª Vara Cível	09/05/12
20			**Itapema**, Vara Criminal	10/05/12
21	21 a 25 de Maio	Navegantes	**Navegantes**, 1ª Vara Cível	22/05/12
22			**Navegantes**, 2ª Vara Cível	23/05/12
23			**Navegantes**, Vara Criminal	24/05/12
24	11 a 15 de Junho	Pomerode	**Pomerode,** Vara Única	12/06/12
25		Ascurra	**Ascurra**, Vara Única	13/06/12
26		Presidente Getúlio	**Presidente Getúlio**, Vara Única	14/06/12
27	25 a 29 de Junho	Garopaba	**Garopaba**, Vara Única	25/06/12
28		Imbituba	**Imbituba**, 1ª Vara	26/06/12
29			**Imbituba**, 2ª Vara	27/06/12
30		Imaruí	**Imaruí**, Vara Única	28/06/12
31	9 a 13 de Julho	Balneário Piçarras	**Balneário Piçarras**, 1ª Vara	09/07/12
32			**Balneário Piçarras**, 2ª Vara	10/07/12
33		Porto Belo	**Porto Belo**, 1ª Vara	11/07/12
34			**Porto Belo**, 2ª Vara	12/07/12
35	23 a 27 de Julho	Braço do Norte	**Braço do Norte**, 1ª Vara Cível	24/07/12
36			**Braço do Norte**, 2ª Vara Cível	25/07/12
37			**Braço do Norte**, Vara Criminal	26/07/12

38	14 a 16 de Agosto	São José	**São José, 1ª Vara Cível**	14/08/12
39			**São José, 2ª Vara Cível**	15/08/12
40			**São José, 3ª Vara Cível**	16/08/12
41	20 a 24 de Agosto	Bom Retiro	**Bom Retiro**, Vara Única	21/08/12
42		Correia Pinto	**Correia Pinto**, Vara Única	22/08/12
43		Santa Cecília	**Santa Cecília**, Vara Única	23/08/12
44	3 a 5 de Setembro	Biguaçu	**Biguaçu**, 1ª Vara Cível	03/09/12
45			**Biguaçu**, 2ª Vara Cível	04/09/12
46			**Biguaçu**, Vara Criminal	05/09/12
47	24 a 28 de Setembro	Dionísio Cerqueira	**Dionísio Cerqueira**, Vara Única	25/09/12
48		São José do Cedro	**São José do Cedro**, Vara Única	26/09/12
49		Anchieta	**Anchieta**, Vara Única	27/09/12
50	1º a 5 de Outubro	São Lourenço do Oeste	**São Lourenço do Oeste**, Vara Única	02/10/12
51		Quilombo	**Quilombo**, Vara Única	03/10/12
52		Coronel Freitas	**Coronel Freitas**, Vara Única	04/10/12
53	15 a 19 de Outubro	Aberlardo Luz	**Abelardo Luz**, Vara Única	16/10/12
54		Ponte Serrada	**Ponte Serrada**, Vara Única	17/10/12
55		Seara	**Seara**, Vara Única	18/10/12
56	22 a 26 de Outubro	Modelo	**Modelo**, Vara Única	23/10/12
57		Pinhalzinho	**Pinhalzinho**, Vara Única	24/10/12
58		São Carlos	**São Carlos**, Vara Única	25/10/12
59	5 a 8 de Novembro	Palhoça	**Palhoça**, 1ª Vara Cível	05/11/12
60			**Palhoça**, 2ª Vara Cível	06/11/12
61			**Palhoça**, 3ª Vara Cível	07/11/12
62			**Palhoça**, Família	08/11/12
63	12 e 13 de Novembro		**Palhoça**, 1ª Vara Criminal	12/11/12
64			**Palhoça**, 2ª Vara Criminal	13/11/12
65	20 de Novembro	Santo Amaro da Imper.	**Santo Amaro da Imperatriz – vara única e setores**	20/11/12
66	21 de Novembro	Biguaçu	**Biguaçu – Unidade judiciária de cooperação**	21/11/12
67	26 a 30 de Novembro	São Joaquim	**São Joaquim**, 1ª Vara	27/11/12
68			**São Joaquim**, 2ª Vara	28/11/12
69		Uribici	**Urubici**, Vara Única	29/11/12

INSPEÇÕES REMOTAS			
ORD.	DATA DE INÍCIO	COMARCA	UNIDADE
1	25/06/2012	Balneário Camboriú	Vara da família e órfãos
2	26/06/2012		Juizado especial cível
3	27/06/2012		1ª vara cível
4	28/06/2012		2ª vara cível
5	29/06/2012		3ª vara cível
6	02/07/2012		4ª vara cível
7	03/07/2012	Blumenau	2ª vara da família
8	04/07/2012		1ª vara da família
9	05/07/2012		Vara de direito bancário
10	06/07/2012		1ª vara cível
11	09/07/2012		2ª vara cível
12	10/07/2012		3ª vara cível
13	11/07/2012		4ª vara cível
14	12/07/2012		5ª vara cível
15	13/07/2012		Juizado especial cível
16	16/07/2012	Chapecó	1ª vara cível
17	17/07/2012		2ª vara cível
18	18/07/2012		3ª vara cível
19	30/07/2012		4ª vara cível
20	31/07/2012		Juizado especial cível
21	01/08/2012		Vara da família e órfãos
22	02/08/2012		Vara da família e infância

23	03/08/2012		1ª vara cível
24	06/08/2012		2ª vara cível
25	07/08/2012		3ª vara cível
26	08/08/2012		4ª vara cível
27	09/08/2012		5ª vara cível
28	27/08/2012		6ª vara cível
29	28/08/2012		7ª vara cível
30	29/08/2012		1ª vara direito bancário
31	30/08/2012		2ª vara direito bancário
32	10/09/2012	Joinville	1º juizado especial cível
33	11/09/2012		2º juizado especial cível
34	12/09/2012		3º juizado especial cível
35	13/09/2012		1ª vara da família
36	14/09/2012		2ª vara da família
37	17/09/2012		3ª vara da família
38	18/09/2012		3ª vara cível
39	19/09/2012	Itajaí	4ª vara cível
40	01/10/2012		Juizado especial cível
41	02/10/2012		Vara da infância e juventude
42	03/10/2012		Juizado especial cível
43	04/10/2012		Vara da família
44	05/10/2012		1ª vara cível
45	08/10/2012	Lages	2ª vara cível
46	09/10/2012		3ª vara cível
47	10/10/2012		4ª vara cível
48	11/10/2012		1ª vara cível
49	22/10/2012	Rio do Sul	2ª vara cível
50	23/10/2012		3ª vara cível
51	24/10/2012		1ª vara cível
52	25/10/2012	Tubarão	2ª vara cível
53	26/10/2012		3ª vara cível

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

Quando a inspeção é remota, a atividade da escrivania correicional concentra-se no acompanhamento do calendário, para verificar se estão sendo feitas no período marcado e na análise dos resultados finais.

Além das atividades acima expostas, os escrivães correicionais auxiliam como consultores nas atividades de assessoria de todos os núcleos da Corregedoria-Geral da Justiça, considerando que

as atividades da Escrivania Correicional estão relacionadas direta ou indiretamente a todas as áreas de atuação da CGJ.

No plano da instrução disciplinar a Escrivania Correicional acompanha os Juízes-Corregedores dos Núcleos I, III e V nas atividades externas do órgão, promovendo a coleta de provas e realização de audiências em sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares, quando solicitados.

3.6.4. Núcleo V

A atividade desenvolvida junto ao Núcleo V desta CGJ também se refere à consultoria das matérias que afetam o primeiro grau de jurisdição, na sua competência.

Participou-se de reuniões para adequação de normativos do CNJ no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, como atualmente está acontecendo com a implementação da Resolução nº 154 de 2012 do CNJ neste Tribunal.

3.6.5. Apresentações, palestras e cursos

A Escrivania Correicional também participou de eventos institucionais como palestrante com ênfase na gestão de pessoas e de processos.

Exemplo disto, foi o curso de chefes de cartórios ocorrido em julho, encontro de distribuidores que aconteceu em setembro e o encontro de coordenadores de centrais de mandados que aconteceu em novembro do corrente ano.

Os escrivães correicionais Geraldo Della Giustina e Perla Maria Fusinatto Schappo, além da assessora correicional Cátia Lucila Ricordi Crestani, participaram, no período de 10 a 13 de dezembro de 2012, junto à Academia Judicial, de curso relativo ao SAJ 5.

4. ATIVIDADES DA COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CEIJ

4.1. Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude – Ceij, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bem como as metas para o ano de 2013.

A Ceij, instituída pela Resolução nº 63/2011-TJ e constituída por um colegiado composto por 14 juízes que se reúnem mensalmente, tem como missão promover a melhoria da prestação jurisdicional, através da proposição e implementação de políticas afetas à área da infância e da juventude do estado, bem como a capacitação de magistrados e servidores na matéria.

Os trabalhos tiveram como foco de atuação as áreas protetivas e socioeducativas da política de atendimento à infância e juventude. As diretrizes foram traçadas através de reuniões entre os membros da Ceij e foram formuladas para responder qualitativamente e quantitativamente às demandas apresentadas.

Dentre suas recentes ações, destacam-se o Projeto Amigo da Leitura, cujo resultado parcial de arrecadação até o mês de dezembro foi de 8051 livros e 457 brinquedos pedagógicos. A participação no acompanhamento do processo de discussão da Lei Orçamentária estadual,

com vistas a ampliar o percentual de dotação destinado à Política de Proteção Integral para Crianças e Adolescentes.

Os Colóquios Regionais sobre a Lei do Sinase e o Projeto de Justiça Restaurativa com adolescentes em conflito com a lei, além de outros.

4.1.1. Quadro de pessoal:

a) uma servidora do quadro do Poder Judiciário que exerce a função de secretária da Coordenadoria;

b) três servidoras do quadro do Poder Judiciário que compõem a equipe técnica da secretaria.

4.1.2. Projetos:

a) Projeto piloto de Justiça Restaurativa no Juizado da Infância e da Juventude da Comarca da Capital

Atividades relacionadas:

- reuniões mensais com universidade parceira (Unisul) e mediadores
- assessoria técnica e operacional à equipe de mediadores
- organização do workshop denominado "Fissuras e Interfaces da Justiça em Florianópolis" em parceria com o Instituto Pe. Vilson Groh (realizado em 02 de outubro)
- realização de convênio com o instituto conviver para viabilização de atendimento psicológico ao adolescente
- em andamento: convênio de formalização do Projeto. Signatários: Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público e Unisul

Resultados:

O Centro de Justiça Restaurativa (CJR) recebeu 186 adolescentes encaminhados pela delegacia especializada da infância e da juventude da capital e 12 provenientes do Ministério Público e/ou magistrado, perfazendo um total de 198 casos recebidos, numa média de 25 casos/mês, no período de abril a novembro de 2012. Desses encaminhamentos mais da metade (56,6%) aderiu ao procedimento de mediação, 18,7 % não aderiram e 24,7% não compareceram no Centro de mediação, conforme previamente agendado pela delegacia de polícia.

Dos 112 casos que aderiram à mediação, cerca de 30% terminaram em acordo, 30 adolescentes continuam ainda em atendimento, 49 casos abandonaram a mediação e apenas um caso não teve acordo. Dos 32 que chegaram a um acordo, 24 foram arquivados, 3 receberam remissão e 5 ainda não foram definidos pelo juízo. O uso de drogas foi a principal causa da apreensão dos adolescentes, cerca de 45% foram atendidos por esse motivo. Furto simples foi a segunda causa em 11,4% dos casos. É importante salientar que 74% dos casos foram ocorrências caracterizadas como primeira infração.

Constata-se que dos acordos alcançados, a maioria dos casos são arquivados judicialmente, o que contribui sobremaneira para a economia processual e intervenção do magistrado e/ou Ministério Público, promovendo celeridade e eficácia no atendimento. Quanto à pertinência do projeto, cabe ressaltar que a mediação utiliza-se de técnicas de abordagem individualizada e de ressocialização por meio de diálogos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O projeto intervém precocemente com esses adolescentes que começam a ingressar no mundo das drogas, sendo seu primeiro envolvimento em atos infracionais, uma vez que a mediação de conflitos transcende à aplicação meramente judicial.

Quanto ao número expressivo de abandonos no procedimento de mediação e segundo a percepção dos mediadores, dentre os motivos, há três que se sobressaem: o envolvimento mais acentuado com drogas, a falta de condições para o transporte para as sessões de mediação e a falta de envolvimento dos pais no processo de mediação.

b) Projeto curso de especialização voltado para assistentes sociais e psicólogos do Poder Judiciário – "Gestão interdisciplinar de conflitos no judiciário contemporâneo"

Atividades relacionadas:

- elaboração do projeto
- interlocução com Academia Judicial, professores, magistrados e assistentes sociais e psicólogos do poder judiciário

c) Projeto Campanha Amigo da Leitura

Atividades relacionadas:

- elaboração do projeto
- envio de ofício às 110 comarcas constando orientações e material de apoio para divulgação da campanha
- celebração de convênio com o SESI para recebimento de 900 obras infanto-juvenis doadas para distribuição nos programas de acolhimento (30 caixas com 30 livros cada)
- busca ativa por doações de obras em outros segmentos públicos e privados
- entrega in loco dos kits doados pelo SESI às instituições de acolhimento
- acompanhamento e avaliação dos resultados da campanha

Resultados:

- nº de livros arrecadados: 8051

- nº de jogos educativos arrecadados: 457
- materiais diversos (revistas, gibis, caixas de lápis de cor, etc): 844

d) Projeto para implantação de Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei na comarca da Capital(CIA/Fpolis)

Atividades relacionadas:

- elaboração do projeto
- apresentação do Projeto para o Ministério Público e a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores de Florianópolis
- participação no debate do orçamento municipal no tocante à política de Assistência Social com vistas a viabilizar a implantação do CIA/Fpolis

4.1.3. Projetos Conjuntos:

a) Projeto para viabilização de cursos de qualificação e cursos profissionalizantes aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e meio fechado

Instituições participantes: Ceij/SENAI/DEASE

Atividades relacionadas:

- realização de reuniões
- elaboração de atas, relatórios e ofícios
- monitoramento da implantação dos cursos nas comarcas da Capital, Blumenau, Gaspar e Barra Velha

b) Colóquios Regionais sobre a lei nº 12.594/2012 (Sinase)

Instituições participantes: TJSC – Ceij / MP – CIJ / SJC – DEASE / SST / Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) / Associação Catarinense de Conselhos Tutelares (ACCT)

Atividades relacionadas:

- realização de reuniões
- elaboração de expedientes administrativos
- promoção e organização do Colóquio da Regional VI - Jaraguá do Sul, ocorrido em 07/05/2012
- auxílio na organização dos demais eventos regionais, quais foram:

Regional I – Florianópolis / Data: 04 de abril

Regional II – Lages / Data: 11 de abril

Regional III – Tubarão / Data: 13 de abril

Regional IV – Chapecó / Data: 17 de abril

Regional V – Gaspar / Data: 23 de abril

4.1.4. Organização de seminários:

a) II Simpósio sobre Socioeducação do Poder Judiciário de Santa Catarina / FONAJUV

Local: ESMESC/Florianópolis/SC

Data: 01, 02 e 03 de março

b) Fórum dos Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e Ministério Público (atividade desenvolvida em conjunto com a Comissão Estadual de Adoção – Ceja e Academia Judicial)

Local: Florianópolis/SC

Data: 28 e 29 de junho

c) 9º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção (atividade desenvolvida em conjunto com a Comissão Estadual de Adoção – Ceja e Academia Judicial)

Local: Balneário Camboriú/SC

Data: 08 e 09 de novembro

4.1.5. Visitas técnicas:

a) Sistema Socioeducativo

Objetivos:

- inspecionar os programas de atendimento socioeducativo em meio fechado na perspectiva de monitorar a evolução do sistema em nível estadual
- prestar suporte técnico aos juizados da infância e da juventude quando da ocorrência de rebelião, violência física e psicológica perpetrada contra os adolescentes

Atividades desenvolvidas:

- deslocamento às instituições
- inspeção da base física, infraestrutura e materiais necessários para o desenvolvimento dos programas de atendimento

- entrevista com dirigentes servidores e funcionários dos programas
- entrevista com adolescentes internados
- elaboração de ofícios e relatórios

Unidades visitadas:

- Plantão de Atendimento Inicial – Florianópolis (cinco visitas)
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Blumenau
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Lages
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Xanxerê
- Centro de Atendimento Socioeducativo de São José do Cedro
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Rio do Sul
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Itajaí
- Centro de Atendimento Socioeducativo de Joinville
- 6ª Delegacia de Polícia da Capital

b) Programas de acolhimento

Objetivos:

- inspecionar as instituições de acolhimento
- verificar a situação processual dos acolhidos e discutir e planejar o atendimento de cada caso
- verificar se as orientações metodológicas do CONANDA estão sendo aplicadas
- Atividades desenvolvidas:
- deslocamento às instituições
- inspeção da base física, infraestrutura e recursos humanos dos programas;
- verificação dos prontuários individuais, do plano político pedagógico do programa e outros registros e documentos
- reunião com os atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Juízes, Promotores de Justiça, técnicos do Poder Judiciário, dos programas de acolhimento e da rede de atendimento, e gestores municipais)
- elaboração de ofícios e relatórios

Unidades visitadas:

- Piçarras: Casa de Passagem Refúgio
- Penha: Casa Lar Anjo Gabriel Penha
- Barra Velha: Casa de Passagem Dr. Germano Selke
- Jaraguá do Sul: Centro da Juventude e Família Hildergard Hufenussler - Tijucas: Casa Lar
- Itapema: Serviço de acolhimento institucional João e Maria
- Comarca de Porto Belo
- Comarca de São João Batista

4.1.6. Cursos e palestras ministradas:

a) Capacitação do CUIDA aos novos Assistentes Sociais das comarcas de Joinville, Barra Velha, Navegantes, Camboriú e Itajaí

Data: 11/06/2012

Local: Tribunal de Justiça

b) 5º Encontro Estadual de Assistentes Sociais do Poder Judiciário

Data: 15/05/2012

Local: Auditório da Procuradoria-Geral da Justiça/Casa do Barão

c) 1º Curso de Capacitação para Intervenção em Programas de Acolhimento

Data: 05/10/2012

Local: Hotel Itaguaçu/São José/SC

d) Palestra: Os serviços de proteção social de alta complexidade e sua articulação com o sistema de Garantia

Data: 23/10/2012

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social/Centro de Educação Continuada/Florianópolis

4.1.7. Participação em eventos:

a) Seminário "Implantação e fiscalização do sistema socioeducativo em meio aberto em Santa Catarina"

Data: 19/03/2012

Local: Auditório da Procuradoria-Geral da Justiça/Casa do Barão

b) Audiência pública estadual sobre programas de acolhimento

Local: ALESC/Florianópolis

c) Fórum Catarinense de Aprendizagem

Data: 02/04/2012

Local: Delegacia Regional do Trabalho/Florianópolis

d) Seminário Interfaces entre a Psiquiatria, o Judiciário e o seu contexto social

Data: 20/04/2012

Local: ALESC/Florianópolis

e) Curso: Novos Vínculos Afetivos para Crianças e Adolescentes

Data: 27/04/2012 à 01/05/2012

Local: Brasília/DF

f) 5º Encontro de Assistentes Sociais do Poder Judiciário de Santa Catarina

Data: 14 à 16/05/2012

Local: Auditório da Procuradoria-Geral da Justiça/Casa do Barão

g) Seminário: Balanço das Políticas de Saúde Mental e Juventude nas Fronteiras Psi-Jurídicas

Data: 14/05/2012

Local: São Paulo/SP

h) XXIV Congresso Nacional da ABMP

Data: 16 à 18/05/2012

Local: Natal/RN

i) Grupo de Estudos do mestrado de Serviço Social da UFSC – Tema: socioeducação

Data: 29/05/2012

Local: UFSC/Florianópolis

j) II Seminário Perspectivas de Mudanças na Política de Drogas

Data: 01/06/2012

Local: Campus da UFSC/Florianópolis

k) Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Poder Judiciário e do Ministério Público de Santa Catarina

Data: 28 e 29/06/2012

Local: Hotel Praiatur/Florianópolis

l) Ciclo de filmes e debates história e loucura

Data: 31/07/2012

Local: Campus da UDESC/Florianópolis

m) Seminário "Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes: Pressupostos Metodológicos e as Distinções e Complementaridades entre o Papel da Autoridade Judiciária e as Equipes Interdisciplinares"

Data: 20 à 22/06/2012

Local: Recife/PE

n) Curso de capacitação em entrevista forense com crianças

Data: 23/08/2012

Local: Recife/PE

o) Capacitação SENAI sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Data: 03/10/2012

Local: SENAI/Florianópolis

p) Solenidade de assinatura do termo de cessão de livros, doados pelo SESI

Data: 24/10/2012

Local: AMC/Florianópolis

q) Audiência Pública sobre o orçamento estadual da Política de Assistência Social

Data: 29/10/2012

Local: ALESC/Florianópolis

r) Audiência Pública sobre o orçamento municipal para 2013

Data: 05/11/2012

Local: Câmara Municipal de Vereadores/Florianópolis

s) 9º Encontro de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

Data: 08 e 09/12/2012

Local: Balneário Camboriú/SC

t) Curso: Dependência química em populações especiais

Data: 22/11/2012

Local: Associação Catarinense de Medicina (ACM)/Florianópolis

u) XI Jornada Catarinense de Psiquiatria

Data: 23 e 24/11/2012

Local: Associação Catarinense de Medicina (ACM)/Florianópolis

4.1.8. Atividades diversas:

a) realização de 9 (nove) reuniões ordinárias do Grupo Operacional da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (03/02, 16/03, 20/04, 25/05, 15/06, 23/07, 14/09, 19/10 e 07/12)

b) agendamento e participação de 2 (duas) audiências com o Governador do Estado visando propor e cobrar soluções para a escassez de vagas e demais irregularidades do Sistema Socioeducativo Catarinense (20/06 e 17/09)

c) realização de 6 (seis) reuniões interinstitucionais, sendo três delas com a presença da Secretária de Justiça e Cidadania, com vistas a propor e cobrar soluções para a escassez de vagas e demais irregularidades do Sistema Socioeducativo Catarinense (04/05, 24/07, 17/08, 22/08, 12/09 e 04/10)

d) recepção e acompanhamento da equipe do Programa Justiça ao Jovem, do Conselho Nacional de Justiça, quando da visita ao Estado de Santa Catarina (23 à 25 de julho)

e) elaboração de proposições para o Projeto de Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, especialmente no que diz respeito aos artigos do Capítulo XI, os quais versam sobre matéria da Infância e Juventude. Realização de 2 (duas) reuniões com magistrados e servidores da área da infância e juventude para discussão das propostas (22/06 e 04/07)

f) participação em 4 (quatro) reuniões da Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente, formada por entidades governamentais e não governamentais que compõem o sistema de justiça juvenil, com vista a instituir protocolo interinstitucional de procedimentos para atendimento dos adolescentes em conflito com a lei (22/10, 05/11, 19/11 e 10/12)

g) participação em 1 (uma) reunião com representantes da Rede de Articulação e Conectividade dos Direitos da Criança e do Adolescente com vista a elaboração da minuta do Termo de Cooperação Técnica para formalizar a Rede (13/11)

h) participação em 2 (duas) Assembleias do Conselho Estadual de Assistência Social com vistas ao acompanhamento do processo de definição do orçamento para 2013 (09/10 e 27/11)

i) participação em 1 (uma) Audiência Pública na Assembleia Legislativa com vistas a acompanhar o processo de proposição ao orçamento estadual no tocante ao exercício 2013 da Política de Assistência Social (29/10)

j) participação em audiência com o Presidente da Assembleia Legislativa, em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça, com vistas a diligenciar pela recomposição do orçamento estadual no tocante à política de Assistência Social (31/10)

k) participação em 2 (duas) reuniões interinstitucionais com vistas a diligenciar pela recomposição do orçamento estadual no tocante à política de Assistência Social (04/12 e 05/12)

l) participação em 1 (uma) Audiência Pública e 1 (uma) reunião da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara de Vereadores de Florianópolis com vistas a propor emendas e acompanhar o processo de definição do orçamento do município de Florianópolis para o exercício 2013 (05/11 e 19/11)

m) participação em 2 (duas) reuniões com vistas a discutir diretrizes para o projeto de interiorização da defesa de adolescentes em conflito com a lei, proposta pela Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente da OAB (24/10 e 16/11)

n) apoio institucional ao Projeto Parceria Pró-Pia, idealizado e conduzido pela magistrada Mônica Elias de Lucca Pasold, por meio da Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), com vistas a desenvolver ações conjuntas com as Associações Brasileira e Catarinense de Psiquiatria (ABP e ACP), voltadas à criação de projetos e programas alternativos que viabilizem suprir a ausência ou insuficiência de políticas públicas para a atenção de crianças e adolescentes com problemas derivados do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Participação na solenidade de assinatura do Protocolo de Intenções (23/11) e em reuniões para encaminhamento do projeto

o) participação em (uma) reunião com Diretoria do Senai, com vistas a conhecer os meios de acesso ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) aos adolescentes acompanhados pelos juizados da infância e juventude (em acolhimento ou em cumprimento de medida socioeducativa) e/ou viabilizar alternativas locais para a inserção destes nos cursos oferecidos pelo SENAI (qualificação, profissionalizante, temáticas transversais) (21/09)

p) participação na reunião do Colegiado de Coordenadores da Infância e Juventude, ocorrida em Recife/PE (30/11)

q) agendamento e participação em 2 (duas) reuniões interinstitucionais com vistas a definir estratégias para implantação do Projeto de República destinado aadolescentes egressos dos sistemas protetivo e socioeducativo (16/08 e 29/08)

r) realização de 2 (duas) reuniões com a ASPLAN visando a coleta de dados para elaboração de projeto de redefinição da competência das varas e/ou especialização das Varas da Infância e da Juventude (26/03 e 24/04)

s) apresentação e discussão do filme referente ao projeto Trajetos, Travessias e Territórios, desenvolvido no município de Fortaleza, com a equipe da Assessoria Sociopedagógica e da

Assessoria Programática de Segurança do Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE) (09/03)

t) concessão de entrevista sobre as atribuições da Cei à estagiários do Curso de Serviço Social da UFSC (17/10)

u) criação do site da Ceij

v) elaboração de relatórios mensais das audiências concentradas realizadas em todas as comarcas

w) levantamento do número de adoções iniciadas e devoluções no ano de 2011 de crianças e adolescentes de 8 ou mais anos

x) elaboração do modelo de relatório de visitas às instituições de acolhimento, disponibilizado no site da Ceij

y) elaboração de informativo sobre autorizações de viagem nacional e internacional

z) elaboração dos projetos para compor o planejamento de eventos da Ceij para o ano 2013

a.1) participação em reunião com representantes do juizado da infância e juventude, promotoria de justiça, SENAI e prefeitura do município de Gaspar, com vistas a tratar sobre a viabilização de cursos para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (13/12)

b.1) participação na comissão julgadora do I Premio CNJ da Infância e Juventude 2012 (Magistrada Brigitte Remor de Souza May, indicada pela ABMP)

c.1) participação no XXX Congresso Brasileiro de Psiquiatria e palestrante na Mesa Redonda intitulada Psiquiatria e Justiça Social (Magistrada Mônica Elias de Lucca Pasold, indicada pela Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP) (10 à 13/10)

4.1.9. Metas para 2013:

4.1.9.1 Eventos:

a) Fórum Estadual de Magistrados e Técnicos da Infância e da Juventude a ser realizado em Florianópolis, na segunda quinzena do mês de junho

b) 2º Seminário Internacional da Infância e Juventude do TJ/SC a ser realizado em Florianópolis, na segunda quinzena de novembro

c) Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e da Juventude do Poder Judiciário a ser realizado em Chapecó, na segunda quinzena de setembro

d) Encontro Regional de Técnicos do Poder Judiciário e dos Programas de Acolhimento para Capacitação nos temas da Infância e Adolescência; datas e locais a serem definidos

e) 10º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, a ser realizado em Chapecó, na segunda quinzena de setembro

f) Curso Depoimento sem Dano: Uma alternativa para escuta de Criança e Adolescentes, a ser realizado em Florianópolis; data a ser definida

g) Curso regional de formação e capacitação na área da socioeducação; datas e locais a serem definidos

4.1.9.2 Ações:

a) elaborar manual de procedimentos dos Juizados da Infância e da Juventude

b) dar continuidade às visitas de supervisão aos programas de acolhimento, conjuntamente com a Ceja

c) definir projetos com vistas a orientar e fiscalizar a distribuição/aplicação de recursos das prefeituras municipais em programas afetos à área da infância e da juventude

d) dar continuidade à interlocução com o MP, OAB, SJC, SST e Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, a fim de viabilizar a melhoria dos programas de execução de medidas socioeducativas

e) disseminar o projeto - piloto de Justiça Restaurativa (implantado na Capital)

f) elaboração e implantação de projeto alternativo de escuta de crianças e adolescentes vítimas

g) implantar o Centro de Atendimento Integrado ao Adolescente em Conflito com a Lei na comarca de Florianópolis (CIA/Fpolis)

h) contribuir na viabilização do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), em conjunto com a SDH, SJC, SST e entidades não governamentais

i) elaborar periódico visando a divulgação de trabalhos e pesquisas científicas noâmbito da infância, família e juventude

j) fomentar junto a Secretaria de Educação (SED) e ao Conselho Estadual de Educação (CEE) a padronização da escolarização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em todo o estado

k) fomentar junto ao Ministério da Saúde a criação de CAPs AD na modalidade de atendimento a crianças e adolescentes

l) criar banco de jurisprudências, bem como modelos de documentos afetos aos juizados da infância e da juventude, classificados por matéria, para publicação nosite da Ceij

m) diligenciar para a criação de serviço de acolhimento apoio e moradia subsidiada a grupos de jovens em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal e social

n) elaborar e ministrar curso voltado à assessoria dos desembargadores que atuam nas câmaras cíveis deste tribunal de Justiça, com o objetivo de difundir as diretrizes das políticas do Poder Judiciário afetas à área da infância e da juventude.

o) reforçar ações endógenas de fortalecimento da Ceij como órgão de definição de

políticas do Poder Judiciário no âmbito da infância e da juventude

5. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- autuação de processos digitais;
- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos, circulares e ofícios-circulares;
- digitalização de processos;
- elaboração de ofícios;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;

- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.

6. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária no ano de 2012, afora o trabalho de rotina das seções, destacamos:

- Início da implantação, em conjunto com a Assessoria de Informática da CGJ, de indicadores estatísticos para monitoramento e avaliação dos serviços forenses do primeiro grau de jurisdição. Referidos indicadores servirão para auxiliar no acompanhamento do desempenho das unidades judiciárias, propiciando uma efetiva comparação entre comarcas/varas com igual ou semelhante competência, além de permitir um melhor planejamento das atividades de orientação e correição por parte dos núcleos operacionais da Corregedoria.
- Criação da Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Externos. Em virtude da falta de estrutura organizacional na Divisão Judiciária, de modo a que pudesse absorver os novos serviços criados com a finalização de vários projetos desenvolvidos pelo Núcleo II, foi criada estrutura própria junto a Divisão. Referida seção desafogará o Núcleo II, retirando de lá os serviços burocráticos que deveriam ser realizados junto à Divisão, liberando aquele setor para melhor dedicação à sua atividade fim: planejar, desenvolver e implementar projetos.
- Retomada do trabalho de conferência e testes das alterações efetuadas no saj/estatística, na parte atinente a geração das informações para o sistema Justiça Aberta do CNJ, com o objetivo de implementar a transferência eletrônica dos dados, eliminando o retrabalho de digitação.
- Alteração na sistemática de controle das informações inseridas nos sistemas de inspeção em estabelecimentos penais e interceptações telefônicas do CNJ. A partir do corrente ano passou-se a monitorar mensalmente referidos aplicativos, de forma que uma vez constatada a não alimentação dos sistemas até o dia 10 de cada mês, cientifica-se o magistrado e o chefe de cartório da unidade responsável pela atualização.
- Operacionalização do sistema de controle de pendências geradas na transferência dos mandados para o Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP, do Conselho Nacional de Justiça. Com base em sistema desenvolvido pela Assessoria de Informática desta Corregedoria, iniciamos os trabalhos de acompanhamento dos erros verificados no envio dos dados ao BNMP, reportando às comarcas/varas os problemas e a indicação dos procedimentos necessários para a correção das inconsistências junto ao saj/pg 3.
- Controle dos cadastros de usuários ao novo sistema de consulta a base de dados da CASAN, de modo que o acesso seja liberado apenas quando o autorizador seja o agente devidamente habilitado. Referido sistema é mais uma ferramenta de trabalho posta à disposição de magistrados e servidores, propiciando a obtenção de informações que auxiliarão no desenvolvimento da atividade fim do Judiciário.

- Participação em diversas reuniões técnicas que buscam o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário do Estado: a) para definição de novas competências para as varas que ainda não adotam o padrão definido pelo Tribunal de Justiça, bem como para a instalação de novas unidades a serem criadas; b) planejamento de atividades para o cumprimento das metas nacionais do CNJ; c) integração com órgãos públicos e privados (SSP/SC, TRE, CIASC, PROCURADORIAS, UFSC e etc); d) participação no I Encontro de Trabalho da Comissão de Tecnologia do Encoge, realizado no Estado do Mato Grosso.

- Monitoramento e proposição de novas funcionalidades no saj/estatística, de modo a tornar o sistema mais automatizado e melhor acessível aos usuários institucionais;

Apresenta-se, a seguir, alguns números indicativos das atividades desenvolvidas na Divisão:

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 198;

- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 1097;

- Fornecimento de Certidões de antecedentes criminais: 482;

- Informações prestadas em processos administrativos (criação de varas, alteração de competências das unidades, acompanhamento do movimento forense e etc): 429.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem em anexo.

7. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS

7.1. Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;

- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Civis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

7.2. Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 112 (cento e doze) pareceres em processos;

- 349 (trezentos e quarenta e nove) pareceres envolvendo cálculos.

7.3. Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 8.090 (oito mil e noventa) e-mails;
- 6.849 (seis mil oitocentos e quarenta e nove) telefonemas.

7.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 144 (cento e quarenta e quatro) pessoas atendidas.

7.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Participação em reuniões acerca da implementação do projeto de certidões SAJ/CTD e SAJ-5;
- Participação em reuniões sobre Peticionamento Eletrônico no Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
- Participação em reuniões para criação de fundo de ressarcimento das conduções dos oficiais de justiça;
- Participação em reuniões para implementação do novo procedimento de pagamento de conduções aos oficiais de justiça;
- Reunião sobre solicitação de novas certidões em processos já certificados no Segundo Grau;
- Reunião na Academia Judicial sobre Curso de Procedimentos dos Cartórios Extrajudiciais, curso de procedimento na contadoria judicial e 2º Encontro Estadual de Distribuidores Judiciais;
- Reunião sobre Condução Oficial Justiça PG-5 utilizando estrutura do PG-3;
- Reunião para apresentação de projeto de revisão do Código de Normas (parte judicial);
- Reunião sobre Circular CGJ 288/2011 - Processos Findos com subcontas pendentes;
- Reunião Ar e Ar-Mp SAJ5 - Processo 437668-2011.4 (Ar 90 Dias);
- Reunião sobre pagamento das diligências para os oficias nas Comarcas Integradas no SAJ/PG5;
- Reunião acerca do Destino/Eliminação Documentos Processos Digitalizados SAJ 5-CGJ;
- Reunião a respeito dos saldos transferidos da conta vinculada do juízo para a conta centralizadora do TJSC;
- Reunião sobre Porte de remessa e retorno dos recursos especiais e extraordinários;
- Sistema de Pagamento Condução do SAJ-3 no SAJ-5;
- Diligências dos Oficiais de Justiça;

- Pagamento de RPV's do JEFP e da Vara das Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios;
- Vinculação guias do Custas com Mandados - MA-SAJ-PG5-TJSC.2011.0056;
- Meta 5 – 2012 do Conselho Nacional de Justiça (Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento), com o fim de instruir os autos nº 447888-2012.6;
- Minuta da Resolução do Processo Eletrônico;
- Renovação de contrato com a SOFTPLAN;
- Proposta para a alteração de sistema de emissão de guias - Porte de Remessa e Retorno Recurso Especial e Extraordinário;
- Resolução CNJ n.º 156/2012 – Certidão para função de confiança ou nomeação para cargo em comissão;
- Projeto conta corrente de custas;
- Projeto Recolhimento de custas no Segundo Grau;
- SAJ-SGC - Gerenciamento de Certidões. Modelos na web TJSC;
- Participação e coordenação da Comissão Permanente de Atualização/Revisão do Manual de Orientação e Procedimentos para as Contadorias Judiciais – Manual do Contador;
- Participação no projeto de alteração dos boletos para pagamento de custas/preparo disponíveis na WEB;
- Participação na elaboração de projetos de lei;
- Participação na elaboração de esboços de ofícios-circulares, circulares, provimentos e resoluções.

7.6. Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Atualização do Manual do Contador;
- Atualização do Perguntas e Respostas;
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;

- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

7.7. Projetos em andamento

- Projeto conta corrente de custas;
- Projeto manual de custas do segundo grau.

7.8. Participação em eventos

- Encontro Estadual de Coordenadores de Centrais de Mandados do PJSC;
- 2º Encontro Estadual de Chefes de Cartório;
- Participação como instrutor de cálculos processuais nas 4 (quatro) turmas de Curso de Procedimentos para a Contadoria Judicial.

8. ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Dentro das atividades das assessorias, além da continuidade dos projetros iniciados e anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional da Corregedoria, no ano de 2012 foram realizados novos trabalhos em todos os setores desta Corregedoria. Abaixo serão relacionadas as atividades e projetos gerenciados com a participação direta ou indireta das Assessorias:

8.1. Site da Corregedoria Geral da Justiça

Ocorreram atualizações no site da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), visando a publicidade dos atos e orientações dos projetos. Dentro de algumas atividades no site, destacamos algumas:

- Plantão Judiciário em atendimento às normas do CNJ
- Magistral
- Portal de Transparência Institucional
- Portal do CEIJ
- Hot site do 9º Encontro Estadual dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

8.2. Site da CEIJ

Foi desenvolvido um novo site para a CEIJ – Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude que substituiu o antigo Portal da Infância e Juventude.

Nesta página, a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e a Corregedoria-Geral da Justiça disponibilizam acesso rápido e fácil às informações necessárias para a busca da efetivação de todos os direitos fundamentais e os decorrentes do princípio da proteção integral, detalhados a partir da Constituição da República (art. 227), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90) e demais normas, com vistas ao desenvolvimento pleno e indistinto das crianças e adolescentes e, como meio e consequência, de toda a sociedade.

8.3. Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

Neste ano foram incluídos recurso para atendimento ao CNA – Cadastro Nacional de Adoção, permitindo que os pretendentes possam definir as Unidades da Federação em que desejam adotar.

As atualizações continuaram nos dois módulos existentes: no Módulo Web, em linguagem Java, e no Módulo Administrativo, em linguagem Delphi, bem como a continuidade no suporte às intituições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o sistema.

8.4. SPO – Sistema de Pagamento de Oficiais de Justiça

Foi desenvolvido um novo recurso no sistema que permite que o chefe de cartório ou outro servidor autorizado por este, de posse do mandado devolvido pelo oficial de justiça, efetue a solicitação de pagamento de guias recolhidas como antecipação de conduções em custas iniciais ou intermediárias para as Comarcas Integradas.

Foi desenvolvida uma rotina de para o pagamento nas Comarcas Migradas, que tiveram as guias do SAJ PG 3.0 migradas para o SAJ PG 5.0.

No mês de dezembro houve a atualização do SAJ PG 5.0 para a versão 1.5.8 que permite a vinculação de guias e consequente pagamento de oficias sem a necessidade do SPO. Desta forma, foram gerados scripts para atualização de dados do SPO no SAJ PG 5.0, eliminando a necessidade do SPO para Comarcas com esta versão do SAJ, restando apenas os mandados das Comarcas Integradas que ainda dependerão do SPO até que todas as Comarcas estejam rodando a mesma versão do SAJ.

8.5. Plantão judicial de primeiro grau

Foi ajustado o novo sistema para cadastramento de consulta de plantões judiciais, atendendo às normativas do CNJ de publicação das informações com 5 dias de antecedência.

8.6. Casa da Cidadania

Desenvolvimento de um sistema para consulta e impressão de dados estatísticos das atividades das Casas da Cidadania.

8.7. Jurado Voluntário e Portal de Peritos

Ajustes no sistema para a solicitação de desativação de cadastro, reativação de cadastro e solicitação de reenvio senhas.

8.8. SAJ Estatística

Novos relatórios e informações foram incorporados ao sistema e analisadas pela CGJ. O projeto continua em fase de adequação, com a troca de informações entre a CGJ e a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema, de modo a atender aos pedidos de informações encaminhados pelo CNJ.

O sistema e os relatórios provenientes de seu banco de dados tiveram adequações para que os relatórios e consultas possam ser realizados com as novas classes e assuntos do CNJ, bem como as novas movimentações.

8.9. Sistema de Inspeção Virtual

O Sistema de Inspeção Virtual teve ajustes com inclusão de novos relatórios para controle correicional. Foi incluída a opção de escolha do método de geração das planilhas, permitindo que o BR Office seja utilizado.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários.

8.10. Emissão de relatórios estatísticos

A extração de informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ continua sendo realizada de forma diária. As informações são utilizadas para correições, tomada de decisão, instrução de processos ou respostas aos ofício de outras instituições, como PGE e CNJ.

8.11. Programa DNA

O Sistema foi modificado para identificar kits antigos sem uso e, com isso, a possibilidade de encaminhamento às unidades que necessitam dos kits.

O sistema continua sendo operado para a distribuição de kits de coleta pelo Estado e tanto o suporte, quanto o atendimento, é realizado pela Assessoria.

8.12. Troca de microcomputadores e periféricos

Como atividade constante, houve a atualização de parte do parque tecnológico tanto na área judicial, quanto na extrajudicial.

8.13. SSP – Secretaria de Segurança Pública

Foi feita nova carga de dados de mandados de forma a sincronizar os dados da Justiça com a SSP e o Infoseg.

Foi desenvolvido um recurso para a transmissão das imagens dos mandados de prisão para envio à SSP e que deverá sem implantada no início de 2013.

8.14. Sistemas CNJ

As Assessorias de Informática, além de inserir dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ.

8.15. TRE – Tribunal Regional Eleitoral

Foram realizados ajustes no sistema de transmissão de dados ao TRE, permitindo que se identifique registros a serem baixados.

8.16. Rol de Antecedentes Criminais

Desenvolvimento de relatórios diversos para acompanhamento das informações e solicitação de correção de dados na Comarca de Origem, com integração ao TRE e SSP. Foi criada uma página para publicação das orientações aos usuários interno e externos, relacionada aos Róis da Corregedoria Geral da Justiça.

8.17. Metas – CNJ

Atendendo às Metas do CNJ, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de produção.

8.18. Projeto Malote Digital – Hermes

Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI foram definidas as UO's (Unidades Organizacioanis) e implantado o Malote Digital – Hermes para as comarcas

integradas da Capital, para remessa de mandados entre Centrais de Mandados. O Sistema Malote Digital já está em pleno uso pelos cartórios extrajudiciais, desde novembro de 2011, permitindo o envio de documentos assinados digitalmente pela Corregedoria-Geral da Justiça, com o registro de remessa, recebimento e leitura das mensagens.

8.19. Relatórios Gerenciais

Está em desenvolvimento um sistema de acompanhamento correicional estatístico que permitirá ao Corregedor utilizar dados para a tomada de decisões, gerar relatórios correionais, programar inspeções, definir prioridades, dentre outras possibilidades

8.20. BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão

Especificação e auxílio à DTI no desenvolvimento do sistema para atendimento ao BNMP – Banco Nacional de Mandados de Prisão – para o SAJ PG 3.0.

Desenvolvimento de sistema para controle e tratamento das pendências geradas na migração dos mandados de prisão para o BNMP.

8.21. Portal Transparência Institucional e Metas de Nivelamento da Corregedoria Nacional

Criada página web para publicação dos relatórios de inspeção, anuais e da produtividade da CGJ-SC relacionada às Metas de Nivelamento da Corregedoria Nacional de Justiça. O Portal está em constante manutenção, com a alimentação dos dados relativos aos cartórios inspecionados (foro judicial e extrajudicial), e acompanhamento das Metas de Nivelamento do CNJ-CORR.

8.22. Consulta a base de dados da CASAN

Desenvolvimento de sistema para consulta à base de dados da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), com a finalidade de obter informações constantes no cadastro de clientes da Companhia, para instrução de processos judiciais.

8.23. Portal Assistência à Saúde (Res. 107 CNJ)

Iniciado o Projeto "Portal Assistência à Saúde" nos termos da Recomendação nº 31 do Conselho Nacional de Justiça, com a criação do site destinado à publicação de material técnico, cientifico e jurídico para auxiliar os magistrados nas decisões judiciais. Referido Portal será objeto de Termo de Cooperação Técnico a ser celebrado com os órgãos envolvidos.

8.24. Portal do Extrajudicial

Gestão do conteúdo, tais como comunicados, links, banners, imagens, sistemas, documentos e inclusão de novas páginas dedicadas, quais sejam: orientações, planejamento operacional do núcleo IV, cadastro – CNJ, Cadastro – MJ, Eventos, Central de Testamentos, RCPN - Papel de segurança e Inspeções Extrajudiciais 2012.

8.25. Projeto de Selos

Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo "cliente-servidor" utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria, teve várias modificações desde janeiro de 2012, a fim de atender à adequação de Lei, correções, ou reivindicação dos usuários. Algumas funcionalidades implementadas:

- novas regras do ressarcimento;
- novas regras da aquisição de selo;
- alteração de relatórios.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

8.26. Projeto Ressarcimento de Selos

Alterações no Sistema de ressarcimento de atos gratuitos (internet).

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Algumas funcionalidades implementadas:

- Inclusão de outros atos para ressarcimento;
- Melhoria no controle e na auditoria do sistema;
- Alteração da opção "previsão legal" para constar relação detalhada das leis passíveis de ressarcimento para determinados atos com a respectiva fundamentação legal;
- Adequação constante às leis.
- Acesso administrativo por parte do núcleo IV para visualizar, incluir ou excluir, conforme permissão, qualquer pedido de ressarcimento dos cartórios extrajudiciais;

Esta Assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

8.27. Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões de análise e definições da versão 2.0 do projeto do Selo Digital, estudo detalhado das necessidades de alteração nos modelos propostos para a nova versão de forma que pudessem viabilizar outros projetos desta Corregedoria, tais como: o novo ressarcimento eletrônico, centrais de consultas, cadastro e ressarcimento de juízes de paz, auditoria dos atos etc., bem como participação na implantação final do Selo Digital em Santa Catarina. Adequação do Portal de Consulta do Selo Digital à versão 2.0 e manutenção da página do Selo Digital. Início do estudo do novo sistema de ressarcimento eletrônico que fará uso do banco de dados do selo digital. Adequação definitiva da aquisição de selos à sistemática do selo digital.

8.28. Escritura Pública de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha em área restrita

Manutenção na Central de Escrituras Públicas de Separação, Divórcio, Inventário e Partilha, dentro da área restrita do extrajudicial, onde é possível efetuarem-se os cadastros em banco de dados centralizados.

8.29. Ressarcimento dos Juízes de Paz

O Sistema de Ressarcimento dos Juízes de Paz encontra-se em fase final de desenvolvimento e permitirá aos senhores juízes de paz solicitarem o reembolso à título de ressarcimento previsto na Lei, dos atos de despacho designatório, diligência e condução intrínsecos aos casamentos singulares e coletivos.

8.30. SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção

Continua em desenvolvimento. O SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção que irá permitir a inspeção eletrônica pelos diretores de foro. O SIEL permitirá o cadastro da inspeção na internet através de checklist completo, elaborado pela assessoria do extrajudicial, e que ao final permitirá a geração de ata para assinatura conforme o que foi preenchido nos formulários.

8.31. Portal de Consulta do Selo Digital

Com o lançamento da versão 2.0 do Selo Digital, O Portal de Consulta sofreu extensas adequações internas para garantir compatibilidade na consulta dos atos enviados tanto na versão 2.0 quanto nas versões anteriores do sistema. O portal de consulta do selo digital fornece a garantia de autenticidade dos atos lavrados constituindo ferramenta indispensável no tripé selo digital, envio das informações dos atos para o banco de dados centralizado e consulta pública. Permite que qualquer pessoa em posse do ato, possa conferir se o documento é verdadeiro. Para isso, basta digitar o número do selo digital no portal de consulta que trará todas as informações dos atos enviados pela serventia que lavrou o ato e que se encontra armazenada em nosso banco de dados.

8.32. Cadastro dos Juízes de Paz

Manutenção do sistema que as secretarias de foro, mediante autenticação, efetuam o cadastro dos juízes de paz titulares, ad hocs e suplentes atuantes em suas respectivas comarcas (Ofício Circular nº 248/2011).

8.33. Módulo de Cadastro on-line das serventias (Supercadastro)

Conclusão do desenvolvimento do Sistema com que permite as serventias extrajudiciais, mediante acesso autenticado, alterar seus próprios dados, tais como: endereço, telefone, conta bancária, cadastro de funcionários, titulares, substitutos, livros utilizados pela serventia e inclusão dos sinais públicos. Implementado, também, acesso por parte do núcleo IV para visualizar ou alterar, conforme permissão, qualquer cartório extrajudicial.

8.34. Atividades diversas

São desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao desenvolvimentos dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- relatórios estatísticos diversos;
- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;
- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartorários extrajudiciais sobre assuntos relacionados com os sistemas de ressarcimento, cadastro on-line, malote digital (hermes), área restrita, aquisição de selos, central de escrituras etc.;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- capacitação de novos Assistentes Sociais;
- capacitação do sistema PRODNASC;
- reuniões da comissão do Selo Digital.
- Manutenção do novo ambiente servidor JBOSS para a Corregedoria;
- Migração de todas as aplicações que estavam nos servidores TOMCAT (TJSC5 e TJSC6) para o novo servidor JBOSS (cgj-jboss).

8.35. Pesquisa de cartórios

Manutenção na pesquisa pública de cartórios extrajudiciais, com implementação das novas informações obtidas no cadastro online (supercadastro) e melhoria na visualização da consulta.

8.36. Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinetes dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

8.37. Atendimento TSI – Técnico de Suporte em Informática

Os atendimentos começaram a ser contabilizados a partir de março de 2012.

- 76 mudanças de posto de trabalho completo;

- 917 atendimentos/suporte, sendo:
- configurações e manutenção de microcomputadores e notebooks com programas utilizados na CGJ;
- manutenção impressoras, estabilizadores, pendrives, modens 3g, mouses, teclados, monofones, telefones, monitores, CPU, cartões E-cpf;
- instalação e manutenção pontos de rede no 10º e 11º andares;
- instalação dos segundos monitores;
- instalação dos certificados digitais;
- instalações e suporte X-Lite;
- instalações telefones de mesa;
- instalação Inspeção Virtual;
- instalações Saj5/CGJ, Saj5/CGJ Teste, Saj3, Saj3 Teste, Saj5 Comarcas, Saj Certidões, Saj Protocolo, Saj Estatística;
- suporte ao saj5/cgj – cadastro e orientação aos usuários;
- orientações ao Sistema Hermes;
- controle patrimonial equipamentos de informática;
- manutenção das listas da cgj (correge, corregeserv, cgjjud, infocgj, cgjextra)
- solicitações e-mails, bem como manutenção e orientações aos usuários para Windows Live Mail;
- solicitações de atualizações site CGJ;
- gravações de cds/dvds.

9. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

9.1. Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção no período de janeiro a dezembro de 2012.

Na forma de representação gráfica comparativa, apresentamos dados relativos às adoções nacionais, internacionais e às crianças/adolescentes em programas de acolhimento.

O foco do trabalho no corrente ano foram as visitas realizadas nas Entidades de Acolhimento (abrigos), que apresentaram problemas mais graves diagnosticados nas inspeções realizadas em 2011.

Foram reavaliadas 53 instituições em 27 comarcas pela equipe da Ceja, juntamente com o Juiz Corregedor do Núcleo V.

No mesmo formato dos anos anteriores, além das visitas, ocorreram reuniões nos Fóruns com todos os profissionais da rede de atendimento dos municípios, ocasião em que se discutiu sobre as melhorias e deficiências institucionais que persistem.

Cabe observar importantes conquistas decorrentes destas ações de fiscalização. Das instituições verificadas, 80% apresentaram melhorias como mudança ou reforma da unidade física, contratação de técnicos com dedicação exclusiva, recomposição do quadro de pessoal, maior investimento na capacitação dos educadores, entre outras apontadas nos relatórios.

As demais atribuições da Ceja, que são a habilitação de pretendentes estrangeiros e o acompanhamento das adoções internacionais, a gestão dos cadastros estadual e federal, a organização de eventos e outras, constam detalhadas no presente relatório.

9.2. Quadro de pessoal

O quadro funcional da Ceja é constituído por três servidoras efetivas do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- 1 agente administrativa auxiliar - formação em Serviço Social – (art. 85)
- 1 técnica judiciária.

9.3. Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – Cuida.
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;
- Elaboração de projetos para captação de recursos junto a organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;

- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros.
- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior.
- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional.
- Acompanhamento aos cursos ministrados no Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção.

9.4. Projetos/Atividades

Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Toda movimentação neste sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos), é monitorada pela Ceja, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso. Também é responsabilidade da Comissão gerar estatísticas com base nas informações inseridas, para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do Estado.

Sistemas do CNJ:

Cadastro Nacional de Adoção(CNA),

Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA),

Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL)

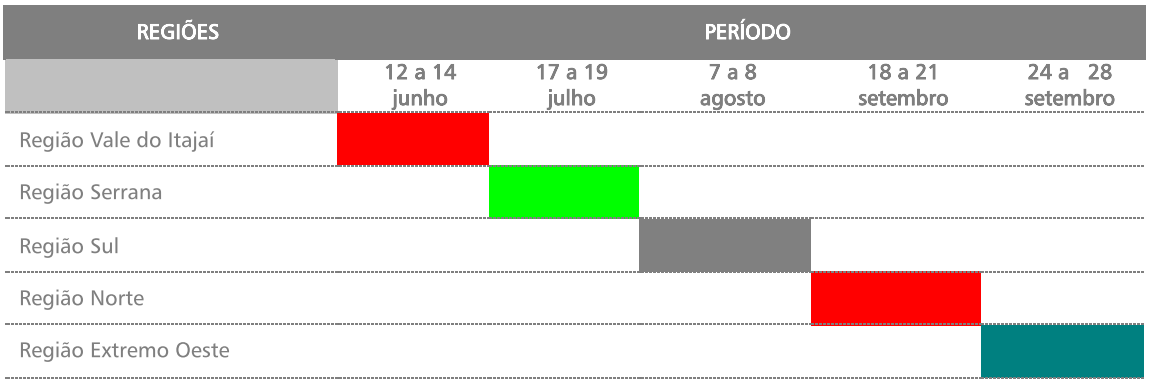
Na qualidade de órgão gestor desses cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual – Cuida - a Ceja monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatísticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mantê-los atualizados.

Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção

Emissão de parecer nos relatórios dos cursos de preparação ministrados aos pretendentes à adoção. O parecer implica na avaliação do conteúdo programático e resultados alcançados.

Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento

O cronograma de inspeções foi cumprido em sua totalidade, tendo sido visitadas 27 comarcas e 53 entidades de acolhimento (abrigos) no segundo semestre do ano, conforme abaixo.



Eventos/Treinamentos

Juntamente com a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e com a Academia Judicial foram realizados os seguintes eventos:

a) Treinamento para Assistentes Sociais, em Florianópolis no dia 11 de junho;

b) Fórum Estadual de Juízes e Técnicos do Poder Judiciário, em Florianópolis, nos dias 28 e 29 de junho;

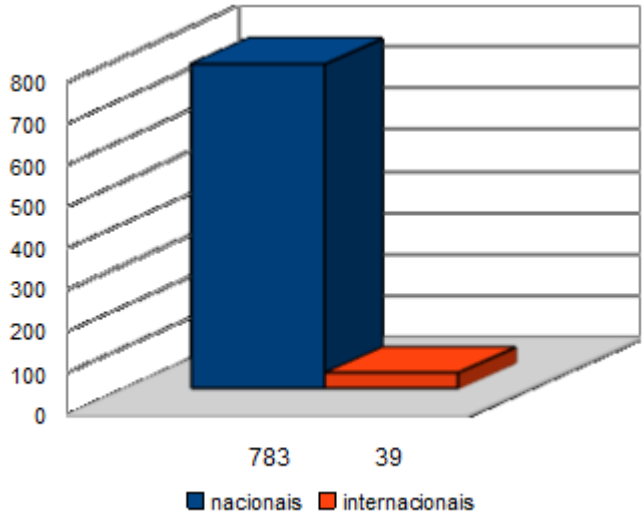
c) 9º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Balneário Camboriú, nos dias 08 e 09 de novembro.

9.5. Dados estatísticos

Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 03 (três) sessões realizadas;
- 62 (sessenta e dois) processos julgados: 54 (cinquenta e quatro) de pretendentes italianos, 06 (seis) franceses, 01 (um) espanhol e 01 (um) americano.

Adoções realizadas



Nacionais

Neste ano, **783** ações de adoção nacional foram sentenciadas, alguns desses processos correspondem a grupos de dois ou mais irmãos.

Internacionais

39 crianças e adolescentes adotados por estrangeiros, sendo:

Itália: 21 casais adotaram **39** crianças, representados pelas Instituições:

Il Mantello:

02 (duas) crianças com 09 e 11 anos

01 (um) grupo de 02 (dois) irmãos, 12 e 08 anos

03 (três) grupos de 03 (três) irmãos, entre 02 e 10 anos

01 (um) grupo de 05(cinco) irmãos, 13, 11, 08, 06 e 03 anos

TOTAL: **18** crianças/adolescentes

Cifa:

01 (uma) criança com 09 anos

02 (dois) grupos de 02 (dois) irmãos entre 04 e 10 anos

04 (quatro) grupos de 03 (três) irmãos entre 01 e 11 anos

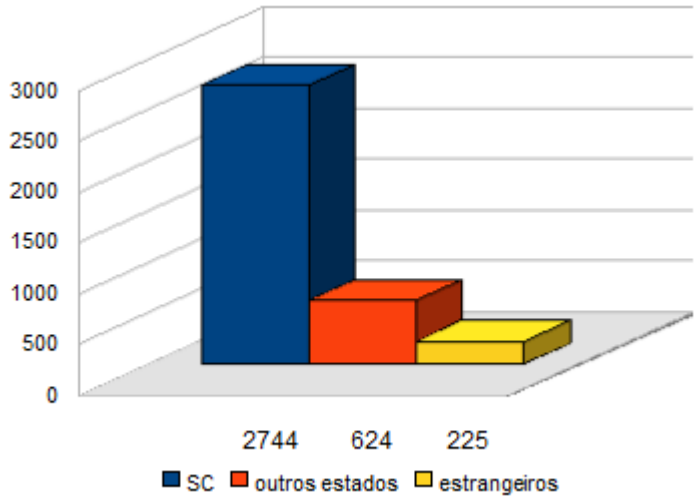
01(um) grupo de 04 (quatro) irmãos, 10, 09, 07 e 05 anos

TOTAL: **21** crianças/adolescentes

Pretendentes habilitados (dados gerais):

3593 pretendentes habilitados, sendo:

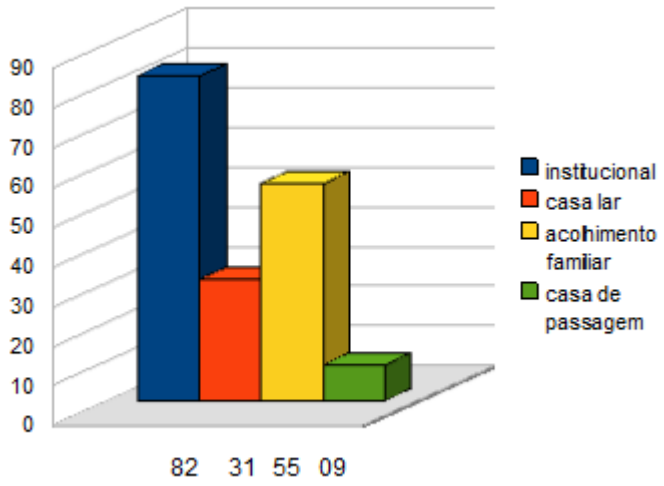
- Residentes em Santa Catarina: 2744 (76,37%)
- Residentes em outros Estados: 624 (17,375)
- Estrangeiros: 225 (6,26%)



Entidades de acolhimento cadastradas na Ceja

177 programas de acolhimento, sendo:

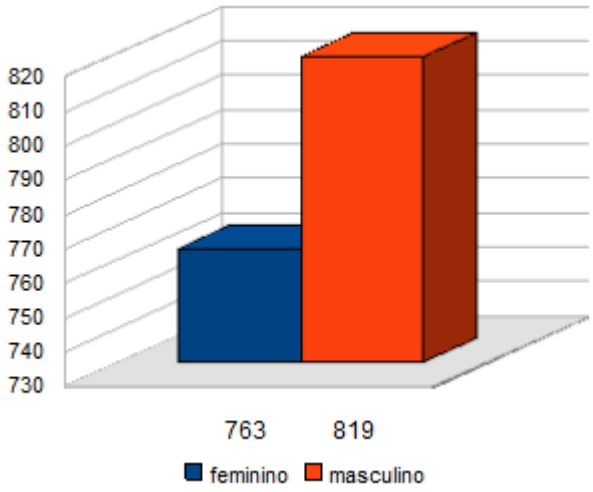
- 82 acolhimento institucional (46,33%)
- 31 Casas Lares (17,51%)
- Projetos de Acolhimento Familiar (31,07%)
- 09 Casas de Passagem (5,08%)



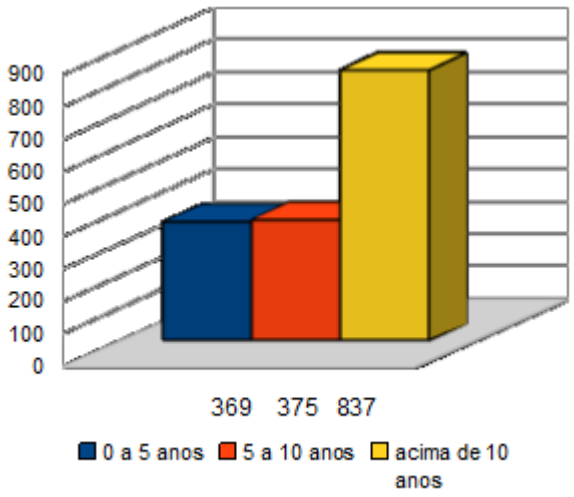
Crianças/Adolescentes acolhidos

1582 crianças/adolescentes acolhidos.

- Sexo feminino – 763 (48,23%)
- Sexo masculino – 819 (51,77%)



- 0 a 5 anos –369 (23,32%)
- 5 a 10 anos – 375(23,70%)
- acima de 10 anos – 837 (52,90%)



Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

- 33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela Ceja.

Propostas

Além das atividades de rotina de competência da Ceja, temos como proposta realizar, juntamente com a Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude e com a Academia Judicial os eventos:

a) Fórum de Juízes, Promotores de Justiça e técnicos do Poder judiciário e do Ministério Público, em Florianópolis, mês de junho;

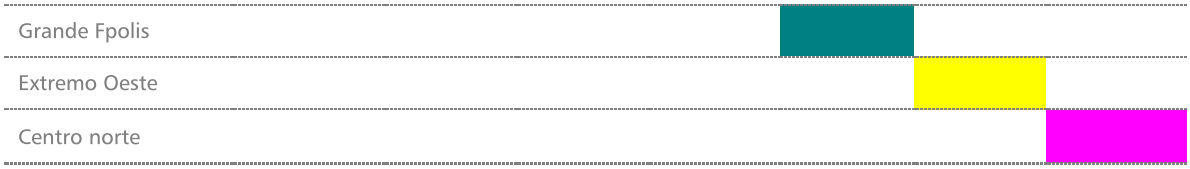
b) 10º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Chapecó, mês de setembro;

c) Encontro Anual de Técnicos e Oficiais da Infância e Juventude do Poder Judiciário, em Chapecó, mês de setembro.

d) II Seminário Internacional da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça, em Florianópolis, mês de novembro.

Em continuidade às ações de fiscalização às instituições de acolhimento buscaremos seguir o cronograma abaixo.

REGIÕES	PERÍODO						
	26 a 28 fevereiro	11 a 15 março	16 a 19 abril	14 a 17 maio	11 a 14 junho	12 a 16 agosto	15 a 18 outubro
Sul							
Oeste							
Vale do Itajaí							
Serrana							



10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL

10.1 Atividades Desenvolvidas

Durante o ano de 2012 a Secretaria-Geral desenvolveu as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ;
- participação em reunião com a Presidência e Corpo Diretivo do TJSC, no início da nova gestão, e apresentação de projeto orçamentário da Corregedoria-Geral;
- assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça e aos Juízes Corregedores em questões administrativas;
- organização de viagens do Corregedor-Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitação de diárias e de ressarcimentos de combustível para viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, com a respectiva prestação de contas;
- cotação e compra de passagens aéreas para as viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- cotação e locação de veículos necessários aos desempenho das inspeções correicionais e demais atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça no ano de 2012;
- planejamento do orçamento da Corregedoria-Geral da Justiça para o ano de 2013;
- apoio aos Juízes-Corregedores e Núcleos de Assessoramento no que concerne ao fornecimento de materiais, equipamentos de informática e telefonia móvel celular, administração de espaços físicos, dentre outros;
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- realização de auditoria patrimonial na Corregedoria-Geral da Justiça;
- seleção e distribuição de correspondências da Corregedoria-Geral da Justiça;
- controle do conteúdo do site da Corregedoria (contatos e estrutura organizacional);

- controle do quadro funcional da Corregedoria e procedimentos relacionados à inclusão e exclusão de servidores;
- criação e estruturação de seção na Divisão Judiciária;
- estruturação do Núcleo V, instituído no início desta gestão;
- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;
- avaliação de desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça, em conjunto com o Corregedor-Geral da Justiça e Juízes-Corregedores;
- avaliação dos servidores em estágio probatório;
- avaliação mensal dos terceirizados;
- solicitação de revisão dos pontos de energia elétrica e da rede lógica nos diversos setores da Corregedoria-Geral da Justiça;
- compra de livros para os núcleos de Assessoramento e Assessorias;
- inscrição de Servidores para participarem de cursos e eventos relacionados às suas áreas de atuação;
- lançamento de procedimentos licitatórios visando a aquisição de equipamentos de informática ao setor que promove a fiscalização e orientação dos serviços prestados pelos cartórios extrajudiciais, e a renovação da frota de veículos utilizados no desempenho das atividades da Corregedoria-Geral da Justiça;
- retomada dos estudos visando implantar modelo organizacional que viabilize a execução das atividades da Corregedoria-Geral da Justiça com mais eficiência e precisão. A reestruturação, meta de nivelamento apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça, tem demandado reuniões periódicas com os agentes envolvidos, servidores da Corregedoria e de outros setores do Tribunal de Justiça.
- solicitação de certificado digital (e-CPF) para os Juízes Corregedores e servidores da CGJ;
- solicitação à Academia Judicial de cursos de capacitação para os servidores da CGJ.

10.2 Participação dos servidores da Secretaria-Geral em cursos de capacitação

No decorrer do ano de 2012, a servidora Beatriz Krause participou de Encontro de Secretários de Assuntos Específicos e Assistentes de Atividades Específicas, e cursos de Técnicas de Pareceres e Decisões e de Técnicas Legislativas.

11. CONCLUSÃO

Além da continuidade das ações que este relatório contém, pretende-se, neste ano, intensificar as visitas e inspeções às comarcas, com vistas à interação orientativa e preventiva.

Quanto aos procedimentos investigativos e disciplinares ora em tramitação na Corregedoria-Geral, estabeleceu-se a meta de que, até maio de 2013, pelo menos 80% do seu total estejam concluídos.

Também é meta da Corregedoria apresentar ao Tribunal Pleno, ainda no primeiro semestre, novos modelos de mapas indicativos estatísticos e relatórios dos magistrados de primeiro grau, com formato que permita visualização mais atraente, mais prática, mais simples e mais objetiva de seu conteúdo.

E como marco, destaco que há o compromisso assumido para sediar, em julho ou novembro próximos, o Encontro do Colégio dos Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça – Encoge, possivelmente em Florianópolis ou Balneário Camboriú, o que exigirá muito trabalho de preparação e organização, dada a magnitude e tempo de um evento desse porte.

Reiterando o agradecimento a todos os desembargadores, juízes e servidores, sem distinção, responsáveis diretos pelo que pode ser alcançado, torno a pedir-lhes o indispensável apoio na continuação da empreitada, para que possamos ter uma Justiça cada vez mais forte, mais confiável, mais célere, e entregar à sociedade o que ela efetivamente quer e merece.

12. ANEXOS

12.1. Anexo 1 – Relatório anual de acompanhamento de processos – Divisão Administrativa

12.2. Anexo 2 – Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária

12.3. Anexo 3 – Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária

ACADEMIA JUDICIAL

1. ENCONTROS INSTITUCIONAIS (DIRETORIA/SECRETARIA EXECUTIVA)

DIRETORIA E SECRETARIA EXECUTIVA REPRESENTAM AJ EM EVENTOS INDISPENSÁVEIS

Dentre os eventos de grande importância para as escolas de magistratura do País ocorridos neste ano, destacam-se alguns. *O Encontro de Escolas de Magistratura do Sul do Brasil*, por exemplo, aconteceu em Porto Alegre no dia 4 de outubro e teve a presença do Diretor-Executivo da Academia Judicial, Desembargador Pedro Manoel Abreu, o Vice-Diretor de Cursos Acadêmicos e Orientação Pedagógica, Juiz Paulo Roberto Froes Toniazzo, o Secretário-Executivo, Adalto Barros dos Santos, e o Assessor Técnico Ricardo Uliano dos Santos.

O referido evento foi agendado no Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura (ENM), em que o Diretor-Executivo esteve presente, nos dias 5 e 6 de agosto.

Membros do corpo diretivo também estiveram presentes nos encontros do Colégio Permanente de Diretores de Escolas de Magistratura (COPEDEM): na edição XXVIII (RJ), esteve presente a Vice-Diretora Executiva, Desª Sônia Maria Schmitz; na XXIX (TO), o Diretor-Executivo; na XXX, o Vice-Diretor de Cursos Acadêmicos e Orientação Pedagógica.



Foto: Academia Judicial

2. NÚCLEOS DE ESTUDOS E PESQUISA (NEPs)

NEPs BUSCAM APERFEIÇOAMENTO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

No dia 30 de julho de 2012 os núcleos de estudos e pesquisa realizaram a reunião de avaliação geral dos projetos de pesquisa dos Núcleos de Estudos e/ou Pesquisas com os Coordenadores de cada núcleo, na Academia Judicial. De 24 a 26 de outubro, duas servidoras vinculadas ao NEP *Modernização do Poder Judiciário – Justiça do Futuro, participaram do* V Congresso Internacional de Direito Eletrônico, em São Paulo. No dia 28 de novembro o auditório do Pleno recebeu o I Seminário de Gestão Socioambiental do Poder Judiciário de Santa Catarina, em que foi apresentado o trabalho do NEP *Gestão Ambiental no PJSC: uma visão ecopedagógica para a sustentabilidade*.

3. LEGISLAÇÃO INTERNA

RESOLUÇÃO 17/2012-TJ REESTRUTURA AJ

No dia 14 de novembro foi assinada pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, após exame e aprovação pelo Pleno, a Resolução17/2012-TJ, que reestrutura a Academia Judicial.

Com a reestruturação, além de alterados nomes de setores da AJ, ficam criadas a Seção de Infraestrutura, a Seção de Apoio à Pesquisa e a Secretaria de Comunicação.

4. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

AJ OBTÉM RECREDENCIAMENTO NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A Academia Judicial (AJ) do Poder Judiciário de Santa Catarina poderá dar continuidade à oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e programas de educação continuada, tanto para magistrados quanto para servidores do Judiciário catarinense.

A AJ, nos dias 30 e 31 de julho teve sua estrutura examinada pela comissão avaliadora do Conselho Estadual de Educação (CEE), responsável justamente por verificar as condições das instituições de ensino que buscam recredenciamento naquele órgão. Todos os requisitos legais, pedagógicos e administrativos da área educacional foram satisfeitos.

Com o recredenciamento, a Academia Judicial, anteriormente enquadrada como escola de governo, pretende não só dar continuidade a sua política de educação continuada, como também ofertar novos cursos no próximo quinquênio, com o objetivo de manter-se como instituição de ensino superior e buscar a implementação de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.



Foto: Academia Judicial

5. CURSOS DE CATEGORIAS

AMBIENTAÇÃO FUNCIONAL APRESENTA PJSC A 8 TURMAS

O curso de Ambientação Funcional se firmou como um modo de integrar os novos servidores e contextualizá-los na estrutura do PJSC. Este ano, foram oito as turmas que receberam orientações e puderam Ter as dúvidas sobre a instituição sanadas pelos instrutores internos (servidores do próprio PJSC).





Fotos: Academia Judicial

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROMOÇÃO POR MERECIMENTO SÃO OFERECIDOS EM MODALIDADE SEMIPRESENCIAL

Os já conhecidos cursos de aperfeiçoamento para fins de promoção por merecimento para magistrados ganharam novo formato. Nos meses de agosto/setembro e outubro/novembro de 2012 foram oferecidos, respectivamente, para as áreas de Direito Eleitoral e de Direito Previdenciário, em modalidade semipresencial. As 40 horas de curso ficaram divididas em 16 horas presenciais (1º e último dia de formação) e 24 horas na modalidade a distância.



Foto: Academia Judicial

ACADEMIA JUDICIAL SEDIA O CURSO HUMANISMO EM NOVE LIÇÕES

No período de 9 a 13 de julho a Academia Judicial sediou o curso Humanismo em Nove Lições, promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM) em parceria com a PUC-Rio de Janeiro. O curso, que existe desde 2004, só havia acontecido fora do Rio de Janeiro em uma das edições, em Brasília. O objetivo de realizá-lo é identificar as principais tendências do pensamento social contemporâneo concernentes ao mundo do Direito, suas instituições e procedimentos





Fotos: Academia Judicial

6. NOVIDADES EM CURSOS E COMUNICAÇÕES

CURSO DE LIBRAS PARA SERVIDORES DO PJSC RESULTOU DE PARCERIA ENTRE AJ E FCEE

Fruto de parceria entre Academia Judicial e Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), realizou-se de 11 de junho a 17 de dezembro o Curso de Libras, voltado para servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina. A finalidade do evento foi garantir o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais auditivas ao Judiciário estadual. A FCEE sediou o evento.



Foto: Academia Judicial

WEBCONFERÊNCIAS COMPÕEM NOVO FORMATO DE CURSOS

No 2º Encontro Técnico/Educativo de Servidores para o Programa DNA em Audiência em Santa Catarina – PRODNASC e no Curso de Montagem e Manutenção de Microcomputadores e Redes Locais, que aconteceram em maio e agosto, respectivamente, foi utilizada a modalidade *webconferência*. Os participantes puderam sanar dúvidas por meio de *chats*.



Foto: Academia Judicial

E-BOOK É NOVA FONTE DE INFORMAÇÃO

Uma nova possibilidade de compartilhamento de leituras foi instituído pela AJ. Trabalhos de servidores e magistrados do PJSC poderão ser oferecidos na página da instituição, em formato *e-book*.

ACADEMIA INAUGURA AGENDA AJ

Com o intuito de incentivar a participação dos integrantes do Poder Judiciário de Santa Catarina em cursos de formação e aperfeiçoamento e de contribuir com os planejamentos pessoais, a Academia Judicial passou a disponibilizar a partir do mês de junho a "Agenda AJ".

O instrumento de comunicação divulga os cursos e eventos previstos, o público a que se destinam, os períodos de inscrições e outras informações necessárias.



7. RESIDÊNCIA JUDICIAL

RESIDÊNCIA JUDICIAL CONCLUIU MAIS UMA TURMA

A Academia divulgou o encerramento de mais uma turma da Residência Judicial.

Seis residentes cumpriram as 1.440 (mil quatrocentas e quarenta) horas destinadas à atividade prática, em período mínimo de 1 (um) ano e máximo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses. Três deles iniciaram suas atividades (realizadas em quatro horas diárias) em novembro de 2010 e os demais, em maio de 2011 (com cumprimento de seis horas diárias).

O Programa de Residência Judicial consiste na atividade jurídica voltada à preparação para o exercício da magistratura, realizada na Justiça de Primeiro Grau do Poder Judiciário de Santa Catarina em convênio com a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC.

8. PÓS-GRADUAÇÃO

AJ E UFSC REALIZAM FORMATURA DE ESPECIALIZAÇÃO

No dia 9 de novembro de 2012, a partir das 19h30n, no auditório do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ da UFSC, a Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizou a solenidade de entrega de certificados aos formandos do Curso de Especialização Lato Senso em Gestão Organizacional e Tecnologia em Recursos Humanos.

Este curso foi estruturado com a participação da Fundação José Arthur Boiteux – Funjab, tendo como objetivo proporcionar debates de conceitos de vanguarda na administração de gestão pública, bem como incentivar a troca de experiências e desenvolvimento de mecanismos inovadores, a fim de estimular novas competências de gestão e empreendedorismo.

Os 41 formandos receberam, além do certificado, os volumes impressos com a publicação de seus trabalhos científicos produzidos durante o curso. Estes volumes também estarão disponíveis em versão virtual, nos sites do TJSC e da UFSC.



Foto: Assessoria de Imprensa

CONVÊNIO COM UNIVALI PERMITE SELEÇÃO PARA PÓS-GRADUAÇÃO RESTRITA A INTEGRANTES DO PJSC

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da Academia Judicial, firmou convênio com a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), possibilitando a abertura de duas seleções para Mestrado em Ciência Jurídica *lato sensu*.

Magistrados e servidores do TJSC tiveram a oportunidade de participar do processo seletivo restrito, nos meses de abril e julho.

9. OUTROS EVENTOS

PALESTRA SOBRE O SISTEMA LEGAL NORTE-AMERICANO RECEBE GRANDE PÚBLICO NO TJ

Mais de 400 pessoas, entre magistrados, advogados, promotores de justiça e estudantes de direito acompanharam no dia 24 de setembro, no auditório do TJ, a palestra proferida pela professora Toni Fine, da Fordham University School of Law, sediada em Nova York, sobre "Iniciação ao Sistema Legal Norte-Americano", numa promoção da Academia Judicial. A professora veio a convite do desembargador Jaime Vicari, que a conheceu em recente evento jurídico realizado naquele país. A professora Toni M. Fine é também co-diretora do Fordham

Law Summer Institute, o qual proporciona a profissionais do direito e estudantes provenientes de mais de 20 países, uma introdução ao sistema legal norte-americano, além da abordagem de temas do direito norte-americano, importantes na atual economia globalizada.

2ª MOSTRA DE BOAS PRÁTICAS DIVULGA EXEMPLOS A SEREM COPIADOS

No dia em que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina completou 121 anos de instalação, mais de 400 magistrados e servidores acompanharam a realização da 2ª Mostra de Boas Práticas do Judiciário. Exemplos de excelência administrativa foram divulgados em 1º de outubro de 2012, no auditório do TJSC, por meio da apresentação de cinco práticas selecionadas pela comissão do evento: **Executivo Fiscal – Uma Nova Prática** (3ª Vara Cível de Rio do Sul); **Peticionamento Coletivo na Execução Fiscal** (Vara da Fazenda de São José); **Estrela da Esperança** (1ª Vara Criminal de Itajaí); **Gestão por Processos** (Diretoria de Recursos e Incidentes); **Programa Permanente de Audiências Conciliatórias** (1ª Vara Cível de Blumenau).

INDICADORES GERAIS DE 2012

Quadro de pessoal em 2012 = 9.378

Cursos e eventos = 338

Total de Magistrados capacitados = 217

Total Nº de Servidores capacitados = 4.140

Participações = 12.097 (9.583 internos + 2.514 externos)

Soma de horas dos cursos = 11.428h.

Hora dos cursos x nº de participações = 283.886 hcp.

Horas de capacitação por colaborador = 31,68.

Percentual de colaboradores capacitados = 46,40%

Dados parciais até 30/11/2012 sem considerar os cursos pilotos a distância e demais cursos e eventos que ocorrerão até dezembro.

ATENDIMENTOS ÀS METAS INSTITUCIONAIS (comparações 2012)

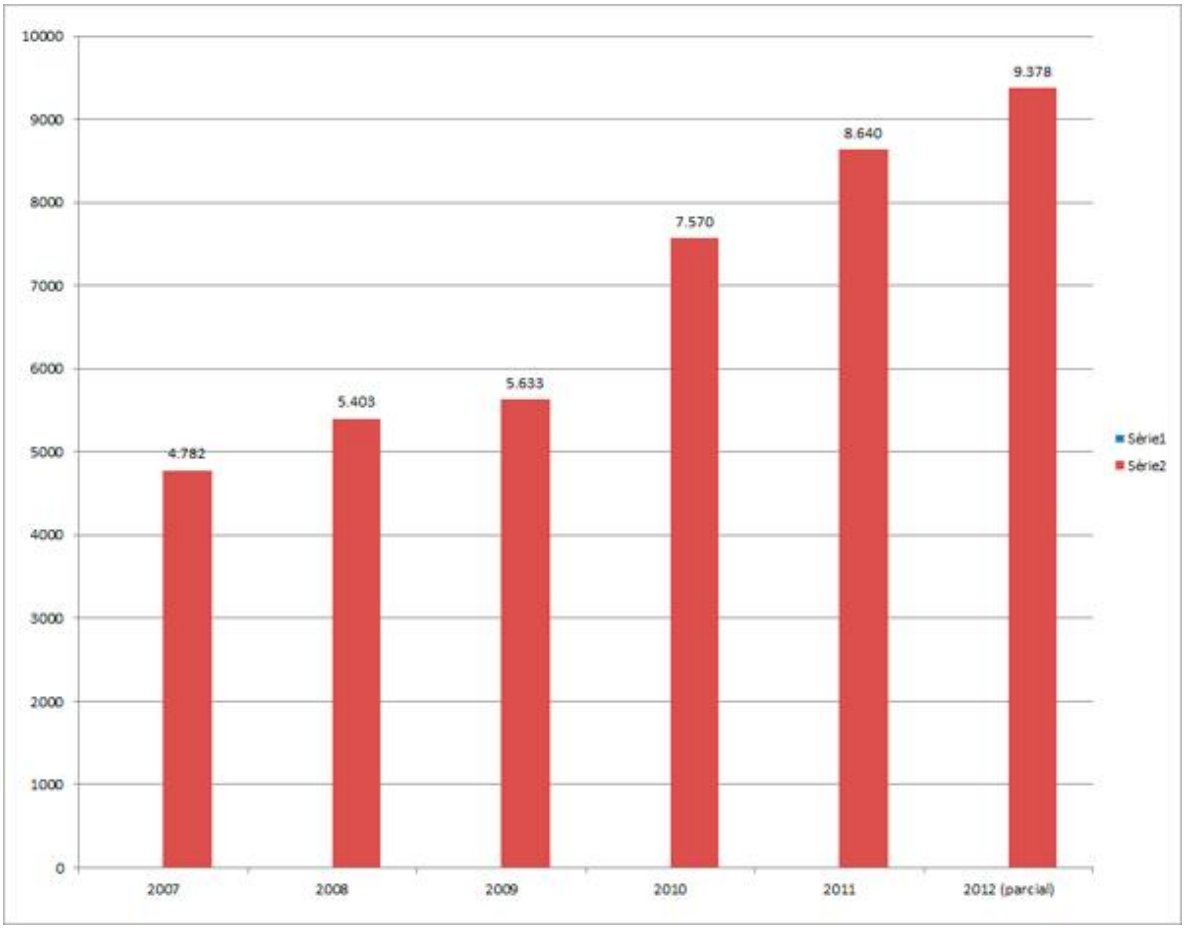
TOTAL DE COLABORADORES (servidores/magistrados)						
ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (parcial)
Nº ABSOLUTO	4.782	5.403	5.633	7.570	8.640	9.378

CRESC RELATIVO	-	13%	4%	34%	14%	9%

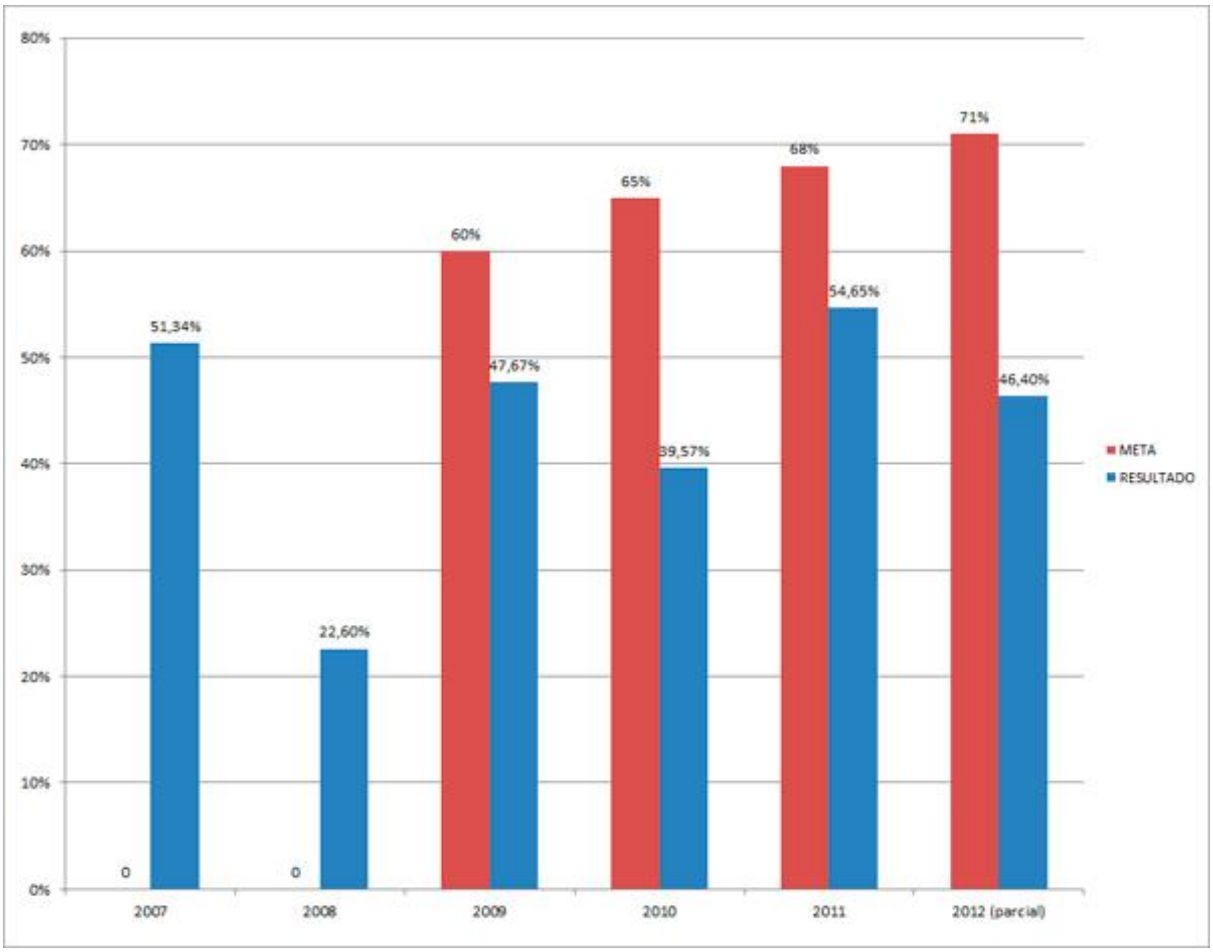
PERCENTUAL DE COLABORADORES CAPACITADOS						
ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (parcial)
META	-	-	60%	65%	68%	71%
RESULTADO	51,34%	22,60%	47,67%	39,57%	54,65%	46,40%

TOTAL DE HORAS DE CAPACITAÇÃO POR COLABORADOR						
ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (parcial)
META	-	-	20:00	25:00	27:00	29:00
RESULTADO	17:44	18:20	21:21	26:06	36:38	40:41

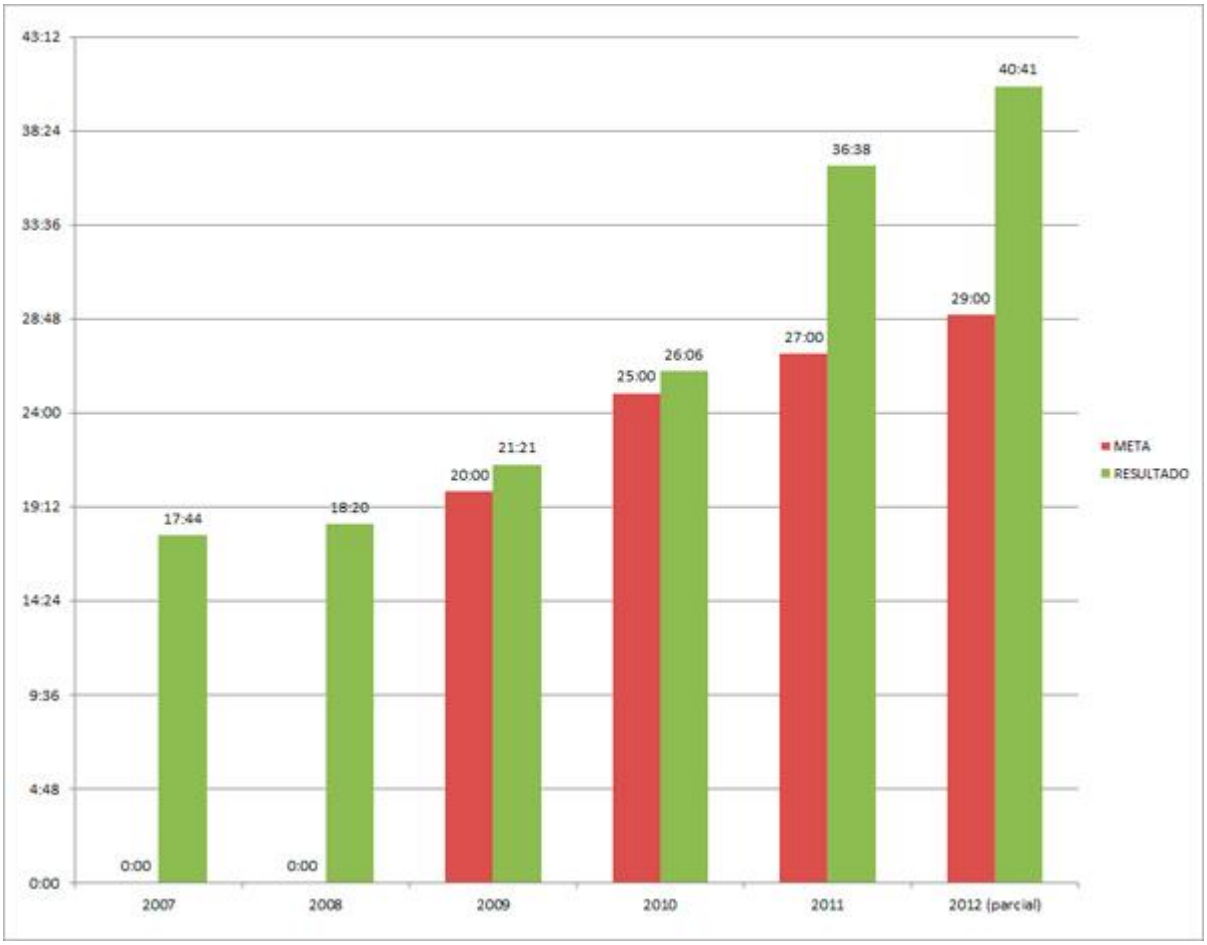
NÚMERO DE COLABORADORES



PERCENTUAL DE CAPACITAÇÕES



HORAS DE CAPACITAÇÃO


43:12
38:24
33:36
28:48
24:00
19:12
14:24
9:36
4:48
0:00
0:00
17:44
0:00
18:20
20:00
21:21
25:00
26:06
27:00
36:38
29:00
40:41
2007
2008
2009
2010
2011
2012 (parcial)
META
RESULTADO

SECRETARIA DO CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2012

MEMBRO	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	PROCESSOS JULGADOS
Des. Cláudio Barreto Dutra	1	-	-
Des. Luiz Cézar Medeiros	9	1	9
Des. Eládio Torret Rocha	2	3	-
Des. Nelson Schaefer Martins	1	2	-
Des. Monteiro Rocha	-	-	-
Des. Fernando Carioni	3	2	1
Des. Jaime Ramos	2	1	-
Des. Moacyr de Moraes L. Filho	1	-	1
Des. João Henrique Blasi	2	1	1
Des. Jânio Machado	1	-	2
Des. Jaime Luiz Vicari	-	-	-
Juiz de Direito Hélio do Valle Pereira	3	-	2
Juíza de Direito Ana Cristina Birba Alves	1	-	1
TOTAL	26	10	17

Processos suspensos – 10

Fonte: Secretaria do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

Atualizado em 14/12/12

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

QUADRO ESTATÍSTICO DE 2012 (até 10/12/2012)

DESEMBARGADORES	PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO	JULGADOS	ACÓRDÃOS ASSINADOS
Cláudio Barreto Dutra	-	-	-
Sérgio Torres Paladino	2	4	4
Vanderlei Romer	0	2	2
Sérgio Roberto Baasch Luz	2	9	5
Rui Fortes	6	7	7
Salete Silva Sommariva	5	5	2
José Volpato de Souza	1	5	5
Jorge Henrique Schaefer Martins	3	7	5

Soraya Nunes Lins	2	4	3
Henry Petry Junior	2	5	5
Roberto Lucas Pacheco	1	1	1
João Batista Góes Ulysséa	2	4	4
TOTAL	**26**	**53**	**43**

Fonte: SAJ – Conselho da Magistratura
Observação: Foram distribuídos 70 processos.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DAS TURMAS DE RECURSOS

A Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos, instituída pela Resolução n. 10/2011 – GP, iniciou suas atividades em maio de 2011.
Dentre as atividades mais relevantes desempenhadas no ano de 2012 destacam-se:

ATIVIDADES	NÚMERO
Envio de Agravos em Recursos Extraordinário, em meio digital, ao Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Sistema de Envio de Recursos (SER).	110
Validação de acórdãos das Turmas de Recursos na base de jurisprudência do Judiciário Catarinense.	22.702
Elaboração de quadro com na ordem decrescente de antiguidade dos Juízes de Direito de entrância especial afastados há mais tempo da jurisdição na Turma Recursal para a designação de juízes suplentes.	11

CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO FISCAL

Tramitam no Cartório Remoto das Execuções Fiscais (CREPE), até a data de 26 de novembro do corrente ano, 131.093 (cento e trinta e um mil e noventa e três) processos, conforme relatório em anexo, referentes às 26 Comarcas vinculadas.

Neste ano, este cartório realizou os seguintes trabalhos:

- Foram emitidos 55.327 (cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e sete) ofícios de citação inicial;
- Pelo MM. Juiz foi proferido – 19.851 (dezenove mil, oitocentos e cinquenta e um) despachos de citação inicial;
- O cartório emitiu – 93.110 (noventa e três mil, cento e dez) certidões diversas;
- Foram realizadas - 21.957 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e sete) juntadas de petições;
- Emitidos – 48.197 (quarenta e oito mil, cento e noventa e sete) atos ordinatórios;
- Encaminhados para suspensão – 2.605 (dois mil, seiscentos e cinco);
- Pelo MM. Juiz foram proferidos Julgamentos/Sentenças – 16.180 (dezesseis mil, cento e oitenta)
- E o cartório realizou até o momento o Arquivamento Definitivo – 82 (oitenta e dois).

Portanto, foram realizadas no total 257.309 (duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e nove) movimentações. Observo que estas movimentações se referem ao período entre janeiro e novembro, não sendo contabilizado o mês de dezembro do corrente ano.

No quadro abaixo, segue detalhamento dos processos ajuizados e em andamento neste Cartório.

RELATÓRIO DE PROCESSOS EM ANDAMENTO
Até 26 de novembro de 2012

	EM ANDAMENTO		
	COMARCAS	MUNICIPAL	ESTADUAL
1	ARARANGUÁ	1.737	231
2	BALN. CAMBORIU	2.811	1.113

3	BALN. PIÇARRAS	1.564	224
4	BIGUAÇU	6.782	114
5	BLUMENAU	19.131	4.142
6	BRAÇO DO NORTE	0	92
7	BRUSQUE	0	190
8	CAMBORIÚ	11.188	887
9	CRICIÚMA	563	1.521
10	GASPAR	0	568
11	GUARAMIRIM	1.081	174
12	IMBITUBA	4.295	122
13	INDAIAL	0	636
14	ITAJAÍ	12.265	1.297
15	ITAPEMA	6.757	355
16	ITAPOÁ	12.856	0
17	JARAGUÁ DO SUL	5.700	529
18	JOINVILLE	7.186	3.450
19	NAVEGANTES	2.711	266
20	PALHOÇA	6.129	418
21	PORTO BELO	6.044	129
22	RIO NEGRINHO	745	210
23	SÃO FRANCISCO DO SUL	2.265	0
24	TIJUCAS	14	212
25	TIMBÓ	1.802	340
26	URUSSANGA	74	173
	TOTAL	**113.700**	**17.393**
	TOTAL GERAL		**131.093**

CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO PENAL

O Cartório Remoto das Execuções Penais foi criado pela Resolução Conjunta n. 4/2011-GP/CGJ, e inaugurado no dia 20 de abril de 2011, com a finalidade de diminuir os custos dos insumos do processo em autos físicos (papel, tinta, impressora, grampos, etiquetas, capa, etc.), a conveniência de centralizar o gerenciamento das medidas a serem implementadas para a consecução dos objetivos da execução da pena e a diminuição dos custos de remessas de processos entre unidades judiciárias. No momento, a única Unidade Vinculada ao Cartório Remoto de Execução Penal é a Vara de Execuções Penais de Criciúma e a tendência para o futuro próximo é a vinculação de outras Unidades. No mês de outubro de 2012 foram concluídos os trabalhos de saneamento dos processos, com a atualização do controle de pena, o que viabilizou a entrega dos atestados de pena pela segunda vez consecutiva, com 3 meses de antecedência, e a instauração de inúmeros pedidos de benefícios de ofício pelo Cartório.

Após o saneamento processual, restou um acervo de 2.354 (dois mil trezentos e cinquenta e quatro) processos, de um total inicial de 3.527 (três mil quinhentos e vinte e sete).

Ainda o Cartório Remoto das Execuções Penais atuou na capacitação da Vara de Execuções Penais da Capital e tem colaborado no suporte de segundo nível com relação a matéria de Execução Penal na Divisão de Suporte ao Usuário da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Situação Atualizada dos Processos:

MÊS	NÚMERO PROCESSOS	PROCESSOS SUSPENSOS	GRAU DE RECURSO	SUSPENSOS	EM ANDAMENTO	PROCESSOS RÉUS PRESOS
Novembro	2.354	205	5	205	2.144	1.398
TOTAL	**2.354**	**205**	**5**	**205**	**2.144**	**1.398**

Dados atualizados até 30/11/2012
Fonte: Consulta de movimentações no Sistema de Automação do Judiciário SAJ/PG-5.

SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CASA DA CIDADANIA (CC) E FÓRUM MUNICIPAL– CASA DA CIDADANIA (FM – CC)	
Instaladas (2)	Município
	Morro da Fumaça
	Nova Veneza
Reativadas (2)	Município
	Três Barras
	Mirim Doce
Convênios renovados (7)	Município
	Rio dos Cedros
	Romelândia
	Bocaina do Sul
	São Ludgero
	Jaborá
	Ascurra
	Iraceminha
Convênio extinto (1)	Ilhota

Número de procedimentos instaurados	**9.828**
Número de conciliações positivas	**4.806**
Percentual de acordo alcançado	**49%**
Número de pessoas atendidas	**31.788**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos e Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça - TJSC

DESEMBARGADOR	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS 2012	PROCESSOS JULGADOS
Cláudio Barreto Dutra	-	-
Sérgio Paladino	-	-
Vanderlei Romer	5	8
Victor José Sebem Ferreira	5	13
Luiz Fernando Böller	5	5
JUIZ DE DIREITO		
Marcelo Pizolati	5	5
Selso de Oliveira	5	5
Jefferson Zanini	5	8
Otávio José Minatto	5	5

Antônio Augusto Baggio Ubaldo	5		6
Odson Cardoso Filho	4		4
APRESENTAÇÕES EM MESA		10	
EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS		6	
TOTAL	44		69

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

SERVIÇOS EFETUADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (PERÍODO CONSIDERADO DE JANEIRO A OUTUBRO/2012)	
Total de conciliações exitosas	9.468
Total de processos encerrados no período (com ou sem sentença de mérito)	53.253
Percentual de acordos realizados	31,6%

SENTENÇAS PROFERIDAS - PERÍODO DE DEZ/11 A OUT/12

Juizados Especiais Cíveis - Varas especializadas (*)

Comarcas	Iniciados (ingressos)	Encerrados (arquivados)	Sentenças proferidas (total)	% de acordo (**)	sem acordo com mérito	Com acordo
Balneário Camboriú	3.563	4.861	2.992	34%	978	512
Blumenau	3.973	2.702	3.111	34%	2.080	1.076
Brusque	2.919	2.833	2.496	35%	582	318
Capital	4.111	4.938	5.347	23%	2.730	799
Capital - Continente	1.416	1.660	1.366	31%	591	269
Capital - Norte da Ilha	5.557	4.662	3.443	17%	2.907	583
Chapecó	4.372	3.037	3.031	22%	1.229	347
Concórdia	2.159	2.162	1.883	69%	233	511
Criciúma	3.083	4.146	3.477	34%	1.207	614
Itajaí	2.620	1.982	2.382	38%	1.012	628
Jaraguá do Sul	2.726	1.789	2.311	42%	654	464
Joaçaba	1.629	553	1.418	51%	523	548
Joinville	4.381	6.033	5.605	25%	2.971	984
Lages	3.390	3.429	3.332	46%	599	508
Rio do Sul	3.805	4.228	3.354	39%	706	459
São José	2.692	1.740	2.066	46%	587	495
Tubarão	2.033	2.498	2.716	29%	872	353
TOTAL	54.429	53.253	50.330	31,6%	20.461	9.468

(*) Varas criadas por lei

(**) Para a obtenção do % de acordos levou-se em consideração apenas as sentenças em que a possibilidade de acordo é admissível.
Fonte: Divisão Judiciária da Corregedoria-Geral da Justiça – TJSC

PROGRAMA JUSTIÇA PRESENTE PARTIDAS ACOMPANHADAS – ANO / 2012		
CAMPEONATO	NÚMERO DE PARTIDAS	OCORRÊNCIAS

Catarinense	96	
Copa do Brasil	04	
Brasileiro – Série A	19	47 ocorrências em 25 partidas
Brasileiro – Série B	57	
Brasileiro – Série C	11	
Total	187	

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC POSTO AVANÇADO DE CONCILIAÇÃO EXTRAPROCESSUAL - PACE		
Serviços instalados (1)	Faculdade Estácio de Sá	
Serviços em funcionamento (11)	UNIASSELVI – FAMEBLU	
	IBES / SOCIESC	
	CESUSC	
	Associação Comercial e Industrial de Florianópolis	
	UNIASSELVI - INDAIAL	
	Câmara de Dirigentes Lojistas	
	Facvest	
	UnC	
	Câmara de vereadores de Taió	
	Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina	
	Unesc	
Serviços desativados (1)	Lagoa da Conceição	
Sessões de conciliação pré-processuais agendadas (questões cíveis)		1.522
Acordos realizados (questões cíveis)		550
Percentual de acordos		35,50%
Sessões de mediação familiar agendadas		384
Acordos realizados (mediação familiar)		200
Percentual de acordos (mediação familiar)		52,08%
Total de atendimentos		**3.653**

Fonte: Coordenadores dos postos

MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO – 7 A 14 DE NOVEMBRO	
AUDIÊNCIAS	TOTAL
Audiências de Conciliação designadas – Pré-Processuais	2.496
Audiências de Conciliação realizadas – Pré-Processuais	618
Audiência de Conciliação em fase de execução designada	3.983
Audiência de Conciliação em fase de conhecimento designada	8.552
Audiência de Conciliação em fase de execução realizada	2.249
Audiência de Conciliação em fase de conhecimento realizada	5.181
TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS	23.079
ACORDOS EFETUADOS EM FASE DE EXECUÇÃO	TOTAL
Total de acordos homologados	1.075
Soma Total dos Valores homologados	2.807.623,14
ACORDOS EFETUADOS EM FASE DE CONHECIMENTO	TOTAL

Total de acordos homologados	2.194
Soma Total dos valores homologados	10.817.858,85
AUDIÊNCIAS CRIMINAIS	**TOTAL**
Sentenças homologatórias de transação penal	346
Composição Civil	62
ABRANGÊNCIAS DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CONCILIAÇÃO	**TOTAL**
Numero de Pessoas atendidas	21.103
Participantes (magistrados)	92
Participantes (Juízes Leigos)	20
Participantes (Conciliadores)	259
Participantes (Colaboradores)	330
Eventos Paralelos	8

Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas

PROGRAMA ACADÊMICO CONCILIADOR - UNIVERSIDADES CONVENIADAS -
1. CESUSC – Convênio n. 047/2007
2. SES ESTÁCIO DE SÁ – Convênio n. 059/2007
3. UNC – Convênio n. 071/2007
4. UNOCHAPECÓ – Convênio n. 091/2007
5. UNOESC – Convênio n. 090/2007
6. FURB – Convênio n. 083/2007
7. UNERJ – Convênio n. 084/2007
8. UNESC – Convênio n. 080/2007
9. UNIBABE – Convênio n. 081/2007
10. UNIDAVI – Convênio n. 085/2007
11. UNIFEBE – Convênio n. 086/2007
12. UNIPLAC – Convênio n. 082/2007
13. UNISUL – Convênio n. 087/2007
14. UNIVALI – Convênio n. 088/2007
15. UNIVILLE – Convênio n. 079/2007

Fonte: Diretoria de Material e Patrimônio – DMP/TJSC

PROGRAMA JUIZADOS DOS AEROPORTOS PETIÇÕES RECEBIDAS E DISTRIBUÍDAS ÀS COMARCAS DO ESTADO (1º Janeiro a 14 de novembro/2012)	
COMARCAS	**Nº DE PETIÇÕES**
1. Ascurra	1
2. Balneário Camboriú	1
3. Blumenau	6
4. Capital	25
5. Chapecó	1
6. Criciúma	1
7. Garopaba	1
8. Gaspar	1
9. Jaraguá do Sul	6

10. Joinville	1
11. Navegantes	1
12. São Francisco do Sul	1
13. São José	1
14. Tubarão	1
15. Xanxerê	1
TOTAL DE PETIÇÕES RECEBIDAS/DISTRIBUÍDAS	**47**

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR ATIVIDADES / Janeiro – Novembro/2012	
Serviços instalados (4)	Ipumirim
	Laguna
	Palhoça
	Quilombo
Serviços com implantação autorizada (20)	Araranguá
	Armazém
	Caçador
	Capital/Unisul
	Chapecó/Unoesc
	Criciúma
	Indaial
	Jaraguá do Sul
	Joinville/ACE
	Lages/Uniplac
	Lages/Facvest
	Santa Rosa do Sul
	São José do Cedro
	Tangará
	Rio do Sul
	Rio Negrinho
	São Bento do Sul
	São Francisco do Sul
	Urussanga
	Videira
Serviços com pedido informal de implantação (3)	Braço do Norte
	Bom Retiro
	Capinzal
Serviços reativados (2)	Itajaí
	Xaxim
Serviços em reativação (3)	Canoinhas
	Forquilinhas
	São Miguel

Serviços em funcionamento em Casas da Cidadania (6)	Ascurra
	Balneário Camboriú
	Brusque
	Garuva
	Orleans
	Tubarão

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO DA COHAB – 10 A 14 DE JULHO	
Pessoas atendidas	510
Conciliadores voluntários	32
Audiência realizadas	423
Acordos homologados	267
Percentual de acordos	63%
Valor total de dívidas renegociadas	R$ 2.743.150,13
Valor total recebido à vista	R$ 281.780,15
Descontos aplicados	R$ 1.580.832,24

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIO – 16 A 20 DE JULHO	
Pessoas atendidas	180
Conciliadores voluntários	30
Audiência realizadas	152
Acordos homologados	44
Percentual de acordos	29%
Valor total de dívidas renegociadas	R$ 621.225,93

Fonte: Secretaria do Conselho Gestor do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos

DADOS ESTATÍSTICOS DOS SERVIÇOS EM FUNCIONAMENTO				
COMARCA	INSTALAÇÃO	NUMERO DE CASOS	NÚMERO DE ACORDOS	PERCENTUAL DE ACORDOS
1 Abelardo Luz	01/03/2002	399	319	**79,94%**
2 Anchieta	01/03/2005	62	29	**46,77%**
3 Blumenau	04/10//2010	13	13	**100,00%**
4 Campo Erê	08/02/2007	123	90	**73,17%**
5 Campos Novos	26/10/2010	8	7	**87,50%**
6 Capital – Fórum Central	21/09/2001	239	133	**55,64%**
7 Catanduvas	01/03/2004	54	40	**74,07%**
8 Chapecó – Unochapecó	03/11/2004	106	72	**67,92%**
9 Coronel Freitas	08/09/2008	28	11	**39,28%**
10 Cunha Porã	14/02/2008	40	32	**80,00%**
11 Descanso	21/08/2007	67	53	**79,10%**

12	Dionísio Cerqueira	15/05/2004	79	63	**79,74%**
13	Garopaba	01/04/2009	41	26	**63,41%**
14	Itajaí	03/2003	70	29	**41,42%**
15	Itapema	07/05/2010	93	62	**66,66%**
16	Itapiranga	22/09/2011	2	1	**50,00%**
17	Ituporanga	01/04/2004	53	53	**100,00%**
18	Joinville	02/09/2002	331	129	**38,97%**
19	Lauro Müller	10/08/2010	23	22	**95,65%**
20	Laguna	06/06/2012	58	30	**51,72%**
21	Lebon Régis	01/02/2010	127	95	**74,80%**
22	Mafra	27/08/2009	65	36	**55,38%**
23	Modelo	10/04/2008	68	41	**60,29%**
24	Palhoça	29/08/2012	13	4	**30,76%**
25	Pinhalzinho	20/07/2010	22	21	**95,45%**
26	Ponte Serrada	14/02/2011	176	139	**78,97%**
27	Presidente Getúlio	01/02/2010	3	3	**100,00%**
28	Quilombo	07/02/2012	32	28	**87,50%**
29	Santa Cecília	01/08/2010	83	81	**97,59%**
30	São Domingos	01/02/2008	88	58	**65,90%**
31	São José	30/08/2004	15	13	**86,66%**
32	São Lourenço do Oeste	28/02/2007	154	71	**46,10%**
33	Trombudo Central	09/06/2005	4	4	**100,00%**
34	Turvo	16/05/2011	30	23	**76,66%**
35	Xanxerê	22/06/2009	233	60	**25,75%**
36	Xaxim	03/11/2010	41	19	**46,34%**
	TOTAL		3.043	1.910	62,76%

** Comarcas com dados anuais do SMF indisponíveis: Barra Velha, Capital/Norte da Ilha, Concórdia, Ipumirim, Rio do Oeste, Seara*
Fonte: Dados fornecidos pelas comarcas

CURSOS DE CAPACITAÇÃO OFERECIDOS EM PARCERIA COM A ACADEMIA JUDICIAL

MÊS	CURSOS
Abril	- Curso de Formação de Instrutores do Conteúdo Avançado do Juizado Especial e Juizado Informal Data: 25 e 26/04/2012 Número de participantes: 24
Maio	- Curso de Mediação Familiar – Sociesc Data: 26/05, 02 e 09/06/2012 Número de participantes: 56
Junho	- Curso de Formação de Instrutores do conteúdo Avançado da Mediação Familiar – Data: 11 e 12/06/2012 Número de participantes: 26 - Curso de Formação Integrada para Conciliadores e Mediadores do Juizado Especial/Mediação Familiar e Juizado Informal Data: 20 e 22/06/2012 Número de participantes: 95

Julho	- Curso de Formação Integrada para Conciliadores do Juizado Especial e Mediadores Familiar Data: 2 a 4/07/2012 Número de participantes: 73
Agosto	- Curso de Formação Avançada para conciliadores do Juizado Especial - Criciúma Data: 2 e 3/08/2012 Número de participantes: 14 - Curso de Formação Avançada para Conciliadores do Juizado Informal - Criciúma Data: 2 e 3/08/2012 Número de participantes: 19 - Curso de Formação Avançada para Mediadores Familiar - Criciúma Data: 2 e 3/08/2012 Número de participantes: 26 - Curso Síndrome de Alienação Parental – Sociesc Data: 11, 18 e 25/08/2012 Número de participantes: 40
Setembro	- Curso de Formação de Base em Mediação Familiar – Jaraguá do Sul (turma 1) Data: 3 a 5/09/2012 Número de participantes: 35 - Curso de Formação de Base em Mediação Familiar – Jaraguá do Sul (turma 2) Data: 24 a 26/09/2012 Número de participantes: 25
Outubro	- Curso de Formação Avançada para conciliadores do Juizado Especial - Capital Data: 18 e 19/10/2012 Número de participantes: 34 - Curso de Formação Avançada para Mediadores Familiar - Capital Data: 18 e 19/10/2012 Número de participantes: 41
Novembro	- Curso de Formação de Base em Mediação Familiar – Jaraguá do Sul (turma 3) Data:19 e 21/11/2012 Número de participantes: 48 - Curso de Formação de Base em Mediação Familiar – Lages/Facvest Data:19 e 21/11/2012 Número de participantes: 43 II Encontro Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos Data: 26 e 27/11/2012 Número de participantes: 373
Total de pessoas capacitadas	**972**

Fonte: Academia Judicial/TJSC

HISTÓRICO

Criado pela Resolução 11/2005-TJ, o Núcleo de Conciliação foi institucionalizado em sessão realizada no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 22 de março de 2006. A unidade, que busca a solução amigável de litígios no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, passou a operar oficialmente à partir de maio do ano de 2006.

OBJETIVO

O Núcleo de Conciliação, além de suas atividades típicas – realizar audiências de conciliação em processos que tramitam no segundo grau de jurisdição –, possui também atividades atípicas, no sentido de proporcionar uma maior divulgação das políticas referentes a métodos alternativos para solução de conflitos, bem como aprimorar as práticas já adotadas.

MÊS	PAUTADOS	REALIZADOS	EXITOSAS	INEXITOSAS	SUSPENSAS	AUSÊNCIAS	JUNTA DE ACORDO
JANEIRO	0	0	0	0	0	0	0
FEVEREIRO	1	1	0	1	0	0	1
MARÇO	5	4	1	1	2	1	0
ABRIL	0	0	0	0	0	0	5
MAIO	99	85	60	14	9	14	2
JUNHO	3	3	0	0	3	0	4

JULHO	116	74	18	35	21	42	3
AGOSTO*	14	10	5	5	0	3	5
SETEMBRO	0	0	0	0	0	0	4
OUTUBRO	201	126	26	79	21	75	3
NOVEMBRO	55	32	6	8	18	7	2
DEZEMBRO	17	10	0	6	4	7	12
TOTAL	511	345	116	149	78	149	47

** 02 (duas) audiências redesignadas no mês de maio e 01 (uma) no mês de agosto.*

QUADRO ESTATÍSTICO DO ANO DE 2012

MÊS	TOTAL DE ACORDOS	PESSOAS ATENDIDAS	VALOR DOS ACORDOS
JANEIRO	6	0	R$ 254.682,19
FEVEREIRO	1	0	R$ 10.117,72
MARÇO	1*	0	R$ 0,00
ABRIL	5	0	R$ 49.745,00
MAIO	62	201	R$ 1.198.222,52
JUNHO	4	7	R$ 22.500,00
JULHO	21	282	R$ 500.060,98
AGOSTO	10	32	R$ 1.066.653,60
SETEMBRO	4	0	R$ 125.203,12
OUTUBRO	29	529	R$ 3.345.234,77
NOVEMBRO	8	125	R$ 292.426,95
DEZEMBRO	12	37	R$ 68.859,99
TOTAL	162	1.213	R$ 6.933.715,84

** Transferência de imóveis.*

◖ DIREÇÃO-GERAL JUDICIÁRIA

SECRETARIA ESTATÍSTICA DAS INSTÂNCIAS RECURSAIS

Relatórios Estatísticos por Movimentação e de Processos Pendentes

O Tribunal de Justiça, no ano de 2012, recebeu **116.433** processos, sendo **90.999** casos novos, entre ações originárias e recursos oriundos das Comarcas e **25.434** recursos internos. Também registrou-se a interposição de **30.164** recursos de competência dos Tribunais Superiores.

Entretanto, no ano que passou, foram julgados **116.267** processos de competência do Tribunal de Justiça, sendo 89.686 por acórdão e **26.577** por decisões monocráticas de relator em gabinete.

Foram assinados **91.233** acórdãos, todos publicados no Diário da Justiça Eletrônico.

Milhares de despachos foram proferidos pelos magistrados, cerca de **24.191** de admissibilidade de Recursos Especiais, Extraordinários e Ordinários (admitidos e negados). Além de outras **19.025** decisões diversas proferidas pelas Vice-Presidências.

Os Desembargadores e Juizes de Direito de Segundo Grau proferiram **53.593** despachos como revisores, **131.591** despachos como relatores, e **14.109** votos em sessões, além de **34.181** decisões liminares.

Durante o ano foram realizadas **1.988** sessões.

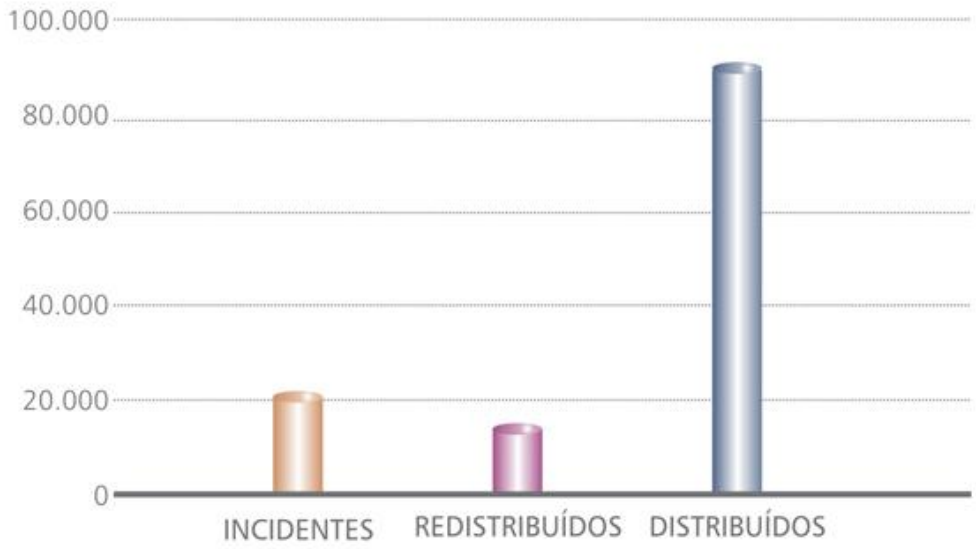
Em 2013, a Corte Catarinense inicia seus trabalhos com **82.142** processos estão pendentes de julgamento. Do volume total de processos pendentes de julgamento, aproximadamente **9.061** são da competência da Segunda e Terceira Vice-Presidências (recursos aos Tribunais Superiores e incidentes processuais) e **73.081** dos demais órgãos julgadores (recursos oriundos da primeira instância, ações de competência originária do TJSC, bem como incidentes processuais). Existem, ainda, cerca de **9.588** recursos sobrestados que aqui aguardam decisão dos Tribunais Superiores.

1. Distribuição

No ano de 2012 foram distribuídos **90.999** processos novos, redistribuídos 20.092, sendo, ainda, interpostos **25.434** incidentes processuais.

De todos os processos entrados no período, **78,15%** são casos novos e **21,85%** recursos internos de decisões proferidas pelo próprio Tribunal.

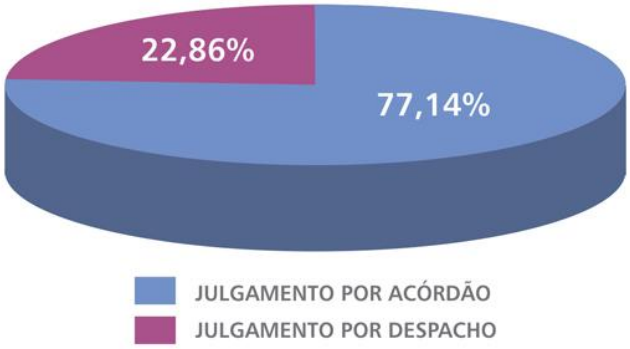
Gráfico: **Distribuição, Incidentes e Redistribuição**.

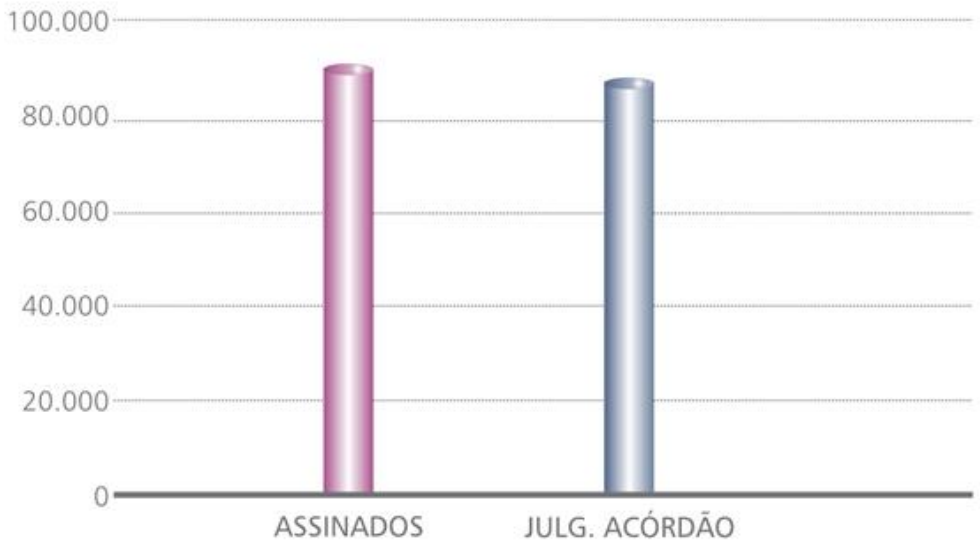


2. Julgamento e Assinatura

No ano de 2012 foram julgados 116.267 processos.

Pode-se afirmar que 77,13% dos julgamentos ocorreram por decisão colegiada (89.686 acórdãos) e 22,85% por decisão monocrática do relator em gabinete (26.577).





3. Produtividade no TJSC

Distribuídos e incidentes (entrados)	116.433
Recebidos por Redistribuição	20.092
Julgamentos	116.267
Acórdãos Assinados	90.712
Desp. Revisor	53.593
Desp. Relator	131.591
Voto Relator/Revisor	141.009
Pedido de Vista	2.157
Recebidos por Transferência	77.077
Decisões Liminares	34.181

Em 2012, o percentual de julgados em relação aos processos entrados foi de 99,85%.

Gráfico: Entrados e Julgados



3.1: Produtividade no TJSC por órgão julgador e magistrados

Nos relatórios abaixo colacionados a nominata dos Desembargadores componentes de cada órgão julgador foi ordenada segundo a lista de antiguidade dos magistrados no Tribunal e na Câmara, constando das tabelas abaixo, ainda, os nomes de todos os magistrados que em algum momento integraram os respectivos órgãos fracionários durante o exercício 2012 (inclusive os que mudaram de Câmara, os inativados e falecidos, cujos nomes aparecem encabeçando listas por terem atuado em determinados órgãos julgadores durante o ano e, posteriormente, passado a compor outros). Para facilitar a visualização dos dados estatísticos foi ordenado o somatório das participações do magistrado no órgão julgador, observada a condição de titular, substituto e cooperador.

PRESIDÊNCIA					
Magistrado	Distrib e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Dec. Mon	Recebidos por transf	Decisões Liminares
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	75	0	75	3	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**75**	**0**	**75**	**3**	**0**

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA					
Magistrado	Distrib e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Dec. Mon	Recebidos por transf	Decisões Liminares
Desembargador Sérgio Paladino	15	4	16	7	14
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz	2	0	1	1	0
Desembargador Gaspar Rubick	1	1	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**18**	**5**	**18**	**8**	**14**

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA					
Magistrado	Distrib e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Dec. Mon	Recebidos por transf	Decisões Liminares
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	199	0	209	4.054	6
Desembargador Pedro Manoel Abreu	0	0	0	0	1
Desembargador Mazoni Ferreira	21	0	2	1	0
Desembargador Rui Fortes	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**221**	**0**	**211**	**4.055**	**7**

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA					
Magistrado	Distrib e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Dec. Mon	Recebidos por transf	Decisões Liminares
Desembargador Rui Fortes	4.172	1	953	5.243	3
Desembargador Monteiro Rocha	152	0	3	1	0
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	1	0	0	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**4.329**	**1**	**956**	**5.245**	**3**

Órgãos Julgadores

TRIBUNAL PLENO										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Pedro Manoel Abreu	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador José Volpato de Souza	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Luiz Carlos Freyesleben	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Desembargador Cesar Abreu	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Cid Goulart	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador Rodrigo Antônio	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Desembargadora Soraya Nunes Lins	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargador Paulo R. Camargo Costa	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Jaime Luiz Vicari	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0
Desembargador José Inacio Schaefer	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0

Desembargador João Batista Góes Ulysséa	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador Luiz Fernando Boller	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
Desembargador Carlos Alberto Civinski	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**10**	**3**	**9**	**2**	**0**	**12**	**3**	**3**	**3**	**0**

ÓRGÃO ESPECIAL

Magistrado	Distribuiçãoe Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Carlos Prudêncio	83	64	224	223	1	264	221	2	5	0
Desembargador Gaspar Rubick	92	49	236	225	0	227	225	0	163	3
Desembargador Pedro Manoel Abreu	107	71	254	245	1	247	249	0	5	4
Desembargador Trindade dos Santos	16	66	170	162	1	169	163	0	201	6
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	11	10	4	2	0	4	3	0	2	1
Desembargador Newton Trisotto	93	74	213	498	0	204	211	26	5	3
Desembargador Sérgio Paladino	9	10	6	6	0	7	6	1	1	1
Desembargador Solon d'Eça Neves	27	3	1	0	0	1	0	0	79	1
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	83	25	196	195	1	118	195	2	26	3
Desembargador Vanderlei Romer	9	7	0	42	0	0	0	1	0	0
Desembargador Eládio Torret Rocha	132	33	217	207	0	211	207	1	42	1
Desembargador Nelson Schaefer Martins	58	72	160	263	1	168	157	3	2	0
Desembargador José Volpato de Souza	79	77	187	180	0	184	180	1	0	3
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	28	8	57	56	0	52	57	0	0	0
Desembargador Monteiro Rocha	62	43	1	0	0	160	0	0	7	1
Desembargador Fernando Carioni	134	57	209	206	0	210	209	0	1	2
Desembargador Torres Marques	8	21	6	3	0	2	3	0	21	0
Desembargador Rui Fortes	2	5	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	88	59	203	191	1	239	200	0	105	4
Desembargadora Salete Silva Sommariva	26	8	0	2	0	95	0	0	0	0
Desembargador Ricardo Fontes	147	127	273	268	3	301	273	1	0	2
Desembargador Salim Schead dos Santos	75	147	253	267	0	274	249	1	117	0
Desembargadora Maria do Rocio Luz S. Ritta	6	12	0	0	0	1	0	0	2	0
Desembargador Cid Goulart	2	12	0	0	0	1	0	0	3	0
Desembargador Jaime Ramos	107	76	212	202	1	211	208	1	2	2
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	144	122	257	301	0	302	256	4	2	4
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	126	65	221	218	1	220	220	1	8	1
Desembargador João Henrique Blasi	105	71	193	191	0	216	191	2	1	5

Desembargador Jânio Machado	75	115	238	227	0	232	229	1	99	2
Desembargador Paulo R. Camargo Costa	10	9	0	0	0	0	0	0	2	0
Desembargador Raulino Jacó Brüning	57	80	197	191	3	188	191	0	151	4
Desembargador Jaime Luiz Vicari	58	65	3	2	0	5	2	7	55	1
Desembargador José Inacio Schaefer	100	74	329	324	0	337	328	0	183	5
Desembargador José Inacio Schaefer	5	0	4	0	0	4	4	0	0	0
Desembargador Newton Janke	9	6	103	103	0	103	103	0	0	0
Desembargador Luiz Carlos Freyesleben	43		48	47	0	48	47	0	19	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.217**	**1.780**	**4.676**	**5.079**	**14**	**5.005**	**4.587**	**55**	**1.419**	**60**

SEÇÃO CRIMINAL

Magistrado	Distrib. e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Solon d'Eça Neves	6	0	2	2	5	9	4	1	9	3
Desembargador Hilton Cunha Júnior	6	0	4	0	0	0	0	0	1	0
Desembargador Sérgio Paladino	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Torres Marques	28	0	28	12	7	19	24	0	0	5
Desembargador Rui Fortes	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0
Desembargadora Salete Silva Sommariva	3	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	26	2	23	14	7	23	18	0	2	8
Desembargador Moacyr de M. Lima Filho	27	2	30	21	15	38	37	0	0	6
Desembargador Jorge Schaefer Martins	27	0	25	26	17	41	39	3	1	13
Desembargadora Marli Mosimann Vargas	28	1	33	17	26	23	43	0	1	6
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	25	0	28	26	17	45	42	3	1	16
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	27	2	30	26	19	45	43	0	1	17
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	16	1	19	14	21	21	35	0	35	5
Desembargador Carlos Alberto Civinski	14	0	7	6	11	10	16	0	25	4
Desembargador Carlos Alberto Civinski	4	0	2	0	0	1	0	0	2	1

Desembargador Ricardo Roesler	9	1	20	7	8	17	15	0	21	5
Desembargador José Everaldo Silva	0	0	0	11	2	0	1	0	0	0
Desembargador José Everaldo Silva	14	1	20	0	0	21	10	0	9	10
Desembargadora Cinthia B. da S. B. Schaefer	0	0	0	1	3	0	2	0	0	0
Desembargadora Cinthia B. da Silva B. Schaefer	13	0	1	0	0	12	1	0	22	8
Desembargador Rodrigo Collaço	7	0	10	9	2	15	11	0	15	6
Desembargador Newton Varella Júnior	15	0	3	3	17	5	12	0	31	1
Desembargador Volnei Celso Tomazini	12	0	2	0	7	2	5	0	4	2
Desembargador Leopoldo A. Brüggemann	4	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desembargadora Janice Goulart G.Ubialli	4	0	0	0	2	0	1	0	0	0
Desembargador Francisco Oliveira Neto	10	2	8	7	6	8	13	0	16	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**330**	**12**	**297**	**205**	**192**	**358**	**375**	**7**	**197**	**117**

Grupo de Câmaras

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL										
Magistrado	Distribuiçãoe Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Carlos Prudêncio	15	3	12	8	3	24	12	2	0	10
Desembargador Trindade dos Santos	5	1	1	0	7	8	5	0	6	7
Desembargador Eládio Torret Rocha	7	1	8	8	0	17	5	1	3	9
Desembargador Monteiro Rocha	10	2	6	2	4	14	5	1	4	7
Desembargador Fernando Carioni	14	0	11	9	2	19	9	0	0	4
Desembargador Luiz Carlos Freyesleben	18	0	15	21	7	27	16	0	0	11
Desembargador Nelson Schaefer Martins	9	2	10	11	3	10	8	0	0	4
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	15	1	23	18	6	25	26	1	0	5
Desembargadora Maria do Rocio Luz S.Ritta	7	5	6	5	6	9	8	1	2	3
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Desembargador Victor Ferreira	14	0	22	18	5	32	23	3	0	14
Desembargador Joel Figueira Júnior	1	2	4	3	2	5	3	0	14	1
Desembargador Henry Petry Junior	9	2	9	3	13	9	16	3	3	4

Desembargador Jaime Luiz Vicari	7	2	5	6	2	5	6	1	1	1
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	8	0	0	0	1	4	0	1	17	4
Desembargador Ronei Danielli	17	4	25	23	3	31	22	1	4	6
Desembargador Luiz Fernando Boller	10	1	7	5	10	22	16	0	3	13
Desembargadora Denise Volpato	4	1	6	5	2	14	6	0	3	8
Desembargador Stanley da Silva Braga	6	0	2	1	7	2	8	0	0	1
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	3	3	7	4	3	7	8	0	1	2
Desembargador Odson Cardoso Filho	8	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Desembargador Saul Steil	3	1	0	0	1	3	1	1	0	1
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	3	3	5	3	0	9	3	0	3	5
Desembargador Ronaldo Moritz M. da Silva	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Desembargador Paulo H. Moritz M. da Silva	1	0	0	2	0	2	0	0	1	1
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	2	3	0	0	0	1	0	0	16	0
Desembargadora Janice Goulart G. Ubialli	2	0	0	0	0	4	0	0	2	0
Desembargador Francisco Oliveira Neto	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargadora Cinthia Beatriz da S.B. Schaefer	8	1	5	5	0	7	3	0	1	5
Desembargador Luiz Zanelato	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Gerson Cherem II	2	0	0	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**214**	**39**	**190**	**162**	**87**	**315**	**209**	**16**	**84**	**127**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuiçãoe Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Ricardo Fontes	3	1	5	5	3	6	7	0	0	1
Desembargador Salim Schead dos Santos	2	0	4	2	3	10	6	0	0	7
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	1	2	3	2	2	3	5	0	0	0
Desembargador José Carlos Carstens Köhler	4	0	5	5	3	8	8	0	2	3
Desembargador Jorge Luiz de Borba	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Desembargadora Rejane Andersen	1	0	0	0	1	1	1	0	2	1
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	2	1	4	5	1	4	5	0	0	1
Desembargador Rodrigo Antônio	6	0	4	1	1	8	2	0	0	7
Desembargador Jânio Machado	1	1	1	2	2	2	3	1	0	1
Desembargadora Soraya Nunes Lins	5	0	3	3	1	8	5	0	2	5
Desembargador Paulo Roberto Camargo Costa	4	0	3	3	2	2	4	0	1	0
Desembargador Raulino Jacó Brüning	3	0	1	1	0	3	1	1	3	2

Desembargador José Inacio Schaefer	2	2	2	0	1	2	2	0	0	1
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	0	0	2	2	0	3	2	0	1	1
Desembargador Tulio Pinheiro	0	0	0	0	3	2	3	0	3	2
Desembargador Carlos Alberto Civinski	0	0	1	1	0	3	1	0	9	0
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	2	0	7	6	0	9	6	0	5	2
Desembargador Robson Luz Varella	1	1	1	1	5	3	5	0	4	2
Desembargador Robson Luz Varella	3	0	1	0	0	0	0	0	3	0
Desembargador Altamiro de Oliveira	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador Júlio César Knoll	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Gerson Cherem II	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**47**	**9**	**48**	**39**	**28**	**88**	**66**	**2**	**35**	**43**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO										
Magistrado	Distribuiçãoe Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Gaspar Rubick	64	6	58	42	4	129	47	1	57	79
Desembargador Pedro Manoel Abreu	75	18	118	108	11	193	113	1	7	113
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	4	1	0	1	0	1	0	0	0	1
Desembargador Newton Trisotto	79	14	106	102	24	186	119	27	18	88
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	63	4	82	96	13	175	74	3	31	97
Desembargador Vanderlei Romer	13	0	8	11	0	15	1	0	0	13
Desembargador Nelson Schaefer Martins	46	6	39	29	14	125	49	6	50	86
Desembargador José Volpato de Souza	71	16	76	56	11	170	68	0	7	108
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	9	0	1	4	0	7	0	0	0	5
Desembargador Rui Fortes	8	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Desembargador Cesar Abreu	32	6	36	25	1	80	28	3	73	46
Desembargador Cid Goulart	68	9	70	58	32	149	91	4	21	78
Desembargador Jaime Ramos	81	11	85	63	28	175	89	16	4	78
Desembargador João Henrique Blasi	88	14	89	72	20	190	91	24	0	112
Desembargador Jorge Luiz de Borba	83	15	56	49	20	195	67	3	29	129
Desembargador Jânio Machado	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	56	11	52	41	11	107	50	1	95	55
Desembargador Ricardo Roesler	18	7	8	1	0	13	3	0	7	11
Desembargador Rodrigo Collaço	27	7	5	1	3	38	4	0	10	35
Desembargador Paulo Henrique Moritz M. da Silva	37	11	18	5	6	60	10	0	9	44

Desembargador Carlos Adilson Silva	61	14	77	66	22	171	73	0	38	116
Desembargador José Everaldo Silva	4	1	0	0	0	6	0	0	1	6
Desembargador Júlio César Knoll	13	1	0	0	6	14	5	0	10	14
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	8	3	0	0	3	10	3	0	2	9
Desembargador Francisco Oliveira Neto	2	0	0	0	0	3	0	0	0	3
Desembargador Guilherme Nunes Born	4	2	0	0	0	1	0	0	3	1
Desembargador Dinart Francisco Machado	4	0	1	0	0	3	0	0	4	3
Desembargadora Rosane Portella Wolff	3	0	0	0	0	4	0	0	0	4
Desembargador Newton Janke	12	8	24	19	8	55	29	0	0	30
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**1.048**	**185**	**1.009**	**849**	**237**	**2.282**	**1.014**	**89**	**476**	**1.370**

Câmaras de Direito Civil

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Carlos Prudêncio	943	292	1.326	1.083	1554	1.361	2.411	49	19	104
Desembargador Joel Figueira Júnior	74	20	45	45	29	135	70	1	839	37
Desembargadora Denise Volpato	803	223	1.075	1.061	634	1.452	1.566	29	240	163
Desembargador Fernando Carioni	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desembargador Carlos Alberto Civinski	0	0	0	0	97	0	60	7	0	0
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	1	0	1	0	0	2	0	0	0	1
Desembargador Domingos Paludo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desembargador Carlos Adilson Silva	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desembargador Stanley da Silva Braga (Cooperad)	2	0	6	6	0	7	6	0	0	1
Desembargador Saul Steil	43	0	233	230	4	323	249	28	240	18
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	1	0	2	0	0	5	0	0	0	3
Desembargador Odson Cardoso Filho	77	34	30	26	0	99	28	16	13	10
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	81	40	7	5	1	82	14	1	35	1
Desembargadora Cinthia B. da Silva B. Schaefer	507	168	944	921	216	1.246	1.171	40	558	142
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	38	28	3	2	0	80	2	0	17	1
Desembargador Guilherme Nunes Born	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Luiz Zanelato	57	34	2	1	0	8	1	1	5	6
Desembargador Gerson Cherem II	97	48	104	45	0	69	45	1	106	12
Desembargadora Rosane Portella Wolff	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2.728	887	3.778	3.425	2.535	4.878	5.624	174	2.072	508

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuiçãoe Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Trindade dos Santos	517	193	686	562	377	831	930	6	870	207
Desembargador Luiz Carlos Freyesleben	815	249	1064	902	459	1.001	1.346	9	6	79
Desembargador Nelson Schaefer Martins	298	88	483	403	425	487	802	17	13	67
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	385	127	376	313	247	567	545	9	1.201	175
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	526	150	721	698	288	870	966	15	1.487	74
Desembargador Jaime Luiz Vicari	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	27	0	3	4	0	7	2	0	0	5
Desembargadora Denise Volpato	23	4	2	0	1	18	2	0	1	0
Desembargador Saul Steil	0	0	0	0	0	5	0	0	0	1
Desembargador Francisco Oliveira Neto	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2.592	811	3.335	2.882	1.797	3.788	4.593	57	3.578	609

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Fernando Carioni	730	248	929	920	1.100	1.335	2.012	10	63	142
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	726	236	832	826	543	1.135	1.341	13	53	35
Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta	566	177	679	638	328	892	933	13	169	97
Desembargador Saul Steil	503	116	1.258	1.257	152	1.428	1.425	8	801	55
Desembargador Henry Petry Junior	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador Guilherme Nunes Born	17	8	0	0	24	0	24	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2.542	785	3.698	3.641	2.147	4.791	5.735	44	1.086	329

QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Eládio Torret Rocha	446	145	481	439	281	522	651	3	224	75
Desembargador Luiz Fernando Boller	800	235	1.248	1.215	387	1.445	1.625	11	67	180

Desembargador Victor Ferreira	699	254	664	616	762	717	1.358	33	1	76
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	369	118	804	739	322	927	1.037	11	1.309	84
Desembargador Fernando Carioni	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	81	17	289	288	212	363	516	13	3	62
Desembargador Saul Steil	37	15	16	15	0	68	15	7	22	0
Desembargador Dinart Francisco Machado	29	14	30	30	0	34	30	2	32	2
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.461**	**798**	**3.532**	**3.346**	**1.964**	**4.077**	**5.232**	**80**	**1.658**	**480**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuiçãoe Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Monteiro Rocha	666	227	1.095	1.023	1175	1.219	2.028	26	1.224	147
Desembargador Henry Petry Junior	719	242	1.061	1.002	670	1.273	1.661	40	40	177
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	704	227	1.042	1.050	576	1.220	1.520	18	52	128
Desembargador Odson Cardoso Filho	308	92	750	711	250	1.075	921	14	276	229
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	61	17	0	34	0	2	0	0	0	2
Desembargador Saul Steil	33	5	22	20	22	90	40	0	20	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**2.491**	**810**	**3.970**	**3.840**	**2.693**	**4.879**	**6.170**	**98**	**1.612**	**684**

SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Jaime Luiz Vicari	672	210	1.108	1021	1.179	1.209	2.105	33	120	153
Desembargador Ronei Danielli	767	248	1.128	1007	776	1.192	1.742	112	95	133
Desembargador Stanley da Silva Braga	671	214	1.050	974	676	1.406	1.618	14	93	335
Desembargadora Rosane Portella Wolff	58	14	178	178	0	245	178	2	571	17
Desembargador Paulo Henrique Moritz M.da Silva	59	17	2	2	0	66	1	1	1	0
Desembargador Altamiro de Oliveira	8	6	0	1	0	9	0	3	0	0
Desembargador Saul Steil	119	57	36	36	81	145	111	6	43	10
Desembargador Francisco Oliveira Neto	13	3	0	0	0	1	0	2	0	1
Desembargadora Cinthia B. da Silva B. Schaefer	158	44	566	559	15	624	575	8	79	66

TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	2.525	813	4.068	3.778	2.727	4.897	6.330	181	1.002	715

Câmaras de Direito Comercial

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Ricardo Fontes	2.372	478	2.697	957	259	1.290	1.195	3	14	275
Desembargador Salim Schead dos Santos	2.227	477	2.699	980	89	1.360	1.069	3	50	283
Desembargador Rodrigo Antônio	1.958	436	2.580	772	82	1.292	850	3	104	437
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	612	98	736	507	20	733	512	0	199	118
Desembargador Tulio Pinheiro	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	50	15	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	7.222	1.504	8.712	3.216	450	4.676	3.626	9	367	1.114

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargadora Rejane Andersen	1.477	442	2.058	1.808	1.315	2.604	3.234	65	185	404
Desembargador Raulino Jacó Brüning	1.291	395	1.364	978	1.549	1.815	2.406	82	1.739	595
Desembargador Robson Luz Varella	1.465	342	1.562	1.535	772	1.877	2.250	60	2.408	201
Desembargador Dinart Francisco Machado	201	55	285	292	30	398	310	5	1.415	59
Desembargador Jorge Luiz de Borba	126	44	97	102	24	116	121	2	0	21
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	506	170	671	548	276	868	768	20	76	255
Desembargador Guilherme Nunes Born	257	78	2	5	0	1	2	15	5	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	5.323	1.526	6.039	5.268	3.966	7.684	9.091	249	5.828	1.540

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Paulo Roberto Camargo Costa	1.867	414	2.569	2.513	1.347	2.902	3.807	71	148	343
Desembargador Tulio Pinheiro	1.152	414	1.590	1.493	1.252	2.058	2.722	1	2.918	489
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	812	247	1.069	1.068	644	1.520	1.655	19	3.116	404
Desembargador Gerson Cherem II	143	64	295	262	99	364	382	0	936	60
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Raulino Jacó Brüning	236	59	247	233	36	254	182	2	3	97

Desembargador Carlos Alberto Civinski	233	87	238	202	177	230	379	10	2.147	14
Desembargador Robson Luz Varella	106	15	1	0	18	6	17	2	39	5
Desembargador Paulo Henrique Moritz M. da Silva	46	31	0	0	0	72	0	0	1	0
Desembargador Altamiro de Oliveira	69	33	0	0	0	102	0	0	0	0
Desembargador Júlio César Knoll	740	193	598	616	548	694	1.031	37	270	102
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	0	0	0	0	2	0	38	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.406**	**1.557**	**6.610**	**6.387**	**4.123**	**8.204**	**10.213**	**142**	**9.578**	**1.515**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	1.892	481	2.152	2.164	2.043	2.678	4.141	10	10	335
Desembargador José Carlos Carstens Köhler	1.604	415	1.994	1.996	882	2.344	2.832	3	70	261
Desembargador José Inacio Schaefer	1.495	413	1.855	1.908	1.111	2.187	2.974	10	60	302
Desembargador Altamiro de Oliveira	706	171	935	1.014	43	1.357	957	7	396	208
Desembargador Saul Steil	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Desembargador Júlio César Knoll	0	0	1	1	34	1	35	0	0	0
Desembargadora Cláudia Lambert de Faria	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.697**	**1.480**	**6.937**	**7.083**	**4.113**	**8.568**	**10.941**	**30**	**536**	**1.107**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	1.385	371	1.684	1.100	1.569	1.810	2.503	15	26	518
Desembargador Jânio Machado	1.509	397	2.070	1.773	979	2.130	2.720	20	26	449
Desembargadora Soraya Nunes Lins	1.282	407	1.713	1.638	1.037	2.293	2.705	10	28	605
Desembargador Guilherme Nunes Born	834	227	1.416	1.286	526	1.630	1.827	15	1.383	210
Desembargador Volnei Celso Tomazini	318	76	456	413	232	473	639	5	66	49
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.328**	**1.478**	**7.339**	**6.210**	**4.343**	**8.336**	**10.394**	**65**	**1.529**	**1.831**

Câmaras de Direito Público

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Newton Trisotto	1.453	262	1.359	1.055	1.012	1.111	1.884	118	132	106
Desembargador Gaspar Rubick	1.049	230	1.073	893	649	1.150	1.514	20	1.306	89

Desembargador Jorge Luiz de Borba	1.546	334	1.300	1.287	916	1.331	2.144	87	695	124
Desembargador Paulo Henrique Moritz M. da Silva	846	175	14.281	1.063	629	1.525	1.662	55	1.215	320
Desembargador Vanderlei Romer	146	22	182	17	0	27	0	0	0	26
Desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz	133	18	2	3	0	3	2	0	0	2
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5
Desembargador Ricardo Roesler	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0
Desembargadora Cláudia Lambert de Faria	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.174**	**1.041**	**5.344**	**4.319**	**3.206**	**5.153**	**7.206**	**287**	**3.348**	**673**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador João Henrique Blasi	1.692	310	1.919	1.410	937	1.401	2.297	15	7	70
Desembargador Nelson Schaefer Martins	993	177	1.005	901	857	964	1.708	10	989	51
Desembargador Cid Goulart	1.528	287	1.545	1007	976	1.155	1.979	15	350	92
Desembargador Francisco Oliveira Neto	190	13	712	520	41	598	562	4	1.790	47
Desembargador Newton Janke	385	65	361	202	152	218	333	5	112	14
Desembargador Ricardo Roesler	503	94	950	555	252	740	812	4	553	88
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desembargador José Everaldo Silva	53	6	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargadora Rosane Portella Wolff	24	5	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.368**	**957**	**6.493**	**4.595**	**3.215**	**5.077**	**7.691**	**53**	**3.801**	**363**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	998	177	1.296	708	333	699	1.020	5	336	70
Desembargador Pedro Manoel Abreu	1.662	289	1.879	1.204	799	1.246	1.985	4	398	94
Desembargador Cesar Abreu	647	128	833	568	327	590	871	13	1.864	13
Desembargador Carlos Adilson Silva	1.451	294	1.605	1.182	756	1.310	1.917	18	1.202	176
Desembargador Jaime Ramos	0	0	0	0	19	0	19	0	0	0
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	3	0	0	0	0	5	0	0	0	5
Desembargador Rodrigo Collaço	37	14	0	0	0	0	0	1	2	0
Desembargador Júlio César Knoll	115	20	2	0	0	4	0	0	2	1
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	245	50	81	49	216	65	259	1	66	6

Desembargador Francisco Oliveira Neto	40	0	1	1	0	51	2	0	2	18
Desembargador Guilherme Nunes Born	117	29	1	0	19	0	17	1	2	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.315**	**1.001**	**5.698**	**3.712**	**2.469**	**3.972**	**6.090**	**43**	**3.874**	**385**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO										
Magistrado	**Distribuição e Incidentes**	**Receb Distr.**	**Julgam. Acórd e Dec. Monocr**	**Acórdão Assinad**	**Despacho Revisor**	**Despacho do Relator**	**Voto Relator /Revisor**	**Pedido de Vista**	**Recebidos por transf**	**Dec. Limin**
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	136	18	193	44	54	52	126	0	0	6
Desembargador José Volpato de Souza	1.545	269	1.564	1.358	854	1.468	2.218	11	10	53
Desembargador Jaime Ramos	1.666	288	1.858	1.646	1.149	1.838	2.760	21	7	50
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	1.231	239	1.630	1.071	964	1.242	1.891	7	2.241	101
Desembargador Júlio César Knoll	62	6	143	149	171	193	338	3	1.576	15
Desembargador Rodrigo Collaço	625	143	1.427	1.202	907	1.284	2.145	19	682	101
Desembargador Altamiro de Oliveira	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	0	0	0	0	26	0	25	0	0	0
Desembargador Francisco Oliveira Neto	17	0	0	0	0	2	0	0	0	1
Desembargador Dinart Francisco Machado	70	14	2	1	62	1	32	0	7	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**5.353**	**977**	**6.817**	**5.471**	**4.187**	**6.081**	**9.535**	**61**	**4.523**	**309**

Câmaras de Direito Criminal

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL										
Magistrado	**Distribuição e Incidentes**	**Receb Distr.**	**Julgam. Acórd e Dec. Monocr**	**Acórdão Assinad**	**Despacho Revisor**	**Despacho do Relator**	**Voto Relator /Revisor**	**Pedido de Vista**	**Recebidos por transf**	**Dec. Limin**
Desembargador Rui Fortes	41	1	0	0	0	1	2	0	0	0
Desembargador Hilton Cunha Júnior	74	14	26	24	20	33	75	0	1	13
Desembargadora Marli Mosimann Vargas	998	43	1.013	972	610	1.246	1.574	1	46	278
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	670	19	775	744	306	967	1.048	6	610	200
Desembargador Carlos Alberto Civinski	512	12	501	429	274	583	704	12	790	138
Desembargador Newton Varella Júnior	768	26	666	566	189	749	757	5	1.050	166
Desembargador Domingos Paludo	0	0	75	73	0	77	75	1	77	0
Desembargador Altamiro de Oliveira	1	0	50	50	2	52	52	0	50	2
Desembargador José Everaldo Silva	52	3	4	0	19	19	19	0	3	17
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	126	13	28	24	0	57	24	0	5	32
Desembargadora Cinthia B. da Silva B. Schaefer	1	1	3	3	0	4	3	0	3	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.244**	**132**	**3.141**	**2.885**	**1.420**	**3.790**	**4.333**	**25**	**2.635**	**846**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL										
Magistrado	Distribuiçãoe Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Sérgio Paladino	53	0	0	0	0	5	0	0	0	1
Desembargador Solon d'Eça Neves	258	20	165	144	87	237	195	3	327	73
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	929	58	1.012	939	639	1.257	1.561	39	18	290
Desembargador Ricardo Roesler	476	25	404	318	322	496	632	20	273	127
Desembargadora Salete Silva Sommariva	43	4	0	11	0	39	6	0	1	37
Desembargadora Cinthia B. da Silva B. Schaefer	379	5	350	337	183	495	514	11	550	103
Desembargador Volnei Celso Tomazini	515	20	610	585	329	760	909	20	342	141
Desembargador Tulio Pinheiro (Cooperador	15	2	24	23	17	18	31	0	4	2
Desembargador Rodrigo Collaço	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0
Desembargador Francisco Oliveira Neto	0	0	0	397	143	0	135	11	0	0
Desembargador Francisco Oliveira Neto	579	22	461	0	0	574	397	0	482	163
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.253**	**156**	**3.026**	**2.755**	**1.720**	**3.881**	**4.382**	**106**	**1.997**	**937**

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Torres Marques	1.094	49	995	740	363	963	1.105	24	5	206
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	1.027	38	1.018	843	380	1.139	1.229	13	31	223
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho	1.077	41	881	745	474	1112	1.230	10	8	269
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	143	10	542	477	390	604	906	13	471	67
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.341**	**138**	**3.436**	**2.805**	**1.607**	**3.818**	**4.470**	**61**	**515**	**765**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Jorge Schaefer Martins	965	42	872	837	481	1.196	1.306	38	31	289
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	892	46	764	744	499	1.008	1.221	39	19	238
Desembargador José Everaldo Silva	642	43	609	602	433	813	993	21	1.043	187
Desembargador Ronei Danielli	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Desembargador Carlos Alberto Civinski	119	6	105	108	35	143	121	7	4	38
Desembargador Rodrigo Collaço	297	6	225	204	75	334	278	18	673	95

Desembargador Saul Steil	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	53	0	15	14	0	15	16	0	22	0
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. B. Schaefer	278	6	552	547	120	657	670	5	351	74
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**3.247**	**149**	**3.142**	**3.056**	**1.643**	**4.170**	**4.605**	**129**	**2.143**	**923**

Câmaras Especiais

CÂMARA CIVIL ESPECIAL										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Monteiro Rocha	0	0	0	0	0	5	0	0	0	1
Desembargador Rui Fortes	2	0	1	2	0	3	1	6	0	1
Desembargador Domingos Paludo	5.371	139	1.346	149	0	4.564	150	5	8	4.348
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	6.261	126	2.478	401	0	5.509	404	7	5	5.030
Desembargadora Cláudia Lambert de Faria	5.833	120	2.126	584	0	5.158	579	26	5	4.449
Desembargador Luiz Zanelato	2.290	22	407	66	0	362	67	0	1.447	283
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador Rodrigo Antônio	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	577	9	174	33	0	344	33	0	0	218
Desembargador Carlos Alberto Civinski	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Saul Steil	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	1.781	9	791	52	0	795	52	0	1.078	726
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**22.115**	**425**	**7.325**	**1.287**	**0**	**16.742**	**1.286**	**44**	**2.543**	**15.056**

CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ										
Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador José Volpato de Souza	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0
Desembargador Carstens Köhler	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desembargador Jorge Luiz de Borba	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Desembargador Jânio Machado	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Desembargador Paulo Roberto Camargo Costa	0	0	0	0	0	1	0	6	0	0
Desembargador Altamiro de Oliveira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desembargador Saul Steil (Cooperador)	2	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	457	11	497	557	181	482	563	2	1	85
Desembargador Guilherme Nunes Born	536	20	610	728	176	667	726	3	3	100
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	1.791	74	2.318	1.766	567	1.671	2.179	13	0	343

Desembargadora Maria Terezinha M. de Oliveira	558	24	139	98	187	106	405	1	0	31
Desembargador Luiz Zanelato	473	14	214	199	332	264	510	1	1.022	59
Desembargador Dinart Francisco Machado	579	31	422	333	235	388	584	1	548	106
Desembargador Gerson Cherem II	412	14	482	180	200	296	376	0	2.534	110
Desembargadora Rosane Portella Wolff	222	9	129	99	147	194	230	1	1.657	83
Desembargador Artur Jenichen Filho	603	17	629	257	204	383	459	1	2.686	119
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski	514	21	335	222	339	289	532	1	1.101	62
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	360	19	243	193	141	290	338	1	1.768	76
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**6.508**	**254**	**6.018**	**4.633**	**2.709**	**5.033**	**6.902**	**40**	**11.320**	**1.177**

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Magistrado	Distribuição e Incidentes	Receb Distr.	Julgam. Acórd e Dec. Monocr	Acórdão Assinad	Despacho Revisor	Despacho do Relator	Voto Relator /Revisor	Pedido de Vista	Recebidos por transf	Dec. Limin
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	6	0	0	0	0	6	0	0	0	6
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	8	3	3	0	0	5	0	0	0	5
Desembargador Ricardo Roesler	5	2	1	0	0	2	0	0	0	1
Desembargador Robson Luz Varella	3	2	2	0	0	3	0	0	0	1
Desembargador Rodrigo Collaço	13	0	0	0	0	14	0	0	0	14
Desembargador Domingos Paludo	6	1	0	0	0	9	0	0	3	6
Desembargador Paulo Henrique Moritz M. da Silva	4	7	4	0	0	7	0	0	0	7
Desembargadora Denise Volpato	14	4	0	0	0	14	0	0	1	13
Desembargador Carlos Adilson Silva	5	0	0	0	0	5	0	0	0	5
Desembargador Altamiro de Oliveira (Titular	12	3	1	0	0	14	0	0	0	14
Desembargador Stanley da Silva Braga	8	1	1	0	0	7	0	0	0	6
Desembargador Newton Varella Júnior	5	1	3	0	0	5	0	0	0	4
Desembargador Saul Steil	15	0	3	0	0	16	0	0	0	15
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	6	2	0	0	0	7	0	0	0	4

Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	7	0	0	0	0	6	0	0	0	6
Desembargador Volnei Celso Tomazini	78	2	7	0	0	57	0	0	0	41
Desembargador Odson Cardoso Filho	7	0	1	0	0	6	0	0	0	6
Desembargador José Everaldo Silva	4	0	0	0	0	3	0	0	0	3
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	23	0	6	0	0	13	0	0	0	12
Desembargador Júlio César Knoll	17	2	5	0	0	14	0	0	0	12
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	9	3	1	0	0	7	0	0	0	5
Desembargadora Cláudia Lambert de Faria	6	5	0	0	0	13	0	0	0	10
Desembargador Francisco Oliveira Neto	35	6	0	0	0	24	0	0	0	24
Desembargadora Cinthia B. da Silva B. Schaefer	5	2	0	0	0	6	0	0	0	6
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	14	5	1	0	0	21	0	0	1	17
Desembargador Guilherme Nunes Born	13	7	2	0	0	16	0	0	1	15
Desembargador Luiz Zanelato	21	5	2	0	0	24	0	0	0	24
Desembargador Dinart Francisco Machado	24	0	0	0	0	24	0	0	0	21
Desembargador Gerson Cherem II	1	3	0	0	0	4	0	0	0	3
Desembargadora Rosane Portella Wolff	37	15	5	0	0	47	0	0	0	28
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	**411**	**81**	**48**	**0**	**0**	**399**	**0**	**0**	**6**	**334**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO (JANEIRO/2012)

Magistrado	Distribuidos	Redistribuídos	Incidentes
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	5	2	1
Desembargador Luiz Cézar Medeiros (Cooperador)	4	2	0
Desembargador José Volpato de Souza	4	3	0
Desembargador Jaime Ramos	4	3	0
Desembargador Rodrigo Collaço (Cooperador)	4	2	1
Total do órgão julgador	**21**	**12**	**2**

QUARTA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO/2012)			
Magistrado	Distribuídos	Redistribuídos	Incidentes
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	55	76	0
Desembargador Jorge Schaefer Martins	56	71	0
Desembargador Saul Steil (Cooperador)	38	56	0
Desembargador José Everaldo Silva (Substituto)	53	81	1
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	202	284	1

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO (JANEIRO/2012)			
MAGISTRADO	JULG. ACÓRDÃO	JULG. DESPACHO	ASSINADOS
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	0	2	0
Desembargador José Volpato de Souza	0	1	0
Desembargador Jaime Ramos	0	3	0
Desembargador Rodrigo Collaço (Cooperador)	0	4	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	0	10	0

QUARTA CÂMARA CRIMINAL (JANEIRO/2012)			
Desembargador Jorge Schaefer Martins	89	0	87
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	81	13	81
Desembargador José Everaldo Silva	0	0	85
Desembargador José Everaldo Silva (Substituto)	85	10	0
Desembargador Saul Steil	0	0	48
Desembargador Saul Steil (Cooperador)	47	5	0
Desembargador Saul Steil (Cooperador	1	1	0
TOTAL DO ÓRGÃO JULGADOR	303	29	301

4. Processos remetidos a outros Tribunais, baixados à origem, arquivados, entrados e julgados.

	REMETIDOS OUTROS TRIBUNAIS	REMESSA AO STF	REMESSA AO STJ	BAIXADOS À ORIGEM	ARQUIVADOS	ENTRADOS	JULGADOS
TOTAL	709	2.354	9.748	77.383	28.135	116.433	116.267

5. Registrada a Interposição de Recursos aos Tribunais Superiores

(2ª Vice-Presidência e 3ª Vice-Presidência)

ÓRGÃO JULGADOR	DISTRIB. RECURSO ESPECIAL	DISTRIB. RECURSO EXTRAORD.	DISTRIB. MEDIDA CAUTELAR	DISTRIB. EMBARGOS DECLARATÓRIOS	DISTRIB. AGRAVO REGIMENTAL	DISTRIB. RECURSO ORDINÁRIO	AGRAVOS ART. 544 CPC	REENTRADA REC/INCID	TOTAL
Segundo Vice-Presidente	3.945	1.424	27	141	44	211	1.256	119	7.167
Terceira Vice-Presidência	17.291	7.285	23	146	4.138	8	331	1.056	30.278
TOTAL GERAL	**21.236**	**8.709**	**50**	**287**	**4.182**	**219**	**1.175**	**1.587**	**37.445**

- No TJSC, cerca de 70% do volume de Recursos aos Tribunais Superiores distribuídos são Recursos Especiais e aproximadamente 30% são Recursos Extraordinários e Ordinários.

6. Produtividade - Admissibilidade de Recursos interpostos aos Tribunais Superiores (admitidos e negados)

ÓRGÃO JULGADOR	RECURSO ESPECIAL ADMITIDO	RECURSO ESPECIAL NEGADO	RECURSO EXTRAORDINÁRIO ADMITIDO	RECURSO EXTRAORDINÁRIO NEGADO	DECISÕES DIVERSAS PUBLICADAS	DESP. DIVERSOS	REDISTRIB	TOTAL
Segundo Vice-Presidente (Des. Sérgo B. Luz)	1.215	4.031	230	1295	3.472	794	0	11.037
Terceira Vice-Presidência (Des. Rui Fortes)	1.379	9.815	7	6.219	12.254	2.505	4	32.183
TOTAL GERAL	**2.594**	**1.3846**	**237**	**7.514**	**15.726**	**3.299**	**4**	**43.220**

Na coluna 5 do mapa acima, das 15.726 decisões, 13.768 foram julgamentos dos vice-presidentes, que retiraram pendências dos relatores.

Na coluna 6, dos 3.299 despachos, 1.225 tiveram caráter decisório, retirando pendência.

- Somando-se estas decisões diversas (14.993) com as de admissibilidade dos recursos (24.191) chega-se ao montante de 39.184 decisões proferidas pelas Vice-Presidências, o que representa 104% em relação ao volume de 37.445 processos distribuídos no mesmo período (considerando os de competência do TJSC e dos Tribunas Superiores, mas que tiveram análise por esta Corte -decisões de mérito, extintivas do recurso, interlocutórias ou despachos de admissibilidade).

- No ano de 2012, as Vice-Presidências do TJSC analisaram a admissibilidade de 16.440 Recursos Especiais. Destes, 13.846 não foram admitidos e representam cerca de 65,20% do volume de recursos especiais interpostos no mesmo período (21.236).

- No ano de 2012, as Vice-Presidências do TJSC analisaram a admissibilidade de 7.751 Recursos Extraordinários. Destes, 7.514 não foram admitidos e representam cerca de 86,27% do volume de recursos extraordinários interpostos no mesmo período (8.709).

7. Relatório Estatístico de Sessões realizadas

ÓRGÃO JULGADOR	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	ADMINISTRATIVAS	TOTAL
Segunda Câmara Criminal	44	1	0	45
Seção Criminal	10	0	0	10
Primeira Câmara de Direito Comercial	43	0	0	43
Quarta Câmara de Direito Comercial	45	2	0	47
Quarta Câmara Criminal (Janeiro)	6	0	0	6
Segunda Câmara de Direito Comercial	44	0	0	44
Grupo de Câmaras de Direito Público	11	1	0	12
Primeira Câmara de Direito Civil	46	1	0	47
Quarta Câmara Criminal	49	1	0	50
Primeira Câmara Criminal	44	0	0	44
Tribunal Pleno	22	0	4	26
Grupo de Câmaras de Direito Civil	11	0	0	11
Câmara Especial Regional de Chapecó	24	0	0	24
Sexta Câmara de Direito Civil	43	0	0	43
Terceira Câmara de Direito Público	44	0	0	44
Quarta Câmara de Direito Público	46	0	0	46
Quinta Câmara de Direito Comercial	45	1	0	46
Terceira Câmara Criminal	45	1	0	46
Câmara Civil Especial	19	1	0	20
Órgão Especial	21	0	0	21
Terceira Câmara de Direito Comercial	43	0	0	43
Terceira Câmara de Direito Civil	48	0	0	48
Quarta Câmara de Direito Civil	43	0	0	43
Segunda Câmara de Direito Público	44	0	0	44
Primeira Câmara de Direito Público	44	1	0	45
Segunda Câmara de Direito Civil	42	1	0	43
Grupo de Câmaras de Drto. Comercial	10	0	0	10
Quinta Câmara de Direito Civil	43	0	0	43
TOTAL	1.958	22	8	1.988

8. Acervo do Tribunal de Justiça – Processos Pendentes de Julgamento para o ano de 2013 (dados obtidos diretamente do Sistema de Automação do Poder Judiciário em 31.12.2012)

Relatório de Processos Pendentes - Situação: Somente os não julgados

8.1. Pendentes na Presidência e Primeira Vice-Presidência

PRESIDÊNCIA	
Magistrado	**Quantidade**
Total de processos por órgão:	0

PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	
Total de processos por órgão:	9
TOTAL GERAL	**9**

8.2. Pendentes nas Segunda Vice-Presidência e Terceira Vice-Presidência

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE	
Magistrado	**Quantidade**
Total de processos por órgão	1.011

TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA	
Magistrado	
Total de processos por órgão	8.050
TOTAL GERAL	**9.061**

8.3. Pendentes de Julgamento nos demais órgãos julgadores

8.3.1. Tribunal Pleno e Órgão Especial

TRIBUNAL PLENO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador José Volpato de Souza	1
Desembargador Nelson Schaefer Martins	1
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	1
Desembargador Paulo Roberto Camargo Costa	2
Desembargador Cid Goulart	1
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	2
Desembargador Raulino Jacó Brüning	1
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**13**

ÓRGÃO ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Carlos Prudêncio:	99

Desembargador Gaspar Rubick:	49
Desembargador Pedro Manoel Abreu	33
Desembargador Trindade dos Santos	109
Desembargador Cláudio Barreto Dutra	3
Desembargador Newton Trisotto	71
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	16
Desembargador Vanderlei Romer	1
Desembargador Eládio Torret Rocha	43
Desembargador José Volpato de Souza	50
Desembargador Nelson Schaefer Martins	47
Desembargador Fernando Carioni	42
Desembargador Luiz Carlos Freyesleben	5
Desembargador Rui Fortes	3
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	39
Desembargadora Salete Silva Sommariva	4
Desembargador Ricardo Fontes	34
Desembargador Salim Schead dos Santos	49
Desembargador Jânio Machado	30
Desembargador Jaime Luiz Vicari	167
Desembargador Cid Goulart	2
Desembargador Jaime Ramos	18
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	52
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	27
Desembargador João Henrique Blasi	55
Desembargador José Inacio Schaefer	18
Desembargador Raulino Jacó Brüning	78
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.144**

8.3.2. Seção Criminal

SEÇÃO CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Torres Marques	5
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	11
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho	7
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	8
Desembargador Jorge Schaefer Martins	15

Desembargadora Marli Mosimann Vargas	4
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	10
Desembargador Ricardo Roesler	11
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	31
Desembargador Carlos Alberto Civinski	30
Desembargador Rodrigo Collaço	12
Desembargador Volnei Celso Tomazini	2
Desembargador José Everaldo Silva	2
Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	29
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**177**

8.3.3. Grupos de Câmaras

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Carlos Prudêncio	25
Desembargador Trindade dos Santos	10
Desembargador Eládio Torret Rocha	5
Desembargador Monteiro Rocha	9
Desembargador Fernando Carioni	5
Desembargador Luiz Carlos Freyesleben	11
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	1
Desembargador Jaime Luiz Vicari	11
Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta	11
Desembargador Joel Figueira Júnior	10
Desembargador Henry Petry Junior	6
Desembargador Victor Ferreira	11
Desembargador Luiz Fernando Boller	17
Desembargadora Denise Volpato	7
Desembargador Stanley da Silva Braga	3
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	2
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	4
Desembargador Ronei Danielli	11
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	25
Desembargador Odson Cardoso Filho	1
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO:	**186**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Ricardo Fontes	2
Desembargador Salim Schead dos Santos	4
Desembargador Jânio Machado	1
Desembargador Paulo Roberto Camargo Costa	1
Desembargadora Rejane Andersen	5
Desembargador José Carlos Carstens Köhler	1
Desembargador Rodrigo Antônio	7
Desembargador José Inacio Schaefer	4
Desembargador Robson Luz Varella	5
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	4
Desembargadora Soraya Nunes Lins	4
Desembargador Raulino Jacó Brüning	2
Desembargador Tulio Pinheiro	3
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**44**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Gaspar Rubick	60
Desembargador Pedro Manoel Abreu	30
Desembargador Newton Trisotto	41
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	21
Desembargador José Volpato de Souza	42
Desembargador Nelson Schaefer Martins	55
Desembargador Cesar Abreu	57
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	81
Desembargador Cid Goulart	129
Desembargador Jaime Ramos	20
Desembargador João Henrique Blasi	41
Desembargador Paulo Henrique Moritz Martins da Silva	6
Desembargador Jorge Luiz de Borba	62
Desembargador Carlos Adilson Silva	36
Desembargador Júlio César Knoll	6
Desembargador Francisco Oliveira Neto	2
Total de processos por órgão:	**690**

TOTAL GERAL DOS GRUPOS	920

8.3.4. Câmaras Isoladas

8.3.4.1.Câmaras de Direito Civil

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Carlos Prudêncio	1.055
Desembargador Joel Figueira Júnior	999
Desembargadora Denise Volpato	2.568
Desembargador Carlos Adilson Silva	2
Desembargador Saul Steil	28
Desembargador Odson Cardoso Filho	1
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	1
Desembargadora Cinthia B. da S. Bittencourt Schaefer	40
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	2
Desembargador Gerson Cherem II	8
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.706**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Trindade dos Santos	784
Desembargador Luiz Carlos Freyesleben	112
Desembargador Gilberto Gomes de Oliveira	522
Desembargador João Batista Góes Ulysséa	1.158
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.580**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Fernando Carioni	90
Desembargador Marcus Tulio Sartorato	81
Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta	191
Desembargador Saul Steil	95
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**457**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL

Magistrado	Quantidade
Desembargador Eládio Torret Rocha	424
Desembargador Victor Ferreira	1.224
Desembargador Luiz Fernando Boller	809
Desembargador Saul Steil	2
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	641
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.107**

ÓRGÃO JULGADOR: QUINTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Monteiro Rocha	870
Desembargador Henry Petry Junior	723
Desembargador Jairo Fernandes Gonçalves	639
Desembargador Odson Cardoso Filho	838
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.071**

ÓRGÃO JULGADOR: SEXTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Jaime Luiz Vicari	762
Desembargador Stanley da Silva Braga	1.003
Desembargador Ronei Danielli	797
Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	9
Desembargadora Rosane Portella Wolff	399
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.970**

Total Geral do Direito Civil: 16.891

8.3.4.2.Câmaras de Direito Comercial

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Ricardo Fontes	135
Desembargador Salim Schead dos Santos	376
Desembargador Rodrigo Antônio	350
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	349
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.211**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargadora Rejane Andersen	876
Desembargador Robson Luz Varella	1.867
Desembargador Raulino Jacó Brüning	1.209
Desembargador Dinart Francisco Machado	1.081
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.084**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Tulio Pinheiro	1.860
Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva	2.110
Desembargador Paulo Roberto Camargo Costa	1.186
Desembargador Júlio César Knoll	89
Desembargador Gerson Cherem II	671
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.933**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Lédio Rosa de Andrade	232
Desembargador José Carlos Carstens Köhler	119
Desembargador José Inacio Schaefer	362
Desembargador Altamiro de Oliveira	726
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.439**

QUINTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Jânio Machado	1.074
Desembargador Cláudio Valdyr Helfenstein	1.048
Desembargadora Soraya Nunes Lins	1.789
Desembargador Guilherme Nunes Born	867
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.778**

Total geral do Direito Comercial: 18.445

8.3.4.3.Câmaras de Direito Público

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Gaspar Rubick	1.148
Desembargador Newton Trisotto	921
Desembargador Paulo Henrique M. M. da Silva	1.016
Desembargador Jorge Luiz de Borba	895
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**3.982**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Nelson Schaefer Martins	1.041
Desembargador Cid Goulart	1.714
Desembargador João Henrique Blasi	536
Desembargador Francisco Oliveira Neto	1.173
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.468**

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Pedro Manoel Abreu	1.362
Desembargador Luiz Cézar Medeiros	551
Desembargador Cesar Abreu	1.474
Desembargador Carlos Adilson Silva	904
Desembargador Júlio César Knoll	74
Desembargador Francisco Oliveira Neto	4
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**4.377**

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador José Volpato de Souza	1.185
Desembargadora Sônia Maria Schmitz	1.886
Desembargador Jaime Ramos	554
Desembargador Júlio César Knoll	1.424

Desembargador Francisco Oliveira Neto	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.050**

Total geral do Direito Público: 17.877

8.3.4.4.Câmaras de Direito Criminal

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargadora Marli Mosimann Vargas	409
Desembargador Domingos Paludo	2
Desembargador Paulo Roberto Sartorato	492
Desembargador Carlos Alberto Civinski	628
Desembargador Newton Varella Júnior	405
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.937**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Sérgio Izidoro Heil	246
Desembargador Ricardo Roesler	338
Desembargador Volnei Celso Tomazini	216
Desembargador Francisco Oliveira Neto	37
Desembargadora Cinthia Beatriz da S. B. Schaefer	554
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	1
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**1.406**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Torres Marques	122
Desembargador Moacyr de Moraes Lima Filho	210
Desembargador Alexandre d'Ivanenko	170
Desembargador Leopoldo A Brüggemann	133
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**635**

ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA CRIMINAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Roberto Lucas Pacheco	591

Desembargador Jorge Schaefer Martins	654
Desembargador Rodrigo Collaço	728
Desembargador José Everaldo Silva	419
Desembargadora Cinthia B. da Silva Bittencourt Schaefer	60
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**2.452**

Total geral do Direito Criminal: 6.430

8.3.4.5.Câmara Civil Especial

ÓRGÃO JULGADOR: CÂMARA CIVIL ESPECIAL	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Domingos Paludo	1.084
Desembargador Rodolfo C. R. S. Tridapalli	705
Desembargadora Cláudia Lambert de Faria	440
Desembargador Luiz Zanelato	3.135
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.414**

8.3.4.6.Câmara Especial Regional de Chapecó

CÂMARA ESPECIAL REGIONAL DE CHAPECÓ	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Eduardo Mattos Gallo Júnior	443
Desembargador Artur Jenichen Filho	2.318
Desembargadora Denise de S. Luiz Francoski	862
Desembargador Paulo Ricardo Bruschi	1.484
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	**5.108**

8.3.4.7.Plantão Judiciário

ÓRGÃO JULGADOR: PLANTÃO JUDICIÁRIO	
Magistrado	**Quantidade**
Desembargador Volnei Celso Tomazini	8
Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann	4
Desembargador Júlio César Knoll	12
Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli	13
Desembargador Francisco Oliveira Neto	25
Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer	1
Desembargador Jorge Luis Costa Beber	5

Desembargador Guilherme Nunes Born	11
Desembargador Luiz Zanelato	9
Desembargador Dinart Francisco Machado	21
Desembargador Gerson Cherem II	6
Desembargadora Rosane Portella Wolff	46
TOTAL DE PROCESSOS POR ÓRGÃO	161

9. Recursos sobrestados aguardando decisão dos Tribunais Superiores: 9.588

9.1. Segundo Vice-Presidente: 2.779

9.1.1.Recurso Sobrestado ao STF –1.725

9.1.2.Recurso Sobrestado ao STJ – 1.054

9.2. Terceiro Vice-Presidente: 6.809

9.2.1.Recurso Sobrestado ao STF – 1.104

9.2.2.Recurso Sobrestado ao STJ – 5.705

CONCLUSÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no ano de 2012, recebeu 116.433 processos (90.999 distribuídos e 25.434 incidentes).

No período foram julgados 116.267 processos.

O acervo em 31.12.2012 é de:

- 9.588 recursos sobrestados aos Tribunais Superiores;
- 82.142 processos pendentes de julgamento;
- 82.142 (pendentes de julgamento), sendo 9.061 na Segunda e Terceira Vice-Presidência e 73.081 nos demais órgãos julgadores.

DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES – DRI

1. AÇÕES DESENVOLVIDAS

Implementação de uma Rede de compartilhamento interna da Diretoria, para sistematizar todas as ferramentas da Gestão por Processos tais como: fluxogramas, manuais de procedimentos, relatórios gerenciais, planos e metas, orientações, etc.

Elaboração de Manuais de Procedimentos das Divisões, Seções e Assessoria;

Participação em reuniões conjuntas entre DGJ, DRI, DCDP e Assessoria de Custas da Corregedoria para aperfeiçoamento da normatização relativa às custas em 2º grau, bem como para a definição, estruturação e capacitação de um setor para ser o competente pelos trâmites necessários ao procedimento de cálculo e cobrança das custas em 2º grau.

Participação nas reuniões realizadas para a elaboração do Novo Contrato do SAJ – TJSC x SOFTPLAN;

Participação na Análise do Contrato 81/2007 – TJSC x SOFTPLAN;

Participação nas reuniões realizadas para elaboração da Resolução do Processo Eletrônico;

Participação nas três edições do Workshop Troca de Experiências da DGJ, DDI, DCDP e DRI;

Apresentação da Gestão por Processos, pratica implementada na DRI, na 2ª Mostra de Boas Práticas promovida pelo Tribunal de Justiça, ASPLAN e Academia Judicial;

Elaboração do Projeto NURER;

Participação na construção do sistema relacionado ao questionário de Produtividade dos magistrados de 2º grau;

Realização de Força-Tarefa interna na Seção de Elaboração de Editais da Divisão de Editais;

Realização de Força-Tarefa interna na Seção de Análise e Controle de Recursos Repetitivos da DRTS;

Elaboração da proposta que culminou a alteração do site do Tribunal de Justiça na matéria relativa a Custas e a Porte de Remessa e Retorno dos processos em que haja recurso aos Tribunais Superiores;

Participação no Grupo de homologação do SAJ-5, na construção de fluxos e em reuniões com a Softplan. Outrossim, foram procedidas análises, informações e pareceres das seguintes matrizes

- Matriz de integração PG X SG (1.ª etapa);
- Matriz de integração PG X SG (2.ª etapa);

- Matriz de recursos recebidos no 2.º grau;
- Matriz de Integração STF e
- Matriz resolução 121 do CNJ

Realização de vários ajustes de rotinas internas na própria DRI, com a DCDP, DDI, DIE etc. Ademais, foram realizados inúmerso ajustes de rotina internar com a Presidência e demais Diretorias, como a DCDP, DDI e DIE.

Realização de visita aos Tribunais de Justiça do Mato Grosso do Sul e do Ceará;

Participação das Lideranças nos seguintes cursos:

1. Curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais;
2. Como fazer alinhamento entre ESTRATÉGIA – PROCESSOS – PESSOAS;
3. Congresso Internacional de Direito Eletrônico;
4. Curso de Redação;
5. Seminário de Gestão Socioambiental do Poder Judiciário de SC;
6. Workshop sobre Gestão por Processos;
7. Workshop "Troca de Experiências" e
8. II Mostra de Boas Práticas;

Realização de quatro (04) Reuniões Ordinárias da DRI;

Participação no Outubro Rosa, com a arrecadação de mais de duzentos produtos de higiene pessoal doados às pacientes portadoras de Câncer do Hospital de Caridade e da Maternidade Carmela Dutra;

Participação no Natal Solidário. A DRI adotou 11 cartas das crianças da Creche Rosa Maria Pires localizada no Morro do Céu;

2. PARTICIPAÇÃO DESTA DIRETORIA EM CURSOS, EVENTOS E REUNIÕES

Reuniões

ASSUNTO	TOTAL
Renovação do Contrato SAJ	18
Contrato 81/2007	03

Resolução do Processo Eletrônico	08
Relatórios CNJ	06
Ajustes de Rotinas com os setores da Diretoria	21
Ajustes de rotinas com outros setores	33
Com a Presidência	08
Com a DGJ	16
Custas Processuais	13
Ordinárias da DRI	04
Diversos	18
Coaching e Feedback	10
TOTAL	**158**

Cursos e eventos

Congressos, Cursos, Workshops e Seminários	08

3. RELATÓRIO ESTATÍSTICO SINTÉTICO DA DRI NO ANO DE 2012

GABINETE DA DRI – janeiro a dezembro de 2012.

Certidões Narrativas Expedidas	994
Penhoras	136
Alvarás Judiciais	120
Ofícios Expedidos	173
Pareceres em processos administrativos	14
Despachos em processos administrativos	28

DIVISÃO DE EDITAIS – janeiro a dezembro de 2012

Preparação e Publicação de Editais	117.292
Análise de Processos	111.917
Controle de Prazos	109.144
Intimações Pessoais	30.019

DIVISÃO DE CUMPRIMENTO DE ACÓRDÃOS E PROCESSAMENTO DE INCIDENTES – janeiro a dezembro de 2012

Cumprimento de Acórdãos	8.512
Comunicação da decisão à Comarca de origem	6.951
Arquivamento	21.601
Baixa à origem	50.237
Cadastro de Incidentes	23.804
Petições recebidas	25.428
Petições juntadas	24.682

DIVISÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES – janeiro a dezembro de 2012

Petições recebidas	84.373
Juntada de Petições	90.389
Recursos e Agravos Cadastrados	50.271
Intimações Expedidas e Publicadas (para apresentar resposta nos recursos e agravos)	47.332
Certificação de Decurso de Contrarrazões	36.605
Recursos e Agravos analisados e remetidos à PGJ ou concluídos ao 2º e ao 3º Vice-Presidentes	48.299
Despachos Publicados	43.220
Analisados e Baixados à Origem ou Remetidos (STJ/STF)	27.682
Analisados e Arquivados Definitivamente ou Temporariamente	4.346
Analisados e Encaminhados à Seção de Digitalização	17.646
Recursos Sobrestados	4.623
Recursos Repetitivos impulsionados ou conclusos ao relator (art. 543-B e art. 543-C, do CPC)	1.746

Ofícios Expedidos	1.738
Agravos Regimentais Redistribuídos ao Órgão Especial	2.011

◖ DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

1. ASSESSORIA TÉCNICA

1.1. Composição e atribuições

A Assessoria Técnica é composta de quatro servidores efetivos e possui as seguintes atribuições:

- analisar processos distribuídos à Diretoria;
- acompanhar os projetos básicos destinados à contratação de prestação de serviços;
- dar suporte às Divisões de Atendimento ao Usuário, de Pesquisa e Informações, de Documentação, e de Arquivo e Memória do Judiciário;
- acompanhar os contratos da DDI;
- controlar os pagamentos;
- acompanhar a execução orçamentária;
- elaborar o mapeamento de fluxos;
- acompanhar as atividades relacionadas ao envio dos recursos aos Tribunais Superiores;
- controlar o quadro de pessoal da Diretoria.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

2.1. Centros de Atendimento e Informações

2.1.1. Trabalho desenvolvido no Centro de Atendimento e Informações do Tribunal de Justiça

Instalado em 5 de maio de 2002, com o objetivo de proporcionar aos seus usuários internos e externos um atendimento personalizado; recepcionar e orientar o público em geral, prestando informações e/ou encaminhando-o aos setores competentes ou a outras instituições; prestar informações relativas à estrutura organizacional e ao quadro funcional do Tribunal de Justiça e informações processuais de Primeiro e Segundo Graus; fornecer o horário das sessões das Câmaras, a pauta de sessões e as cópias de acórdãos; realizar a venda de CDs e revistas da Jurisprudência Catarinense; e responder as consultas via e-mail do tjcenai@tj.sc.gov.br e do tjmail@tj.sc.gov.br .

Usuários: advogados, estudantes e público em geral.

ESTATÍSTICA DO ATENDIMENTO NO TJSC	
TIPO	QUANTIDADE
Atendimento presencial	9.832
Informações prestadas	17.675
Atendimentos telefônicos	22.009
Atendimentos por email	4.300
Total	**53.816**

2.1.2. Trabalho desenvolvido nos Centros de Atendimento e Informações instalados nas Comarcas

ESTATÍSTICA DO ATENDIMENTO – COMARCAS			
COMARCA	PESSOAS ATENDIDAS	INFORMAÇÕES PRESTADAS	CERTIDÕES
Araranguá	18.711	16304	1.717
Balneário Camboriú	13.688	48.016	---
Blumenau	12.150	13.544	---
Brusque	25.690	26.064	---
Campos Novos	25.797	26.290	---
Capital	43.575	43.680	---

Chapecó	44.731	28.269	---
Concórdia	34.772	39.318	---
Criciúma *	*	*	*
Curitibanos	15.378	15.380	---
Itajaí	157.754	158.320	---
Jaraguá do Sul	52.737	37.043	15.694
Joaçaba	2.421	13.264	---
Lages	18.139	14.727	4.504
Laguna	7.080	3.144	3.936
Palhoça	23.501	26.305	---
São Bento do Sul	18.908	12.905	---
São José	57.693	24.215	27.625
Tubarão	24.488	48.789	---
Xanxerê	9.897	14.807	---
TOTAL	**607.110**	**610.384**	**53.476**

** não informou*

2.2. Central de Cadastramento do Tribunal de Justiça

Na portaria do Tribunal de Justiça circulam mensalmente 42.000 pessoas, entre elas 2.700 advogados, 380 estudantes e 4.400 visitantes. Os usuários vêm em busca de informações, serviços ou se dirigem aos setores e gabinetes.

O software de controle de acesso DMP-ACCES foi atualizado visando um controle efetivo que integra comunicação, cadastramento e ponto, num banco de dados único, com resposta em tempo real.

Foram confeccionados 383 crachás para as comarcas, 442 crachás – 2ª via, 464 crachás para o Tribunal de Justiça, 462 crachás para terceirizados e 153 crachás permanentes para advogados.

2.3. Protocolo Administrativo

Está sendo realizado trabalho de classificação documental do PJSC, necessária para a implantação do Sistema de Processo Administrativo Digital – PAD, desenvolvido pela Diretoria da Tecnologia da Informação/DTI em parceria com a Diretoria de Documentação e Informações/DDI.

2.3.1. Estatística Processual

Autuação e cadastramento de 42.278 processos administrativos; 2.589 precatórios e 2.815 petições de precatórios.

Consultas de processos administrativos e precatórios – 250, em torno de 1 por dia.

Anexação, juntada, apensamento e desapensamento de processos – aproximadamente 563, em torno de 2 por dia.

2.4. Protocolo Judicial Expresso do Tribunal de Justiça

O Protocolo Judicial Expresso – PJEx foi instituído pela Resolução Conjunta n. 2/2005-GP/CGJ, com o objetivo de prestar atendimento aos advogados com maior comodidade e dinamicidade.

Este serviço destina-se ao recebimento, ao protocolo de petições e à devolução de processos em carga, destinados ao Fórum Central da comarca da Capital, ao Fórum Desembargador Eduardo Luz e ao Tribunal de Justiça, sem que o advogado tenha que sair de seu veículo.

A utilização do PJEx é facultativa e complementa os serviços de distribuição do Fórum da Capital e da Secretaria de Informações da Diretoria Judiciária.

2.4.1. Estatística de Recebimentos

Foram recebidos e distribuídos 46.189 processos e 46.400 petições de Primeiro Grau, e, 12.389 processos e 47.488 petições de Segundo Grau.

2.5. Protocolo Judicial Expresso de Blumenau

O Protocolo Judicial Expresso – PJEx foi criado em 2008, com o objetivo de prestar atendimento aos advogados. Este serviço destina-se ao recebimento e ao protocolo de petições intermediárias destinadas ao Fórum da comarca de Blumenau. Atua também como Protocolo Unificado. A utilização do Protocolo Expresso é facultativa e complementa os serviços de distribuição do Fórum.

2.5.1. Estatística de Recebimentos

Foram recebidas e encaminhadas 26.165 petições intermediárias, 5.802 petições do Protocolo Unificado e 771 petições dependentes.

Foram encaminhadas 6.296 petições de Protocolos Unificados, recebidos na Distribuição do Fórum Central.

3. DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

3.1. Seção de Revisão

O Relatório de Atividades da Seção de Revisão da Divisão de Documentação da Diretoria de Documentação e Informações possui dados do período compreendido entre o dia 29 de novembro de 2011 e 30 de novembro de 2012.

Neste ano, os trabalhos realizados pela Seção de Revisão foram, principalmente, a correção de acórdãos, a correção de documentos administrativos, a correção do conteúdo de manuais e a correção das revistas Jurisprudência Catarinense.

Quanto aos acórdãos, foram revisados 5.803 documentos, conforme quadro abaixo:

Des. Altamiro de Oliveira	816
Des. Carlos Alberto Civinski	2
Des. Cesar Abreu	417
Des. Fernando Carioni	933
Des. Gilberto Gomes de Oliveira	10
Desa. Janice Goulart Ubialli	395
Des. Jaime Vicari	**1.071**
Des. Jairo Fernandes	1.080
Des. Júlio César Knoll	493
Des. Lédio Rosa de Andrade	1
Des. Luiz Carlos Freyesleben	139
Des. Newton Trisotto	60
Des. Raulino Jacó Brüning	48
Des. Rui Fortes	24
Des. Solon D'Eça Neves	136
Des. Vanderlei Romer	178
TOTAL DE ACÓRDÃOS REVISADOS	**5.803**

Foram revisados 127 documentos administrativos, dentre os quais: resoluções, instruções normativas, circulares, projetos, manuais, relatórios, agenda, calendário, certificados e ofícios, além do conteúdo de portais disponibilizados no site do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Os textos das doutrinas/artigos, os noticiários e os índices por assunto que formam as revistas Jurisprudência Catarinense números 121, 122, 123 e 124 foram todos revisados e formatados de acordo com as normas da ABNT (NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 10520).

Por fim, cabe ressaltar que a Seção de Revisão também fez pesquisas e estudos para atualização do Guia Prático de Redação TJSC, que será editado, novamente, no próximo ano.

3.2. Seção de Padronização e Conferência de Acórdãos

Os servidores dessa seção conferiram 97.493 acórdãos (Entre os dias 28-11-2011 e 30-11-2012.). Desse número, 7.241 foram remetidos pela Seção aos gabinetes de desembargador para retificação do texto, como, por exemplo, a data da assinatura do acórdão ou a da sessão de julgamento, o nome das partes e dos desembargadores que participaram do julgamento, a decisão, a ortografia da ementa, dentre outros, e 1.537 processos foram remetidos para a Divisão de Secretaria de Órgãos Julgadores da Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual, para retificação de certidão de julgamento, reautuação e juntada de petições. Além disso, foram remetidos para a Seção de Publicações 88.714 acórdãos para serem digitalizados.

Destaca-se nessa Seção, afora os números citados acima, o trabalho de orientação dos gabinetes de desembargador para a confecção de acórdãos em conformidade com a Resolução n. 29/2011–TJ.

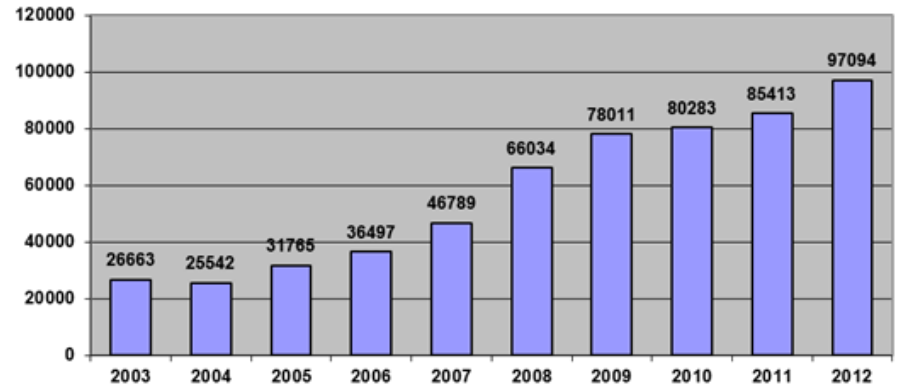
A partir do mês de maio de 2012 os servidores dessa Seção passaram a separar os processos judiciais cujos acórdãos determinam diligência. Além disso, também realizam, desde o mês de junho de 2012, o envio e a validação de todos os acórdãos julgados pelas Turmas de Recursos na base de dados para pesquisa no site do Poder Judiciário de Santa Catarina.

A Seção também exerceu papel importante ao cooperar com o trabalho da Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário para validar/indexar os processos encaminhados aos tribunais superiores.

A seguir destaca-se o número de processos que foram validados/indexados nos meses de setembro a novembro de 2012:

MÊS	NÚMERO DE PROCESSOS VALIDADOS/INDEXADOS
Setembro	73
Outubro	122
Novembro	209
Total	404

Número de acórdãos conferidos



3.3. Seção de Publicações

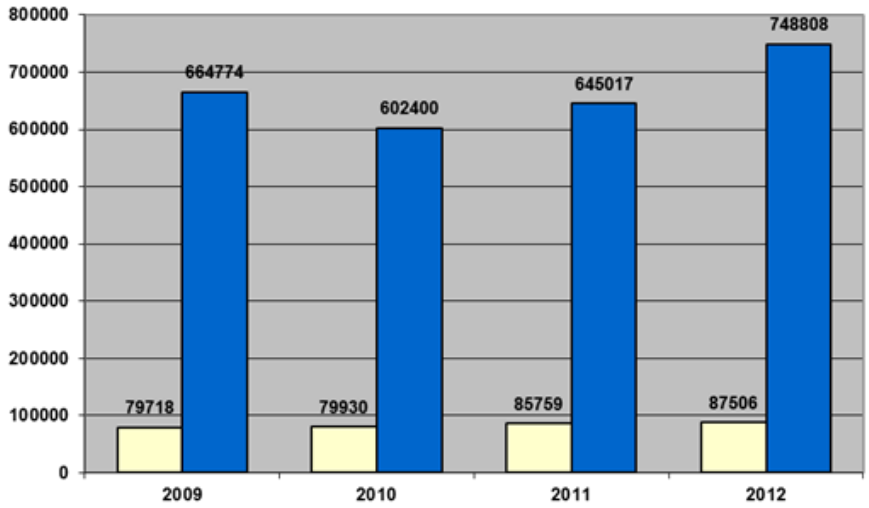
A Seção de Publicações desenvolveu, em especial, duas atividades: digitalização dos acórdãos do Tribunal de Justiça e confecção do Diário da Justiça Eletrônico.

Foram digitalizados 87.506 acórdãos (período de 1º/12/2011 a 30/11/2012; fonte: Sistema de Digitalização de Acórdãos - SDA), conforme quadro abaixo. Esses acórdãos totalizam 748.808 páginas digitalizadas.

3.3.1. Número de acórdãos e de páginas digitalizadas

PERÍODO	ACÓRDÃOS DIGITALIZADOS	PÁGINAS DIGITALIZADAS
2011/12	8.614	65.803
2012/01	1.742	15.435
2012/02	6.290	49.247

2012/03	8.440	70.478
2012/04	7.499	63.011
2012/05	8.298	68.411
2012/06	6.473	56.085
2012/07	8.845	78.822
2012/08	8.010	70.074
2012/09	6.915	62.395
2012/10	8.034	74.399
2012/11	8.346	74.648
TOTAIS	87.506	748.808

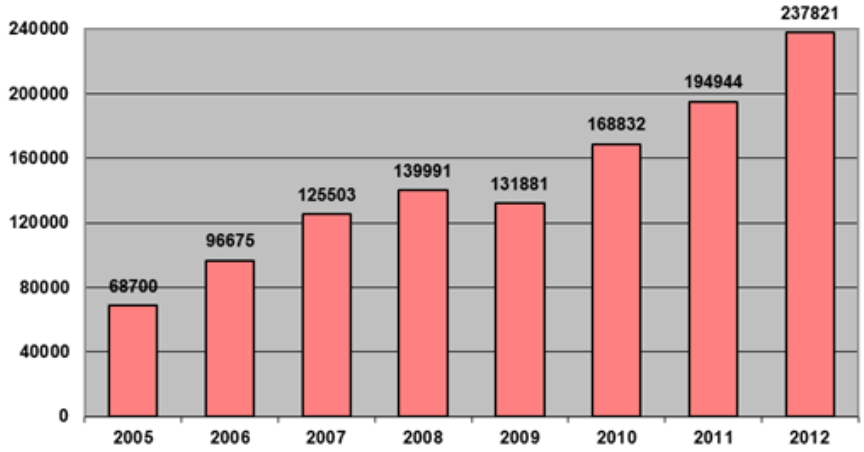


No mesmo período, foram diagramadas e disponibilizadas no site do Poder Judiciário de Santa Catarina 238 edições do Diário da Justiça Eletrônico. Nessas, foram publicadas 237.821 matérias, conforme a tabela abaixo:

3.3.2. Número de matérias publicadas no DJE ao mês

PERÍODO	1º GRAU	1º E 2º GRAUS (PÓS MAE)	TOTAL
2011/12	7.699	3.998	11.697
2012/01	7.053	3.978	11.031
2012/02	11.604	4.760	16.364
2012/03	13.510	5.820	19.330
2012/04	12.502	5.821	18.323
2012/05	16.427	7.062	23.489
2012/06	16.151	6.240	22.391
2012/07	13.613	7.489	21.102
2012/08	16.945	8.038	24.983
2012/09	13.044	5.972	19.016
2012/10	18.357	7.721	26.078
2012/11	17.777	6.240	24.017
TOTAIS:	164.682	73.139	237.821

3.3.3. Número de matérias publicadas no DJE



Essa Seção também publicou aproximadamente 408 matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça no jornal Diário Catarinense. No Diário Oficial do Estado foram publicadas 76 matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina.

A Seção de Publicações tem realizado a revisão, retificação e validação das imagens digitalizadas dos acórdãos fotocopiados e acondicionados nas Coletâneas de Acórdãos, arquivadas na Divisão de Arquivo e Memória do Judiciário. Além disso, os servidores dessa Seção atualizam o banco de dados para pesquisa de legislação interna no site do Poder Judiciário de Santa Catarina.

4. DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

4.1. Seção de Preparo Técnico

4.1.1. Solicitações e Atendimentos realizados pela Seção de Preparo Técnico

MÊS	DOCUMENTOS / PROCESSOS ENVIADOS FISICAMENTE	DOCUMENTOS / PROCESSOS MICROFILMADOS ENVIADOS POR *E-MAIL*	DOCUMENTOS / PROCESSOS DIGITALIZADOS E ENVIADOS POR *E-MAIL*	TOTAL DE ATENDIMENTOS
Janeiro	218	143	0	361
Fevereiro	174	213	17	404
Março	763	63	20	846
Abril	228	70	19	317
Maio	238	46	55	339
Junho	234	144	46	424
Julho	716	50	117	883
Agosto	666	75	124	865
Setembro	350	119	209	678
Outubro	192	209	109	510
Novembro	137	202	91	430
TOTAL GERAL	**3.916**	**1.334**	**807**	**6.057**

Fonte: controle estatístico da seção

4.1.2. Processos Cadastrados no Sistema SAJARQ

MÊS	QUANTIDADE DE PROCESSOS CADASTRADOS
Janeiro	2.335
Fevereiro	3.096
Março	4.084
Abril	4.982
Maio	799

Junho	46
Julho	645
Agosto	956
Setembro	1.346
Outubro	157
Novembro	311
TOTAL GERAL	**18.757**

Fonte: Sistema SAJARQ

4.2. Seção de Alocação e Localização

4.2.1. Processos de Primeiro Grau solicitados, desarquivados e rearquivados

MÊS	DESARQUIVAMENTOS SOLICITADOS	PROCESSOS DESARQUIVADOS	PROCESSOS REARQUIVADOS
Janeiro	8.734	3.544	3.954
Fevereiro	10.517	4.410	6.351
Março	10.143	3.495	8.773
Abril	9.994	5.030	8.922
Maio	8.043	6.363	9.312
Junho	5.212	2.477	10.196
Julho	5.400	5.606	10.219
Agosto	6.365	6.367	5.611
Setembro	6.415	3.178	4.297
Outubro	6.066	3.623	4.497
Novembro	7.836	10.667	3.258

Fonte: Sistema SAJARQ

4.2.2. Processos de Primeiro Grau migrados para o sistema SAJARQ

MÊS	PROCESSOS MIGRADOS
Janeiro	112.733
Fevereiro	155.069
Março	80.121
Abril	63.451
Maio	38.377
Junho	26.626
Julho	37.953
Agosto	4.035
Setembro	3.144
Outubro	4.841
Novembro	406
TOTAL GERAL	**526.756**

Fonte: Sistema SAJARQ

4.3. Seção de Digitalização e Pesquisa

4.3.1. Envio de processos eletronicamente aos tribunais superiores

MÊS	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS ENVIADOS AO STJ	PROCESSOS ENVIADOS AO STF
Janeiro	1.427	1.023	7
Fevereiro	1.769	1.127	6
Março	1.757	1.089	6
Abril	2.075	556	14
Maio	1.935	549	9
Junho	899	520	17
Julho	1.576	551	20
Agosto	785	666	21
Setembro	1.258	659	4
Outubro	945	922	8
Novembro	1.423	842	19
TOTAL GERAL	**15.849**	**8.504**	**131**

Fonte: Sistema SAJSG e Sistema ISTJ

4.3.2. Arquivamento e desarquivamento de processos originários do Segundo Grau e processos em grau de recursos

MÊS	PROCESSOS ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE	PROCESSOS ARQUIVADOS TEMPORARIAMENTE	PROCESSOS DESARQUIVADOS
Janeiro	1.363	1.023	1.205
Fevereiro	1.253	1.127	1.720
Março	189	1.089	2.323
Abril	3.618	556	779
Maio	2.744	549	2.577
Junho	2.127	520	3.869
Julho	2.455	551	3.901
Agosto	3.107	666	5.210
Setembro	2.986	659	3.662
Outubro	2.228	922	4.362
Novembro	2.135	842	1.628
TOTAL GERAL	**24.205**	**8.504**	**31.236**

Fonte: Sistema SAJSG

4.4. Seção de Museu

4.4.1. Eventos de divulgação do Acervo Museológico em 2012

PERÍODO	ATIVIDADE	Nº EVENTOS
14 a 31/junho	Exposição temporária no *Hall* – Dia Internacional de Museus – (18 de maio)	1
5/junho	Seminário promovido pelo Museu na III Semana do Meio Ambiente - Palestrante Prof. João Nicolau	1
Jan/Dez	Exposição do acervo histórico do TJSC	1
TOTAL	**Eventos**	**3**

4.4.2. Visitas de estudantes em 2012

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Fev/dez	Visitantes assinantes do livro de presença da exposição permanente	1.032 pessoas

Mar/dez	Visita de 40 turmas de 30 alunos do Curso de Direito de Faculdades de SC	1.200 pessoas
5/junho	Palestra do Museu na III Semana do Meio Ambiente do TJSC aos alunos do Ensino Médio (IFSC e Projeto Pescar – Biguaçu) no Plenário TJ	100 pessoas
Jun/dez	Atendimento de visita monitorada de 4 escolas de Ensino Fundamental do Projeto Ação Educativa (Jaqueline)	180 pessoas
TOTAL	**Visitantes de escolas durante o ano**	**2.512**

4.4.3. Atendimento a pesquisadores e pesquisa interna no acervo

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Maio	Atendimento a pesquisadores da UFSC	8
Junho	Atendimento a alunos de Direito da Univali	5
Agosto	Atendimento a professores de História do IEE	5
Setembro	Atendimento a pesquisadores avulsos	6
Outubro	Atendimento a alunos da Facudade de Arquivologia da UFSC	16
Novembro	Atendimento a pesquisadores (estudantes, juízes de direito)	19
Dezembro	3 atendimentos virtuais e 3 pesquisas em acervo histórico	6
TOTAL	**Atendimentos efetuados por técnicos do Museu**	**65**

4.4.4 Controle e Preservação do Acervo Histórico

ITEM	ATIVIDADE	QUANTIDADE
Processos	Pré-acondicionados e identificados	1.200
Docs. tratados	Folhas higienizadas (frente e verso)	10.360
Fotografias	Indexadas e acondicionadas em pastas	1.681
DVD	Arquivos em vídeos do Justiça legal recebidos da Assessoria da Presidência do TJ	117
CD/DVD	Gravações de acervo digital para pesquisa	27
Fichas Técnicas	Peças de acervo registradas com foto para formação de banco de dados virtual	79
Processos	Pré-acondicionados e enviados em Jan/2012 ao Arquivo do Museu na BR 101	35 Caixas
Salvamento de documentos	Auditamento e pré-acond. de caixas docs. Processuais recolhidos e ainda não tratados	200 Caixas
Bens móveis históricos	Bens auditados, listados e conferidos	76 unidades
Bens Móveis Administrativos	Bens auditados, listados e conferidos	81 unidades
Registro de acervo em foto	Acervo de documentos fotografados (peças, processos históricos) gravados em meio digital	850 fotografias
Fitas cassete de áudio	Registros em fitas de áudio das Sessões do Pleno do TJSC, enviadas pela GP (ARP)	364 unidades

4.4.5 Atividades da Capela Ecumênica Santa Catarina (janeiro a novembro)

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE
3Abril	Celebração de Páscoa dos servidores	27
30Junho	Celebração de Bodas de Prata do Des. Carlos Civinski	30
8Agosto	Celebração do Dia dos Pais	29
Setembro	Visitantes	48
Outubro	Visitantes	75
26Novembro	Celebração oficial de Santa Catarina de Alexandria	120
TOTAL	**Atendimentos a visitantes durante o ano de 2012**	**329**

4.4.6 Atividades de conservação/restauro de documentos históricos

PERÍODO	ATIVIDADE	QUANTIDADE (fls.)
Setembro	Conservação de 2 processos históricos arquivados (MS datados de 1988) – reconstituição de capa e fls.	1.171
Outubro	Conservação de 1 Inventário da família do Pintor Victor Meirelles de Lima – datado de 1853	39
TOTAL	**Reconstituição de documentos**	**1.210**

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA

CLASSE DO ASSUNTO	TOTAL
AÇÕES CORREICIONAIS DE CONTROLE INTERNO E DE OUVIDORIA	1
PROGRAMAS/PROJETOS	1
MANIFESTAÇÃO	2
ASSESSORIA E PLANEJAMENTO	3
CONCESSÕES	3
INFORMÁTICA	4
RECADASTRAMENTO	6
ENCARGO PATRONAL/RECOLHIMENTO	8
VEÍCULOS	8
FINANÇAS	10
CERTIDÃO	11
APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO	14
ENGENHARIA	14
PATRIMÔNIO	16
SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES DE CLASSES	19
AUXÍLIOS	21
GUARDA E SEGURANÇA	22
ARQUIVAMENTO	23
AUDITAGEM	28
LICITAÇÃO	32
RELATÓRIOS	41
AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO	56
SOLICITAÇÃO/DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO CNJ	68
CORREGEDORIA GERAL	74
ACADEMIA JUDICIAL	78
SOLICITAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	96
LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS	99
DISPOSIÇÃO	124
CONCURSOS	202
APOSENTADORIA	273
ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO	571

REMOÇÃO	602
CONTRATUAL E PATRIMONIAL	651
CONTRATUAL	1.181
DEVOLUÇÃO DE CUSTAS	1.536
PAGAMENTOS	1.863
ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL	3.353
GERAL	3.983
TOTAL DE PROCESSOS NO ANO	**15.097**

Relatório das quantidades dos processos analisados pela DGA no período de 01/01/2012 a 18/12/2012 por classe de assunto

SECRETARIA EXECUTIVA

Outrora vinculada à Diretoria-Geral Judiciária e denominada *Programa de Implantação de Serviços Judiciários*, instituído pela Resolução Conjunta nº 2/2009 (Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria-Geral da Justiça), a Secretaria Executiva está vinculada desde 25-7-2012, com as mesmas atribuições, à Diretoria-Geral Administrativa – Resolução nº 12/2012. Estrutura-se com quatro gerências que, por um quadro de instrutores internos, planejam e promovem ações atinentes à concepção e à organização forenses, ficando-lhe inerentes os eventos de *Diagnóstico e Consultoria*, de *Instalação de Unidade Judiciária,* de *Capacitação de Servidor* (parceria com Academia Judicial) e de Acompanhamento (mensuração de resultado dos três primeiros eventos). Coube-lhe gerenciar até junho de 2012, em parceria com a Assessoria de Planejamento, cursos do Programa 5 S.

- Diagnóstico e Consultoria / Acompanhamento

PERÍODO	COMARCA TRIBUNAL DE JUSTIÇA	UNIDADE
Janeiro a abril	Tribunal de Justiça	Arquivo Central
Janeiro a dezembro	Capital	Vara de Execução Penal
Janeiro, fevereiro, março e novembro	Capital – Fórum Eduardo Luz	2ª Vara da Família
Janeiro a novembro	São José	Vara de Execução Penal Regional e Central de Penas Alternativas
Fevereiro	Capital	Fórum Bancário
	Itajaí	4ª Vara Cível
	Tubarão	Distribuição
Fevereiro e março	Camboriú	Secretaria do Foro
Fevereiro, março, setembro e outubro	São José	Vara de Execução Penal Regional e Central de Penas Alternativas
Fevereiro e dezembro	Araquari	Vara Única
	Balneário Piçarras	1ª e 2ª Varas
	Gaspar	1ª e 2ª Varas
	Meleiro	Vara Única
	Tijucas	Varas Cíveis e Vara Criminal
Março, julho e novembro	Criciúma	Distribuição
Abril	Gaspar	3ª Vara
	Jaguaruna	Oficialato de Justiça
	Joinville	
Maio	Capital	8ª Turma de Recursos

Maio, junho e novembro	Capital	1ª Turma de Recursos
Julho	Joinville	3ª Vara Criminal
Julho e agosto	Capital – Eduardo Luz	Vara da Infância e da Juventude
Agosto	Blumenau	Vara de Direito Bancário
	Capital – Fórum Eduardo Luz	1ª Vara da Família
	Criciúma	Vara de Execução Penal
	Correia Pinto	Vara Única
	São Lourenço do Oeste	

· Diagnóstico e Consultoria / Acompanhamento

PERÍODO	COMARCA / TRIBUNAL	UNIDADE
Agosto a dezembro	São José	Contadoria
Setembro	Canoinhas	Varas Cíveis, Vara Criminal e Contadoria
	Chapecó	Câmara Especial Regional
	Curitibanos	Varas Cíveis, Vara da Infância e da Juventude e Vara Criminal
	Itapema	Distribuição e Contadoria
	Otacílio Costa	Vara Única
	Santa Rosa do Sul	Vara Única
	Timbó	2ª Vara
Outubro	São Bento do Sul	2ª Vara e Vara Criminal
Novembro	Biguaçu	Distribuição
	Camboriú	1ª Vara Cível
	Capital	Vara de Precatórias, Recuperações Judiciais e Falências
	Criciúma	Unidade Judiciária Avançada - UNESC
	Garopaba	Vara Única
	Guaramirim	Secretaria do Foro
	Jaguaruna	Vara Única
	Joinville	4ª Vara Cível
	Laguna	1ª e 2ª Varas Cíveis e Distribuição
	Mafra	Vara Criminal
	Palhoça	3ª Vara Cível
Dezembro	Lages	Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos
	São Domingos	Secretaria do Foro, Contadoria, Distribuição, Secretaria do Juizado Especial e Cartório

· Instalação de Unidade Judiciária

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
		7ª Vara Cível
Janeiro	Joinville	3ª Vara da Fazenda Pública e Unidade Regional de Execuções Fiscais Estaduais
	São José	Vara de Execução Penal Regional e Central de Penas Alternativas
Outubro	Blumenau	Fórum Universitário
	Capital	Fórum Bancário

- Instalação de Unidade Judiciária – Organização Cartorária em virtude de Redefinição de Competência

PERÍODO	COMARCA	UNIDADES
Outubro	Ituporanga	1ª e 2ª Varas

- Instalação de Unidade Judiciária – Mudança para Prédio Provisório

PERÍODO	COMARCA	UNIDADES
Julho	Correia Pinto	Vara Única

- Capacitação de Servidor

PERÍODO	COMARCA / TRIBUNAL	UNIDADE
Fevereiro	Meleiro	Vara Única
Março	Capital	3ª Vara Cível
	Palhoça	
Abril	Brusque	Juizado Especial Cível e Criminal
	Criciúma	Distribuição
	Jaguaruna	Secretaria do Foro
	Joinville	4ª Vara Cível
	São Carlos	Vara Única
Maio	Blumenau	5ª Vara Cível
	Caçador	1ª Vara Cível
	Capital	Vara de Precatórias, Recuperações Judiciais e Falências
	São José	Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher
	São Miguel do Oeste	1ª Vara Cível e Vara Criminal
	Tijucas	Vara Criminal e 2ª Vara Cível
Junho	Araranguá	2ª Vara Criminal
	Joinville	7ª Vara Cível
Julho	Blumenau	Unidade Judiciária de Cooperação de Execução Fiscal
	Capital - Estreito	Juizado Especial Cível
	Joinville	1ª Vara Cível
	Porto União	Vara Criminal
	Trombudo Central	2ª Vara
Agosto	Mafra	Vara Criminal

Setembro	Brusque	Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos
	Camboriú	1ª Vara Cível
	Criciúma	4ª Vara Cível e Unidade Judiciária Avançada – UNESC
	Jaguaruna	Vara Única

· Capacitação de Servidor

PERÍODO	COMARCA	UNIDADE
Setembro	Gaspar	1ª e 2ª Varas
	Joinville	3ª Vara Criminal
	Santa Rosa do Sul	Vara Única
Outubro	São José	Vara de Execução Penal Regional e Central de Penas Alternativas
	Tijucas	1ª Vara
Novembro	Balneário Camboriú	4ª Vara Cível
	Capital – Fórum Bancário	Secretaria do Foro e Contadoria
	Itapema	Vara Criminal
	Jaraguá do Sul	Vara da Fazenda
Novembro e dezembro	Capital	1ª Vara da Família
	Capital – Fórum Bancário	Distribuição
	Criciúma	3ª Vara Criminal
	Joinville	3ª Vara da Fazenda Pública e Unidade Regional de Execuções Fiscais Estaduais

· Programa 5 S

PERÍODO	COMARCA
Março	Coronel Freitas
	Modelo
	Pinhalzinho
	Quilombo
	São Carlos
	São Lourenço do Oeste
Abril	Fraiburgo
	Videira
Maio	Caçador
	Canoinhas
	Forquilinha
	Sombrio
	Urussanga

Junho	Araranguá
	Araquari
	Biguaçu
	Itapoá
	Meleiro
	Tijucas

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) possui como principal atribuição o gerenciamento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração do Poder Judiciário de Santa Catarina, no que se refere a:

- Construção, reforma e ampliação de edificações;
- Manutenção e conservação predial;
- Fiscalização e acompanhamento de obras de engenharia;
- Coordenação da manutenção (corretiva/preventiva) de elevadores, plataformas elevatórias e de sistemas de climatização;
- Elaboração de projetos de engenharia e arquitetura;
- Elaboração de estudos de leiaute de paredes e móveis;
- Análise de requisições de compra pertinentes às áreas de engenharia e arquitetura;
- Análise e acompanhamento de editais de licitação relacionados a essas áreas;
- Análise de documentação e propostas de empresas participantes de licitações para obras e serviços de manutenções da área de engenharia.

Alguns números traduzem o trabalho desempenhado pela equipe que compõe a Diretoria de Engenharia e Arquitetura:

- Atualmente, a DEA gerencia mais de 140 edificações, onde incluem-se prédios das áreas afins e administrativas do Tribunal de Justiça, Comarcas e Casas da Cidadania que, juntas, somam uma área em torno de 280 mil m².
- Para tanto, os recursos administrados em 2012, dentro do orçamento previsto, giraram em torno de **R$ 50 milhões** (conforme a Lei Orçamentária Anual).

Além disso, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura atua diariamente nos prédios-sede do Tribunal de Justiça, atendendo a chamados emergenciais (nas áreas de climatização, instalações elétricas e afins e/ou de manutenção predial em geral). Durante 2012, foram realizados cerca de **4.200 atendimentos**.

Abaixo, seguem mais informações acerca das ações desenvolvidas pela DEA ao longo do **ano de 2012**:

01. OBRAS CONCLUÍDAS

ITEM	LOCALIDADE	DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DO CONTRATO	INVESTIMENTO	DATA DE CONCLUSÃO
01	Biguaçu	Construção da rampa de acesso ao prédio do Fórum	227/2011	R$ 112.790,89	19/03/2012
02	Brusque	Reforma parcial do prédio do Fórum - pintura	106/2012	R$ 201.374,15	13/11/2012
03	Capital	Instalação de corrimão na escada principal do prédio do Fórum Central	78/2012	R$ 49.849,26	13/07/2012
04	Capital	Fornecimento e instalação de tela de proteção no interior do prédio do Fórum Central	164/2012	R$ 27.526,7	19/11/2012
05	Capital	Reforma parcial do prédio do Fórum Distrital do Continente – Impermeabilização	188/2011	R$ 53.118,69	23/02/2012

06	Capital	Reforma parcial do prédio do Fórum Des. Eduardo Luz – cercamento, estacionamento e lixeira	13/2012	R$ 147.624,28	26/04/2012
07	Capivari de Baixo	Reforma parcial do prédio do Fórum	34/2012	R$ 140.230,93	17/09/2012
08	Campo Erê	Reforma da cobertura do prédio do Fórum	261/2011	R$ 189.297,35	21/06/2012
09	Imaruí	Reforma da cobertura e do sistema de vedação do prédio do Fórum	202/2011	R$ 57.143,13	09/01/2012
10	Itajaí	Reforma parcial do salão do júri do prédio do Fórum	11/2012	R$ 353.452,16	14/09/2012
11	Gaspar	Cercamento do terreno do prédio do Fórum	269/2011	R$ 116.715,64	10/05/2012
12	Lebon Régis	Reforma parcial do prédio do Fórum	187/2011	R$ 236.800,00	15/02/2012
13	Jaraguá do Sul	Reforma da cobertura do prédio do Fórum	228/2011	R$ 396.491,24	27/08/2012
14	Palhoça	Construção do prédio do Fórum	83/2008	R$ 10.585.157,28	07/02/2012
15	São Francisco do Sul	Pintura do prédio do Fórum	207/2011	R$ 171.370,58	15/03/2012
16	São Joaquim	Reforma do prédio provisório do Fórum	138/2012	R$ 49.676,54	22/10/2012
17	Sombrio	Reforma parcial do prédio do Fórum	143/2011	R$ 331.459,78	16/04/2012
18	TJ	Execução do sistema de climatização do CPD da Torre I	113/2012	R$ 79.835,70	23/11/2012
19	TJ	Execução do sistema de climatização do museu	89/2012	R$ 44.268,66	08/10/2012
20	TJ	Reforma global do 8º, 9º e 11º pavimentos, escadas e instalações sanitárias públicas, da Torre I	70/2011	R$ 3.400.001,95	14/05/2012

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

02. OBRAS EM EXECUÇÃO

ITEM	LOCALIDADE	DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DO CONTRATO	INVESTIMENTO	DATA DE CONCLUSÃO
01	Capital	Reforma global do salão do júri do prédio central do Fórum	144/2012	R$ 268.018,01	25/01/2013
02	Chapecó	Reforma parcial do prédio do Fórum – acessibilidade e áreas internas	134/2012	R$ 386.455,95	19/01/2013
03	Chapecó	Instalações e mobiliário para a lanchonete do prédio do Fórum		R$ 135.500,00	
04	Chapecó	Reforma parcial - cobertura do prédio do Fórum	170/2012	R$ 920.503,44	17/08/2013
05	Correia Pinto	Reforma global e ampliação do prédio do Fórum	76/2012	R$ 1.831.432,35	07/06/2013
06	Cunha Porã	Reforma parcial do prédio do Fórum	130/2012	R$ 346.058,57	11/03/2013
07	Forquilhinha	Construção do prédio próprio do Fórum	179/2011	R$ 4.204.892,80	05/01/2013
08	Ibirama	Reforma parcial do prédio do Fórum	127/2011	R$ 324.909,96	31/01/2013
09	Jaraguá do Sul	Reforma parcial e cercamento do prédio do Fórum	129/2012	R$ 552.810,27	22/01/2013
10	Joinville	Demolição do muro existente e construção de novo muro no estacionamento do prédio do Fórum	156/2012	R$ 52.312,54	21/01/2013
11	TJ	Adequação e pintura do piso de alta resistência do prédio do arquivo central	163/2012	R$ 85.358,20	11/02/2013
12	TJ	Execução dos serviços de implementação de solução de ambiente seguro denominado "sala cofre".	12/2012	R$ 3.400.000,00	26/03/2013
13	TJ	Impermeabilização da laje do terraço do hall superior da torre I do prédio	155/2012	R$ 223.005,71	14/12/2012
14	TJ	Impermeabilização e instalação de guarda-corpo na cobertura da torre I do prédio	168/2012	R$ 404.192,41	20/03/2012
15	Turvo	Construção do novo prédio do Fórum	217/2011	R$ 3.621.852,68	08/02/2013

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

03. MANUTENÇÕES REALIZADAS (CLIMATIZAÇÃO)

ITEM	LOCALIDADE	NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	VALOR MENSAL
01	Blumenau	182/2010	Manutenção em sistema de climatização	R$ 912,59
02	Campo Erê (até MAIO/2012)	118/2007	Manutenção em sistema de calefação	R$ 1.535,68
03	Campo Erê	109/2012	Manutenção em sistema de calefação	R$ 1.615,00
04	Capital	104/2008	Manutenção em sistema de climatização	R$ 4.345,38
05	Capital – Des. Eduardo Luz	124/2009	Manutenção em sistema de climatização	R$ 3.620,86
06	Capital – Norte da Ilha	183/2010	Manutenção em sistema de climatização	R$ 868,50
07	Chapecó (até FEV/2012)	53/2007	Manutenção em sistema de climatização	R$ 2.559,36
08	Chapecó	64/2012	Manutenção em sistema de climatização	R$ 3.285,00
09	Criciúma	154/2010	Manutenção em sistema de climatização do Salão do Júri	R$ 979,29
10	Itajaí	177/2010	Manutenção em sistema de climatização do Salão do Júri	R$ 735,51
11	Jaraguá do Sul	185/2010	Manutenção em sistema de climatização	R$ 536,00
12	Joinville	184/2010	Manutenção em sistema de climatização do Salão do Júri	R$ 605,42
13	São Joaquim	108/2012	Manutenção em sistema de calefação	R$ 1.872,00
14	São José	113/2011	Manutenção em sistema de climatização	R$ 2.408,60
15	Tubarão	233/2011	Manutenção em sistema de climatização	R$ 620,00
16	Tribunal de Justiça	111/2008	Manutenção em sistema de climatização (Torre II)	R$ 3.936,27
17	Tribunal de Justiça (Torre I)	86/2010	Manutenção em sistema de climatização	R$ 6.474,65
18	Urubici (até JUN/2012)	94/2007	Manutenção em sistema de calefação	R$ 1.251,96
19	Urubici	104/2012	Manutenção em sistema de calefação	R$ 1.480,00

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

04. MANUTENÇÕES REALIZADAS (ELEVADORES)

ITEM	LOCALIDADE	NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	VALOR MENSAL
01	Araranguá	36/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 266,80
02	Balneário Camboriú	126/2012	Manutenção de dois elevadores	R$ 922,00
03	Balneário Camboriú	105/2007	Manutenção de dois elevadores	R$ 853,73
04	Blumenau	80/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 885,19
05	Braço do Norte	186/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 266,80
06	Brusque	31/2010	Manutenção de um elevador	R$ 526,50
07	Capital – Des. Eduardo Luz	145/2009	Manutenção em um elevador	R$ 469,02
08	Capital – Norte da Ilha	197/2010	Manutenção de um elevador hidráulico	R$ 401,75
09	Capital – Vara de Violência Doméstica	149/2008	Manutenção de um elevador	R$ 219,57
10	Capital (Sede)	37/2011	Manutenção de três elevadores	R$ 1.984,96

11	Chapecó	14/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 872,49
12	Concórdia (até maio/2012)	36/2007	Manutenção de dois elevadores	R$ 802,04
13	Concórdia	67/2012	Manutenção de dois elevadores	R$ 858,18
14	Criciúma	215/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 819,14
15	Itajaí	81/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 804,71
16	Joaçaba	32/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 535,73
17	Joinville	15/2011	Manutenção de três elevadores	R$ 1.229,03
18	Lages	02/2011	Manutenção de um elevador	R$ 336,77
19	Laguna	39/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 266,80
20	Maravilha	82/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 245,22
21	Palhoça	16/2012	Manutenção de dois elevadores	R$ 575,00
22	São Francisco do Sul e Mafra	138/2009	Manutenção em duas plataformas elevatórias	R$ 637,58
23	São Joaquim	257/2011	Manutenção de um elevador	R$ 380,00
24	São José	130/2009	Manutenção de dois elevadores	R$ 1.241,58
25	Tribunal de Justiça – Torre II (até fev/2012)	35/2007	Manutenção de quatro elevadores	R$ 1.602,16
26	Tribunal de Justiça – Torre II (até out/2012)	72/2012	Manutenção de quatro elevadores	R$ 1722,32
27	Tribunal de Justiça – Torre II	167/2012	Manutenção de quatro elevadores	R$ 2.650,00
28	Tribunal de Justiça (Academia Jud.)	51/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 400,00
29	Tribunal de Justiça (Pleno)	105/2008	Manutenção em uma plataforma vertical	R$ 189,92
30	Tribunal de Justiça (Pres. Coutinho)	88/2011	Manutenção de dois elevadores	R$ 800,00
31	Tribunal de Justiça (Torre I)	27/2010	Manutenção em cinco elevadores	R$ 8268,29
32	Videira	35/2011	Manutenção em uma plataforma elevatória	R$ 263,39

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

05. MANUTENÇÕES REALIZADAS (PREDIAIS)

ITEM	LOCALIDADE	NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	VALOR MENSAL
01	Blumenau, Pomerode, Timbó, Indaial, Ascurra, Gaspar, Brusque e São João Batista.	225/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda
02	Capital	148/2012	Manutenção no Grupo Gerador	R$ 1.152,00
03	Capital	115/2011	Manutenção predial no TJ (e prédios anexos)	Conforme demanda
04	Chapecó, Itá, Seara, Ipumirim, Xanxerê, Xaxim, Coronel Freitas, Quilombo, São Domingos, Abelardo Luz e Câmara Regional de Chapecó	253/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda
05	Criciúma, Içara, Forquilhinha, Meleiro, Araranguá, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Turvo	252/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda
06	Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas	09/2012	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme Demanda
07	Joaçaba, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Concórdia, Herval do Oeste, Ponte Serrada	244/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda
08	Joinville, Balneário Piçarras, Barra Velha, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Araquari, São Francisco do Sul, Garuva e Itapoá	254/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme Demanda

09	Lages, Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Otacílio Costa, Bom Retiro, Urubici, São Joaquim	250/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda
10	Mafra, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Itaiópolis e Papanduva	49/2012	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme Demanda
11	Maravilha, Itapiranga, Mondaí, Palmitos, São Carlos, Cunha Porã, Pinhalzinho e Modelo	241/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme Demanda
12	São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz	211/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda
13	Rio do Sul, Ituporanga, Rio do Oeste, Presidente Getúlio, Ibirama, Taió, Rio do Campo e Trombudo Central	271/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme Demanda
14	São Miguel do Oeste, Descanso, Anchieta, São José do Cedro, Dionísio Cerqueira, Campo Erê e São Lourenço do Oeste	247/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda
15	Porto União e Canoinhas	270/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme Demanda
16	Tribunal de Justiça (Torres I e II)	81/2008	Manutenção de grupo gerador	R$ 567,98 (mensal)
17	Tribunal de Justiça	108/2007	Manutenção predial no Tribunal de Justiça (e prédios anexos)	R$ 95.687,54
18	Tribunal de Justiça	66/2012	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme Demanda
19	Tubarão, Laguna, Jaguaruna, Urussanga, Lauro Muller, Orleans, Braço do Norte, Armazém, Imbituba, Garopaba, Capivari de Baixo e Imaruí	245/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme Demanda
20	Videira, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Lebon Régis, Santa Cecília, Tangará	240/2011	Manutenção de redes elétricas e de telecomunicações	Conforme demanda

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

06. OUTROS CONTRATOS

ITEM	LOCALIDADE	NÚMERO DO CONTRATO	OBJETO	VALOR MENSAL
01	Chapecó	123/2012	Adequação e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros do Projeto Preventivo Contra Incêndio do Fórum Antônio Celistre de Campos	R$ 21.544,32
02	Navegantes	103/2012	Contratação dos serviços para repetir os projetos hidrossanitários e preventivo contra incêndio da Comarca de Timbó para o Novo prédio da Comarca de Navegantes	R$ 12.952,40
03	Rio do Sul	58/2012	Elaboração de projetos complementares destinados à construção do prédio do Fórum (elétrico, telecomunicações, segurança/supervisão, sonorização e TV a cabo)	R$ 100.036,00
04	Rio do Sul	57/2012	Elaboração de projetos complementares destinados à construção do prédio do Fórum (estrutural, impermeabilização e sistema de climatização)	R$ 209.600,21
05	Rio do Sul	56/2012	Elaboração de projetos complementares destinados à construção do prédio do Fórum (hidrossanitário, preventivo contra incêndio e ETE - Estação de Tratamento de Efluentes)	R$ 70.050,00
06	São José	75/2012	Adequação do projeto preventivo contra incêndio conforme leiaute atual do prédio do Fórum da Comarca, bem como a aprovação do mesmo junto ao Corpo de Bombeiros	R$ 10.880,00
07	TJ – Arquivo Central	83/2012	Elaboração do projeto arquitetônico de reforma e adequação do prédio adquirido para instalação do Arquivo Central	R$ 115.855,91
08	TJ - DEA	178/2012	Tiragem de aproximadamente 600m² anuais de CÓPIAS de projetos de engenharia (reprodução fotostática)	Conforme Demanda
09	TJ - DEA	162/2010	Tiragem de 1.500m²/ano de cópias, em preto, de projetos de engenharia (PLOTAGEM)	Conforme Demanda

Fonte: controle de contratos da Secretaria/DEA

07. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

ITEM	COMARCA	OBJETO
01	Araranguá	Adequações de Acessibilidade (vaga PNE)
02	Araranguá	Reforma Parcial, cercamento e construção de Lixeira do Fórum

03	Brusque	Adequações de Acessibilidade (vaga PNE, sanitários)
04	Brusque	Adequação do Sistema Preventivo Contra Incêndios do prédio do Fórum
05	Caçador	Reforma Global e Ampliação do Fórum
06	Campo Erê	Reforma Global e Ampliação do Fórum
07	Capinzal	Adequações de Acessibilidade (vaga PNE)
08	Capital - Eduardo Luz	Reforma parcial - Ampliação da cobertura
09	Capital - Estreito	Reforma parcial do Fórum
10	Capital - Sede	Troca de alimentadores e retrofit quadros de energia (subestação)
11	Capital - Sede	Adequações de Acessibilidade (sanitários)
12	Capital - Sede	Reforma Parcial do Fórum - 13º pvto - Gabinetes Juízes Especiais
13	Capital - Sede	Contratação de manutenção preventiva e corretiva, sem peças, no sistema de climatização do Fórum da comarca da Capital
14	Chapecó	Reforma Global Antigo Prédio (CERC)
15	Dionísio Cerqueira	Modernização das instalações de cabeamento estruturado
16	Dionísio Cerqueira	Adequações de Acessibilidade (vaga PNE, plataforma, sanitários)
17	Fraiburgo	Reforma Parcial - Esquadrias, porta giratória e acessibilidade
18	Herval do Oeste	Construção do novo prédio do Fórum
19	Itajaí	Adequação do Sistema Preventivo Contra Incêndios do prédio do Fórum - Execução
20	Itapoá	Adequações de Acessibilidade (vaga PNE)
21	Joaçaba	Adequações de escada enclausurada e corrimão do prédio do Fórum
22	Joaçaba	Adequações de Acessibilidade (acesso térreo, vaga PNE, sanitários)
23	Joinville	Reforma Global do prédio do Fórum
24	Lauro Muller	Reforma Global e Ampliação do Fórum
25	Mafra	Adequações de Acessibilidade (vaga PNE)
26	Navegantes	Construção novo prédio do Fórum
27	Poder Judiciário (geral)	Contratação dos serviços necessários para tratamento da água utilizada no sistema de climatização (Fóruns de Chapecó, Capital, Desembargador Eduardo Luz, Torre II do TJSC, Palhoça, Brusque)
28	Porto União	Nova Subestação
29	Quilombo	Reforma parcial - Pavimentação
30	Regiões I a VI - Geral	Manutenção Continuada - Construção Civil (todas as regiões - por lote)

08. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO (TERCEIRIZADOS)

ITEM	COMARCA	OBJETO
01	Capital - Eduardo Luz	Reforma Parcial - Ampliação da Cobertura (projetos preventivo contra incêndio e hidrossanitário)
02	Capital - Eduardo Luz	Reforma Parcial - Ampliação da Cobertura (projeto estrutural e projeto elétrico)
03	Capital - Sede	Reforma Parcial do Fórum - 13º pvto - Gabinetes Juízes Especiais (projeto elétrico)
04	Capital - Sede	Elaboração de Projetos de Engenharia para Reforma do prédio do Fórum da Capital - (complemento projeto elétrico)
05	Chapecó	Reforma Global CERC (projetos estrutural metálico, estrutural concreto armado e preventivo contra incêndio)

06	Chapecó	Adequação e aprovação junto ao corpo de bombeiros do projeto preventivo de incêndio
07	Chapecó	Reforma Global CERC (projetos elétrico, cabeamento estruturado, sonorização e TV a cabo, segurança e supervisão)
08	Gaspar	Projetos Complementares da Ampliação do Fórum
09	Navegantes	Contratação de projetos complementares (1 de 4): Repetição dos projetos estrutural e impermeabilização do projeto padrão de 3 a 7 varas
10	Navegantes	Contratação de projetos complementares (2 de 4): Repetição dos projetos elétricos e afins e projeto de climatização
11	Navegantes	Contratação de projetos complementares (3 de 4): Repetição dos projetos hidrossanitário e preventivo de incêndio
12	Navegantes	Construção do prédio do Fórum (detalhamento de esquadrias)
13	Rio do Sul	Construção do prédio do Fórum (projetos complementares)
14	São José	Reforma Parcial: Conclusão do Sistema Preventivo Contra Incêndio (projetos complementares)
15	Timbó	Construção do prédio do Fórum (projetos complementares)
16	TJ - Arquivo Central Palhoça	Reforma Global (projeto arquitetônico)
17	TJ - Torre I	Elaboração do Projeto de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) para as áreas internas da Torre I
18	TJ - Torre II	Atualização de projeto preventivo de incêndio da Torre II
19	Tubarão	Reforma Global (projetos complementares)
20	Urussanga	Adequação e aprovação junto ao corpo de bombeiros do projeto preventivo de incêndio

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos/DEA

09. PROJETOS EM LICITAÇÃO

ITEM	COMARCA	OBJETO
01	Armazém	Construção do Fórum
02	Ascurra	Construção do Fórum
03	Balneário Camboriú	Reforma Global e Ampliação do Fórum
04	Barra Velha	Urbanização, cercamento e recuperação de fachada de tijolo de vidro
05	Barra Velha	Elaboração de projeto preventivo de incêndio de Barra Velha
06	Blumenau	Reforma Global e Ampliação
07	Brusque	Contratação dos serviços necessários para a manutenção dos equipamentos condicionadores de ar do Fórum (ncluido o Chiller)
08	Brusque	Reforma Global do Sistema de Ar Condicionado Central do prédio do Fórum
09	Capinzal	Manutenção da Plataforma Elevatória
10	Capital - Eduardo Luz	Prestação de serviços especializados de manutenção corretiva e preventiva no sistema de climatização central do prédio do Fórum Desembargador Eduardo Luz
11	Capital - Eduardo Luz	Serviços necessários para a manutenção dos equipamentos condicionadores de ar
12	Capital - Eduardo Luz	Instalação de portas giratórias detectoras de metal
13	Capital - Estreito	Acessibilidade - Rampa de Acesso Frontal e Plataforma Elevatória
14	Capital - Sede	Manutenção preventiva e corretiva nas esquadrias
15	Chapecó	Elaboração de projeto executivo de esquadrias de alumínio
16	Chapecó	Instalação do Sistema de Ar Condicionado Central
17	Correia Pinto	Reforma no Fórum Provisório

18	Descanso	Reforma Global e Ampliação do Fórum
19	Gaspar	Reforma Global e Ampliação do Fórum
20	Içara	Manutenção preventiva/corretiva plataforma elevatória
21	Imaruí	Recuperação de fachada em tijolo de vidro
22	Imbituba	Reforma Parcial do Fórum
23	Itaiópolis	Reforma Parcial e construção garagem veículo oficial
24	Itajaí	Adequação do Sistema Preventivo Contra Incêndios do prédio do Fórum - Projetos
25	Lages	Reforma Parcial do Fórum
26	Laguna	Cercamento
27	Mafra	Reforma da cobertura do Fórum
28	Palhoça	Contratação de manutenção Sistema Climatização
29	Palhoça	Contratação de manutenção Sistema Climatização (aparelhos condicionadores de ar)
30	Palhoça	Instalação CFTV Circuito Fechado de Televisão
31	Poder Judiciário (geral)	Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais elétricos (pilhas e baterias), para manutenção das Torres I e II do Tribunal de Justiça, para o próximo período de 12 (doze) meses
32	Poder Judiciário (geral)	Aquisição de equipamentos para climatização (tipo Split High Wall)
33	Poder Judiciário (geral)	Instalação e manutenção de redes elétricas e de telecomunicações, no prédio sede do Tribunal de Justiça e Outros prédios do Judiciário Catarinense
34	Poder Judiciário (geral)	Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's) dos prédios do Poder Judiciário de Santa Catarina
35	Poder Judiciário (geral)	Aquisição lâmpadas
36	Poder Judiciário (geral)	Aquisição de reatores eletrônicos para lâmpadas tubulares
37	Poder Judiciário (geral)	Contratação de manutenção dos condicionadores de ar do tipo Janeleiro, destinados as diversas comarcas do Estado
38	Pomerode	Reforma Global e Ampliação do Fórum
39	Região II - Grande Florianópolis	Registro de preço: vidraçaria e película
40	Regiões I a VI - Geral	Manutenção Preventiva Contra Incêndio
41	Regiões I a VI - Geral	Manutenção Continuada - Pintura (todas as regiões - por lote)
42	Regiões I a VI - Geral	Aquisição de extintores e mangueiras de incêndio para as unidades do PJSC
43	São José	Contratação de projetos complementares para Reforma Global do prédio Anexo (antiga Prefeitura)
44	São Miguel do Oeste	Reforma Parcial do Fórum
45	Seara	Pintura e construção de muro
46	Sombrio	Nova Subestação
47	Tijucas - Canelinha	Construção da Casa da Cidadania
48	Timbó	Reforma Parcial do Fórum
49	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Sistema de Climatização, Renovação e Execução da Gráfica
50	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Construção de Lixeira, Pavimentação Acesso Secundário e Estacionamento - Almoxarifado Central e Gráfica
51	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Construção de Cobertura para Veículos Oficiais
52	TJ - Torre I	Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, sem peças, nos equipamentos de climatização (split, split inverter, self contained, VRV e outros) da Torre I do TJSC
53	TJ - Torre I	Manutenção dos equipamentos condicionadores de ar to tipo janeleiro da Torre I do TJSC

54	TJ - Tribunal de Justiça (geral)	Ampliação da Diretoria Judiciária
55	TJ - Tribunal de Justiça (geral)	Aquisição de materiais destinados à manutenção das instalações elétricas dos prédios do TJSC
56	TJ - Tribunal de Justiça (geral)	Aquisição de materiais destinados à manutenção das instalações elétricas dos prédios do TJSC (Torres I e II)
57	TJ - Tribunal de Justiça (geral)	Drenagem do estacionamento elevado entre o Fórum da Capital e a Torre II do TJSC
58	Xaxim	Manutenção da Plataforma Elevatória

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos/DEA

10. LICITAÇÕES DESERTAS/FRACASSADAS

ITEM	COMARCA	OBJETO	DESERA/FRACASSADA
01	Araranguá	Reforma Global do Sistema de Ar Condicionado do Fórum	Fracassada
02	Lauro Muller	Reforma Parcial - Pintura	Deserta
03	Navegantes	Contratação de projetos complementares (4 de 4): Detalhamento de esquadrias	Deserta
04	Sombrio	Execução de Nova Subestação	Deserta
05	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Construção de Lixeira, Pavimentação Acesso Secundário e Estacionamento - Almoxarifado Central e Gráfica	Deserta
06	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Construção de Cobertura para Veículos Oficiais	Deserta
07	Poder Judiciário (geral)	Contratação de empresa especializada para fornecimento de condicionadores de ar necessários à reposição de estoque deste Poder Judiciário	Fracassada
08	Blumenau	Reforma Parcial do Fórum - Somente cobertura	Fracassada
09	Dionísio Cerqueira	Reforma Parcial	Fracassada
10	TJ - Tribunal de Justiça (geral)	Ampliação da Diretoria Judiciária	Fracassada
11	TJ - Almoxarifado Central e Gráfica	Sistema de Climatização, Renovação e Execução da Gráfica	Fracassada

Fonte: Assessoria Técnica - Gerência de Projetos/DEA

11. ABERTURA DE CHAMADOS

DIVISÃO RESPONSÁVEL	QUANTIDADE
Divisão de Manutenção Predial - DvMP	2.157
Divisão de Engenharia Elétrica - DEE	2.038
TSI (atendimento interno – DEA)	336
TOTAL	4.531

Dados computados até 13/12/2011
Fonte: controle de chamados da Secretaria/DEA

11. ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Ofícios	445

Comunicações Internas	2.272
Pareceres Técnicos	527
Requisições de Compra	390
Relatórios de Vistoria	77
Relatórios de Fiscalização	108
TOTAL	**3.819**

Dados computados até 03/12/2011
Fonte: controle de documentos – Secretaria da DEA

12. TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO	QUANTIDADE
Processos Administrativos recebidos	3.751
Processos Administrativos enviados	3.751
Requisições de Compra recebidas	1.486
Requisições de Compra enviadas	1.503
Notas Fiscais recebidas	1.550
Notas Fiscais enviadas	1.000
Ofícios enviados	445
E-mails recebidos no endereço principal da DEA (externos)	1.000
E-mails recebidos no endereço principal da DEA (internos)	2.000
TOTAL	**16.486**

Dados computados até 03/12/2011
Fontes: PTC – Sistema de Protocolo; Sistema de Expedição de Correspondências; Controle de Documentos da Secretaria/DEA

13. DESENVOLVIMENTO DE OUTRAS ATIVIDADES

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Estudos de leiaute realizados	236
Viagens realizadas (reuniões, vistorias e fiscalizações de obras)	402
Empenhos (cadastrados, conferidos, digitalizados e repassados às comarcas/empresas)	2.600

Dados computados até 03/12/2011
Fonte: controle de documentos da Secretaria/DEA e dados fornecidos pelas Divisões/DEA

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Diretoria de Tecnologia da Informação-DTI vem atuando em consonância com o planejamento institucional que, por sua vez, está alinhado à **ESTRATÉGIA NACIONAL DE TI** definida pelo Conselho Nacional de Justiça o CNJ.

A figura abaixo representa os objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário de Santa Catarina:



DESENVOLVIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - DTI

1 - Dessa forma, alinhada aos objetivos estratégicos de **promover a melhoria contínua nos sistemas e serviços**, a DTI ancorada em sua Assessoria, Divisões e Seções, desenvolveu as seguintes atividades:

SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

Sistema de Depósitos Judiciais (Sidejud)

- alterações para o atendimento da MP 567/12 (novas regras de cálculo da poupança);
- desenvolvimento e implantação do projeto de Alvarás Digitais;
- desenvolvimento do Módulo de Controle de Custas;
- desenvolvimento do Saque Total Proporcional;
- processo de abertura de subcontas e emissão de boleto na WEB (em desenvolvimento);
- retenção previdenciária (em desenvolvimento).

Sistema Gerenciador de Diárias e Auxílio Combustível (SGDAC)

- apresentações do projeto a DGA, Coordenadoria de Magistrados e Presidência;
- análise, implementação e implantação em produção dos módulos de Veículos e Administrativo;
- análise, implementação e testes do módulo Solicitação (parcial).

Sistema de Envio de Declarações de Bens e Renda (DBR)

- análise, implementação e implantação em produção.

Sistema de Acompanhamento de Requisições de Compras (ARC)

- ajustes e disponibilização para homologação.

Sistema de Contratos e Convênios (SCC)

- ajustes e disponibilização para homologação.

Sistema de Pagamento de Precatórios - Contas Especiais

- análise, implementação e implantação em produção.

Sistema Gerador de Arquivos para o SIGEF

- análise, implementação e implantação em produção.

Portal da Transparência - Consulta aos vencimentos

- análise, implementação e implantação em produção.

Concessão e gozo de folga eleitoral

- Em piloto. Diretor RH aguardando parecer da DGA.

Gozo e suspensão de licença-prêmio

- Em homologação.

Controle de vagas de efetivos (sistema de efetivos)

- Homologado. Alterações solicitadas concluídas e disponibilizadas no início de outubro. DRH retomou a homologação em 19/11/2012. Está em fase final de ajustes.

Provimento por remoção (sistema de efetivos)

- Em prototipação.

Controle de Comissionados

- Apresentado para DRH em 20/11/2012. Em homologação (DRH) e ajustes finais (DTI).

Controle de Terceirizados

- Em desenvolvimento. Primeira etapa finalizada: cadastro/edição de pessoas, empresas e vínculo. Etapa atual: cadastro de contratos: 90% pronto. Próxima etapa: ocupação dos postos de trabalho (provimento).

Cadastro de Pessoal

- Em homologação os módulos de relatórios e cadastro de efetivos, comissionados, voluntários e estagiários. Finalizando o desenvolvimento do cadastro de dependentes ainda neste exercício.

Plantão Judiciário

- Prototipação e início do desenvolvimento.

Controle de Ações

- Mecanismo genérico para permitir desfazer ações do SRH de forma segura, além de fornecer uma interface de consulta aos dados coletados pela auditoria. Em desenvolvimento.

Marcação de opções de férias de Magistrados

-Em produção desde agosto/2012.

Concurso Público

- Acompanhamento, geração de relatórios, alterações no sistema de inscrição, principalmente referentes ao concurso de notarial e registral.

Projeto Depreciação de Bens – Patrimônio

- Em andamento.

Projeto preço de compra – Almoxarifado

- Finalizado.

Projeto novo 13º – DRB

- Finalizado.

Projeto – DIRF mensal – DRB

- Finalizado.

Projeto Portal de Transparência resolução 152

- Finalizado.

Criação de conexão com o novo módulo do SGD para utilização do novo cadastro de veículos no atual sistema de diárias

- Finalizado.

Formulário para emissão individual de roteiros e declarações do sistema de diárias.

- Finalizado.

Central de distribuição de títulos

- Desenvolvimento do serviço centralizado de distribuição de títulos para operar a distribuição automática dos títulos através da CRA – Central de remessa de arquivos, utilizando padrão FEBRABAN para troca de informações;

- Desenvolvimento do aplicativo de consulta aos títulos distribuídos para emissão de certidão,

- Desenvolvimento de mecanismo agendado para cobrança dos títulos distribuídos através do serviço com relatório e emissão de boleto bancário.

Selo Digital de Fiscalização

- Conclusão da implantação da versão 1.0 em 100% das serventias extrajudiciais.

- Desenvolvimento do módulo de BI – Business Intelligence.

Desenvolvimento do módulo de Auditoria Interna

- Definição e overview do sistema;

- Planejamento da estratégia a ser utilizada na operacionalização da funcionalidade e disponibilização da informação;

- Pesquisa e adequação do JPF – Java Plugin Framework, para construção da base do mecanismo de auditoria;

- Desenvolvimento da metodologia e software de apoio para implementação das regras a serem verificadas pelo módulo;

- Desenvolvimento do modelo de consulta aos resultados decorrentes da confrontação dos atos verificados contra as regras implementadas.

Desenvolvimento da Versão 2.0 do Selo Digital

- Implantação da versão 2.0 em produção em Dezembro;

- Adequação dos sistemas de apoio para a nova versão;

- Desenvolvimento do Sistema de Monitoria do Selo Digital;

- Refactoring do sistema para melhorar a inclusão de novos monitores;

- Troca da interface de consulta para utilização de gráficos na exibição do histórico de testes;

- Desenvolvimento de nova funcionalidade para verificar em tempo real a utilização de envio de atos e recebimento de selos pelos softwares das serventias nos até 7 dias anteriores.

Sistema de títulos de protesto

- Refactoring da modelagem e implementação da CDT para facilitar a manutenção e evolução do sistema;

- Início da reimplementação do sistema STP que atualmente é em Delphi para a plataforma Web.

Serviço de Boleto Bancário

- Implementação de funcionalidade para formatar e suportar o novo layout de numeração de processo de acordo com determinação do CNJ no aplicativo de geração de guias para Custas/Emolumentos.

- Implementação de mudanças normativas na emissão dos boletos de recursos aos tribunais superiores.

- Atualização anual de valores da Unidade de Referência de Custas (URC) e demais recolhimentos de atos comuns e isolados.

Implementação do novo Acesso Restrito

- Implementação de nova versão com diversas melhorias, dentre elas permitiu a disponibilização da transmissão do Pleno de forma mais segura e intuitiva, e utilizado para a

autenticação única (single-sign-on) no Portal do Servidor. Dentre outras melhorias a coleta de informações de acesso como ip origem, tipo de navegador de usuário, erros diversos.

Gerenciador de repositórios SVN

- Recurso para dar autonomia sem perda de segurança para as áreas gerenciarem seus repositórios de fontes e documentos.

Serviço de Domínio

- São serviços de uso comum às aplicações da DTI e têm como característica prover informações e realizar persistência (evolução) das informações: Serviço de Geografia, Serviço de Calendário, Serviço de Cargos, Serviço de Unidades Organizacionais

Serviço Gerenciador de documentos

- Módulo inicial, upload, gravação identificada, download. Utilizado por diversas aplicações como p.ex.: módulo para entrega de Declaração de Bens e Renda de Magistrados.

Serviço SEG

- Serviço de segurança reformulado a fim de atender novas necessidades.

Serviços de Verificação e Assinatura Digital

- Seis componentes/serviços que interligados possibilitam a assinatura digital bem como a verificação das mesmas. Intensamente utilizado pelo SIDEJUD.

Componente de Relatório

- Componente que a partir de uma consulta, gera o relatório básico, sem implementação, apenas informando metadados.

Evolução do Sistema de Controle de Demandas

- O sistema SCD inicialmente em uso para controle de demandas dos sistemas SHF/FOLHA, foi implantado para controle de demandas da Academia Judicial, DMP, e sendo implantado na área de Redes, Apoio ao Desenvolvimento, Banco de Dados e Sistemas Operacionais.

Catálogo de Serviços

- Sistema em desenvolvimento que mantém os artefatos e versões dos serviços e sistemas, sendo uma das etapas do projeto para melhorar aquisição de software e soluções correlatas.

Concessão e gozo de folga eleitoral

-Análise, documentação, desenvolvimento e implantação. (Em piloto)

Gozo e suspensão de licença-prêmio

-Análise, documentação, desenvolvimento e implantação. Novas funcionalidades estão 99% prontas.

-Em homologação.

Controle de vagas de efetivos (sistema de efetivos)

- Análise, documentação, desenvolvimento e implantação. As alterações que foram solicitadas foram concluídas e disponibilizadas no início de outubro. O sistema está em homologação e em fase final de ajustes.

Provimento por remoção (sistema de efetivos)

- Análise e documentação. Prototipação em 95%.

Controle de Comissionados

- Análise, documentação, desenvolvimento e implantação. Apresentado para DRH em 20/11/2012. Em homologação e ajustes finais.

Controle de Terceirizados

-Análise e documentação. Encontra-se em desenvolvimento.

Cadastro de Pessoal

- Análise, documentação, desenvolvimento e implantação.

- Estão em homologação os módulos de atualização cadastral das informações do cadastro pelo próprio servidor e relatório da ficha funcional completa;

- Criação de componentes para manutenção e acesso aos cadastros básicos: Escolaridade, Curso, Grau de Instrução, Banco, Agência, Situação RAIS, Cidade, Nacionalidade;

- Criação de relatório de movimentos da ficha funcional;

- Construção de componente de tratamento de mensagens;

- Importação de dados Caché.

- Desenvolvimento do módulo de Cadastro de Dependentes em estágio final.

Plantão Judiciário

- Análise, documentação e prototipação finalizados. Está em desenvolvimento.

Controle de Ações

- Mecanismo genérico para permitir desfazer ações do SRH de forma segura, além de fornecer uma interface de consulta aos dados coletados pela auditoria.

- Em desenvolvimento. Previsão: abril/2013.

Marcação de opções de férias de Magistrados

- Análise, documentação, desenvolvimento e implantação.

- Em produção desde agosto/2012.

Concurso Público

- Customização e disponibilização de acesso para inscrição no concurso público de Notarial e Registral;

- Customização e disponibilizaçãode acesso para inscrição no concurso público de remoção para Notarial e Registral;

- Geração de relatórios de aprovados no concurso de Notarial e Registral;

- Em desenvolvimento.

Processo Administrativo Eletrônico - PAE

- Foram prospectadas soluções utilizadas em outros órgãos do Poder Público, através de reuniões presenciais e videoconferências, sendo foi firmado um acordo para uso do sistema desenvolvido pelo TRE do Paraná. O sistema está sendo adaptado de acordo com os requisitos do TJSC.

Portal Web

- Nova versão mais limpa e melhor organizada.

- Neste ano foi efetuada a primeira entrega do projeto do Portal PJSC versão 2.0: o Portal do Servidor.

Migração do site da Academia Judicial (AJ) para o CMS Liferay

- Projeto iniciado em 2011 como prova de conceito da ferramenta. A nova versão do site foi ao ar no início de dezembro.

Disponibilização e administração TJ-Wiki

- A nova versão do wiki, reformulado visualmente e dispondo de um novo editor de textos, mais amigável, foi disponibilizado aos usuários no início de 2012

Sistema de Notícias / Twitter

- Evolução do sistema de notícias para apresentação de fotos destaques na página inicial do site do TJSC e integração deste com o twitter @tjscnoticias

Novo organograma

- Migração do atual organograma para uma nova ferramenta a fim de facilitar a navegação e a manutenção e evolução futuras.

Formulários

- Desenvolvimento, manutenção e alterações em diversos formulários disponíveis no site do TJSC.

MANUTENÇÃO

Manutenção e suporte no Workflow de Férias e Substituição no 2º Grau

- Alteração nas regras de pagamento de substituição, lançamento de movimento, notificações, etc.

- Suporte ao sistema de Substituiçãona Justiça de Segundo Grau;

- Suporte ao sistema de Pedido de Gozo, transferência e suspensão de férias;

- Alterações na hierarquia de aprovação;

- Atendimento aos usuários.

Manutenção e suporte:

- Movimentação na carreira do Magistrado;

- Substituição no 1º grau;

- Opção pelo adiantamento da 1º parcela do 13º salário;

- Pesquisa de clima organizacional;

- Gratificação de Júri;

- Inscrição em concurso de remoção;

- Convocação de aprovados em concurso público.

Infraestrutura

- Manutenção do sistema de importação de dados do SHF (caché) para SRH (oracle);

- Implementação e manutenção de serviços de base (srh-businesscore).

- Suporte segundo nível para o sistema de controle de acesso;

- Revisão e manutenção do modelo de dados do Sistema de Recursos Humanos;

- Manutenção das informações de todos os movimentos da ficha funcional;

- Manutenção das informações da ficha funcional;

- Acesso a informações da Folha de Pagamento;

- Migração do projeto antigo (RMI) para nova estrutura (EJB);

- Integração de todos os cadastros básicos;

- Disponibilização de consultas para o sistema de Diárias.

Sistema de Registro de Preços (SRP)
- suporte e manutenção no aplicativo de registro de preços
- suporte e manutenção no aplicativo de registro de preços – livros

Sistema Gerador da DIRF
- suporte e manutenção no aplicativo DIRF
- suporte e manutenção no aplicativo DIRF-Web

Manutenções corretivas e evolutivas
- Sistemas Tarifadores (TAR e CFC)
- Sistema de Depósitos Judiciais (Sidejud)
- Sistema de Registro de Preços (SRP e SRP-Livros)
- Sistema de Consolidação de Custas Judiciais (SCCJ)
- Sistema de Pagamento de Precatórios (SPP)
- Sistema de Lista Única de Precatórios (LUP)
- Sistema Organizador de Arquivos Bancários (OAB)

Workflow
- suporte aos usuários

Manutenção da infraestrutura de banco de dados:

- Atualização da versão do certificado SSL do domínio app.tjsc.jus.br, que faz parte do mecanismo de transmissão de selos e recepção de atos.

- Desenvolvimento de um aplicativo para compactar e remover todos os atos que são recebidos em duplicidade pelo serviço. O mecanismo faz uso da nova característica da versão 2.0 onde atos percebidos como duplicados passaram a ser rejeitados pelo sistema.

Consulta de empenhos

- Manutenção na modelagem do banco de dados em decorrência de alterações percebidas nas views disponibilizadas pelo SIGEF.

Manutenção de sites e hotsites

Os hotsites já existentes (desenvolvidos no CMS Wordpress) foram mantidos e atualizados durante o ano de 2012. Além disso, foi criado um tema padrão no CMS liferay para novos sites internos e hotsites, aplicado inicialmente ao site do Projeto de Gestão da Secretaria do Foro.

A manutenção dos sistemas de gestão acadêmica da Academia Judicial

Tarefa, até então, sob responsabilidade da equipe interna da própria Academia Judicial, foram absorvidas pela DTI. Este trabalho consumiu grande esforço da equipe em 2012 e está

servindo como base para aquisição de conhecimento para o desenvolvimento de um sistema robusto e integrado aos demais sistemas do TJSC.

Site da Academia Judicial

- Manutenção do site estático da Academia Judicial incluindo a publicação de banners, notícias e conteúdo administrativo e acadêmico.

Site do TJSC

- Atualização do conteúdo estático, suporte aos usuários e manutenção constante.

SISTEMAS JUDICIAIS DE PRIMEIRO GRAU

Banco Nacional de Mandados de Prisão

- Nos termos da resolução 137/CNJ, o sistema SAJ/PG5 foi alterado para que fosse possível fornecer ao BNMP as informações necessárias, visto que várias delas não estavam disponíveis de forma estruturada no sistema. Desta forma, o sistema SAJ5 envia diariamente ao CNJ um relatório de atualização da situação dos mandados de prisão da área criminal emitidos no âmbito do PJSC.

Sigilo processual

- Foram desenvolvidas no SAJ5 as funcionalidades de Sigilo Absoluto para processos e Sigilo Externo para processos e documentos.

Consulta processual na internet

- Em atenção à Resolução 121/CNJ, o acesso completo aos autos é permitido a procuradores e membros do Ministério Público, mesmo não estando vinculados ao processo, desde que previamente identificados (através de *login* no portal e-SAJ), salvo nos casos de processos em sigilo ou segredo de justiça.

Vinculação de custas a mandados

- Foi incorporada ao SAJ5 a funcionalidade de Reserva de Valor para pagamento das diligências dos oficiais de justiça. Com esta inovação, as unidades que operarem exclusivamente com o SAJ5 poderão abrir mão da utilização do sistema SPO, que é utilizado para realizar este controle no SAJ3.

Juntada automática de petição intermediária

- O recurso permite que sejam configurados os tipos de petição que terão a juntada automática. Realizada a juntada nos autos, as petições são encaminhadas para uma fila específica de análise do cartório.

Recebimentos de atos processuais pelo portal e-SAJ

- Durante este ano diversas Procuradorias Municipais e alguns Conselhos Regionais foram contatados com objetivo de firmar convênio com o PJSC para recebimento de citações e intimações através do portal e-SAJ. Resultantes deste trabalho, três Conselhos Regionais, dez Procuradorias Municiais e a Procuradoria da Fazenda Nacional passaram a fazer parte do convênio, podendo, além de peticionar eletronicamente pelo portal e-SAJ, receber atos de citação e intimação, por meio do uso do certificado digital.

Esta funcionalidade evita que seja necessária a emissão de mandados ou outros tipos de publicações para cumprimento dos atos processuais

Certidão Negativa na Internet

- Desde 19 de novembro de 2012 é possível solicitar pela internet Certidões Judiciais Negativas relativas à Comarca da Capital (Projeto Piloto). A certidão abrange os Foros Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Continente. É permitida a emissão de Certidão

Criminal, Certidão Cível, Certidão de Falência e Concordata e Recuperação Judicial e Certidão para Fins Eleitorais. A certidão emitida está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução 121 do CNJ.

Perfis do portal e-SAJ

- Em desenvolvimento.

Centrais de mandados compartilhadas

- Em desenvolvimento.

Integração com Cadastro Nacional de Advogados

- Em desenvolvimento.

Prescrição Penal

- Em desenvolvimento.

Integração PG5 x SG5 – 2ª Etapa

- Em desenvolvimento.

Custas processuais na internet

- Em desenvolvimento.

Cadastro Nacional de Interceptações Telefônicas

- Em desenvolvimento.

Implantação do SAJPG5

- Migrados os processos do SAJ3 para o SAJ5, com novos processos distribuídos em meio digital e acervo em meio físico, na cidade de Meleiro e fórum do Estreito-Florianópolis.

Implantação do SAJPG5 digital em Camboriú

- Conversão das Varas Físicas do SAJPG5, em Varas mistas, com novos processos distribuídos em meio digital e acervo em meio físico.

MANUTENÇÃO

Suporte 2º nível

- Demandas cadastradas pela Divisão de Suporte ao usuário e que implicam em modificações estruturais dos sistema de 1º Grau.

Suporte à Corregedoria Geral de Justiça

- Suporte aos processos administrativos que tramitam no SAJ5, em meio digital.

SISTEMAS JUDICIAIS DE SEGUNDO GRAU

Implantação do SAJ/SG5 (Processo Eletrônico) na Oitava Turma de Recursos – Primeira Fase:

- Finalizado.

Implantação do SAJ/SG5 (Processo Eletrônico) na Oitava Turma de Recursos – Segunda Fase

- Finalizado.

Implantação do SAJ/SG5 (Processo Eletrônico) na Primeira Turma de Recursos da Capital

- Finalizado.

Implantação do SAJ/SG5 (Processo Eletrônico) na Segunda Turma de Recursos de Blumenau

- Finalizado.

Implantação do SAJ/SG5 (Processo Eletrônico) na Quinta Turma de Recursos de Joinville

- Finalizado.

Implantação do SAJ/SG5 (Processo Eletrônico) na Turma de Uniformização

- Em desenvvolvimento.

Implantação do Peticionamento Eletrônico no TJSC

- Sobrestado.

Implantação do SAJ/SG5 no TJSC nas Câmaras Comerciais para recursos de Direito Bancário

- Sobrestado.

Automatização dos Relatórios de Produtividade dos Magistrados (CNJ)

- Em desenvolvimento.

Elaboração do Projeto Básico para a Renovação de Contrato com a Softplan:

- Em desenvolvimento

SUPORTE

- Criação no sistema SAJ/ADM de novas classes e assuntos;

- Criação no sistema SAJ/SG de novas movimentações;

- Relatórios solicitados pelos usuários do sistema, que não são possíveis de se extrair via sistema;

- Relatórios específicos para o CNJ, solicitados pela Secretaria de Estatística, que não são possível de se extrair via sistema;

- Cálculo e entrega dos relatórios das Metas 1 e 2 de 2012, Meta 4 de 2010, Meta 2 de 2009 e 2010;

- Resoluções de problemas e dúvidas dos sistemas SAJ3/SG, SAJ3/GGS e SAJ5/SG para os usuários do TJSC e Turmas Recursais.

Atividades operacionais

- Homologação de versões do SAJ3/SG, SAJ3/GGS, SAJ3/ADM, SAJ5/ADM, SAJ5/PRO, SAJ5/SG e Portal e-SAJ;

- Abertura e controle de SALTs do SAJ3 e SAJ5;

- Definição das Matrizes de Regras para Turma de Uniformização, Matriz de Integração PG x SG, Matriz de Documentos Sigilosos, Matriz da Resolução 121 do CNJ e Matriz de Recursos Recebidos no Segundo Grau;

- Atualização dos Manuais do SAJ5/SG (Processo Eletrônico) para as Secretarias e Gabinetes das Turmas Recursais.

DEMAIS SISTEMAS

Sistema de consulta de Jurisprudência
- Ao longo do ano, quatro versões do sistema foram disponibilizadas.

Sistema Hermes - Malote Digital
- Atualmente o sistema abrange 782 UO's do PJSC, que são gerenciadas pelos 919 usuários ativos.

Ferramenta genérica de Busca Textual
- Projeto de busca textual, cujo objetivo é desenvolver uma solução genérica que permita a indexação e a pesquisa de documentos, de acordo com uma série de parâmetros previamente configurados (categorias de documentos, metadados, restrições de permissões, entre outros). Tal projeto encontra-se em execução, sendo que sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2013.

Inteligência de Negócios
- Melhorias a atualizações no Portal da Transparência

Diário de Justiça Eletrônico

- Melhorias a seguir foram disponibilizadas aos usuários e merecem destaque:

Possibilidade de pesquisar termos contidos no inteiro teor dos documentos (funcionalidade até então restrita à intranet);

- Melhorias na infraestrutura da solução;

- Melhorias nas ferramentas de apoio na diagramação do DJE;

- Unificação das rotinas de captura de matérias nas comarcas.

Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP
-No que diz respeito ao TJSC, a integração foi concluída e todos os mandados e atualizações que atendem os critérios estabelecidos pelo CNJ são enviados diariamente de forma automática.

Central Nacional de Informações Processuais - CNIPE
- A pesquisa aos processos do TJSC está sendo desenvolvida pela empresa responsável pelo desenvolvimento dos sistemas judiciais neste tribunal e, em breve, estará disponível na ferramenta do CNJ.

Sistema de Envio de Recursos ao STF - SER
- Durante esse ano foi iniciada uma nova fase do projeto que consiste em adaptá-lo para que possa baixar eletronicamente as peças processuais remetidas à origem. Além disso, deu-se início ao projeto que adaptará o SER ao novo mecanismo de integração que está sendo desenvolvido pela equipe de TI do STF e que utiliza o MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade.

Sistema de Envio de Recursos ao STJ - iSTJ
- Foi atualizada recentemente para comportar a baixa eletrônica das peças retornadas à

origem. Dentro das atividades de gerenciamento da ferramenta no TJSC, foi iniciado o planejamento para transferência dos processos digitalizados já encaminhados ao STJ que se encontram no banco de dados do sistema para uma mídia de baixo custo.

Sistema de Digitalização de Acórdãos

- Trata-se de um sistema bastante consolidado e que em 2012 demandou o seguinte:

Melhorias no sistema para otimizar o procedimento de validação das Coletâneas de Acórdãos (CA's) físicas;

- Configuração e instalação do software E2DOC para apoiar a criação das CA's virtuais.

2 - Para o alinhamento com o objetivo estratégico de prover recursos tecnológicos para suporte aos processos de negócio, administrativos e serviços com alta disponibilidade, confidencialidade, autenticidade e integridade, bem como de implantar boas práticas de gerenciamento de serviços e segurança da informação a DTI desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

REDES DE COMUNICAÇÃO

Interligação entre a sede e as comarcas

-Instalação de fibra óptica para interligação das unidades na Sociesc – Joinville e Unesc – Criciúma.

- Licitação do novo contrato de interligação das comarcas com aumento de velocidade no mínimo para o dobro da atual, circuito backup, aceleradores de aplicação, além de Qos Real-time. Em fase de abertura de propostas dia 17/12.

- Licitação para aquisição da nova infraestrutura de backbone para a Sala Cofre. Em fase de validação do Projeto Básico pela DMP

- Contratação de circuito MPLS para o novo Arquivo Central.

Interligação com a Internet

- Renovação do contrato referente à utilização de canais de comunicação com o backbone da rede Internet (Contrato 100/2008), passando a atual velocidade de 75 Mbps para 150 Mbps. Em fase de assinatura de contrato.

Mutirões

-Fornecendo a conexão e os equipamentos de rede necessários aos mutirões apoiados pelo PJSC.

TELECOMUNICAÇÕES

- Ao longo do exercício de 2012, a cada 3 semanas foi implantado o sistema VoIP Asteriskem uma comarca, reduzindo custos de telefonia e melhora nos serviços prestados. Foram elas: Anchieta, São Lourenço do Oeste, Garopaba, Ascurra, Navegantes, Itapoá, Taió, Quilombo, Ipumirim, Garuva, Trombudo Central, Coronel Freitas, São Carlos, Imaruí, São João Batista e Armazém.

- Implantados servidores de interface de telefonia celular nas Comarcas de Blumenau e Lages para atender as áreas correspondentes aos códigos 47 e 49.

- Elaboração de editais de licitação de peças e equipamentos VoIP, bem como realizou a manutenção das centrais telefônicas de Blumenau, Camboriú, Campo Erê, Coronel Freitas, Guaramirim, Içara e Maravilha.

SISTEMAS DE PROTEÇÃO

Certificação Digital

- Organização de diversas de validações presenciais, totalizando aproximadamente 900 novas pessoas com certificado digital;

- Especificação técnica e elaboração de projeto básico preliminar para aquisição de Certificados Digitais e serviços associados;

- Prova de conceito do IMS Certisign, software de gerência do ciclo de vida de certificados digitais - conclusão: por motivos técnicos o software não atende às necessidades;

- Desenvolvimento de solução para cadastro de usuários para validação presencial;

- Pedido de compra, acompanhamento de instalação de certificados para portal Internet do Poder Judiciário, Diário da Justiça Eletrônico, Conectividade Social, e–CPFs para situações de exceção, bem como -certificados para servidores de rede;

- Acompanhamento da outorga digital dos poderes necessários ao uso do sistema de conectividade social da Caixa Econômica Federal.

Filtros Web

- Estudo de alternativas para acesso à Web;

- Teste de limitação de banda de rede para acesso à Web;

- Otimização da rede para uso do SAJ através de pesquisa e restrição de acessos à Web em comarcas onde - havia reclamação de lentidão.

- Confecção sob demanda de relatórios de acesso à Web, sempre por requisição de autoridade interna competente;

- Melhora de desempenho do sistema de filtragem Web via otimização e consolidação de ativos dos serviços associados

VPN

- Instalação de Appliances ASA para conexão por VPN a Executivo Fiscal;

- Instalação de servidores Open VPN para unidades ligadas ao TJ por ADSL;

- Execução do TDA (Trend Thread Discovery Appliance) com o objetivo de “sentir” possíveis ameaças se movimentando pela rede interna e obtenção relatório de ameaças;

- Implantação do sistema RTL de envio automático de mensagens não solicitadas à Trend Micro do Brasil, a fim de melhorar a taxa de detecção de mensagens SPAM e diminuir falsos positivos.

PDDE

Especificação técnica e elaboração de projeto básico para solução de carimbo de tempo, bem como acompanhamento da licitação junto à DMP.

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Evolução da infraestrutura

- Instalação de 70 Servidores de rede novos em Comarcas. Com recursos tecnológicos avançados e componentes redundantes, estes servidores propiciam disponibilidade e desempenho elevados, garantindo assim os recursos computacionais necessários para a boa utilização do Saj/PG3 nas Comarca.

- Ainda nas Comarcas, foi realizado o aprimoramento das rotinas de cópias de segurança (backups) das bases de dados do Saj/PG3. As cópias passaram a ser executadas com o banco de dados em funcionamento, tornando o sistema disponível para uso durante as 24 horas do dia, bem como foram implementados mecanismos de verificação da perfeita execução das cópias de segurança.

- Aquisição de solução de armazenamento de conteúdo fixo, a qual é composta por hardwares e softwares com o objetivo específico de armazenar documentos digitais com a garantia de integridade, disponibilidade e temporalidade. Esta solução será utilizada pelos sistemas Saj/PG5 e Saj/SG5, onde as peças digitais dos processos serão armazenadas, usufruindo da segurança oferecida pela solução.

- Para aumentar a segurança e disponibilidade das informações, foi implantada uma nova solução de proteção de dados, destinada a realizar as cópias de segurança das informações armazenadas nos servidores instalados no Tribunal de Justiça. Com esta solução, foi possível diminuir em até 5 vezes o tempo de execução das cópias de segurança, bem como tornar mais eficiente o processo de restauração de informações, quando necessário.

- No ano de 2012, foi iniciada a construção da Sala Cofre, ambiente seguro para hospedar a infraestrutura de TI do Poder Judiciário. Esta Sala está em fase final de construção e será certificada pela ABNT para atendimento da norma NBR 15247, sendo protegida contra incêndio, inundação, arrombamento e queda de escombros, além de possuir um avançado sistema de monitoramento das condições internas, propiciando um ambiente adequado para a segurança e disponibilidade das informações e equipamentos instalados nesta Sala.

Infraestrutura de aplicações

O ano de 2012 foi marcado pelo início de uma grande evolução da infraestrutura de servidores de aplicação, os quais são responsáveis por oferecer as interfaces de comunicação entre os sistemas e os usuários.

- Foram implementados ambientes para desenvolvimento, testes e homologação de sistemas. Assim, evitou-se possíveis impactos no ambiente de produção durante o processo de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

- Ampliação da infraestrutura de servidores de aplicação, cujo ambiente conta atualmente com 20 servidores, para atender à demanda dos sistemas Saj/PG5 e Saj/SG5;

- Iniciado o projeto de implantação do servidor de aplicação Weblogic, reconhecido como o mais avançado do mercado. O ambiente deste servidor de aplicação já conta com 18 servidores destinados aos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção, para comportar o crescimento da quantidade de aplicações disponíveis no Portal do PJSC, bem como o incremento na quantidade de usuários e acessos.

Aquisição de equipamentos

CPUS	**741**

Microcomputadores completos	170
Monitores	3.819
Scanners	102
Impressoras	237
Peças de cpu	969
Cabos	2.750
Periféricos	2.127
Suprimentos de Rede	1.266
Suprimentos de Gravação de Audiências (caixas de CDs e DVDs)	776
Dispositivos móveis	776
Estabilizadores	398
Suprimentos eletrônicos	296
Certificação digital	223
Subtotal	*14.650*
Outros	1.662
TOTAL	16.312

Instituição e elaboração de Projeto Básico para aquisição dos seguintes equipamentos e/ou softwartes:

- 3 mil microcomputadores;
- 5 mil fones de ouvido;
- Licenças de softwares para Academia Judicial e Engenharia;
- Cartuchos Coloridos;
- Peças de Impressoras;
- Impressoras Matriciais;
- Upgrade de Micros;
- Mesas de som e Microfones;
- Rádios comunicadores e baterias;
- Nobreak de 5Kva;

SUPORTE

- Mudanças e instalações dos gabinetes dos Juízes de 2º Grau;
- Mudança e estruturação do parque de informática dos Fóruns da Comarca do Foro do Estreito, bem como reestruturação dos equipamentos das Comarcas de Camboriú, Lebon Régis, Meleiro e Presidente Getúlio, todas operando com o SAJ5;
- Distribuição de Hd externo para TSI's de Comarcas;

- Avaliação e solicitação de alteração de layout do espaço reservado ao depósito da DTI, em Forquilhinhas, São José, destinado a armazenar equipamentos de TI, possibilitando condições razoáveis para trabalhar no setor, com climatização, bancada apropriada, estantes, iluminação, possibilitando maior controle sobre o estoque de equipamentos usados que vem para baixa ou reutilização;

- Fornecimento de monitores de 23 polegadas para Diretoria de Engenharia e Arquitetura e equipe de desenvolvimento de software desta DTI;

- Remessa de microcomputadores core i7 para todos TSI's de Comarca Pólo;

3 - As atividades a seguir foram levadas a efeito alinhadas aos objetivos estratégicos de aprimorar o gerenciamento dos projetos e do portfólio de tecnologia da informação e, ainda, dos processos de desenvolvimento e aquisição de software:

Metodologia

- análise da adequação da Metodologia de Desenvolvimento de Software com as normas 12.207 e 15.504, em conjunto com a DTI/DSA/Seção de Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas;

- Treinamento na Arquitetura Orientada à Serviço (SOA) – treinamentos no IBTI/Brasília em SOA com objetivo de adaptar a metodologia de desenvolvimento e frameworks atuais a fim de iniciar projeto efetivo sobre o assunto.

Consolidação da utilização do Redmine

- Durante o ano foi consolidado o Redmine como ferramenta de gerenciamento dos projetos da DSJPG. Além dos projetos relacionados aos módulos do SAJ5, algumas rotinas internas também passaram a ser controladas pela ferramenta, que fornece um canal comum para disseminação das informações relacionadas ao trabalho. São exemplos de fluxos de trabalho controlados no Redmine: o registro e controle de Salts encaminhadas para a Softplan, o controle da implementação das Matrizes de Aprovação aprovadas pelo TJSC e a comunicação de incidentes cadastrados pela Divisão de Suporte ao Usuário.

Consolidação da Arquitetura Desenvolvimento

- realizada disseminação da arquitetura de desenvolvimento utilizada em algumas seções, para a DTI.

Padronização e Documentação do Ambiente de Desenvolvimento

- construídos diversos manuais e roteiros de utilização para os desenvolvedores.

Implantação do MAVEN

- ferramenta de integração de projetos que é responsável por gerenciar dependências, controlar versão de artefatos, gerar relatórios de produtividade, garantir execução de testes, padronizar a formação dos pacotes que são instalados nos servidores, dentre outras. Permitiu maior organização dos projetos e facilidade de distribuição.

Implantação do Servidor de Integração Contínua (HUDSON/JENCKINS)

- é uma ferramenta livre para executar múltiplas tarefas de construção de software, de forma paralela ou distribuída; monitorar a execução das tarefas de construção; agendar a execução

de tarefas; executar testes de sistema e de unidade automáticos. Estamos no início da implantação sendo que os serviços de base e do SRH já estão em produção.

Implementação/Manutenção de Bibliotecas de Base

- implementação e manutenção de diversas bibliotecas de classes que atendem os requisitos da arquitetura de desenvolvimento atualmente em uso. (tjsc-flexservice, tjsc-service-client, tjsc-service-util, tjsc-testhelper, tjsc_flex_components).

Prospecção

- Tecnologias de Desenvolvimento (Camada de Apresentação) – estudos preliminares de algumas tecnologias a fim de evoluir em direção à novas tecnologias da camada de apresentação dos sistemas como HTML5, MOBILE, TOUCH PADs, etc.

Inteligência de Negócios

- Capacitação na área de Data Warehouse;Continuidade do estudo da ferramentas Pentaho, incluindo a construção de Dashboard's e relatórios de exemplo.

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

A Diretoria de Infraestrutura – DIE, no ano de 2012, através de seu Gabinete, Assessoria e respectivas Divisões, deu continuidade à implementação de diversos projetos, no sentido de aprimorar os serviços prestados ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e às comarcas do Estado.

Referente ao exercício de 2012 merecem destaque:

- substituição de veículos de transporte institucional, de uso exclusivo dos Desembargadores;
- a elaboração de trabalhos consolidados de web design para Diretorias e Academia Judicial; pop-ups de mensagens do Presidente do Tribunal; banners virtuais para os sites da Academia Judicial e da página principal deste Poder; wireframes; fôlderes eletrônicos; sites; animações; entre outros trabalhos na área de web design e design gráfico.
- modernização total do sistema de sonorização do Tribunal Pleno e seu Auditório, por meio de reprodução de áudio na forma digital e melhoria dos serviços de mão de obra especializada para prestação de serviços de sonorização; e
- distribuição de máquinas de lavar roupas e fornos de micro-ondas para todas as comarcas do Estado, com a finalidade de higienização e limpeza dos panos de copa e de limpeza e aquecimento dos lanches e das refeições dos Tribunais de Júri, respectivamente.

1 Divisão de Apoio Operacional

A Divisão de Apoio Operacional no exercício de 2012, focou na otimização dos recursos humanos e financeiros, por meio de metodologia aplicada, buscando trazer eficiência para a desenvoltura de suas atividades. Para tal, inseriu padronizações, políticas de atendimentos e avaliações de custo/benefício quando da efetivação dos seus trabalhos e, principalmente, ofereceu aperfeiçoamento aos seus servidores para melhor desenvolver na prática destas propostas.
Neste sentido, destacam-se as seguintes metas atingidas:

- A padronização dos carimbos distribuídos para o PJSC, reduzindo o tempo de entrega e otimizando os recursos públicos;
- A distribuição de fragmentadoras de papel de grande porte para todas as comarcas do Estado, consoante política aprovada pelo PJSC, reduzindo os recursos em face da eficiência deste equipamento;
- A instalação de 4 (quatro) máquinas multifuncionais de propriedade do PJSC na Seção de Fotocópia, reduzindo o contrato de locação de máquinas vigente em 50%;
- Estudos para implantação de formulário on-line para aquisição de passagens aéreas, mitigando o tempo de interlocuções e reduzindo os custos de aquisição dos bilhetes aéreos, qualificando assim as ferramentas de fiscalização do contrato;
- A implementação nos serviços de Comunicação Visual, por meio de aquisição de máquina de plotter de recorte, traduzindo em celeridade para os pequenos reparos

em placas, totens e painéis, ainda, reduzindo significativamente os custos;
- A inserção de serviços de zeladoria na Seção de Apoio para pequenos reparos em persianas e comunicação visual, incluído um programa de manutenção preventiva em todos os setores do TJSC, reduzindo o tempo de espera e os custos com dispêndio à empresas particulares;
- Normatização para acompanhamento de aquisições de refeições de Tribunais do Júri.
- Cursos de Excel e Corel Draw para servidores;
- Curso para elaboração de Projeto Básico.

1.1 Seção de Apoio

A Seção de Apoio, subordinada à Divisão de Apoio Operacional, desenvolveu no ano de 2012* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

1.1.1. Comunicação Visual

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de comunicação visual no ano de 2012*, foram adquiridos, instalados e disponibilizados produtos como placa acrílica, placa de estacionamento, murais, e demais materiais para 83 (oitenta e três) Comarcas que compõem o Poder Judiciário Catarinense e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

COMUNICAÇÃO VISUAL	
Valor para aquisição e instalação	R$ 338.581,97
Comarcas atendidas (com exceção da Comarca da Capital)	75%
Comarca da Capital - Fóruns e Unidades Judiciárias atendidas	100%
Tribunal de Justiça – unidades atendidas (Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Câmara Regional de Chapecó, Complexo BR 101)	100%

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.1. Móveis sob Medida

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de móveis sob medida no ano de 2012*, foram adquiridos e instalados móveis sob medida em 80 (oitenta) Comarcas que compõem o Poder Judiciário Catarinense e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

MÓVEIS SOB MEDIDAS	
Valor para aquisição e instalação	R$ 874.038,54
Comarcas atendidas (com exceção da Comarca da Capital)	72%
Comarca da Capital - Fóruns e Unidades Judiciárias atendidas	88%
Tribunal de Justiça – unidades atendidas (Torres I e II, Unidade Presidente Coutinho, Câmara Regional de Chapecó, Complexo BR 101)	80%

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.2. Persianas

Com relação às atividades desenvolvidas na parte de persianas no ano de 2012*, foram adquiridas e instaladas 5.923,17 m² de persianas nas Comarcas que compõem o Poder Judiciário Catarinense e Tribunal de Justiça, conforme quantitativo abaixo.

PERSIANAS	
Valor para aquisição, instalação e conserto	R$ 296.111,72
Quantidade de persianas adquiridas (em metragem quadrada)	5.923,17 m²

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.3. Carimbos

Com relação às atividades desenvolvidas na aquisição e distribuição de carimbos e materiais complementares (resina, refis, tinta de carimbo) no ano de 2012*, foram distribuídos carimbos para 110 (cento e dez) Comarcas que compõem o Poder Judiciário Catarinense e Tribunal de Justiça.

CARIMBOS	
Valor para aquisição de carimbos, resinas, refis e tinta para carimbo	R$ 111.422,75
Quantidade de carimbos	6.851
Quantidade de refis para carimbos	370
Quantidade de resina para carimbos	380
Quantidade de tinta para carimbo	450

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.4. Serviço de Chaveiro

Com relação à prestação de serviço de chaveiro, com aquisição de chaves, conserto e abertura de fechaduras de portas e móveis e demais serviços no Tribunal de Justiça e Comarca da Capital, segue quantitativos abaixo.

SERVIÇO DE CHAVEIRO	
Unidades de cópias de chaves confeccionadas	3.503
Consertos em fechaduras de portas e móveis	393
Abertura de fechaduras de portas e móveis	79
Outros serviços	264

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.5. Fragmentadoras de pequeno e grande porte

Com relação à aquisição e distribuição de fragmentadoras de pequeno porte e de grande porte, foram distribuídas da seguinte forma:

FRAGMENTADORAS DE PEQUENO E GRANDE PORTE	
Fragmentadoras de pequeno porte distribuídas para setores e/ou gabinetes do Tribunal de Justiça	23
Fragmentadoras de grande porte distribuídas para Comarcas	187
Fragmentadoras de grande porte distribuídas para setores do Tribunal de Justiça	2

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.6. Desumidificador de papel

Com relação à aquisição e distribuição de desumidificadores de papel, foram distribuídos entre 14 (quatorze) Comarcas e demais gabinetes e/ou setores do Tribunal de Justiça.

DESUMIDIFICADOR DE PAPEL	
Quantidade distribuída	50

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.7. Carrinho para transporte de processos

Com relação à aquisição e distribuição de carrinhos para transporte de processos, foram distribuídos entre 18 (dezoito) Comarcas e demais gabinetes e/ou setores do Tribunal de Justiça.

CARRINHO PARA TRANSPORTE DE PROCESSOS	
Quantidade distribuída	73

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1.8. Uniformes

Foram adquiridos e distribuídos uniformes para Diretoria de Documentação e Informações, Diretoria de Infraestrutura e Presidência deste Tribunal de Justiça.

UNIFORMES	
Valor gasto para aquisição	R$ 9.768,00

1.1.9. Sonorização

A prestação de serviço de sonorização para Comarca da Capital e Tribunal de Justiça, bem como aquisição de equipamentos, materiais e gastos com manutenção para Tribunal de Justiça, foram feitos conforme tabela abaixo:

SONORIZAÇÃO	
Valor gasto para prestação do serviço	R$141.475,84
Horas prestadas do serviço de sonorização para Tribunal de Justiça e Comarca da Capital	8.171 horas
Valor gasto com compra de equipamentos, materiais e manutenção para Tribunal de Justiça e Comarcas	R$ 67.901,00

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

É relevante salientar que no ano de 2012 a Seção de Apoio elaborou Projeto Básico com vistas à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização, criando critérios objetivos de avaliação e exigindo um rol de qualificações bem superior aos contratos que ora estavam vigentes, culminando assim na assinatura do contrato 191/2012.

E, ainda, elaborou Projeto Básico para modernização total do sistema de sonorização do Tribunal Pleno e seu Auditório, com vistas a introduzir um dos sistemas mais modernos do país, por meio de reprodução de áudio na forma digital, ganhando em qualidade e mitigando significativamente reparos que era contumaz. O projeto para a modernização está contido no contrato 196/2012, começando ainda em 2012 a primeira etapa.

1.1.11 Agendamento de espaços no TJSC

A Seção de Apoio é responsável pelo agendamento de espaços dentro do Tribunal de Justiça, para realização de eventos e reuniões, conforme tabela que segue.

AGENDAMENTO DE ESPAÇOS	
Quantidade total de agendamentos	430
Quantidade de agendamentos para utilização do Tribunal Pleno	106
Quantidade de agendamentos para utilização da sala de reunião do HS da Torre II	132
Quantidade de agendamentos para utilização da sala de reunião do 7º andar	192

** Mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.1 Seção de Correspondência

O levantamento relativo aos serviços postais adquiridos pelo Poder Judiciário de Santa Catarina no ano de 2012 encontra-se discriminado conforme segue:

SERVIÇOS POSTAIS	
TIPO	QUANTIDADE
TELEGRAMAS	1.113
CARTAS	1.055.847
SEDEX	10.357
PAC	362
AR DIGITAL	88.100
TOTAL DE CORRESPONDÊNCIAS	**1.155.779**

** Os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.*

A planilha abaixo contém as correspondências movimentadas pela Seção, até outubro de 2012:

CORRESPONDÊNCIAS MOVIMENTADAS	
TIPO	**QUANTIDADE**
PROCESSOS RECEBIDOS PELO TJ	412.186
CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS PELO TJ	123.568
PROCESSOS ENCAMINHADOS	87.555
OFÍCIOS ENCAMINHADOS	1.023
CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS PARA AS COMARCAS VIA MALOTE	46.937
CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS PELO TJ VIA CORREIOS	12.581
TOTAL DE CORRESPONDÊNCIAS	683.850

Os meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.

1.2 Seção de Fotocópia

A Seção de Fotocópia, subordinada à Divisão de Apoio Operacional, desenvolveu no ano de 2012* as seguintes atividades e seus respectivos quantitativos.

Abaixo, foi juntada tabela com os serviços prestados pela Seção de Fotocópia, no período de janeiro a novembro de 2012:

FOTOCÓPIAS

MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	89.227
Fevereiro	116.721
Março	157.712
Abril	123.257
Maio	140.054
Junho	105.772
Julho	130.165
Agosto	140.746
Setembro	128.916
Outubro	120.661
Novembro	98.991
Dezembro	(*)
TOTAL	1.359.553

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

ENCADERNAÇÕES		
MÊS	ESPIRAL	UNIBIND
Janeiro	56	2
Fevereiro	111	0
Março	589	0
Abril	49	43
Maio	90	0
Junho	34	1
Julho	48	17
Agosto	129	5
Setembro	90	8
Outubro	237	23
Novembro	58	13
Dezembro	(*)	(*)

TOTAL	1.191	167

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

ATENDIMENTO A GABINETES E OUTROS	
MÊS	QUANTIDADE
Janeiro	1.290
Fevereiro	2.448
Março	3.010
Abril	2.579
Maio	2.828
Junho	2.592
Julho	2.798
Agosto	3.033
Setembro	2.493
Outubro	3.005
Novembro	2.639
Dezembro	(*)
TOTAL	28.715

** O mês de dezembro não foi contabilizado.*

1.3 Seção de Controle de Custos

A Seção de Controle de Custos é responsável por uma gama variada de serviços e, dentre seus projetos, destacaram-se no ano de 2012 a elaboração de projeto básico com vista à contratação de empresa fornecedora de refeições para o Tribunal de Júri e paralelamente estudos a fim de implantação de um sistema mais aprimorado para pagamentos dessas refeições mediante cartão magnético, nos moldes hoje adotados para com os abastecimentos de veículos oficiais. As regras para aquisições de passagens aéreas mediante formulário eletrônico (on line) a fim de garantir a aquisição nos moldes contratuais, otimizando os recursos e mitigando o tempo de emissão destas passagens.

Além disso, vem fazendo um acompanhamento fiel aos consumos de água e eletricidade, a fim de comunicar possíveis distorções que cabe a correção.

Foram apurados os seguintes gastos durante o período de2012:

ÁGUA E COLETA DE ESGOTO	VALORES
Janeiro	R$ 47.236,05

Fevereiro	R$ 85.782,29
Março	R$ 77.860,60
Abril	R$ 75.490,18
Maio	R$ 74.994,56
Junho	R$ 83.229,71
Julho	R$ 75.273,24
Agosto	R$ 80.140,37
Setembro	R$ 84.588,98
Outubro	R$ 77.412,04
Novembro*	R$ 13.932,38
Dezembro*	R$ 394,49
TOTAL ANUAL	**R$ 776.334,89**

**valores incompletos*

ENERGIA ELÉTRICA	VALORES
Janeiro	R$ 487.251,20
Fevereiro	R$ 617.269,74
Março	R$ 692.764,63
Abril	R$ 574.543,86
Maio	R$ 503.669,93
Junho	R$ 490.776,93
Julho	R$ 491.885,64
Agosto	R$ 493.890,15
Setembro	R$ 496.234,90
Outubro	R$ 535.215,09
Novembro*	R$ 11.992,95
Dezembro*	R$ 0,00
TOTAL ANUAL	**R$ 5.395.495,02**

**Valores incompletos*

*** O mês de dezembro não foi contabilizado*

PASSAGENS AÉREAS				
Mês	Capacitação Nacional	Capacitação Internacional	Representação Nacional	Representação Internacional
Janeiro	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 12.892,08	R$ 0,00
Fevereiro	R$ 13.669,59	R$ 0,00	R$ 15.952,43	R$ 0,00

Março	R$ 30.040,11	R$ 0,00	R$ 30.770,73	R$ 0,00
Abril	R$ 31.484,21	R$ 0,00	R$ 14.520,32	R$ 0,00
Maio	R$ 44.841,82	R$ 0,00	R$ 4.075,30	R$ 0,00
Junho	R$ 15.845,81	R$ 0,00	R$ 5.584,05	R$ 0,00
Julho	R$ 15.324,20	R$ 0,00	R$ 14.908,64	R$ 0,00
Agosto	R$ 55.900,84	R$ 2.866,06	R$ 11.819,09	R$ 0,00
Setembro	R$ 49.954,35	R$ 2.364,89	R$ 23.224,96	R$ 0,00
Outubro	R$ 79.540,70	R$ 0,00	R$ 37.445,94	R$ 0,00
Novembro*	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Dezembro*	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL ANUAL	**R$ 336.601,63**	**R$ 5.230,95**	**R$ 171.193,54**	**R$ 0,00**

** O meses de novembro e dezembro não foram contabilizados.*

DESPESAS COM JURI		
Material de Consumo	Elemento de Despesa 3.3.90.30	R$ 762,09
Serviços de Pessoa Física	Elemento de Despesa 3.3.90.36	R$ 1.980,00
Serviços de Pessoa Jurídica	Elemento de Despesa 3.3.90.39	R$ 694.838,54
Locomoção	Elemento de Despesa 3.3.90.33	R$ 1.280,00
TOTAL *		**R$ 698.860,63**

** O mês de dezembro não foi contabilizado*

2. Divisão de Artes Gráficas

A Divisão de Artes Gráficas finalizou 7.195.182 (sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e oitenta e dois) produtos até o mês de novembro de 2012, o que resulta em um aumento de 10,17% em relação ao ano anterior. A média ficou em 31.121 unidades por dia trabalhado, superior em quase 14 pontos percentuais a média de 2011.

Além das criações gráficas produzidas para os vários impressos solicitados, a Divisão de Artes Gráficas assumiu a elaboração de trabalhos consolidados de web design tais como: hotsites para Diretorias e eventos; pop-ups de mensagens do Presidente do Tribunal; banners virtuais para os sites da Academia Judicial e da página principal deste Poder; wireframes; fôlderes eletrônicos; sites; animações; entre outros trabalhos na área de web design e design gráfico.

Nesse período, adquiriu-se também a máquina cortadora automática de garra duplo anel – wire-o, marca Henz, modelo HSC E, através do pregão nº 30/2012 (contrato nº 54/2012). Ressalta-se a importância dessa aquisição no desenvolvimento dos trabalhos, diante do aumento de 47% no processo de corte de wire-o em apenas um ano.

Segue, abaixo, tabela com todos os produtos criados, impressos e finalizados pela Divisão de Artes Gráficas, bem como suas respectivas quantidades, em unidades, contabilizadas até novembro de 2012.

Destaca-se que o item 2 – Papel A4 timbrado, utilizado exclusivamente pela Justiça de Segundo Grau, antes somado ao item 1, foi desmembrado para se evidenciar o aumento de pedidos,

que alcançou a marca de 37,3% em 2012.

	PRODUTOS	QUANTIDADE
1	Papel (marcador de processo/ livro, porta recado, miolo)	2.154.961
2	Papel A4 timbrado	1.867.000
3	Etiqueta adesiva com meio corte	968.850
4	Capa de processos do 1º grau com laminação	936.748
5	Etiqueta adesiva serrilhada	408.340
6	Tarjetas e etiquetas não adesivas	291.457
7	Capa de processos do 2º grau com laminação	127.600
8	Capa de processos do 1º grau sem laminação	88.400
9	Capa de processos do 2º grau sem laminação	68.700
10	Cartolina A4 colorida	51.400
11	Folder	45.855
12	Etiqueta adesiva	35.660
13	Capa para CD/ DVD	25.858
14	Ficha	15.650
15	Cartão	13.466
16	Cartão de visita	11.831
17	Pasta	11.533
18	Calendário de mesa	11.520
19	Livro capa simples	10.612
20	Bloco encadernado com cola	6.394
21	Crachá	6.291
22	Convite	5.826
23	Cartilha	5.010
24	Cartaz	4.519
25	Agenda - miolo	3.550
26	Envelope	3.352
27	Bloco encadernado com arame de duplo anel (Wire-o)	2.998
28	Marcador de livro personalizado	2.960
29	Certificado	2.861
30	Panfleto	1.590
31	Apostila	1.085
32	Adesivo	1.001
33	Manual	867
34	Bloco encadernado com grampo	384

35	Livro capa dura	357
36	Cartão plastificado	318
37	Adesivo para prisma	216
38	Tabela de temporalidade	100
39	Banner digital	36
40	Banner	25
41	Convite digital	7
42	Cartazes eletrônicos	6
43	Boletim Informativo Eletrônico	2
44	Livros Eletrônicos (e-book)	2
45	Adesivo com laminação	0
46	Capa de agenda permanente	0
47	Mapa	0
48	Revista	0

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento/ DAG

** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2012*

Por fim, apresenta-se relatório quantitativo das atividades desenvolvidas pelas diversas Seções que compõem a Divisão de Artes Gráficas.

2.1 Seção de Criação e Fotolitografia

TABELA DE DESIGNS GRÁFICOS CRIADOS	
PRODUTOS	QUANTIDADE
Agenda 2013	1
Agenda de bolso	2
Apostila/ Manual	14
Adesivo Prima/Carro/CD/DVD	30
Banner impresso/ Faixa	11
Banner digital	39
Base Calendário 2013	1
Bloco de anotação personalizado	41
Boletim Informativo Eletrônico	2
Capa de Processo	78
Cartilha	7
Cartão	183
Cartolina A4	10
Capa de CD e DVD	8
Calendário 2013	1

Cartaz impresso	30
Cartaz eletrônico	6
Crachá	18
Certificado	22
Convite Impresso	21
Convite digital	7
Criação de Logomarca	10
Diploma	4
Envelope	14
Etiqueta	132
Ficha/ Formulário	14
Folha de Oficio	4
Folder/ Flyer	33
Livro / Livreto	11
Livro Eletrônico (e-book)	2
Mapa	3
Marcador de Livro	7
Pasta	19
Papel Timbrado/ de rascunho/ para ata	10
Tarjeta/ Edital para processo	7
Rótulo/ Selo	9
Revestimento/ Livro/ Agenda/ Mapa	8
TOTAL DE SERVIÇOS	**819**

Fonte: Controle de produção/ Mapa2012

TABELA DE SERVIÇOS DE FOTOLITOGRAFIA E SERIGRAFIA	
TIPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE
Chapa em CTP impressora off-set Catu	110
Chapa em CTP impressora off-set shinohara	1.673
Clichê Alto Relevo/ Hot Stamping	3
Tela Serigráfica/ Aplicação de verniz	3
TOTAL	**1.789**

2.2 Seção de Impressão Gráfica

TABELA DE IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA E PRETO E BRANCO	
IMPRESSORAS	QUANTIDADE
KONICA	80.302

CANON IP 1135-1	680.903
CANON IP 1135-1	619.154
Plotter CANON IPF9100	100
TOTAL	**1.380.459**

TABELA DE IMPRESSÃO OFFSET	
IMPRESSORAS	QUANTIDADE
CATU 660	1.221.448
SHINOHARA	3.664.830
TOTAL	**4.886.278**

2.3 Seção de Acabamento Gráfico

TABELA DE COMPARATIVO MENSAL DE PROCESSOS DE ACABAMENTO				
MÊS	GUIAS DE PRODUÇÃO FINALIZADAS	- (A) – PRODUTOS FINALIZADOS (un)	- (B) – PRODUTOS DE ACABAMENTO (un)	B / A
jan/12	24	159.422	255.542	1,60
fev/12	60	40.794	148.468	3,64
mar/12	88	1.126.705	2.614.227	2,32
abr/12	92	1.064.462	2.584.714	2,43
mai/12	100	1.201.372	2.746.694	2,29
jun/12	64	562.153	1.504.462	2,68
jul/12	58	422.108	1.395.516	3,31
ago/12	42	147.348	571.733	3,88
set/12	36	459.805	1.438.625	3,13
out/12	57	1.236.813	2.747.664	2,22
nov/12	75	774.200	2.535.337	3,27
dez/12*	-	-	-	-
TOTAIS	**696**	**7.195.182**	**18.542.980**	

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento

** Mês não contabilizado*

TABELA DE ACABAMENTO MANUAL	
PROCESSOS	QUANTIDADE ANO*
Colagem	21.525
Colocação de fita, elástico, corda, wire-o e barra de madeira	19.972
Contagem	7.223.109
Corte, refilo e perfuração	70.648
Dobradura	178.997

Corte de garra duplo anel (Wire-o)	1.655
Empacotamento com papel/ caixa/ cintagem	69.087
Encadernação com espiral	13
Limpeza	6.093
Intercalação	395.145
Rebitagem	1.050
Revisão/ inspeção	5.806.194
TOTAL	13.793.488

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento/ DAG
** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2012*

TABELA DE ACABAMENTO COM MÁQUINA	
PROCESSOS	QUANTIDADE ANO*
Blocagem com prensa pneumática	9.196
Corte e vinco	1.049.993
Corte com serrilhadeira	600.650
Corte automático de garra duplo anel (Wire-o)	34.557
Costura automática	6.336
Dobradura automática	719.234
Empacotamento com plástico termoencolhível	27.954
Encadernação térmica com capa plástica	281
Encadernação com garra duplo anel (Wire-o)	14.186
Encadernação com cola quente (Hot melt)	5.716
Grampeamento automático	11.416
Impressão térmica de estampa metálica (Hot Stamping)	4.404
Laminação térmica	2.198.373
Perfuração com broca	24.384
Perfuração para garra duplo anel (Wire-o)	42.812
TOTAL	4.749.492

Fonte: Controle de Produção da Seção de Acabamento/ DAG
** Não foram contabilizados os dados referentes ao mês de dezembro/2012*

3. Divisão de Serviços Gerais

A Divisão de Serviços Gerais, a partir do ano de 2012 ampliou e aprimoraram suas atribuições gerenciais, atividades que antes eram reguladas pelo Gabinete do Diretor e Assessoria Técnica:

Gerenciaram 14 (quatorze) contratos para aquisição e fornecimento de leite, café, água mineral, gás, desinsetização e desratização, locação de máquinas de café e providenciou a manutenção e reparos nas máquinas de propriedade do Poder Judiciário.

Controlou a distribuição de frigobares, refrigeradores, micro-ondas, bebedouros, máquina de lavar, fogão elétrico, por meio de Ata de Registro de Preços.

A Divisão ainda, elaborou, analisou e acompanhou os projetos básicos que visam atender e dar continuidade aos contratos em andamento, verificando as alterações, quando necessárias, nos editais licitatórios e minutas contratuais.

3.1 Seção de Limpeza

A Seção de Limpeza trabalhou em busca de melhoria contínua no atendimento e serviços prestados. Com essa finalidade foram adquiridos novos equipamentos e formas de serviços, que possibilitaram o aperfeiçoamento da prestação dos serviços oferecidos, conforme segue:

- Tratamento especializado em piso vinílico;
- Revitalização/higienização do Auditório Pleno;
- Limpeza e higienização dos sofás e tapete, que compõem a sala vip HS Torre I.
- Substituição de espanador convencional (pena) por espanador eletrostático.

Na área de jardinagem foram adquiridos diversos equipamentos, folhagens e contratação de mão-de-obra para todo o Estado, para manutenção do paisagismo do Judiciário catarinense.

Presta serviço de limpeza no período matutino, e conta com o serviço de plantão (manutenção dos banheiros e chamados) no período vespertino.

3.1.1 Aquisição para o TJ:

- Varredoura;
- Bomba de captação e drenagem;
- Aquisição de diversas folhagens (naturais), visando à recuperação de vasos em circulação e a revitalização do pátio entre a capela e o acesso ao Tribunal Pleno.
- Folhagens artificiais para o Gabinete da Presidência.

Abaixo, apresentamos o quantitativo das requisições de compras das Comarcas analisadas, chamadas de limpeza e aquisição/distribuição de máquinas de lavar roupas:

RCS DAS COMARCAS ANALISADAS DURANTE O ANO 2012 (TRIMESTRALMENTE)	QUANTIDADE
Produtos de limpezas das Comarcas (anualmente)	264

Produtos e serviços de jardinagem	265
CHAMADAS/ PLANTÃO LIMPEZA	**QUANTIDADE**
Média mensal	107
MÁQUINAS DE LAVAR ROUPAS (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)	**QUANTIDADE**
Foram encaminhadas para as Comarcas	30

3.2 Seção da Copa

Seção que elabora a maioria dos projetos básicos, responsável pelo acompanhamento de aproximadamente 17 (dezessete) contratos e 11 (onze) atas de registro de preços para aquisição de vários equipamentos e produtos como: café, leite, água mineral, locação das máquinas de café, refrigeradores, bebedouros, gás, etc.

Além da prestação de serviço de Copa, a Seção conta com o serviço de chamados para troca de bombonas, manutenção bebedouros, máquinas de café e distribuição de materiais.

Ademais, adquiriu os seguintes equipamentos e procedimentos, como forma de aperfeiçoar os serviços prestados:

- Máquina de lavar louça;
- (três) cafeteiras que serão instaladas nas futuras instalações das seguintes copas: 1ª, 3ª e 6ª da Torre I.
- Carro para transporte de bombonas.

Abaixo, apresentamos o quantitativo das requisições de compras das Comarcas analisadas, chamadas e equipamento distribuídos:

RCS DAS COMARCAS ANALISADAS DURANTE O ANO 2012 (TRIMESTRALMENTE)	QUANTIDADE
Leite	204
Água	312
Gás	94
Serviços	100
CHAMADAS/ ATENDIMENTO DE ÁGUA MINERAL	**QUANTIDADE**
Média mensal	480
EQUIPAMENTOS DISTRIBUÍDOS DURANTE O ANO DE 2012	**QUANTIDADE**
Fogão Elétrico	35
Frigobar	41
Microondas	60
Refrigerador	14
Bebedouro	107

GERENCIAMENTO DE MÁQUINAS DE CAFÉ (CONSERTO/MANUTENÇÃO)	QUANTIDADE
Locadas	24
Adquiridas em 2008	103

3.2.1 Curso para garçom, crachá/botom

Visando aperfeiçoamento no atendimento, foi solicitado curso de garçom aos terceirizados que atuam nesta Casa, garantindo a qualificação dos serviços prestados, conforme estabelece o contrato de serviço celebrado entre o Poder Judiciário e a Empresa Liderança.

Foram confeccionados botons com a finalidade de identificação dos colaboradores que servem os gabinetes.

3.3 Seção de Serviços – Unidade Presidente Coutinho

Criada em março de 2011 para atender as Diretorias que foram instaladas naquela unidade. Responsável pelos serviços em gerais de limpeza, copa e vigilância.

Seção de Serviços da UPC atua de forma similar a um Síndico predial, um administrador, responsável pela verificação da boa execução dos serviços e tentativa de resolução dos problemas, acionando os setores da DIE responsáveis pela questão ou, quando necessário, outras Diretorias responsáveis.

Além da prestação de serviço de limpeza no período matutino, a Seção conta com o serviço de plantão, no horário vespertino, manutenção dos banheiros, reposição de bombonas e chamados para limpeza.

3.3.1 Aquisições:

- Controles que facilitam a gerência da entrada e saída dos funcionários, nas dependências das garagens
- Instalação de 1 (um) tanque e 1 (uma) máquina de lavar roupas para higienização e limpeza dos panos de copa e de limpeza
- (cinco) carrinhos da marca Rubbermaid para transportar material para limpeza
- (dois) tapetes de retenção em vinil para cada andar (frente elevadores)
- 1 (um) carrinho para carregar água e leite

3.4 Seção de Gestão Ambiental

A Seção de Gestão Ambiental em 2012 dedicou-se, prioritariamente, à consolidação dos projetos iniciados em anos anteriores.

As atividades de gestão da coleta seletiva nas unidades do TJSC comarcas do Estado, e da logística reversa dos resíduos, foram intensificadas a partir da adequação às novas diretrizes da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10.

Foram realizados trabalhos de implantação e/ou fortalecimento da coleta seletiva nos fóruns, contemplando ainda a capacitação das comissões de gestão ambiental, secretarias e agentes operacionais.

Palestras nos cursos de Ambientação Funcional e de sensibilização foram proferidas, e as ações socioambientais e de sustentabilidade, incentivadas.

Apoiamos na organização do I Seminário de Gestão Socioambiental do Poder Judiciário de Santa Catarina, de iniciativa do NEP – Academia Judicial, realizou a terceira edição da Semana do Meio Ambiente, e a segunda edição da Campanha Sinal Verde para a Conciliação em parceria com a Coordenadoria Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Sistemas Alternativos de Solução de Conflitos.

Abaixo, apresentamos relatório quantitativo das ações e serviços prestados durante o ano em curso:

SERVIÇOS	QUANTIDADE
RECICLÁVEIS TJ (KG)	49.745
RECICLÁVEIS TJ (n.º sacos 100 l)	12.032
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 50L (UN)	385
ENTREGA COLETORES P/RECICLÁVEIS 15L (UN)	0
ENTREGA DE SACOS 100 L P/ RECICLÁVEIS (UN)	83.600
ENTREGA DE SACOS 50 L P/ RECICLÁVEIS (UN)	48.000
ENTREGA DE BITUQUEIRAS (UN)	0
BITUCAS RECOLHIDAS TJ (KG)	35
LÂMPADAS FLS. DESCARTADAS (UN)	6.936
CONTEINERES RECICLÁVEIS (UN)	4
CAIXAS BROOKS ENCAMINHADAS (UN)	MADEIRAS – 38 COMPOSTAGEM – 9 RECICLÁVEIS - 146
RECOLHIMENTO PILHAS/BATERIAS/CARTUCHO TJ (KG)	319
PROC.ADM./EDITAL E PROJETOS SGA EM ANDAMENTO	6
PARECERES EM PROC. ADM. DE GESTÃO AMBIENTAL	9
RELATÓRIOS PESQUISA GESTÃO AMBIENTAL	2
IMPLEM. COLETA SELETIVA IN LOCO COMARCAS	6
MATERIAL INFORMATIVO/EDUCATIVO DISPONIBILIZADO	7
EXPOSIÇÕES ARTÍSTICO-EDUCATIVAS	11
PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES	20
CAMPANHAS	4
PALESTRAS	27

CAPACITAÇÃO	11
PARTICIPAÇÃO DA SGA EM CONGRESSOS, SEMINÁRIO, CURSOS E OUTROS	09
ATENDIMENTO PESSOAL A ESTUDANTES, PESQUISADORES, COMISSÕES E OUTROS	17

4. Divisão de Transporte

A Divisão de Transporte gerencia a aquisição de combustível e a manutenção da frota de 250 veículos do Poder Judiciário, distribuídos na sede do Tribunal de Justiça, Diretorias e nas comarcas do Estado.

O serviço é controlado através de sistema de gerenciamento eletrônico, prestados pela empresa contratada, Ticket Serviços S.A.

É responsável também pela contratação dos serviços de mudança de magistrados e serviço de transporte dos Desembargadores com veículo executivo, quando da ocorrência das sessões na Câmara Especial Regional de Chapecó – CERC.

Até o final deste ano, os veículos de transporte institucional de uso exclusivo dos Desembargadores, serão substituídos por veículos novos.

Abaixo segue tabela contendo as despesas geradas com a prestação dos serviços que se encontram sob a responsabilidade da Divisão de Transporte:

DESPESAS COM COMBUSTÍVEL (R$)			
MÊS	VEÍCULOS COMARCAS	VEÍCULOS DESEMBARGADORES	VEÍCULOS SECRETARIA TJ
Janeiro	9.269,97	7.782,91	17.012,49
Fevereiro	13.897,43	13.429,99	18.440,62
Março	19.143,90	14.639,91	29.293,94
Abril	22.427,79	11.871,31	20.600,49
Maio	19.966,46	14.088,61	23.749,38
Junho	17.110,59	12.602,86	24.289,99
Julho	16.450,59	13.588,20	21.693,37
Agosto	21.966,11	14.288,54	24.260,22
Setembro	14.818,02	11.331,45	19.357,25
Outubro	17.623,37	12.838,21	21.660,61
Novembro	11.709,40	20.059,13	17.051,99
Dezembro	*	*	*
Total	184.383,63	146.521,12	237.410,35
TOTAL GERAL			568.315,10

** Valores não contabilizados*

DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA	
MÊS	GASTOS EM (R$)
Janeiro	39.794,67
Fevereiro	9.327,74
Março	24.459,68
Abril	14.990,36
Maio	20.783,90
Junho	27.102,97
Julho	45.011,25
Agosto	47.656,08
Setembro	27.172,17
Outubro	23.732,90
Novembro	33.407,22
Dezembro	*
TOTAL	313.438,94

** Valores não contabilizados*

DESPESAS COM MUDANÇAS DE MAGISTRADOS	
MÊS	GASTOS EM (R$)
Janeiro	39.555,20
Fevereiro	43.032,70
Março	59.901,69
Abril	71.169,56
Maio	38.327,50
Junho	22.145,00
Julho	49.510,00
Agosto	67.672,50
Setembro	14.460,00
Outubro	4.130,00
Novembro	*
Dezembro	*
Total	409.904,15

** Valores não contabilizados*

DESPESAS COM ALUGUEL DE CARRO (CERC) CHAPECÓ		
Mês	EMPRESA	Gastos em (R$)
Janeiro	TARSOTUR	2.398,50
Fevereiro	TARSOTUR	3.308,00
Março	TARSOTUR	827,00
Abril	REFORMA NO AEROPORTO	0,00
Maio		0,00
Junho		0,00
Julho		0,00
Agosto		0,00
Setembro	FÁCIL	1.065,00
Outubro	FÁCIL	2.130,00
Novembro	FÁCIL	1.065,00
Dezembro		*
TOTAL		10.793,50

DESPESAS CONTRATO TICKET 3% TAXA ADMINISTRATIVA	
MÊS	GASTOS EM (R$)
Janeiro	1.538,96
Fevereiro	1.953,77
Março	2.866,65
Abril	2.865,40
Maio	2.509,89
Junho	2.946,92
Julho	2.418,69
Agosto	3.343,15
Setembro	2.271,54
Outubro	2.390,37
Novembro	2.043,94
Dezembro	*
TOTAL	27.149,28

** Valores não contabilizados*

4.1 Seção de Gerenciamento da Frota

Segue abaixo, a média mensal dos atendimentos prestados pela Seção de Gerenciamento da Frota à Secretaria do Tribunal de Justiça:

CONTAR DE EMBARQUE/DESEMBARQUE	
DIRETORIA/DIVISÃO/SEÇÃO	TOTAL
Academia Judicial	8
Assessoria de Imprensa	2
Assessoria de Planejamento	2
Assessoria Técnica	1
CEIJ	4
CGinfo	3
Corregedoria	1
DDI	1
DEA	13
DGJ	1
DIE	16
DMP	3
DOF	23
DRH	6
DRI	1
DS	10
DTI	30
Gabinete da Presidência	7
Planejamento	2
Secretaria do Conselho Gestor	1
Secretaria Jurídica	1
TOTAL GERAL	**136**

Abaixo, a média de viagens realizadas pela Seção de Gerenciamento da Frota:

PEDIDOS DE VIAGENS (MÉDIA)		
Mensal	Diário	Semanal
50	2,27	11,36

Abaixo, a média mensal referente aos atendimentos prestados pela Central de Transporte Institucional aos Desembargadores que aderiam a esta sistemática:

DESEMBARGADORES	ATENDIMENTOS
26	170

4.2 A Seção de Manutenção da Frota

Segue abaixo, tabela estatística contendo os serviços encaminhados à Seção de Manutenção da Frota nos veículos lotados na Sede do Tribunal de Justiça:

MÊS	ABERTOS	PENDENTES	CONCLUÍDOS	
Março	37	24	13	-11
Abril	80	26	54	28
Maio	107	31	76	45
Junho	94	19	75	56
Julho	97	34	63	29
Agosto	96	20	76	56
Setembro	68	18	50	32
Outubro	77	9	68	59
Novembro	43	16	27	11
Dezembro	0			0

Obs: os veículos lotados nas comarcas são de responsabilidade dos gestores cadastrados nas respectivas comarcas, a Seção de Manutenção da Frota apenas orienta quanto aos procedimentos.

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

A Diretoria de Material e Patrimônio (DMP) possui como principal atribuição operacionalizar os procedimentos de abastecimento de materiais e serviços por meio da realização de compra, estocagem e distribuição. É responsável, também, por operacionalizar o controle de uso e guarda dos materiais por meio da contabilização, bem como emitir regras de fiscalização do respectivo uso.

No ano de 2012, algumas ações foram desenvolvidas com intuito de aprimorar os serviços e contribuir para o alcance dos objetivos traçados pelo Poder Judiciário catarinense.

Dentre as atividades realizadas, destaca-se o mapeamento do processo de Ata de Registro de Preços, colaborando com o projeto piloto desenvolvido pela Assessoria de Planejamento (ASPLAN). Esta atividade contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos delineados pela atual Administração para esta Diretoria, no sentido de otimizar os procedimentos de contratação, principalmente no que tange os prazos das licitações e a melhor alocação da força de trabalho hoje existente. Intenciona-se, deste modo, adaptar-se ao novo cenário organizacional do Poder Judiciário de Santa Catarina - PJSC e buscar inovações que demonstrem uma gestão de excelência, através da transparência de seus atos e da qualidade de seus serviços.

Igualmente importante, neste ano foram autuados cerca de 700 processos visando a ajustar os Termos de Responsabilidade dos bens permanentes com a realidade fática atual e concluir o Inventário de Bens Permanentes que fundamentará o Balanço Geral do PJSC. Concomitantemente, foi formulada uma nova Resolução, que substituirá as Resoluções nº 01/97-DMP e 02/97-DMP. A Resolução definirá os critérios para gestão e controle dos bens permanentes pertencentes ao acervo patrimonial do PJSC.

Ainda, foi elaborado um Manual de Gestão Patrimonial para que os Gestores Patrimoniais possam saber exatamente como proceder em relação ao controle de sublotação, pedidos de transferência e consulta de bens. O referido Manual será disponibilizado no *site* do PJSC assim que a nova Resolução for publicada.

Além disso, cabe mencionar o estudo da Resolução que regulamentará as atividades desta Diretoria, o qual está em andamento, com pretensão de apresentação ainda em 2013.

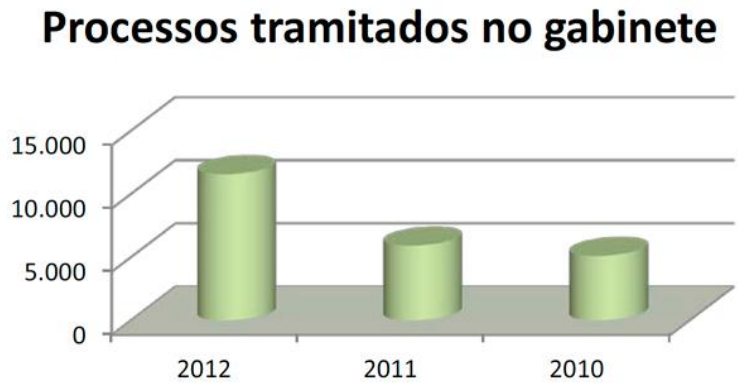
Por fim, a Diretoria buscou como meta orientar as áreas do Tribunal na elaboração de seus Projetos Básicos. Proporcionou, para isto, um Modelo de Projeto Básico e realizou um Workshop, visando à construção e implementação de normas e padrões, esclarecimento de dúvidas e maior aproximação das áreas, tanto com relação ao aspecto pessoal (servidores) quanto à necessidade de maior aprofundamento com relação à importância do Projeto Básico para o sucesso das contratações públicas. Estas ações propendem à antecipação, implicando atuar antes de um acontecimento vislumbrado, no sentido de provocar mudanças comportamentais, visto que a proatividade tem se destacado como um elemento relevante no escopo das organizações.

Alguns dados estatísticos e financeiros traduzem o empenho da equipe desta Diretoria. Ressalta-se, todavia, que os dados representam a estatística até 30 de novembro de 2012.

1 GABINETE DA DIREÇÃO

1.1 Secretaria

DADOS ESTATÍSTICOS	
Processos cadastrados no gabinete	3.795
Processos tramitados no gabinete	**11.565**



1.2 Assessoria

DADOS ESTATÍSTICOS	
Pareceres jurídicos	**1.903**
Análise de minutas de editais e contratos	910
Análise de minutas de convênios	105
Análise de minutas de Termos aditivos	588
Diligências	73
Regularização de bens imóveis	28
Assessoramento por e-mail, por telefone e em reuniões	2.370
Realização de treinamento para outras unidades de 3 hs cada	8



2 DIVISÃO DE COMPRAS

2.1 Aquisições Diretas

DADOS ESTATÍSTICOS	
Número de requisições de compras e serviços	**14.197**
Número de contratos de fornecimento com entrega imediata	131
Número de notas fiscais/faturas tramitadas	10.651

DADOS FINANCEIROS	
Valor gasto em aquisições diretas (R$)	5.502.387,48



2.2 Registro de Preços

DADOS ESTATÍSTICOS	
Número de atas	**236**

DADOS FINANCEIROS	
Valor empenhado (R$)	14.778.984,17
Valor a empenhar (R$)	700.702,19



3 DIVISÃO DE LICITAÇÃO

3.1 Processos Licitatórios

DADOS ESTATÍSTICOS	
Concorrência	12
Tomada de Preço	52
Convite	18
Dispensa de Licitação	42
Inexigibilidade de Licitação	149
Leilão	1
Pregão	186
Modalidade ainda não definidas	65
Total dos procedimentos licitatórios	**525**



3.2 Condições dos Processos Licitatórios

DADOS ESTATÍSTICOS	
Licitações ainda não concluídas	226
Licitações com êxito	299
Licitações revogadas	1

Licitações desertas	17
Licitações anuladas	1
Licitações fracassadas	6
Licitações canceladas	31



3.3 Informações da Seção de Controle de Fornecedores

DADOS ESTATÍSTICOS	
Pedidos de Reserva Orçamentária	525
Termos de Referência	464
Requisições de Compras (cadastro de fornecedores)	14.197
Atas de Registro de Preço (avaliação/validação de preço de mercado)	236

4 DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.1 Geral

DADOS ESTATÍSTICOS	
Movimentação de processos - entradas	7.254
Movimentação de processos - saídas	6.928
Contratos elaborados	150
Convênios elaborados	42
Comodatos	12
Termos aditivos elaborados (contratos)	212
Termos aditivos elaborados (convênios)	21
Contratos prorrogados	145

4.2 Prestação de Serviços

DADOS ESTATÍSTICOS	
ADSL e Internet	4.397.381,00
Aquisição de licença informática	17.290.382,00
Chaveiro	67.376,00
Coleta de lixo	31.947,65
Consultoria técnica	51.424,29
Controle de pragas	77.252,64
Curso	188.102,00
Desenvolvimento e execução de Projetos de Pesquisa	177.480,00
Elaboração de Projetos	1.244.120,21
Emergências médicas	11.748,00
Eventos	161.297,95
Gerenciamento de frota	1.419.026,15
Higienização de processos	600.000,00
Locação de equipamentos	72.500,00
Locação de veículo	11.448,00
Monitoramento eletrônico	18.160,94
Mudança de magistrados	552.968,69
Passagens Aéreas	696.878,00
Prestação de Serviços Bancários	2.061.000,00
Produção e veiculação de programas de televisão	146.200,00
Publicações	82.800,00
Serviços de gravação de som e filmagem	98.500,00
Serviços de informática	6.742.068,00
Serviços de microfilmagem	800.000,00
Serviços de plotagem	15.000,00
Serviços de reprodução fotostática	97.470,00
Serviços gráficos	880.000,00
Serviços postais	11.005.869,00
Transporte de mercadorias	840.000,00
Terceirização	42.000.920,24

4.3 Aquisições (materiais permanentes)

DADOS ESTATÍSTICOS

Equipamentos	4.018.550,00
Veículos	219.800,00
Mobiliário	4.000.335,50

4.4 Aquisições (materiais de consumo)

DADOS ESTATÍSTICOS	
Gêneros alimentícios	291.786,75
Materiais de consumo	1.361.612,00



4.5 Telefonia

DADOS ESTATÍSTICOS	
Telefonia fixa	1.794.731,44
Telefonia móvel	1.648.700,00
Total	**3.443.431,44**

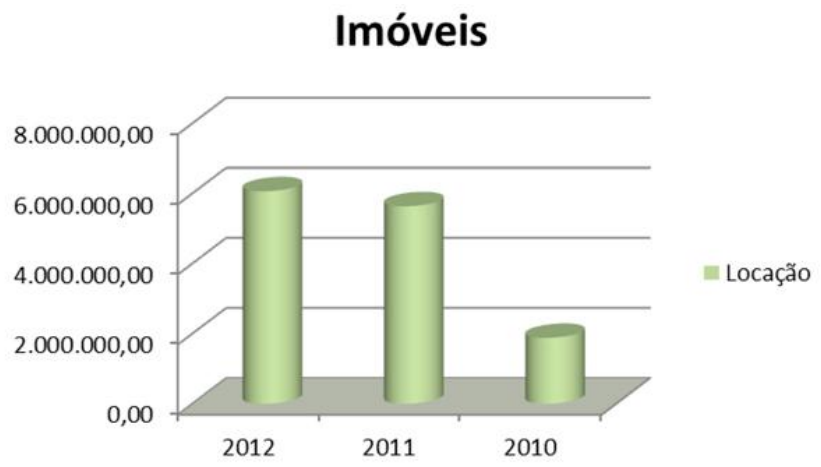
4.6 Manutenção

DADOS ESTATÍSTICOS	
Em climatização	383.865,00
Calefação	35.402,00
Elevadores/Plataformas elevatórias	335.862,54
Em equipamentos	4.608,00
Sistema de informática	3.919.432,00
Elétrica	1.577.929,17
Predial	55.000,00

4.7 Imóveis

DADOS ESTATÍSTICOS	
Locação (*)	6.061.441,85
Construção	1.900.399,08
Reforma	4.859.720,71

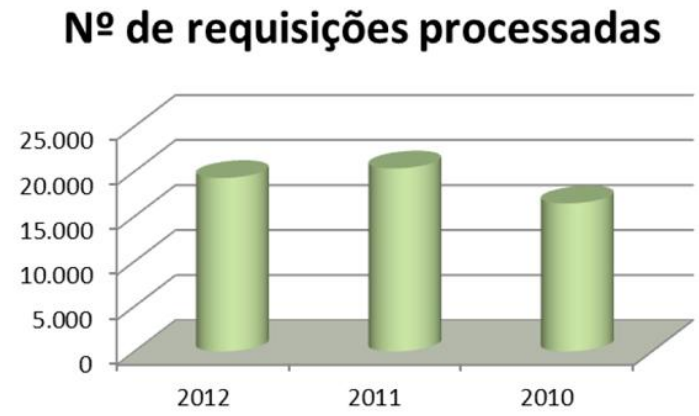
(*) Valor de locação referente ao exercício 2012 (jan a dez)



5 DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

5.1 Requisições

DADOS ESTATÍSTICOS	
Requisições de materiais processadas	19.264
Requisições de compra	150



5.2 Inclusões no Estoque

DADOS ESTATÍSTICOS

Por compra	5.768
Formulário - gráfica	424
Itens de materiais movimentados	103.630

5.3 Volume Transportado

DADOS ESTATÍSTICOS	
Volumes transportados para Comarcas	45.708
Número de remessas para Comarcas	3.253
Peso dos materiais transportados (Kg)	732.993
Dados Financeiros	
Valor das mercadorias transportadas	**11.959.003,17**

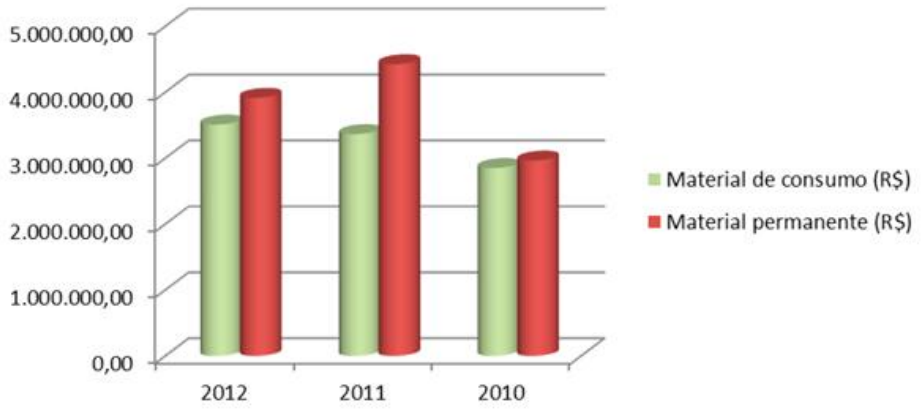
5.4 Valor dos Materiais Processados no Sistema do Almoxarifado

DADOS FINANCEIROS	
Material de consumo	11.871.428,52
Material permanente	30.448.187,16

5.5 Valor dos Materiais Estocados em 30/11/2012

DADOS FINANCEIROS	
Valor do estoque material de consumo	3.510.218,09
Valor do estoque material permanente	3.915.306,97

VALOR DOS MATERIAIS ESTOCADOS EM 30/11/2012



6 DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

6.1 Incorporações de bens móveis

DADOS ESTATÍSTICOS	
Veículos	34

Máquinas, motores e aparelhos	3.817
Materiais bibliográficos	16.606
Equipamentos e instalações	6.325
Mobiliários	5.908
Total de móveis administrados pelo PJSC	415.242

6.2 Bens móveis transferidos

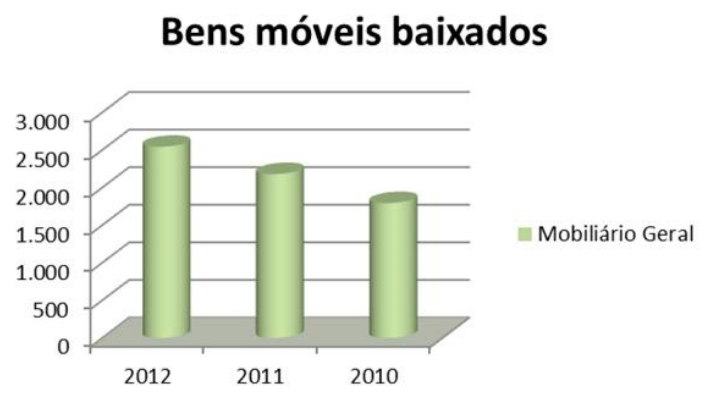
DADOS ESTATÍSTICOS	
Máquinas, motores e aparelhos	4.071
Equipamentos e instalações	5.833
Mobiliário Geral	3.411

6.3 Bens móveis consertados

DADOS ESTATÍSTICOS	
Equipamentos diversos e mobiliários em geral	321

6.4 Bens móveis baixados

DADOS ESTATÍSTICOS	
Veículos	3
Máquinas, motores e aparelhos	1.412
Materiais bibliográficos	5.777
Equipamentos diversos	992
Utensílios	36
Mobiliário Geral	2.543



6.5 Alienação de bens

DADOS ESTATÍSTICOS	
Processos de baixa e doação	129
Processos de inutilização	1
Transferidos a outros órgãos	18
Entidades atendidas	137





DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

O orçamento do Poder Judiciário é organizado por meio de duas Unidades Orçamentárias:

1 - Tribunal de Justiça, cuja composição ocorre pelos recursos oriundos do Tesouro do Estado e pela remuneração dos Depósitos Judiciais - SIDEJUD;

2 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado (9,063% da Receita Líquida Disponível, definido como duodécimo, no mesmo percentual também as receitas arrecadadas pelo Fundo Social e SEITEC, ainda, as aplicações Financeiras, indenizações e restituições) são aplicados nas despesas com pessoal ativo, encargos assistenciais dos inativos, manutenção e investimentos.

Além disso, são transferidos a este Poder os recursos orçamentários e financeiros destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar da Justiça e Serventuário da Justiça Extrajudicial (Lei Complementar nº 127/94) e dos precatórios judiciais movidos contra a Fazenda Estadual. Por não fazerem parte do duodécimo, convém expurgá-los quando se tratar de execução orçamentária.

O mesmo tratamento será dado à descentralização orçamentária e financeira oriunda do IPREV, pelos motivos já expostos.

Os recursos provenientes do SIDEJUD são aplicados na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

Quanto aos recursos afetos à Unidade Orçamentária do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, poderão ser utilizados com construções, reformas, ampliações de prédios, manutenção predial, informatização, estagiários, equipamentos e materiais permanentes diversos, demais despesas de custeio da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais (exceto despesas com pessoal).

Dentro desse contexto, as receitas estimadas que fundamentaram a dotação orçamentária inicial do Poder Judiciário para o exercício de 2012, considerando as três fontes de recursos e observados os expurgos necessários, foi de R$ 1.226.420.836,00, quais sejam:

- Recursos oriundos do Tesouro do Estado: R$ 978.470.836,00;
- SIDEJUD: R$ 86.000.000,00;
- FRJ: R$ 161.950.000,00.

O balanço orçamentário discrimina as receitas arrecadadas e as despesas efetuadas no período. Na contabilidade pública não existe a figura do lucro ou prejuízo, mas sim do superávit e do

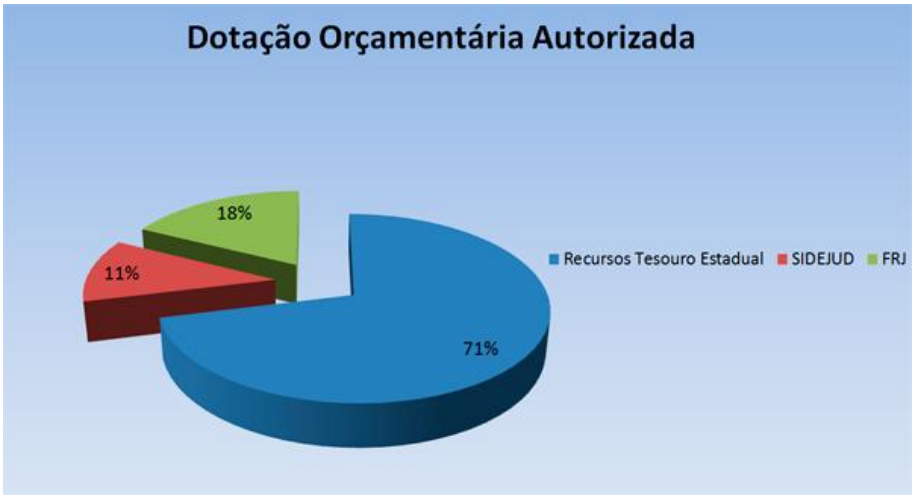
déficit.

O resultado superavitário da execução orçamentária provém tanto do excesso de arrecadação (receitas arrecadadas superiores às estimadas), quanto da economia orçamentária (despesas realizadas menores que as fixadas).

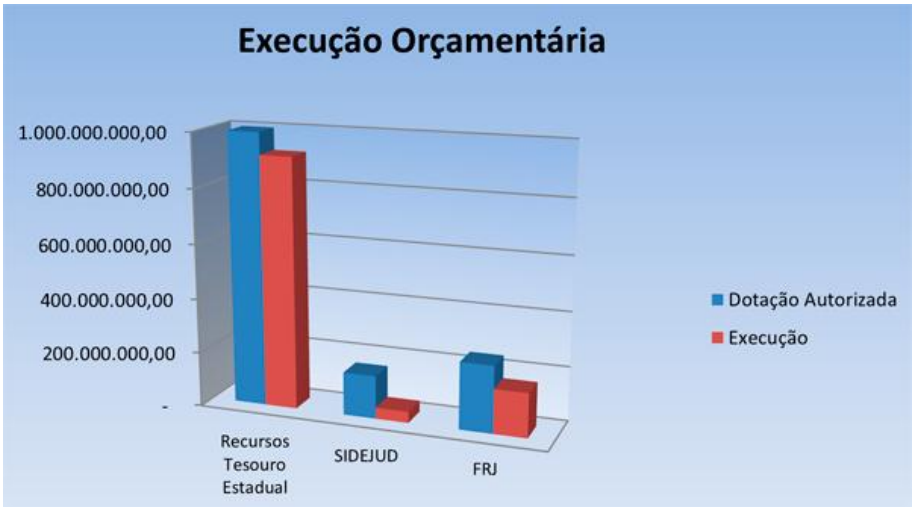
Já o déficit provém exatamente do contrário: arrecadação menor que a prevista. Não se considera como formador do déficit a execução de despesa a maior que a fixada porque a Lei nº 4.320/64 não permite a despesa orçamentária ser realizada em valor superior que a despesa fixada.

Nesse sentido, vale ressaltar a arrecadação menor em 35.326.550,92 (2,9%) do que aquela previamente estimada, uma vez que as três fontes de recursos totalizaram R$ 1.191.094.285,08. Quanto às aplicações, as despesas orçamentárias empenhadas no período importaram em R$ 1.121.511.243,24. Sob a perspectiva do balanço orçamentário, apesar da arrecadação menor do que o previsto, houve superávit de R$ 69.583.041,84 (5,84%) por motivo de economia orçamentária.

Após a abertura de créditos adicionais suportados pelo superávit financeiro acumulado até o ano anterior, a dotação orçamentária autorizada ao final do exercício perfez o montante de R$ 1.401.320.510,08.



No tocante ao índice de execução orçamentária, cujo conceito assenta-se na comparação entre a dotação orçamentária autorizada deduzida a quantia de R$ 93.809.228,84 referente ao contingenciamento (receitas arrecadadas inferiores às estimadas) e as despesas empenhadas no período, apresentou-se o índice de 86%.



O superávit financeiro representa o resultado positivo entre o ativo e o passivo financeiro. Esse valor é transferido para o exercício seguinte, quando será utilizado para compor o próximo orçamento por meio de abertura de créditos adicionais.

Em 31/12/2012, o Poder Judiciário apresentou como ativo financeiro o valor de R$ 2.915.592.654,97. Nesse valor incluem-se as disponibilidades do Tribunal e do FRJ, os depósitos judiciais e as consignações. O passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 2.668.755.818,26.

Dessa forma, o superávit financeiro apurado no exercício financeiro de 2012 revelou a importância de R$ 246.836.836,71.

As respectivas informações serão segregadas por fonte de recurso, abaixo especificadas:

2. REPASSES DO TESOURO ESTADUAL

A dotação orçamentária inicial para essa fonte de recurso foi estimada em R$ 978.470.836,00, já considerados os expurgos anteriormente mencionados. Em contrapartida, a arrecadação foi de R$ 968.880.072,60, menor do que o previsto em R$ 9.590.763,40 (1%).

As despesas orçamentárias empenhadas importaram em R$ 917.677.710,04, sendo R$ 912.747.994,02 (99,5%) relativas a despesas com Pessoal Ativo e Encargos Assistenciais dos Inativos e R$ 4.929.716,02 (0,5%) a manutenção e investimento.

Sob a perspectiva do balanço orçamentário, apesar da arrecadação menor do que o previsto, houve superávit de R$ 51.202.362,56 (5,3%) por motivo de economia orçamentária.

Durante o período, ocorreu abertura de créditos adicionais na ordem de R$ 18.663.613,26 suportados pelo superávit financeiro acumulado até o ano anterior.

Considerando a dotação orçamentária autorizada de R$ 997.134.449,26, resultando no índice de execução orçamentária de 97%.

Importante destacar que o percentual de participação do Poder Judiciário sobre a Receita Líquida Disponível Estadual passou de 7,7% para 9,063% no exercício financeiro de 2012. Tratou-se de uma compensação uma vez que o FUNDEB e as receitas financeiras do Poder Executivo deixaram de fazer parte da base de cálculo dessa receita.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso foi de R$ 33.657.337,52. Nesse valor incluem-se as disponibilidades do Tribunal, as consignações e rendimentos de aplicações. O passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 10.629.236,89. Denota-se, portanto, que o superávit financeiro apurado perfez o montante de R$ 23.028.100,63.

3. SIDEJUD

Inicialmente, estimou-se para essa fonte de recurso R$ 86.000.000,00. No entanto a arrecadação foi de R$ 47.795.744,48 (55,5%). Isso ocorreu devido à queda acentuada da Taxa SELIC ocorrida em 2012.

As despesas orçamentárias empenhadas somaram R$ 40.913.193,74, sendo R$ 8.494.763,77 (20,8%) em capacitação e aperfeiçoamento dos servidores, R$ 18.048.423,79 (44,1%) em informática, R$ 14.367.456,18 (35,1%) em manutenção e R$ 2.550,00 (0,01%) na construção da casa da cidadania de Canelinha.

Quanto ao balanço orçamentário, apesar da arrecadação menor do que o previsto, houve superávit de R$ 6.882.550,74 (4,4%) por motivo de economia orçamentária.

Ocorreu a abertura de créditos adicionais no valor de R$ 72.009.536,35, sendo utilizado, para tanto, o superávit financeiro acumulado até o ano anterior.

Considerando a dotação orçamentária autorizada de R$ 158.009.536,35, revelou-se um índice de execução orçamentária de 25,9%.

Ressalta-se que em virtude da diminuição na arrecadação dessa fonte já mencionada anteriormente, preventivamente, o orçamento foi suplementado por conta do superávit financeiro em R$ 43.512.094,18. Ocorre que não foi necessária sua utilização. Portanto, ao deduzir esse valor da dotação orçamentária autorizada, o índice de execução orçamentária seria de 53,5%.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso, ao final do exercício, foi de R$ 2.717.139.019,21. Nesse valor incluem-se o spread do Fundo de Investimento do Judiciário e os depósitos judiciais. Por outro lado, o passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 2.633.644.189,37. Apurou-se, pois, o superávit financeiro de R$ 83.494.829,84.

3.1 CERTIFICADO DIGITAL

A implantação do certificado digital para autorização de inclusão de alvará judicial em ordem bancária deu celeridade ao procedimento de levantamento de valores depositados judicialmente. Ainda, de aumentou a segurança dessa operação. Facilitou a comunicação entre as Comarcas e a Diretoria de Orçamento e Finanças e simplificou as etapas operacionais até a transferência financeira aos beneficiários.

Importante destacar que, além da celeridade e segurança, houve benefícios econômicos e ambientais tendo em vista a redução no consumo de papeis e outros materiais de expediente. Estima-se uma redução de 150.000 folhas de papel em 2013. Além disso, as atividades exercidas pelos servidores foram otimizadas, já que no antigo procedimento era necessária a conferência de cada alvará recebido e sua ordenação pelo número de subconta.

O novo sistema está implantado em 163 varas, que representam 59% do total da demanda de alvarás judiciais. Estima-se que até o final do primeiro semestre de 2013 o sistema esteja presente em todas as varas.

A Divisão de Gestão de Depósitos Judiciais, em 2012, processou 133.218 alvarás judiciais (média de 560/dia útil), totalizando R$ 1.066.826.090,68 em levantamentos de depósitos judiciais. Abaixo, segue evolução dos alvarás processados:

ANO	QUANTIDADE DE ALVARÁS	VALOR TRANSFERIDO AOS BENEFICIÁRIOS
2002	16.284	R$ 93.179,626,87
2003	17.688	R$ 120.492.864,34
2004	20.722	R$ 200.781.184,36
2005	23.281	R$ 201.781.184,36
2006	30.614	R$ 319.698.396,74
2007	40.926	R$ 418.164.626,32
2008	56.949	R$ 538.655.430,50
2009	62.213	R$ 562.519.595,47
2010	81.345	R$ 809.490.383,64
2011	96.035	R$ 1.003.070.981,44
2012	133.218	R$ 1.066.826,090,68

3.2 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

A dotação orçamentária inicial para essa fonte de recurso foi estimada em R$ 161.950.000,00. A arrecadação apurada foi de R$ 174.418.468,00.

As despesas orçamentárias empenhadas importaram em R$ 162.920.339,46, sendo direcionadas da seguinte maneira: R$ 23.067,00 (0,01%) em ampliações de Fórum; R$ 1.000.000,00 (0,61%) em aquisições; R$ 5.639.450,57 (3,46%) em construções; R$ 16.704.478,59 (10,25%) na coordenação do selo de fiscalização; R$ 131.660.629,56 (80,81%) em manutenção; e R$ 7.892.713,74 (4,84%) em reformas. Sob a ótica do balanço orçamentário, houve superávit de R$ 11.498.128,54 (6,6%) por motivo de excesso de arrecadação.

Suplementou-se o orçamento na ordem de R$ 84.226.524,47 haja vista a utilização do superávit financeiro acumulado até o ano anterior.

Observada a dotação orçamentária autorizada de R$ 246.176.524,47, demonstrou-se um índice de execução orçamentária de 68%.

O ativo financeiro relacionado a esta fonte de recurso foi de R$ 164.796.298,16. Nesse valor incluem-se as receitas decorrentes das Custas Judiciais, do Selo de Fiscalização e da Taxa Judiciária e seus respectivos rendimentos de alicações financeiras. Já o passivo financeiro (restos a pagar e outras obrigações) representou R$ 24.482.392,00. Nesses termos, o superávit financeiro totalizou R$ 140.313.906,16.

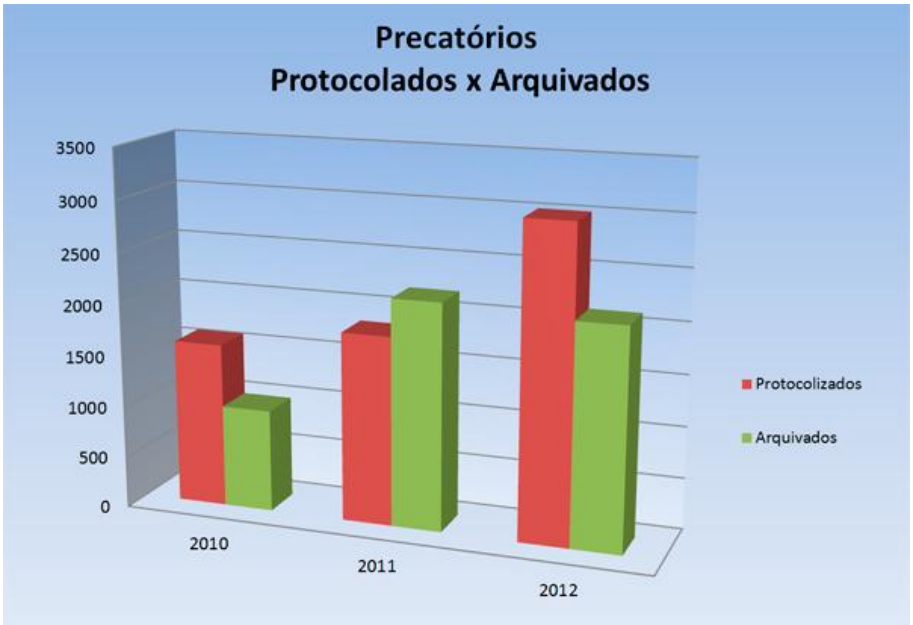
4. PRECATÓRIOS

Com o advento da Emenda Constitucional 62, regulamentada pela Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça, muitas foram as alterações introduzidas no processamento de precatórios, das quais podemos citar:

- lista unificada de precatórios (TJSC, TRF e TRT);
- Comitê Gestor de Contas Especiais;
- existência de diversas ordens cronológicas (antiguidade, valor, prioridades doença e idade);
- expedição de um precatório por beneficiário.

Em 2012 foram pagos R$ 114.367.980,62, sendo R$ 36.769.790,17 movidos contra o Estado de Santa Catarina e suas Autarquias e R$ 77.598.190,45 referentes a prefeituras e INSS. Ingressaram no Poder Judiciário no mesmo período 3.020 precatórios. Atualmente há 5.603 precatórios pendentes de pagamento.

A disponibilidade financeira destinada a esses pagamentos, ao final do período, importou em R$ 21.780.621,58.



5. RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu normas gerais de finanças públicas, voltadas para o controle da despesa, do resultado fiscal e do endividamento. As despesas com pessoal são as que mais despertam a atenção dos gestores públicos em razão de serem as mais representativas.

5.1 DESPESAS COM PESSOAL

A mencionada Lei trouxe dispositivos para limitar as despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida - RCL, estabelecendo 6% como limite legal e 5,7% como limite prudencial.

No relatório apurado referente ao período de dezembro/2011 a novembro/2012, a despesa líquida com pessoal do Poder Judiciário importou em R$ 757.554.057,29, equivalente a 5,22% da RCL, portanto dentro dos limites legal e prudencial, conforme quadro demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**945.920.863,05**	**-**
Pessoal Ativo	804.725.682,50	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	36.218.972,93	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	768.506.709,57	
Pessoal Inativo e Pensionistas	141.195.180,55	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	141.195.180,55	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**188.366.805,76**	**-**
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	15.206.049,55	-
Decorrentes de Decisão Judicial	36.218.972,93	-
Despesas de Exercícios Anteriores	10.778.415,61	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	126.163.367,67	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	**757.554.057,29**	**-**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	**757.554.057,29**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.512.082.409,91	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,22%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	870.724.944,59	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	827.188.697,36	

FONTE: Balancete Unidade Gestora e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL
Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos) não foram consideradas.

5.2 LIMITAÇÕES DE EMPENHO E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (CONTIGENCIAMENTO)

Se a cada bimestre as receitas arrecadadas nas fontes de recursos do duodécimo (9,063% RLD/Fundosocial/Seitec), do Sidejud e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça - FRJ forem inferiores às respectivas estimativas, o Poder Judiciário deverá proceder à "limitação de empenho". Em outras palavras, o gestor deixa de executar parte do orçamento, promovendo o contingenciamento dos valores empenhados.

No exercício financeiro de 2012, foi necessário contingenciar o montante de R$ 93.809.228,84, discriminados conforme segue:

1 – Repasses do Tesouro Estadual (Duodécimo): R$ 50.212.680,00;

2 – SIDEJUD: R$ 38.074.163,14;

3 – Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ: R$ 5.522.385,70.

5.3 RESTOS A PAGAR

São considerados restos a pagar as despesas empenhadas que não foram pagas até o fim do exercício financeiro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Contudo, para proceder à inscrição dessas despesas, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a existência de disponibilidade de caixa.

Em 2012, a inscrição de restos a pagar, nas três fontes de recursos, representou R$ 32.237.349,59, sendo que a disponibilidade de caixa totalizou R$ 280.164.070,62.

Execução Orçamentária 2012

Fonte	Descrição do Programa/Ação	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Autorizada (1)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
TJ	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais	7.882.338,00	880.340,20	8.762.678,20	4.929.716,02	56,3%	4.451.934,88	50,8%	4.451.934,88	50,8%
TJ	Administração de Pessoal e Encargos	951.433.970,00	20.813.273,06	972.247.243,06	904.113.601,67	93,0%	904.111.225,91	93,0%	894.975.930,33	92,1%
TJ	Encargos extrajudiciais com inativos	785.000,00	-	785.000,00	599.720,65	76,4%	599.720,65	76,4%	599.720,65	76,4%
TJ	Encargos com Inativos	19.154.528,00	(3.030.000,00)	16.124.528,00	8.634.392,35	53,5%	8.634.392,35	53,5%	8.634.392,35	53,5%
TJ	Encargos com Precatórios e Sentenças	44.000.000,00	13.188.294,66	57.188.294,66	36.769.790,17	64,3%	36.769.790,17	64,3%	36.769.790,17	64,3%
TJ	Encargos com Inativos - TJ	-	98.200.501,88	98.200.501,88	98.200.501,88	100,0%	98.200.501,88	100,0%	98.200.501,88	100,0%
TJ	Encargos com Extrajudiciais - TJ	-	31.162.773,05	31.162.773,05	31.162.773,05	100,0%	31.162.773,05	100,0%	31.162.773,05	100,0%
Subtotal		**1.023.255.836,00**	**161.215.182,85**	**1.184.471.018,85**	**1.084.410.495,79**	**91,6%**	**1.083.930.338,89**	**91,5%**	**1.074.795.043,31**	**90,7%**
SIDEJUD	Capacitação e Aperfeiçoamento - SDJSC	14.770.643,00	1.149.033,50	15.919.676,50	8.494.763,77	53,4%	7.726.010,98	48,5%	7.726.010,98	48,5%
SIDEJUD	Manutenção, Serviços e Equipamentos de Informática - SDJSC	31.925.022,00	51.973.943,67	83.898.965,67	18.048.423,79	21,5%	15.638.684,10	18,6%	15.638.684,10	18,6%
SIDEJUD	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - SDJSC - TJ	29.784.731,00	19.947.523,95	49.732.254,95	14.367.456,18	28,9%	13.624.523,92	27,4%	13.624.523,92	27,4%
SIDEJUD	Aquisição de terreno para a Academia Judicial	8.000.000,00	-	8.000.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
SIDEJUD	Construção da Casa da Cidadania de Canelinha - SDJSC - TJ	919.604,00	(860.964,77)	58.639,23	2.550,00	4,3%	2.550,00	4,3%	2.550,00	4,3%
SIDEJUD	Construção do prédio da Academia Judicial - SDJSC	400.000,00	-	400.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
SIDEJUD	Construção da Casa da Cidadania de Lontras - SDJSC - TJ	200.000,00	(200.000,00)	-	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Subtotal		**86.000.000,00**	**72.009.536,35**	**158.009.536,35**	**40.913.193,74**	**25,9%**	**36.991.769,00**	**23,4%**	**36.991.769,00**	**23,4%**
FRJ	Coordenação do Selo de Fiscalização dos Atos Notariais e Registrais	32.700.000,00	-	32.700.000,00	16.704.478,59	51,1%	14.728.399,25	45,0%	14.728.399,25	45,0%
FRJ	Construção do Fórum de Rio do Oeste	100.000,00	-	100.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Blumenau	6.425.338,00	(6.005.150,00)	420.188,00	20.600,00	4,9%	14.850,00	3,5%	14.850,00	3,5%
FRJ	Construção do Fórum de Navegantes	1.431.663,00	(1.200.000,00)	231.663,00	12.783,68	5,5%	12.783,68	5,5%	12.783,68	5,5%
FRJ	Construção do Fórum de Forquilhinha	3.527.471,00	500.000,00	4.027.471,00	3.300.874,09	82,0%	3.200.795,60	79,5%	3.200.795,60	79,5%
FRJ	Construção do Fórum de Ascurra	1.000.000,00	820.000,00	1.820.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Brusque	2.315.364,00	(700.000,00)	1.615.364,00	16.515,00	1,0%	5.250,00	0,3%	5.250,00	0,3%
FRJ	Reforma do prédio do Palácio da Justiça	6.026.605,00	2.895.000,00	8.921.605,00	5.108.544,70	57,3%	4.297.278,91	48,2%	4.297.278,91	48,2%
FRJ	Ampliação e Reforma do Fórum de Caçador	75.935,00	50.000,00	125.935,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma e Ampliação do Fórum de Pomerode	608.135,00	(475.000,00)	133.135,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Balneário Camboriú	2.905.631,00	(1.615.000,00)	1.290.631,00	31.271,48	2,4%	31.271,48	2,4%	31.271,48	2,4%
FRJ	Reforma do Fórum de Gaspar	306.075,00	150.000,00	456.075,00	391.725,34	85,9%	391.725,34	85,9%	391.725,34	85,9%
FRJ	Construção do fórum de Armazém	3.550.000,00	(1.000.000,00)	2.550.000,00	3.470,00	0,1%	3.470,00	0,1%	3.470,00	0,1%
FRJ	Reforma do Fórum de Correia Pinto	1.495.610,00	-	1.495.610,00	532.370,52	35,6%	532.370,52	35,6%	532.370,52	35,6%
FRJ	Reforma do Fórum de Descanso	927.856,00	-	927.856,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Construção do Fórum de Rio do Sul	220.044,00	600.000,00	820.044,00	127.246,00	15,5%	13.486,00	1,6%	13.486,00	1,6%
FRJ	Construção do Fórum de Turvo	3.779.433,00	(700.000,00)	3.079.433,00	2.195.076,80	71,3%	2.195.076,80	71,3%	2.195.076,80	71,3%
FRJ	Manutenção e Serviços Administrativos Gerais - FRJ	67.477.974,00	67.939.178,69	135.417.152,69	112.406.284,32	83,0%	100.147.812,04	74,0%	100.147.812,04	74,0%
FRJ	Reforma dos Prédios do Fórum de Joinville	-	100.000,00	100.000,00	9.750,00	9,8%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Chapecó	1.410.000,00	1.740.668,76	3.150.668,76	521.365,44	16,5%	151.069,93	4,8%	151.069,93	4,8%
FRJ	Aquisição de imóvel para anexo do Fórum de São José	1.000.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00	100,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Timbó	-	375.000,00	375.000,00	225.297,56	60,1%	225.287,56	60,1%	225.287,56	60,1%
FRJ	Reforma do Fórum de Sombrio	662.630,00	(300.000,00)	362.630,00	293.073,23	80,8%	293.073,23	80,8%	293.073,23	80,8%
FRJ	Reforma do Fórum de Jaraguá do Sul	600.000,00	515.000,00	1.115.000,00	464.103,57	41,6%	464.103,57	41,6%	464.103,57	41,6%
FRJ	Reforma do Fórum Regional do Estreito	-	110.000,00	110.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma dos Fóruns da Capital	300.000,00	165.654,68	465.654,68	142.442,81	30,6%	55.793,60	12,0%	55.793,60	12,0%

FRJ	Reforma dos Fóruns da Capital	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
FRJ	Aquisição de terreno para a construção do Fórum de Ipumirim	800.000,00	-	800.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Manutenção, serviços e equipamentos de informática - FRJ	10.284.110,00	26.256.172,34	36.540.282,34	19.254.345,24	52,7%	17.298.642,66	47,3%	17.298.642,66	47,3%
FRJ	Construção do Protocolo Expresso do Fórum de São José	300.000,00	-	300.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Construção do Protocolo Expresso do Fórum de Joinville	145.393,00	-	145.393,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Tubarão	200.000,00	200.000,00	400.000,00	14.750,00	3,7%	14.750,00	3,7%	14.750,00	3,7%
FRJ	Reforma do antigo prédio do Fórum de Chapecó	1.090.450,00	(924.000,00)	166.450,00	6.600,00	4,0%	6.600,00	4,0%	6.600,00	4,0%
FRJ	Ampliação do Fórum de Balneário Camboriú	2.551.978,00	(1.300.000,00)	1.251.978,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Ampliação do Fórum de Gaspar	5.353.206,00	(4.967.000,00)	386.206,00	19.817,00	5,1%	19.817,00	5,1%	19.817,00	5,1%
FRJ	Ampliação do Fórum de Pomerode	1.179.970,00	(705.000,00)	474.970,00	3.250,00	0,7%	3.250,00	0,7%	3.250,00	0,7%
FRJ	Ampliação do Fórum de Correia Pinto	444.222,00	-	444.222,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Ampliação do Fórum de Caçador	124.318,00	250.000,00	374.318,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Ampliação do Fórum de Descanso	275.589,00	-	275.589,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma dos Fóruns de São José	155.000,00	785.000,00	940.000,00	13.191,60	1,4%	13.191,60	1,4%	13.191,60	1,4%
FRJ	Reforma do Arquivo Central	200.000,00	316.000,00	516.000,00	99.718,32	19,3%	99.718,32	19,3%	99.718,32	19,3%
FRJ	Reforma do Fórum de Xanxerê	-	50.000,00	50.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Itaiópolis	-	50.000,00	50.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de Lages	-	65.000,00	65.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de São Miguel do Oeste	-	135.000,00	135.000,00	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
FRJ	Reforma do Fórum de São Bento do Sul	-	50.000,00	50.000,00	1.394,17	2,8%	-	0,0%	-	0,0%
Subtotal		**161.950.000,00**	**84.226.524,47**	**246.176.524,47**	**162.920.339,46**	**66,2%**	**144.219.867,09**	**58,6%**	**144.219.867,09**	**58,6%**
Total		**1.271.205.836,00**	**317.451.243,67**	**1.588.657.079,67**	**1.288.244.028,99**	**81,1%**	**1.265.141.974,98**	**79,6%**	**1.256.006.679,40**	**79,1%**

Nota 1 - Não foi deduzido o contigenciamento.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

A Diretoria de Recursos Humanos é responsável pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo servidores efetivos e comissionados, inativos, juízes de paz, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

É responsável, também, pelo controle da movimentação na carreira dos servidores (remoção, disposição, lotação etc.), pelo registro de todos os incidentes ocorridos durante a vida funcional dos colaboradores do Poder Judiciário, e pela elaboração da folha de pagamento dos magistrados, servidores, inativos (incluídos os juízes de paz e extrajudiciais) e estagiários.

Controla, ainda, as avaliações de desempenho e de estágio probatório dos servidores, e os afastamentos legais, direitos, deveres e benefícios dos colaboradores.

A seguir, são apresentadas informações mais detalhadas sobre os principais programas e atividades de responsabilidade da Diretoria de Recursos Humanos:

1. Benefícios

1.1 Bolsa de Estudos

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por intermédio do programa, o Poder Judiciário custeia 70% (setenta por cento) do valor da mensalidade.

No ano de 2009, houve o remanejamento do número de vagas, por força da Resolução n. 20/09-GP, adequando-as à efetiva demanda, com a alteração de 345 para 330 vagas para cursos de graduação, e de 55 para 70 vagas para o curso de preparação para ingresso na magistratura, promovido pela ESMESC.

BOLSA DE ESTUDOS		
GRADUAÇÃO	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Total de Bolsas disponíveis	330	330
Total de Bolsas renovadas	165	159
Total de Bolsas concedidas	19	22
Total de Bolsas remanescentes	146	149
ESMESC	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Total de Bolsas disponíveis	70	70
Total de Bolsas renovadas	20	29
Total de Bolsas concedidas	14	12
Total de Bolsas remanescentes	36	29

Fonte: Divisão de Remuneração e Benefícios

No que se refere às bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, foram beneficiados 9 magistrados, com cursos na área jurídica, bem como 87 servidores, com cursos na área jurídica, e 21 nas demais áreas.

1.2 Gratificação de Nível Superior

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar 90/93, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

Em 2007, 1.975 servidores percebiam gratificação de nível superior. Este número foi elevado para 2.403 em 2008, correspondendo a 21,67% de aumento; em 2009, o número de servidores beneficiados aumentou para 2.659, representando incremento de 10,65%. No ano de 2010, 2.703 servidores perceberam a gratificação, um aumento de 1,65% e, em 2011, houve uma redução de 5,40% na concessão da mesma, beneficiando um total de 2.557 servidores.
Em 2012, 2.868 servidores foram beneficiados pela gratificação de nível superior, equivalendo a um acréscimo de 12,16%.

Esta gratificação é percebida por 49,13% dos servidores efetivos do Poder Judiciário.

1.3 Auxílio-creche:

O auxílio creche, previsto na Resolução n. 09/01-GP, beneficia 827 servidores, conforme dados da folha de pagamento do mês de dezembro de 2012. Neste ano, foram deferidos 51 pedidos.

1.4 Vale-transporte:

O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.
Em 2012, foram contemplados com o benefício 51 servidores.

2. TJ-Consig:

O sistema TJ-Consig, implantado em 28/07/2009, representou uma importante mudança nos procedimentos de consignações facultativas em folha de pagamento. Além de não ter custo nenhum ao Poder Judiciário, houve economia de material e de tempo de serviço, tendo em vista a informatização de um procedimento que até então era manual.
Na última folha processada, de dezembro de 2012, foram implementadas aproximadamente 18.331 consignações, que significam R$ 6.881.837,40 em descontos facultativos.

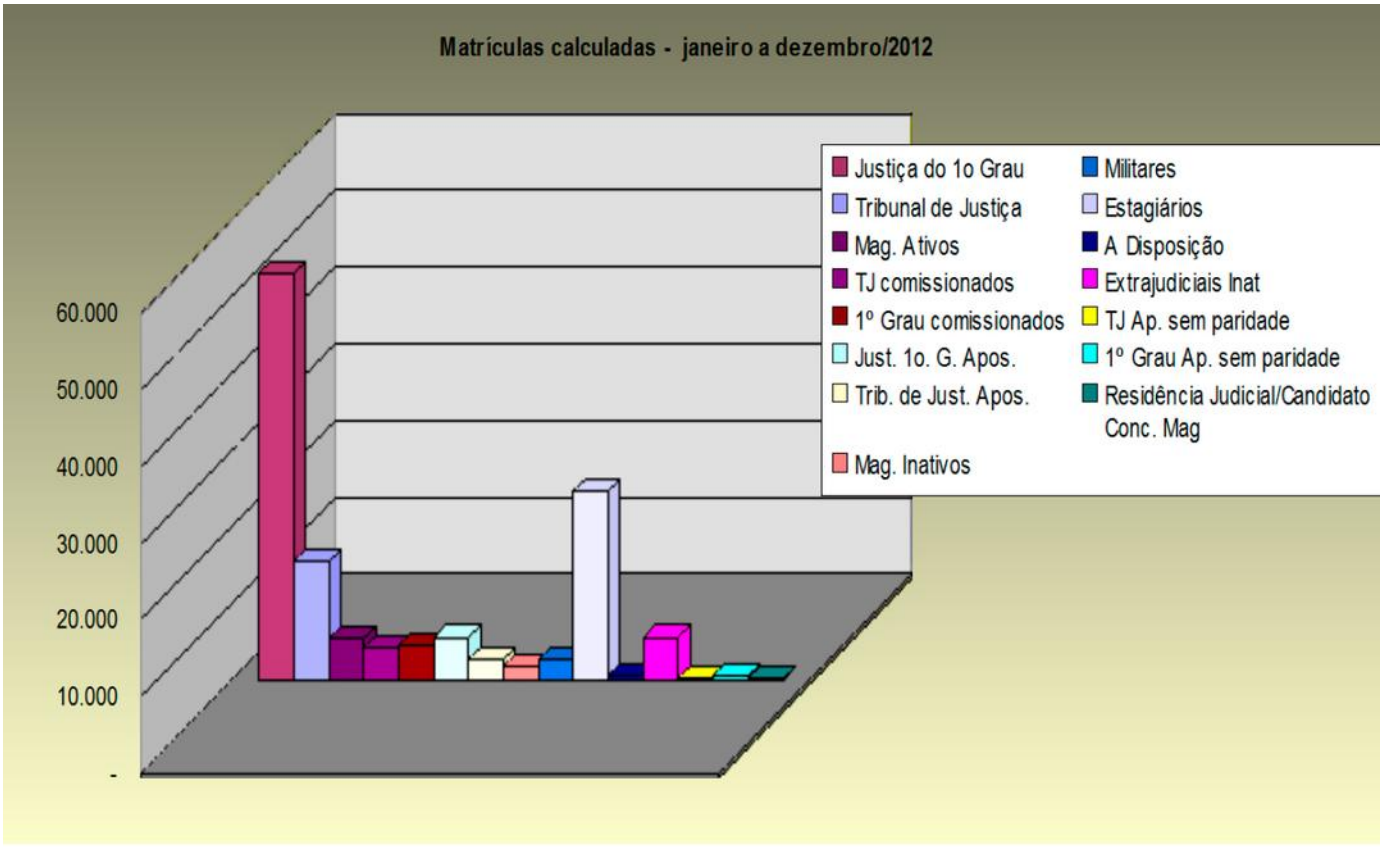
3. Folha de Pagamento (matrículas calculadas):

MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2012

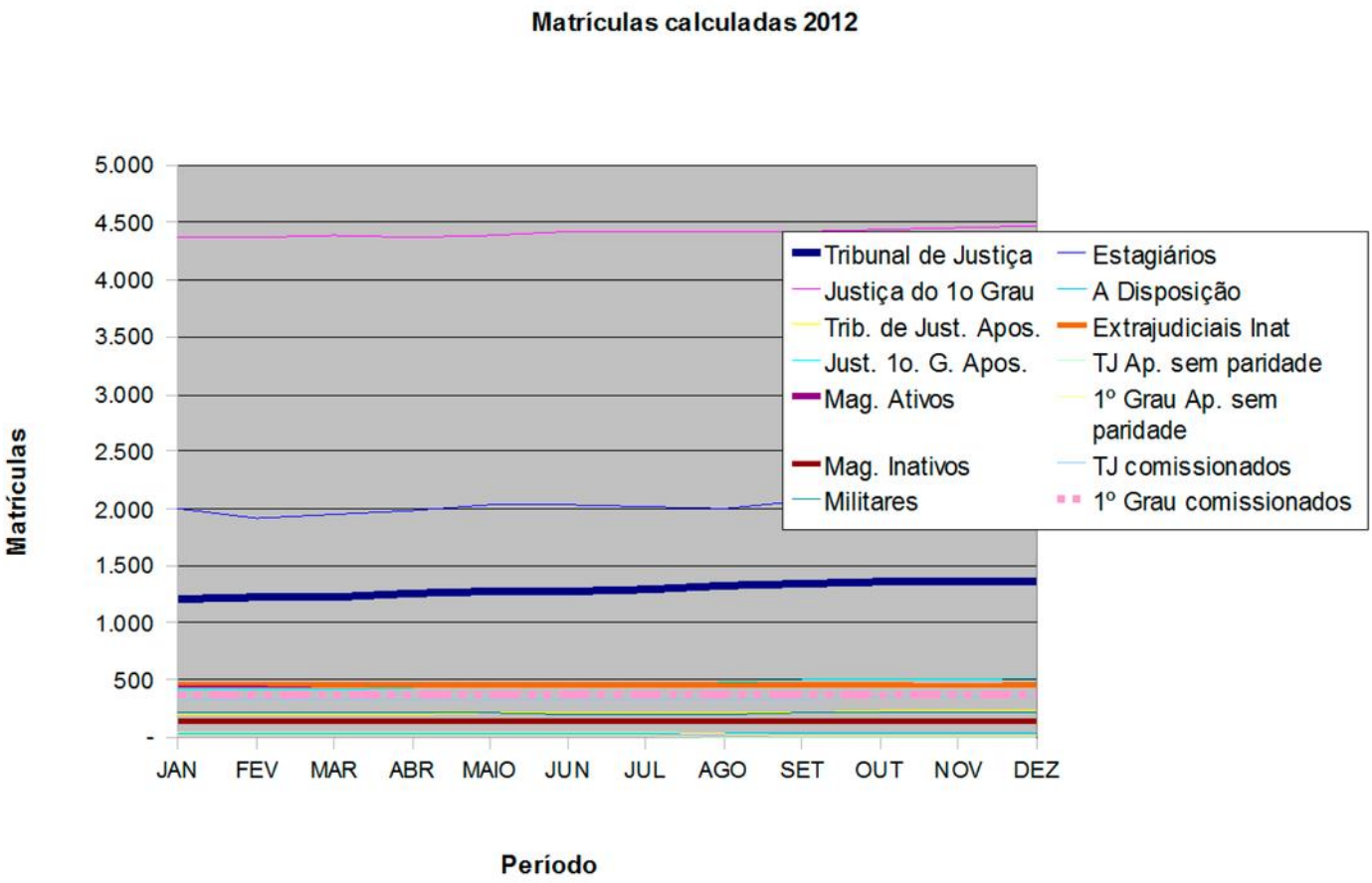
Tipo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Tribunal de Justiça	1.204	1.226	1.227	1.262	1.273	1.280	1.288	1.320	1.343	1.361	1.364	1.366	15.514
Justiça do 1o Grau	4.373	4.367	4.386	4.369	4.388	4.419	4.429	4.415	4.430	4.444	4.461	4.472	52.953
Trib. de Just. Apos.	199	204	205	206	210	215	217	222	225	227	230	232	2.592
Just. 1o. G. Apos.	422	423	426	434	435	441	450	483	499	506	509	512	5.540
Mag. Ativos	455	454	454	454	452	451	450	450	450	450	450	450	5.420
Mag. Inativos	141	141	140	139	140	140	140	139	138	138	137	138	1.671
Militares	217	217	215	214	209	207	202	205	213	212	214	219	2.544
Estagiários	2.005	1.923	1.954	1.988	2.030	2.042	2.022	1.994	2.073	2.103	2.130	2.248	24.512
A Disposição	34	35	34	34	35	36	35	34	33	31	29	32	402
Extrajudiciais Inat	468	467	465	464	461	458	457	457	457	457	453	456	5.520
TJ Ap. sem paridade	12	12	12	12	12	12	12	6	3	2	2	2	99
1º Grau Ap. sem paridade	55	57	57	57	56	56	56	33	22	18	18	19	504
TJ comissionados	341	337	330	331	333	328	333	339	339	349	352	355	4.067
1º Grau comissionados	376	367	370	369	368	370	365	362	362	360	361	369	4.399
Residência Judicial/Candidato Conc. Mag	22	11	11	18	18	15	14	20	11	10	15	43	208
Total	10.324	10.241	10.286	10.351	10.420	10.470	10.470	10.479	10.598	10.668	10.725	10.913	125.945

Fonte: Relatório contábil do sistema Folhas de Pagamento

4. Terceirização:



O ano de 2012 encerra com 1998 postos de terceirizados contratados pelo Poder Judiciário, nas seguintes áreas de atuação: digitador, vigilante, zelador, marceneiro, copeira, garçom, jardineiro, telefonista, servente, recepcionista, *office-boy*, porteiro, engenheiro civil, técnico em edificações, técnico em refrigeração e ar condicionado, engenheiro mecânico e operador de sistemas.



Destes, 855 estão nas Comarcas e 1.143, na Secretaria do Tribunal de Justiça.

As empresas que atuaram junto ao Poder Judiciário em 2012 foram: Liderança Limpeza e Conservação Ltda.; Mobra Serviços de Vigilância e Segurança Ltda; Orbenk Administração e Serviços Ltda.; Ondrepsb Serviço de Guarda e Vigilância Ltda.; Plansul Planejamento e Consultoria Ltda.; Canadense Administração e Serviços Ltda.; Lince Segurança Eletrônica Ltda. e Lince Segurança Patrimonial Ltda.

5. Estagiários:

Em 2012, o Poder Judiciário fecha o ano com 2.113 estagiários remunerados na área de Direito, distribuídos em Cartórios e Gabinetes de 1º e 2º graus e Diretorias do TJSC; 529 vagas ocupadas de estagiários remunerados na área da Administração, Arquitetura, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Design, Economia, Enfermagem, Engenhara Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia da Produção, História, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, distribuídos pelas Comarcas do Estado e Diretorias do Tribunal de Justiça, bem como 11 vagas destinadas a estudantes do Ensino Médio, totalizando 2.653 vagas de estagiários.

6. Voluntários:

Em 2012 foram preenchidas efetivamente 378 vagas para serviço voluntário nas áreas de Administração, Arquitetura, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia, História, Letras, Psicologia, Serviço Social e Sistemas de Informação.

7. Atividades de desenvolvimento pessoal:

7.1 Semana do rodízio de funções:

Durante três dias, o servidor inscrito no projeto desempenha suas funções em setor diferente daquele no qual está lotado, com o objetivo de proporcionar uma maior integração entre os servidores, melhorar a comunicação entre os setores e aumentar o conhecimento quanto às atribuições e funções exercidas pelos diversos setores. Foi realizada a 14ª semana no mês de maio, contando com a participação de 10 servidores no TJSC; e a 15ª semana no mês de agosto, com a participação de 8 servidores no TJSC, 5 servidores na Comarca de Concórdia e 2 servidores na Comarca de Indaial.

7.2 Pesquisa de satisfação:

Busca-se com a pesquisa obter um indicador para avaliar o percentual de satisfação e motivação dos servidores do Poder Judiciário. Além disso, a ferramenta permite identificar os locais onde há a necessidade de se aplicar o programa de melhoria do clima organizacional. O formulário de pesquisa foi disponibilizado na página eletrônica do Poder Judiciário no período de 20 de novembro de 2012 até 20 de dezembro de 2012. O resultado da pesquisa será divulgado em janeiro de 2013.

7.3 Programa bem-estar no trabalho:

Realização de palestras e dinâmicas de grupo, de forma a contribuir para a melhoria do bem-estar e satisfação no trabalho. Foram realizadas três turmas: Oficiais de Justiça e Avaliadores, no mês de abril, com 28 participantes; Técnicos Judiciários Auxiliares, em maio, com 29 participantes; e Oficiais da Infância e Juventude, em junho, contando com 30 participantes. Ao todo, 87 servidores participaram do Programa em 2012.

7.4 Programa de Preparação para a aposentadoria:

Programa realizado com os servidores prestes a se aposentar, no qual são tratados temas relevantes para vencer os medos da aposentadoria. Foram realizadas duas etapas, nos períodos de 08 e 09 de março e 29 e 30 de março, tendo participado 26 servidores.

7.5 Homenagem aos servidores aposentados:

Para a Homenagem aos servidores aposentados no ano de 2012, foi realizado um trabalho conjunto entre a Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Pessoal e a Divisão de Artes Gráficas. Foram confeccionadas 83 placas, posteriormente encaminhadas a cada servidor que se aposentou no período compreendido entre setembro de 2011 a agosto de 2012.

7.6 Intervenções psicossociais:

Elaboração de diagnósticos, trabalhos em grupo e acompanhamento de servidores que apresentam baixo desempenho nas avaliações de desempenho e estágio probatório ou encaminhados pela Corregedoria-Geral de Justiça ou outros setores do Tribunal de Justiça.

Em 2012, foram acompanhados 60 servidores de todo o Estado, além de terem sido realizadas 4 avaliações psicológicas. Ainda, foi realizado um trabalho de diagnóstico em 2 comarcas e um trabalho de grupo, focando o relacionamento interpessoal, em uma comarca.

7.7 Entrevistas de lotação e relotação:

Realização de entrevistas para lotação ou relotação de servidores no Tribunal de Justiça. Foram realizadas 108 entrevistas de lotação e 8 de relotação, durante o ano de 2012.

7.8 Programa de Melhoria do Clima Organizacional:

Tem como objetivo apresentar, em um determinado momento, o grau de satisfação ou insatisfação dos servidores, identificar causas e por meio delas implementar ações que

propiciem condições para maior satisfação no trabalho. O programa foi realizado em 02 comarcas no ano de 2012.

DIRETORIA DE SAÚDE

O presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2012 **(janeiro a novembro).**

1. Projetos executados em 2012

1.1. Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário da Secretaria do Tribunal de Justiça, do Fórum da Capital e das Comarcas do interior.

No ano de 2012, através da empresa Imunizar Comércio de Vacinas Ltda., foram aplicadas 8.074 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

2. Relatório dos atendimentos médicos

MÉDICOS	Nº DE CONSULTAS
Dra.Graciela de Oliveira Richeter Schmidt	1.457
Dr. José Carlos Nascimento *	1.527
Dra. Karina Cocco Monteiro de Freitas ***	735
Dra. Leisa Maria Leal **	891
Dr. Luiz Alberto Neves May ***	790
Dr. Renato Grillo Flach ****	1.159
TOTAL	6.559

** Ampliação da jornada de trabalho em 2 horas até dia 13 de julho – substituição na junta médica*

*** Chefe da junta médica*

**** Membro da junta médica*

***** Diretor de saúde*

2.1. Relatório da Seção Psicossocial-ambulatorial

A seção Psicossocial-ambulatorial, em mais um ano trabalhando com quatro psicólogas na Seção, desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2012:

- Atendimento e acompanhamento psicológico de servidores;
- Avaliação psicológica de servidores por solicitação da Junta Médica;
- Acompanhamento psicológico de servidores em licença para tratamento de saúde;
- Avaliação psicológica de candidatos a magistratura.

PSICÓLOGA	Nº DE ATENDIMENTOS REALIZADOS
Dra. Fernanda Chede R. Caldas	393
Dra. Liliane Cardoso Pereira	492
Dra. Luciana Raupp Di Bernardi *	331
Dra. Marilda Marcondes de Mattos	422
TOTAL	1.638

**Janeiro a meados de abril – férias e licença gestação.*

2.2. Relatório de atividades do Serviço Social

As atividades desenvolvidas no período de 2012, em sua maioria, são referentes à elaboração de informações, relatórios, estudos sociais e pareceres para subsidiar decisões da Junta Médica em processos administrativos, atendendo a demanda apresentada que incluí todo o Estado Catarinense.

- Pareceres elaborados para Junta Médica – **305**

Para a elaboração dos pareceres necessita-se da coleta de dados através de atividades como visitas domiciliares, entrevistas com servidores e requerentes, familiares, avaliação do local de trabalho e visita a instituições de saúde, conforme a necessidade e a peculiaridade de cada situação apresentada.

- Entrevistas – **706**

- Visitas domiciliares, Instituições de Saúde e Locais de Trabalho – **206**

- Cidades Visitadas – **34**

Algumas ações não são aqui quantificadas, já que cada processo exige um procedimento como, por exemplo, coleta de dados com o médico assistente do servidor e terapeuta,

contatos frequentes com o servidor, familiares e clínicas psiquiátricas. Estas ações são feitas constantemente e necessárias para que o trabalho atinja bons resultados, porém são de difícil quantificação para relatório estatístico, já que não são um fim em si mesmas.

- Encaminhamentos de servidores para clínicas psiquiátricas, avaliação médica e ou internação, acompanhamento do servidor em tratamento – 37

2.3. Relatório da Seção de Enfermagem

A Seção de Enfermagem, no período de janeiro a novembro de 2012, desenvolveu orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol, triglicerídeos, ácido úrico) e as atividades descritas abaixo:

1	ATENDIMENTOS da ENFERMAGEM	
1.1	Avaliação para atendimento de emergência encaminhadas ao médico	374
2	Exames realizados	
2.1	Eletrocardiograma **(ECG)**	7
3	Procedimentos realizados	
3.1	Aplicação de radiação infravermelha	
3.2	Nebulização	101
3.3	Verificação de Pressão Arterial **(P.A.)**	2.800
3.4	Curativo	244
3.5	Retirada de ponto cirúrgico	11
3.6	Imobilização	4
4	Administração de Medicamentos:	
4.1	Endovenoso **(EV)**	40
4.2	Intramuscular **(IM)**	285
4.3	Subcutâneo **(SC)**	9
4.4	Via Oral **(VO)** administrados no local:	
	4.4.1 – doses (gotas)	174
	4.4.2. – comprimidos	2.241
	4.4.3 – controlados	15

5	Medicamentos fornecidos sob prescrição	
5.1	Comprimidos	771
6	**TOTAL**	7.076

2.4. Relatório da Seção de Farmácia

	TOTAL DE ATENDIMENTOS NO ESTADO	11.558
	Dias úteis do período	227
	Atendimentos por dia útil	51
	Cidades com sede de Comarca atendidas	102
	VOLUME DE ATENDIMENTOS EM 2012	
1	TRIBUNAL DE JUSTICA	5.703
2	CAPITAL	870
3	APOSENTADOS	752
4	COM. DE BALNEARIO CAMBORIU	245
5	COM. DE BLUMENAU	236
6	COM. DE ITAJAI	216
7	COM. DE JOINVILLE	203
8	COM. DE CRICIUMA	143
9	COM. DE SAO JOSE	133
10	COM. DE CHAPECO	122
11	COM. DE TURVO	107
12	COM. DE CURITIBANOS	102
13	COM. DE TUBARAO	98
14	COM. DE LAGES	98
15	COM. DE SAO JOAQUIM	96
16	COM. DE BAL.PICARRAS	94
17	COM. DE SAO JOAO BATISTA	76
18	COM. DE BOM RETIRO	76
19	COM. DE BIGUACU	76
20	COM. DE STO AMARO DA IMPERATRIZ	73

21	COM. DE BRACO DO NORTE	73
22	COM. DE JARAGUA DO SUL	72
23	COM. DE XANXERE	67
24	COM. DE QUILOMBO	61
25	COM. DE PALMITOS	61
26	COM. DE ANITA GARIBALDI	60
27	COM. DE PAPANDUVA	54
28	COM. DE GASPAR	54
29	COM. DE ORLEANS	53
30	COM. DE CORONEL FREITAS	53
31	COM. DE LAURO MULLER	49
32	COM. DE LAGUNA	48
33	COM. DE RIO DO SUL	44
34	COM. DE PONTE SERRADA	43
35	COM. DE MONDAI	43
36	COM. DE MARAVILHA	41
37	COM. DE URUSSANGA	40
38	COM. DE TIMBO	39
39	CIRCUNSCRICOES JUDICIARIAS	39
40	COM. DE PALHOCA	37
41	COM. DE ITUPORANGA	37
42	COM. DE ABELARDO LUZ	37
43	COM. DE BRUSQUE	36
44	COM. DE SOMBRIO	35
45	COM. DE PRESIDENTE GETULIO	30
46	COM. DE CUNHA PORA	28
47	COM. DE XAXIM	27
48	COM. DE SAO JOSE DO CEDRO	27
49	COM. DE DESCANSO	27
50	COM. DE SAO LOURENCO DO OESTE	26
51	COM. DE MODELO	26
52	COM. DE IMBITUBA	26

53	COM. DE URUBICI	24
54	COM. DE RIO NEGRINHO	24
55	COM. DE PINHALZINHO	24
56	COM. DE ITAIOPOLIS	23
57	COM. DE ARARANGUA	23
58	COM. DE VIDEIRA	22
59	COM. DE RIO DO CAMPO	21
60	COM. DE SANTA ROSA DO SUL	20
61	COM. DE OTACILIO COSTA	20
62	COM. DE ITA	20
63	COM. DE CACADOR	20
64	COM. DE ANCHIETA	20
65	COM. DE ITAPIRANGA	18
66	COM. DE IBIRAMA	18
67	COM. DE BARRA VELHA	18
68	COM. DE CAPIVARI DE BAIXO	17
69	COM. DE SAO DOMINGOS	16
70	COM. DE PORTO BELO	16
71	COM. DE GAROPABA	16
72	COM. DE POMERODE	15
73	COM. DE ITAPEMA	14
74	COM. DE CATANDUVAS	14
75	COM. DE RIO DO OESTE	13
76	COM. DE MAFRA	13
77	COM. DE FRAIBURGO	13
78	COM. DE CAMPO ERE	13
79	COM. DE SEARA	12
80	COM. DE CAMPOS NOVOS	12
81	COM. DE ASCURRA	11
82	COM. DE CAMBORIU	10
83	COM. DE TANGARA	9
84	COM. DE LEBON REGIS	9

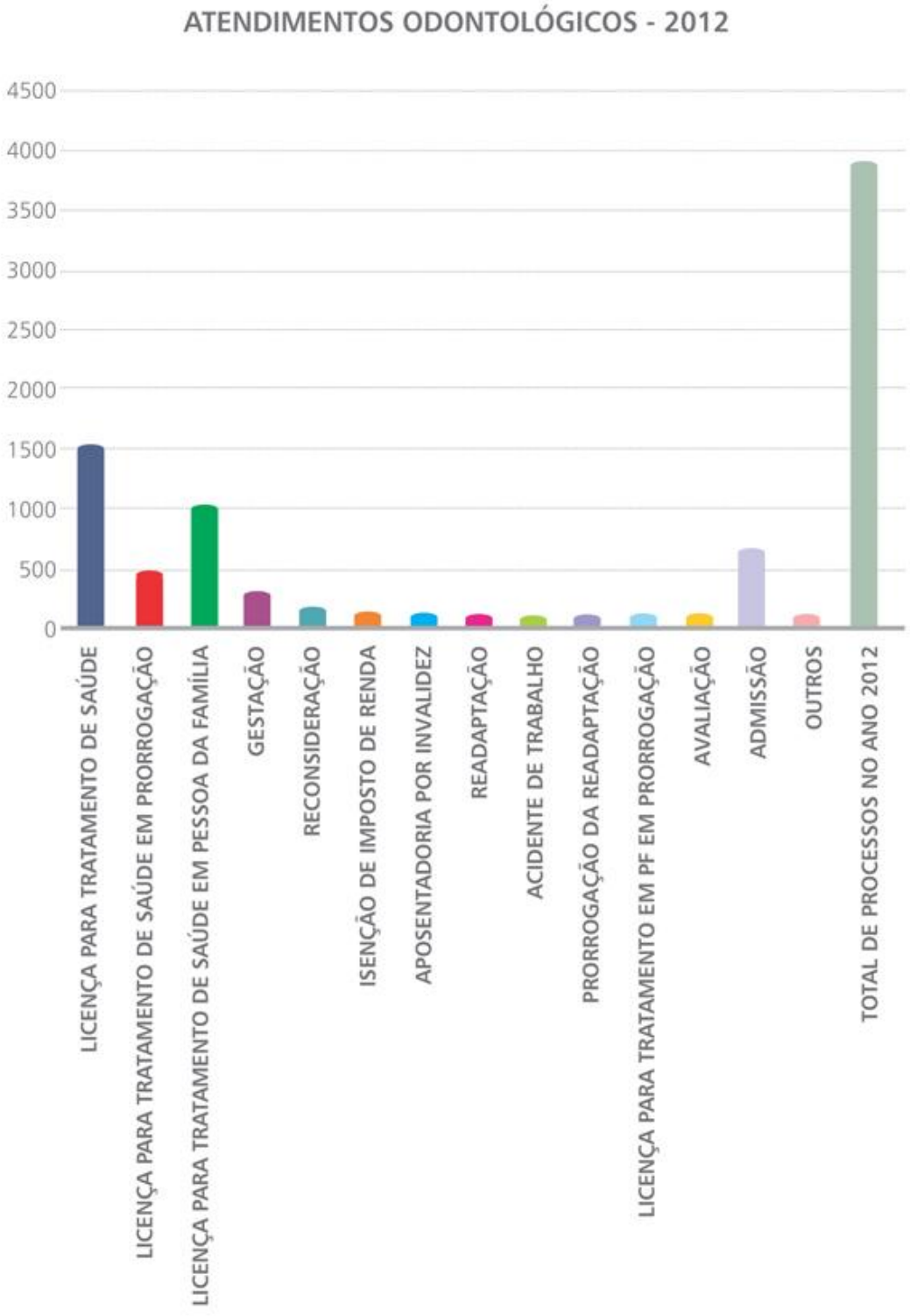
85	COM. DE JAGUARUNA	9
86	COM. DE SAO BENTO DO SUL	8
87	COM. DE NAVEGANTES	8
88	COM. DE JOACABA	8
89	COM. DE CAPINZAL	8
90	COM. DE IMARUI	7
91	COM. DE ICARA	7
92	COM. DE CORREIA PINTO	7
93	COM. DE SAO MIGUEL DO OESTE	6
94	COM. DE CONCORDIA	6
95	OUTROS	4
96	COM. DE PORTO UNIAO	4
97	COM. DE MELEIRO	4
98	COM. DE IPUMIRIM	4
99	COM. DE INDAIAL	4
100	COM. DE GARUVA	4
101	COM. DE ARMAZEM	4
102	COM. DE CANOINHAS	2
103	COM. DE TROMBUDO CENTRAL	1
104	COM. DE TIJUCAS	1
105	COM. DE GUARAMIRIM	1
106	COM. DE DIONISIO CERQUEIRA	1
	TOTAL GERAL	**11.558**

3. Relatório da Junta Médica Oficial do Poder Judiciário

Licença para tratamento de saúde	1.709
Licença para tratamento de saúde, em prorrogação	529
Licença para tratamento de saúde, em pessoa da família	997
Gestação	119

Reconsideração	38
Isenção de Imposto de Renda	33
Readaptação	30
Remoção	34
Acidente do Trabalho	4
Prorrogação da Readaptação	8
Licença para tratamento de saúde, em PF, em prorrogação	57
Avaliação	10
Admissão	602
Redução de carga horária	22
Aposentadoria por invalidez	11
Outros	55
TOTAL DE PROCESSOS NO ANO 2012	4.258

4. Relatório dos atendimentos odontológicos



DENTISTA	PACIENTES	PROCEDIMENTOS	Dias trabalhados
Dr. Dante Del Vale Valcanaia (Prótese)	28	120	182
Dr. Eduardo Dutra da Silva (Endodontia)	142	546	171
Dr. José Eduardo C. Shiozawa (Dentística)	458	2265	189

Dra. Mabel Larroyd Valente (Dentística)	156	444	77
Dra. Maria Eugênia B. Burg (Dentística)	481	1.452	192
Dr. Lauro Egídio Bragaglia (Prótese)	217	1.805	195
Dr. Reginaldo Reitz (Dentística)	288	1.637	211
TOTAL	1.365	8.269	1.217
Índice de aproveitamento (estimativa)			*6,79*

Fonte: Dados coletados do software de gerenciamento odontológico Prodent e dos relatórios estatísticos mensais da Divisão de Saúde Oral.

4.1. Relatório da Seção de Prótese

01 – Fundição de Estrutura Metal Cerâmica	203
02 – Prótese sobre Implante	109
03 – Confecção de Provisórios (elementos)	174
04 - Confecção de Modelos	309
05 – Placa de Registro	8
06 – Aplicação em Cerâmica (elementos)	269
07 – Moldeira Individual	28
08 – Placa de Clareamento	126
09 – Confecção de Tróqueis	104
10 – Placa de Proteção Noturna (Silicone)	9
11 – Confecção de Inceram (Coping)	49
12 – Confecção Targis Vectris	1
13 – Confecção de Núcleos (indireto)	18
14 – Fundição direta de núcleo	52
15 – Prótese Total	2
16 – Prótese Parcial Fixa	18
17 – Onlay	13
18 – Ponte Parcial Removível (PPR)	19
19 – Placa de bruxismo	22

20 – Placa de mordida	5
21 – Enceramento Diagnóstico	
22 – Aplicação em cerômero	2
23 – Núcleo - Partido	5
24 – Núcleo Tri-Partido	1
TOTAL GERAL	**1.546**

5. Relatório da Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional

A atenção à segurança e à saúde ocupacional no Poder Judiciário motivou a criação da Seção de Medicina do Trabalho, em 2001. Em 2006 a seção foi transformada em Divisão de Medicina do Trabalho. E, em 2009, optou-se por denominá-la Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional, dada a complexidade da sua atuação, não limitada à medicina do trabalho. A divisão conta com a Seção de Ergonomia e a Seção de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

A divisão tem por missão contribuir para o desenvolvimento e preservação da segurança e da saúde dos trabalhadores do Poder Judiciário de Santa Catarina, oferecendo serviços especializados que têm como princípio fundamental a melhoria contínua.

Para alcançar o bem-estar pessoal e social dos envolvidos e dos assistidos, objetivo da divisão, são desenvolvidos trabalhos de orientação aos servidores, magistrados, bolsistas, terceirizados, para que façam o melhor uso dos equipamentos e mobiliário disponibilizados. Além disso, a divisão elabora avaliações do mobiliário e dos ambientes de trabalho para então propor adequações entre eles e as necessidades de trabalho.

Dentre as ações desenvolvidas pela divisão em 2012 destacamos:

- a especificação de cadeiras para pessoas altas, de pequeno porte e para os portadores de obesidade;
- participação na comissão que avaliou o impacto do sistema SAJ sobre a saúde dos servidores e magistrados;
- avaliação, a pedido da Junta Médica, de cinco ambientes de trabalho, com levantamento de riscos ambientais e de riscos associados ao trabalho para relotação de servidores que possuem limitações físicas;
- avaliação e definição de novos equipamentos de proteção para servidores e magistrados acometidos de doença osteomuscular;

- avaliação e proposta de soluções para a Seção de Revisão da DDI;
- desenvolvimento de projeto para atendimento às necessidades nas salas de audiências e turmas de recursos; e
- identificação dos equipamentos e mobiliários destinados ao grupo de trabalhadores que ficam fora da considerada média da população brasileira e catarinense, tendo como propósito a garantia de proteção do trabalhador.

Relacionamos, no quadro abaixo, as atividades de rotina da divisão realizadas ao longo do ano:

AÇÃO	2011	2012	VARIAÇÃO
Distribuição de EPI e acessório ergonômicos	8.670	2.508	-71%
Implantação de PPRA	6	2	-66%
Orientação de Segurança e Saúde Ocupacional	1.300	956	-26%
Especificação de mobiliário e acessórios ergonômicos	45	49	+9%
Resposta processual e pareceres	48	8	-83%
Palestras de orientações (higiene, segurança e saúde ocupacional)	15	11	-27%
Programa de Controle de Saúde Ocupacional	3	2	-33%
Avaliação de amostras de mobiliário	25	15	-40%
Avaliação ambiental	41	12	-70%

Os números negativos mostram que houve um decréscimo no fornecimento de materiais devido aos ambientes já atendidos em anos anteriores, tal qual acontece com a distribuição de apoios de *mouse* e teclado que começarão ser trocados a partir de 2014 devido ao desgaste e preservação da higiene ocupacional. Também motivou a negatividade desses indicadores a dificuldade na licitação de apoios, sem os quais as ações de melhorias de ambientes e postos de trabalho ficaram comprometidas.